

Dirceu Benincá

**RECICLANDO A (DES)ORDEM DO PROGRESSO
ARCAN – UMA ALTERNATIVA SÓCIO-AMBIENTAL**

Mestrado em Ciências Sociais

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

São Paulo
2006

Dirceu Benincá

**RECICLANDO A (DES)ORDEM DO PROGRESSO
ARCAN – UMA ALTERNATIVA SÓCIO-AMBIENTAL**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Eduardo W. Wanderley.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

São Paulo
2006

Banca examinadora



Lixão municipal de Erechim – Janeiro de 2001



Pavilhão da ARCAN – Abril de 2005

Dedicatória

Aos meus pais (Gemi e Álda),

irmãos (Ronei e Noeli),

cunhado (Dirceu)

e sobrinhos (Gabriel e Cristiano):

Pelo carinho, compreensão e apoio,
não obstante os percalços e as distâncias.

Aos catadores/as da ARCAN - mestres

na arte da sobrevivência e "profetas da ecologia" -

pela rebeldia silenciosa na defesa da vida

e pela ímpar tentativa de reciclar

a (des)ordem do progresso.

A todos/as quantos/as acreditam noutra mundo possível

e se solidarizam na luta pela conquista do direito

à dignidade e à cidadania dos excluídos/as.

Agradecimentos

Este momento é de grande satisfação. Em primeiro lugar por ter conseguido realizar o presente trabalho. Mais do que isto, pela trajetória percorrida, pelas amizades construídas, pelos sonhos compartilhados, pelas dificuldades superadas, pelas preciosas contribuições, orientações e incentivos recebidos. Quero agradecer a todos quantos me acompanharam e auxiliaram nesta caminhada, marcada por obstáculos, angústia, ansiedade, mas, principalmente, por muita alegria e proveito.

Aos catadores/as da ARCAN, pela resistência aos dilúvios da exclusão; pelas lições de cuidado da “casa comum” e pela demonstração de que é possível reabilitar a esperança desde os fundos de um “lixão”. Agradeço pelo aprendizado da convivência e pela amizade temperada na luta conjunta por melhores dias. Também sou grato pela gentileza de abrirem os arquivos de sua própria história, falando de suas vidas, trabalhos, problemas e sonhos.

Ao meu orientador e amigo, Prof. Dr. Luiz Eduardo W. Wanderley, pelo acompanhamento solícito a mim dispensado na realização deste e de outros trabalhos. Minha gratidão pelas oportunas e sábias sugestões, pela agradável amizade e edificante estímulo sempre demonstrado. A ele também devo o convite para integrar o *Núcleo de Estudos Latino-americanos – PUC/SP*, para a pesquisa temática “*gestão pública e inserção internacional das cidades*”, da qual a PUC é uma das instituições participantes.

À Banca de Qualificação, formada por duas Marias, que tive a feliz oportunidade de conhecer. Quero agradecer à antropóloga Dr^a Maria Antonieta da Costa Vieira pelas valiosas contribuições dadas através de várias conversas que mantivemos. De igual modo sou grato à Dr^a Maria Cecília Loschiavo dos Santos, professora na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP), pelas pertinentes observações e dicas, bem como pelo convite a expor este trabalho aos seus alunos da FAU/USP. A ambas agradeço por terem aceitado participar da Banca de Qualificação.

Aos professores/as da Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC/SP pelos ensinamentos proporcionados e estímulo ao aprofundamento através de estudos, debates e leituras que, aliás, foram muitas. Também *aos colegas de aula e funcionárias do Departamento de Ciências Sociais*, pela amizade e ajuda prestada em vários momentos. De

maneira muito especial, agradeço ao meu grande amigo *Antonio Alves de Almeida*, pelos caminhos trilhados em parceria, regados da mais bela amizade e companheirismo.

A todos os que concederam entrevistas, forneceram informações, alcançaram documentos, deram sugestões para a elaboração deste trabalho, meus sinceros agradecimentos.

A todos/as os/as amigos/as, em particular aqueles/as que estiveram mais próximos e continuam sendo muito especiais. De Erechim, entre tantos, não posso esquecer *Luiz Sandrino Policarpo e Zélia Poletto; Hilário e Janice Novakoski*, e demais membros desta grande e maravilhosa família da qual me sinto integrante, por sua presença carinhosa, amiga e fraterna. De São Paulo, entre muitos, destaco *Leonildo Alves dos Santos, Zilda Savaris dos Santos e Rubia Helena dos Santos*, pelo carinho e aconchego familiar.

Aos padres José Renato Ferreira e Antônio Manzatto e funcionária Edna Martinez, pela amizade acalentada e convívio fraterno, bem como pela paciência, compreensão e incentivo demonstrados durante a minha permanência na Paróquia Santa Cruz de Itaberaba, Região Episcopal Brasilândia, São Paulo/SP.

Aos amigos e amigas que tive a felicidade de conhecer, conviver e trabalhar junto durante a realização do Curso de Mestrado: *da Paróquia Santa Cruz de Itaberaba; da Associação Rede Rua; do Albergue Pousada da Esperança (Santo Amaro); do CESEP (Curso de Verão) e da Associação Cantareira.*

Meu profundo reconhecimento também à **Bischöfliche Aktion Adveniat** e ao **CNPq** pelo apoio financeiro na realização do Mestrado.

A Dom Girônimo Zanandréa, bispo da Diocese de Erechim, que permitiu meu afastamento da diocese para cursar Mestrado e a **Dom José Benedito Simão,** bispo da Região Episcopal Brasilândia/SP, que me acolheu para esse período de estudos, durante o qual também pude fazer uma significativa experiência pastoral.

LISTA DE SIGLAS

ACI – Aliança Cooperativista Internacional
ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão
ARCAN – Associação de Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza
CAIC – Centro de Atenção Integral à Criança e Adolescente
CAFE – Centro de Atendimento à Família Erechinense
CAPA – Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CEPO – Centro de Educação Popular
CERIS – Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais
COCEL – Cooperativa Central do Alto Uruguai Ltda
COOPASUL – Cooperativa dos Pequenos Agropecuaristas de Campinas do Sul
COOPERVAL – Cooperativa dos Pequenos Agropecuaristas de Erval Grande
COORLAC – Cooperativa Riograndense de Laticínios e Correlatos
COPAAL – Cooperativa de Produção Agropecuária Aratiba
COPERAL – Cooperativa dos Produtores Rurais do Alto Uruguai
CORLAC – Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos
COTREL – Cooperativa Triticola Erechim Ltda
COTRIGO – Cooperativa Triticola de Getúlio Vargas
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CRAB – Comissão de Atingidos por Barragens
CRERAL – Cooperativa Regional de Eletrificação Rural do Alto Uruguai Ltda
CRESOL – Cooperativa de Crédito com Interação Solidária
CUT – Central Unica dos Trabalhadores
EPI – Equipamento de Proteção Individual
FARRGS – Federação de Associações de Recicladores do Rio Grande do Sul
FEE – Fundação de Economia e Estatística
GIRSU – Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos
IADEM – Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Municipal
IAF – Inter-American Foundation
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISA – Instituto Sócio-ambiental
JOC – Juventude Operária Católica
JUC – Juventude Universitária Católica
MAB – Movimento de Atingidos por Barragens
MMTR – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MNCR – Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis
MPA – Movimento de Pequenos Agricultores
MST – Movimento Sem Terra
ONGs – Organizações Não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
PCT – Programa Coletivos de Trabalho
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PGIRS – Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos
PT – Partido dos Trabalhadores
PUC – Pontifícia Universidade Católica
RBS – Rede Brasil Sul
URI – Universidade Regional Integrada
SINE – Sistema Nacional de Emprego
USP – Universidade de São Paulo

RESUMO

O objeto desta dissertação é a Associação de Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza (ARCAN). Trata-se de uma organização de catadores/as de materiais recicláveis criada em 06 de fevereiro de 2001, no Bairro Progresso, em Erechim/RS. O intento do presente estudo é descrever a referida experiência, apresentando-a como uma alternativa sócio-ambiental relativamente aos seus integrantes e ao meio onde ela se insere. A partir deste enfoque, aliado a fatores conjunturais e estruturais, foi possível chegar a formulação do título: *Reciclando a (des)ordem do progresso*.

O texto divide-se em cinco capítulos. Parte de uma contextualização sócio-histórica da região, cidade e bairro em que a associação está sediada. Daí faz uma inflexão para o campo teórico, construindo um referencial de análise para algumas questões que perpassam a abordagem. Segue-se pautando, ainda que brevemente, a problemática do “lixo” dentro do grande e complexo tema ambiental. Um espaço maior é destinado à narrativa sobre a emergência, desenvolvimento e avaliação da ARCAN. Ajuntam-se a isso várias sugestões com vistas ao aprimoramento desta iniciativa.

No centro da pesquisa está a preocupação com os quadros de exclusão social mais acentuada e com as plantas de degradação ambiental desnudada na cidade de Erechim. Dois problemas que entram em simbiose e que, de alguma forma, se estampam na figura dos catadores/as ao recolherem materiais recicláveis junto ao lixão ou pelas ruas da cidade. Uma realidade que chega a assumir espectros caóticos e evoca atitudes urgentes, conseqüentes e integradas por parte do conjunto da sociedade civil e do estado em suas respectivas instâncias.

Em tal cenário, o tema do *trabalho* é fundamental. Por ele e através dele são determinadas as condições, as formas e os níveis de inserção social. A dignidade humana e a cidadania estão intrinsecamente vinculadas ao mundo do trabalho. É ele também que dá sustentação a um ou a outro sistema de organização econômica da sociedade. Por isso, este ensaio procura apresentar o associativismo/cooperativismo como uma alternativa (em construção) e, naturalmente, limitada, frente ao modelo capitalista baseado na economia de mercado e no consumismo insustentável.

Ao possibilitar melhores condições de vida e fomentar o protagonismo sócio-político aos catadores/as, a ARCAN se constitui em uma experiência emancipatória para os indivíduos que a integram. Desembocar nesta conclusão é um desejo deste estudo. Naturalmente, isso não pode ser tomado de forma absoluta. É um processo, incluindo, portanto, conquistas, limites e desafios sempre repostos.

Palavras chave: *Exclusão, lixo, associativismo/cooperativismo, cidadania.*

ABSTRACT

The object of this dissertation is the Association of Recyclers Citizens Friends of Nature (ARCAN). Arcan is an organization of people who collect recyclable material created in February 6th 2001, in the neighbourhood of Progresso, in Erechim/RS. The intention of this study is to describe the aforementioned experience, presenting it as a socio-environmental alternative to its members and to where it inserts itself. From this focus, along with conjunctural and structural factors, it was possible to get to the formulation of the title: *Recycling the (dis)order of progress*.

The text is divided into five chapters. Part of a socio-historical contextualization of the area, city and neighbourhood in which the association is established. It is then inflexed towards the theoretical field, as a referential for the analysis of some questions which supervene the study. It mentions too, however shortly, the problematic of the "rubbish" inside the large and complex environmental issue. A larger space is given to the narrative of the emergency, development and evaluation of ARCAN. Gathered to that there are several suggestions aiming at the improvement of that initiative.

At the centre of the research there is the preoccupation with the most pronounced social exclusion scenario and with the areas where environmental degradation of the city of Erechim occurs. Two problems that start a symbiosis and, somehow, are pictured on the collectors as they gather recyclable material at a dump or on the streets of the city. A reality that takes chaotic shapes and calls for urgent action, consequent and integrated by part of the conjunct civil society and the estate in its respective instances.

In such scenario, the theme *work* is fundamental. By it and through it are determined the conditions, forms and levels of social insertion. Human dignity and citizenship are intrinsically linked to the world of work. It is work as well that gives sustentaion to one or other system of economic organization of society. Because of that, this essay tries to present the associativism/co-operativism as an alternative (in construction) and, naturally, limited, facing the caitalist model, based upon market economy and unsustainable consumism.

By making better conditions of life possible and foment the socio-political protagonism to collectors, ARCAN becomes an emancipatory experience to the individuals which are part of it. To disemboogue nto this conclusion is a desire of this study. Naturally, it cannot be taken in an absolute manner. It is a process, which includes, therefore, conquests, limits and challenges always re-set.

Keywords: Exclusion, rubbish, associativism/co-operativism, citizenship.

(Tradução: Elio Valdir Moreno Junior)

Sumário

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1: CONTEXTUALIZAÇÃO – DOS COLETORES AOS CATADORES.....	24
1.1. Formação étnica e social do povo gaúcho	25
1.2. Política de colonização da região Alto Uruguai.....	28
1.2.1. O pensamento positivista.....	28
1.2.2. A “ordem” e o “progresso” na Colônia Erechim.....	31
1.3. A emergência de uma cidade pólo.....	36
1.3.1. Aspecto físico.....	37
1.3.2. Aspecto político-administrativo e demográfico.....	38
1.3.3. Aspecto econômico.....	40
1.4. Causas e marcas do êxodo rural.....	42
1.5. Reações à exclusão social.....	45
1.6. O cooperativismo no Alto Uruguai.....	50
1.7. Um bairro chamado <i>Progresso</i>	54
CAPÍTULO 2: REFERENCIAIS TEÓRICOS	58
2.1. O fenômeno da urbanização.....	59
2.1.1. A cidade fora das idéias.....	60
2.1.2. Contradições da vida urbana.....	61
2.2. O estranhamento entre o trabalhador e o trabalho.....	63
2.2.1. Da centralidade à precariedade do trabalho.....	63
2.2.2. O “x” da exclusão social.....	65
2.2.3. Os catadores de trabalho e de materiais.....	72
2.3. A reinvenção do trabalho pela via do cooperativismo.....	73
2.3.1. A origem do cooperativismo.....	74
2.3.2. Os princípios do cooperativismo.....	76
2.3.3. O cooperativismo no Brasil.....	78
2.3.4. Associação x cooperativa x empresa.....	80
2.3.5. A solidariedade como base.....	82
2.3.6. A construção de sujeitos-cidadãos.....	83
CAPÍTULO 3: QUESTÃO AMBIENTAL – A PROBLEMÁTICA DO “LIXO”.....	90
3.1. Referências conceituais.....	91
3.2. Referências legais e protocolares.....	94
3.3. Classificação geral dos resíduos sólidos.....	96

3.3.1. O descarte de materiais e a situação do lixão.....	97
3.3.2. A coleta de resíduos em Erechim.....	99
3.4. A requalificação do descarte	103
CAPÍTULO 4: GÊNESE, IDENTIDADE E TRAJETÓRIA DA ARCAN.....	110
4.1. A exclusão e o caos sócio-ambiental.....	111
4.2. Surge uma “arca” no meio do “dilúvio”.....	114
4.3. Uma “arca” chamada ARCAN.....	119
4.4. Aspectos etnográficos dos catadores/as.....	125
4.4.1. Procedência social.....	129
4.4.2. Fator étnico-racial.....	131
4.4.3. Escolaridade & conhecimento.....	133
4.5. O olhar da sociedade sobre os catadores/as.....	136
4.6. Reações dos catadores/as ao olhar da sociedade.....	140
4.7. Reciclando a (des)ordem do progresso.....	146
4.7.1. Caráter sócio-político do projeto da ARCAN.....	150
4.7.2. Do individual para o coletivo	156
4.7.3. Mudanças na vida dos catadores/as	160
4.7.4. O significado do trabalho e da solidariedade.....	164
4.7.5. Coordenação do projeto e emergência de lideranças.....	169
4.7.6. Consciência sócio-ambiental para uma nova prática.....	170
4.7.7. Os sonhos dos catadores/as.....	176
4.8. Estrutura e funcionamento da ARCAN.....	178
CAPÍTULO 5: CONQUISTAS, LIMITES E PERSPECTIVAS	182
5.1. Participação, autogestão e cidadania.....	183
5.2. A questão do trabalho coletivo e solidário.....	187
5.3. A ARCAN, os parceiros e a sociedade.....	191
5.4. Viabilidade econômica	194
5.5. A “inclusão social” através do cooperativismo.....	199
5.6. Relação com o Movimento Nacional de Catadores/as.....	203
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	209
BIBLIOGRAFIA UTILIZADA	219
BIBLIOGRAFIA GERAL	223
ANEXOS.....	227
ILUSTRAÇÕES FOTOGRÁFICAS	250

Introdução

A escolha deste tema deriva de uma problemática que vem ganhando densidade, especialmente a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – a Eco/92¹. Na *Agenda 21* – principal documento deste evento – as Nações Unidas propuseram planejar ações para o *desenvolvimento sustentável*. Mais recentemente (1997), essas e outras preocupações foram inseridas no Protocolo de Kyoto, acordo ambiental que passou a vigorar em fevereiro de 2005. O protocolo prevê a redução de 5,2% da emissão de gases produzidos por combustíveis fósseis até o ano 2012 como forma de minimizar o aquecimento global. Este fenômeno conhecido também como *efeito estufa* provoca degelos e a destruição da camada de ozônio, além de outros danos.²

Nesses últimos anos, no Brasil, algumas organizações não governamentais (ONGs) se empenharam muito na discussão de problemas ecológicos, os quais vêm tendo cada vez mais centralidade e importância. Exemplo disso são: o *Instituto Sócio-ambiental (ISA)*³, o *Instituto Ethos*⁴, o *Instituto Polis*⁵, o *Instituto ECOAR para a Cidadania*⁶, entre tantos outros

¹. A Eco/92 foi realizada no Rio de Janeiro, nos dias 03 a 14 de junho de 1992 e teve a participação de 179 países. Anterior a isso, em 1972, a ONU organizou a Conferência Internacional para o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, na Suécia. Alguns anos mais tarde (1983), a ONU também criou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a qual apresentou o relatório “Nosso Futuro Comum” onde divulgou o conceito do *desenvolvimento sustentável* como sinônimo do desenvolvimento necessário para atender as necessidades das presentes gerações sem comprometer as futuras.

². Um total de 125 países assinou o Protocolo de Kyoto, entre os quais não estão os Estados Unidos, responsáveis pela emissão de 25% dos referidos gases no mundo.

³. O *Instituto Socioambiental (ISA)* foi fundado em 22 de abril de 1994. Trata-se de uma associação sem fins lucrativos, qualificada como *organização da sociedade civil de interesse público* (Oscip), desde 21 de setembro de 2001. Tem como objetivo principal defender bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos. Tem sua sede na Av. Higienópolis, nº 901, São Paulo. Site: www.isa.org.br

⁴. O *Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social* é “uma organização não-governamental que congrega empresas de todo o país, de diferentes portes e diversos setores, interessadas em desenvolver suas atividades de forma ética, num permanente processo de avaliação e aperfeiçoamento. A missão do Instituto Ethos é mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e ambientalmente sustentável”. Está estabelecido na Rua Francisco Leitão, 469, Conjunto 1.407, São Paulo/SP. Site: www.ethos.org.br

⁵. O *Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (Polis)* é uma organização não-governamental de atuação nacional, constituída como sociedade civil, sem fins lucrativos, apartidária, pluralista e reconhecida como entidade de utilidade pública nos âmbitos municipal, estadual e federal. Fundado em 1987, o Polis tem sua atuação basicamente voltada para as questões da cidade e a atuação no campo das políticas públicas e do desenvolvimento

em São Paulo, e espalhados pelo país afora. A questão da *reciclagem* faz parte do conjunto destas abordagens e lutas sociais que adquirem um sentido superlativo e plural. Ainda mais quando vinculada aos catadores/as de materiais recicláveis, organizados em associações, cooperativas, fóruns e movimentos.

O objeto da presente pesquisa é a Associação de Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza (ARCAN), criada em fevereiro de 2001, em Erechim/RS. A investigação visa focar sua origem, trajetória e significado sócio-ambiental. Entre os objetivos específicos, estão: a) Analisar a percepção que os membros da referida associação têm acerca do trabalho cooperativo, que inclui a coleta e o processamento de materiais recicláveis; b) Avaliar as repercussões desta iniciativa na sociedade erechinense e regional; c) Averiguar a viabilidade econômica do empreendimento; d) Contribuir com os catadores/as na melhoria de sua organização e no aprimoramento de sua cidadania, debatendo com eles/elas os resultados deste estudo.

Ao mesmo tempo em que procuro olhar para esta experiência específica, estou atento ao contexto da chamada *modernidade* na qual, segundo Zygmunt Bauman (1999), busca-se a *ordem* como algo essencial. No entanto, a construção desta ordem continua sendo uma das múltiplas tarefas que a modernidade não conseguiu realizar. O autor define *ordem* como contrário de *caos*, mas também afirma que ambos são “*gêmeos*”. Assim, a ordem econômica moderna – hegemonicamente capitalista – cria o caos social e ambiental. Significa dizer que, com o desenvolvimento industrial, mais e mais a *cidade* e a *natureza* entram em confronto destrutivo.

O título desta dissertação resulta de uma combinação entre o mote positivista da *ordem* e do *progresso* e a complexa questão *sócio-ambiental*. Não se trata, contudo, de fazer qualquer apologia ao positivismo ou de assumi-lo como referencial teórico. O tema está centrado na problemática da *exclusão social* e do *lixo* – vistos, por alguns, como expressão

local. Tem como eixo articulador de sua intervenção a conquista da cidadania, visando a construção de cidades justas, sustentáveis e democráticas. Neste vasto campo de atuação, desempenha atividades específicas relacionadas à questão ambiental. O Polis tem sua sede na Rua Araújo, nº 124, Centro, São Paulo/SP. Site: www.polis.org.br

⁶. Fundado no ano de 1992, o *Instituto ECOAR para a Cidadania* é formado por profissionais, estudiosos e ambientalistas que se reúnem para discutir questões ambientais emergentes e colaborar na construção de uma sociedade sustentável e em equilíbrio com a natureza. Contribui com a educação ambiental, promovendo valores éticos como cooperação, solidariedade, generosidade, tolerância, dignidade e respeito à diversidade. O Instituto está sediado na R. Tomás Carvalhal, 551, Paraíso, São Paulo/SP. Site: www.ecoar.org.br

de desordem e, por outros, como consequência do progresso. Daí a formulação: *Reciclando a (des)ordem do progresso*.

A construção do título tem três elementos inter-relacionados: a) *Reciclagem* – refere-se à atividade de processamento de resíduos sólidos e à própria possibilidade de alteração da condição de vida dos catadores/as envolvidos na associação; b) *Ordem/desordem* – tem a ver com o sistema neoliberal que aprofunda a exclusão social e a deterioração ambiental; c) *Progresso* – diz respeito à ambivalência do caráter de desenvolvimento social moderno. O *progresso* aqui referido se liga também à influência do positivismo na formação histórica da região em análise. Ademais, *Progresso* é o próprio nome do bairro onde a ARCAN tem sua sede. Parece claro que, com o neoliberalismo, passamos a ter uma *ordem* cada vez mais *desordeira*, instaurada por um *progresso* socialmente *seletivo* e *ecologicamente depredador*.

Neste cenário, em seus diversos níveis de acentuação, comparecem os chamados *excluídos*, entre os quais estão os catadores/as de materiais recicláveis⁷. Descartados e alijados das condições de vida digna, muitos buscam alternativas de sobrevivência no “lixo”. No conjunto das iniciativas, despontam as associações e cooperativas auto-gestionárias ou co-gestionárias. A novidade consiste na tentativa dos considerados *inúteis, não-gente, não-trabalhadores, não-cidadãos* se reerguerem, imprimindo uma nova ordem dentro do velho e perverso progresso. Nova ordem que se traduz na luta pela construção da cidadania, da justiça social e da preservação ambiental.

Estou ciente de que o objeto a que me proponho estudar é complexo e transdisciplinar. Toca em aspectos econômicos, sociais, culturais, políticos, pedagógicos, ecológicos, entre outros. Emerge como grande desafio para o conjunto da sociedade, traduzido na tarefa de cuidar da *casa comum*. Esta consciência foi se tornando cada vez mais retumbante em mim a partir do engajamento nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), nas pastorais sociais, em movimentos populares e organizações não governamentais. Assim também conheci diversas experiências de cooperativas e associações de catadores/as de materiais recicláveis.

O interesse pela temática aqui abordada foi instigado pela realidade vivida pelos catadores/as residentes no Bairro Progresso, onde atuei durante nove anos consecutivos. Tais trabalhadores/as enfrentavam situações precárias na cata de material reciclável nas ruas da cidade e no lixão municipal. Isso me suscitou um elevado nível de indignação ética contra as

⁷. A denominação “catador de materiais recicláveis” foi adotada pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO/94) em conformidade com a reivindicação feita por esta categoria de trabalho.

forças que geram a exclusão social e os mecanismos sócio-políticos, econômicos e culturais que a mantém. Nasceu, então, a motivação de solidariedade para com esses indivíduos na luta por melhores condições de trabalho e vida.

Estando entre os fomentadores da ARCAN e participante ativo deste processo nos dois primeiros anos de sua existência, sempre acreditei que a proposta do cooperativismo pudesse ser uma importante alternativa de resgate da *dignidade humana e construção da cidadania*. Quando percebi que a associação tinha se afirmado minimamente, decidi afastar-me para fazer um estudo sobre a mesma. Embora dolorido de ambas as partes, o afastamento teve o seu lado positivo, permitindo uma avaliação mais crítica e isenta de certos ímpetos emotivos. Como pesquisador, precisei deslocar-me várias vezes de São Paulo a Erechim a fim de realizar entrevistas, efetuar observações e colher os mais diferentes dados.

Cabe dizer que este trabalho não é uma abordagem alheia aos sofrimentos do público pesquisado. É, isto sim, um empenho teórico aliado à tentativa de contribuir, na prática, com a causa dos catadores/as por uma vida mais digna. Efetivamente, a atual dissertação resulta de um compromisso assumido com os que travam árdua batalha na ânsia incontida de sobreviver às avalanches da exclusão. Compromisso de ajudar a encontrar saídas viáveis para vidas que foram tornadas quase inviáveis. Neste sentido, durante minha estada em São Paulo, além de conhecer outras iniciativas congêneres à ARCAN, pude auxiliar na criação da Associação de Catadores Reciclando a Esperança (ACRESP), em Santo Amaro/SP.

O presente ensaio mescla aspectos qualitativos e quantitativos; elementos técnicos e políticos; reflexões teóricas e informações empíricas. É uma forma de investigação que privilegia o diálogo menos formal possível com os pesquisados e a interlocução com diversos tipos de saber. Procura captar a realidade a partir de expressões, discursos e comportamentos que se manifestam em diferentes momentos e situações. Analisa as identidades, o cotidiano, as ações, as reações e as relações dos indivíduos. Também observa o contexto histórico, as estruturas profundas e as contradições no interior do sistema capitalista. Enfim, lança mão de alguns princípios da chamada *pesquisa ação*.

A *pesquisa ação* (PA) se configura num processo *expressivo, interativo, inovador e conscientizador* que, entre nós, tem sido muito utilizada numa perspectiva *emancipatória* dos sujeitos, projetos e/ou movimentos investigados. A este respeito, Thiollent afirma:

“Do ponto de vista científico, a PA não nos parece menos exigente do que outros procedimentos e, sem dúvida, exige muito mais disciplina intelectual

do que os pacotes de perguntas da comum pesquisa de opinião [...]. O principal desafio da PA consiste em produzir novas formas de conhecimento social e novos relacionamentos entre pesquisadores e pesquisados, e novos relacionamentos de ambos com o saber” (1985:95, 87 e 103).

Embora adote orientações da pesquisa ação, uma importante metodologia usada nos anos 1960 e 1970 pelo movimento popular, minha inclinação maior é para o tipo *participante*. De acordo com Marcela Gajardo (1984:40), a *pesquisa participante*⁸ “reconhece as implicações políticas e ideológicas subjacentes a qualquer prática social [...] e propugna pela mobilização de grupos e organizações para a transformação da realidade social ou para o desenvolvimento de ações que redundem em benefício coletivo”.

Na definição da modalidade desta pesquisa, existem diferentes formas de compreender a questão da *participação* dos grupos pesquisados. Ema Rubín de Celis (*apud* Gajardo, 1984:44) define cinco tipos (níveis) de participação: 1) Quando os sujeitos participam da pesquisa através do *recebimento de informações* dadas pelo pesquisador; 2) Quando participam através da *coleta de dados*; 3) Quando participam de *todo o processo* sobre o tema proposto *pelo cientista*; 4) Quando participam em *todo o processo* sobre um tema *proposto pelo próprio grupo*; 5) Quando a participação se dá a partir da *ação educativa*.

Examinando a eficácia da *pesquisa participante*, Guy Le Boterf (*apud* Brandão, 1984:52) afirma que ela procura “auxiliar a população envolvida a identificar por si mesma os seus problemas, a realizar a análise crítica destes e a buscar as soluções adequadas”. Segundo ele, o tema a ser estudado emerge do próprio grupo que fará a discussão, contando com a colaboração de especialistas. Embora existam diferentes maneiras de detalhar a metodologia, fica claro que se trata de uma abordagem que requer necessariamente a participação ativa dos sujeitos da pesquisa. Não é um inquérito puramente acadêmico. Implica *viver junto* com a coletividade estudada, partilhar o seu cotidiano, ao invés de simplesmente *fazer visitas*.

Na investigação participante o *feedback* dos resultados obtidos e a discussão dos mesmos com os sujeitos da pesquisa se constituem em objetivos fundamentais. A lida do pesquisador/a se traduz no esforço de ajudar a resolver problemas e responder questões dos sujeitos pesquisados. Penso ser esta a perspectiva central da minha dissertação. Após

⁸. “A pesquisa participante surge, conceitual e metodologicamente, no início da década de oitenta, quando a realidade de um número importante de sociedades latino-americanas se caracteriza pela presença de regimes autoritários e modelos de desenvolvimento manifestamente excludentes, no aspecto político, e concentradores, no aspecto econômico” (Gajardo, 1984:39).

conviver intensamente com o grupo durante dois anos e manter contatos freqüentes ao longo de mais dois anos e meio, consegui apreender vários elementos que me permitem fazer um diagnóstico circunstanciado do processo, bem como propor várias ações no sentido de contribuir com o aprimoramento do projeto.

Optei por realizar pesquisa empírica com os 32 catadores/as associados da ARCAN que estavam atuando na entidade entre 18 de agosto e 01 de outubro de 2004. Neste período fiz duas visitas mais demoradas à associação, quando conversei individualmente com cada um/a dos 32 catadores/as, apoiado em roteiro de entrevista semi-estruturado. Contudo, desde a origem da associação venho observando, com olhar de pesquisador, a experiência em desenvolvimento e os trabalhadores/as nela inseridos.

Julgando importante ouvir a opinião de quem – como eu – acompanhou este percurso mais de perto, entrevistei membros de diversas entidades apoiadoras da ARCAN. Também achei conveniente saber qual a percepção que a sociedade local tem da associação, para o que procurei conversar com lideranças sociais, políticas e eclesiais da cidade e da região. No decorrer deste trabalho, de modo aleatório ou programado, fui realizando entrevistas em São Paulo e noutros lugares, com pessoas que têm aproximação com o tema estudado, sempre que entendi proveitoso fazer isso para enriquecer algum aspecto deste ensaio (*ver anexo 01 – relação completa dos entrevistados*).

As entrevistas – feitas em caráter bastante informal – foram gravadas, sempre permitindo que os entrevistados/as tivessem liberdade de ampliar suas observações sobre outros pontos. O roteiro utilizado com os catadores/as da ARCAN (*ver anexo 02*) levantou dados etnográficos, trajetória pessoal, visão acerca do trabalho, análise sobre a organização e o funcionamento interno da associação. Ainda buscou saber como os sujeitos da pesquisa avaliam a relação da ARCAN com os parceiros, com a sociedade em geral, com o poder público e com o meio ambiente.

Além disso, busquei saber como os catadores/as percebem e avaliam as mudanças ocorridas em suas vidas a partir do seu ingresso na ARCAN. Detive-me também em observar e analisar o que pensam sobre o futuro e quais as aspirações que eles/elas têm para si, para suas famílias e para o empreendimento coletivo, bem como o potencial de expansão desta experiência. Pelas contingências de uma dissertação, tive de fazer recortes permanentes, evitando alargar demais o foco deste instigante campo de estudo.

A pesquisa oral se constituiu num exercício significativo e gratificante. As conversas mantidas com os catadores/as foram oportunidades privilegiadas de rever a história construída, os percalços e conflitos enfrentados, bem como as conquistas alcançadas. Os relatos salientaram que, em torno da associação, as histórias de vidas individuais e fragmentadas puderam se ajuntar para serem “recicladas” e contadas de forma coletiva.

Minha afinidade com os catadores/as facilitou a realização deste trabalho. De modo geral, não encontrei dificuldades para obter os depoimentos, sendo que a maioria dos entrevistados/as o fez com muita gentileza. Contudo, nas últimas vezes que visitei o grupo (sobretudo em 2005) percebi que certos olhares estavam diferentes. Ora pareciam de confiança, ora de receio; ora de companheirismo, ora de estranhamento; ora reveladores, ora de ocultamento. As falas, às vezes, eram precisas e pontuais; outras vezes, genéricas e evasivas. Talvez seja uma reação espontânea diante de quem se apresentou ultimamente mais como observador/pesquisador do que como parceiro presente no dia-a-dia.

É importante registrar que as entrevistas com os catadores/as foram captadas no local de trabalho, isto é, junto ao pavilhão da ARCAN. Constatei que as respostas entre alguns entrevistados/as se assemelhavam muito. A semelhança de opiniões pode estar demonstrando a existência de uma matriz de pensamento coletivo baseado no senso comum. Já na utilização da fonte oral, esmerei-me em ser fiel ao teor das falas. Citei-as de maneira abundante, mantendo a sua pronúncia original a fim de procurar aduzir a identidade dos sujeitos pesquisados.

Como o leitor poderá verificar, fiz ampla revisão bibliográfica, tentando apoiar o texto em diversos autores. Junto à Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP) e à Universidade de São Paulo (USP), tive acesso a várias dissertações de mestrado e teses de doutorado relacionadas ao tema, que busquei lê-las. Fiz questão também de anexar fotografias de diferentes momentos da história da associação. Além de ilustrar o discurso, elas têm o objetivo de destacar e reforçar questões apresentadas no trabalho. Podem ainda suscitar outros olhares sobre os indivíduos em observação.

Entre as principais categorias teóricas usadas aqui estão: *lixo, catador de materiais recicláveis, reciclagem, excluídos, cidadania, trabalho e cooperativa*. O dicionário Aurélio define “lixo” como *aquilo que se joga fora, entulho, sujeira, imundície, coisa inútil, sem valor*. A palavra tem conotação negativa, sugerindo caos e desordem. Na medida em que o

“lixo” é reciclado e depurado, ele adquire uma nova configuração (ordem). Desse modo, o que era desprezível passa a ser outra vez um produto de valor.

Processo semelhante se verifica com os catadores/as que manipulam os materiais recicláveis. Ao trabalharem de forma individual e desarticulada, normalmente são vistos como “lixeiros”, isto é, promotores ou vítimas de determinada “desordem”. Na medida em que se organizam em grupos de trabalho passam a reunir mais condições para enfrentar desordens de nível pessoal, social e ambiental geradas por um desenvolvimento excludente. Na cidade de Erechim/RS, em certo sentido parece haver uma *nova ordem* sendo impressa pelos catadores/as de materiais recicláveis articulados em torno da Associação de Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza (ARCAN).

A problemática da *exclusão* será repetidamente referida. Ela pode ser tomada sob diversos pontos de vista, mas nunca como algo estático. Trata-se de um fenômeno social dinâmico que se acentua e se complexifica cada vez mais dentro da conjuntura da globalização. Em consonância com esta visão, os contingentes de população à margem da lógica do capitalismo de mercado não serão tomados simplesmente como *excluídos*, senão como *indivíduos e grupos sociais em processos de exclusão*. No contraponto, como assinala Pedro Demo, se põe o desafio da construção de uma *cidadania emancipatória*. Essas e outras categorias serão mais bem definidas no decorrer do texto.

No *primeiro capítulo* procuro descrever a formação do contexto onde a ARCAN se encontra inserida. A atenção a este ponto decorre da compreensão de que só é possível analisar com mais propriedade uma experiência na medida em que ela é contextualizada. Trato, então, de construir uma abordagem que possa ao mesmo tempo aludir, ainda que minimamente, a questões étnicas, políticas, ideológicas, sociais, econômicas, entre outras. Nessa tarefa, uma das preocupações centrais é tentar demonstrar certa continuidade histórica no fenômeno da exclusão social. Os outrora *coletores* (indígenas) – junto com os negros (historicamente segregados) – estão agora preponderantemente representados na categoria dos *catadores/as*. Daí o título, *dos coletores aos catadores*.

Interessante também verificar como, com o crescimento de Erechim (cidade pólo), vai se constituindo uma nova moldura da exclusão social, agora com assento e características urbanas. Um dos fatores principais que levou a isso foi a crise da agricultura dos anos 1970, o que estimulou o êxodo rural. Na cidade de Erechim, um considerável número de “pobres”

foi acuado no Bairro Progresso. Por outro lado, a partir dos denominados excluídos espalhados pela região, emergem significativas formas de resistência e de luta em vista de uma “nova ordem” sócio-econômica. Neste rol pode ser incluída a própria ARCAN.

No *segundo capítulo*, apresento um quadro teórico com o objetivo de servir como referencial para posterior análise dos dados empíricos deste estudo. A partir da contribuição de diversos autores, são discutidos aspectos e questões dentro de três temas básicos, a saber: o fenômeno da urbanização; a relação entre trabalho e trabalhador no contexto da modernidade; o cooperativismo como alternativa. Julguei importante tecer uma breve reflexão sobre a questão urbana porque é neste espaço sócio-geográfico que se desenvolve a vida dos catadores/as. Além disso, hoje, mais do que em outras épocas, as cidades em geral se tornaram ícones de uma cultura de mercado que produz muitos paradoxos e tenta dissimular a exclusão social.

Em tempos de reestruturação produtiva e precarização do trabalho, os denominados “pobres”, “marginalizados”, “oprimidos”, “exército industrial de reserva”, etc. passaram a ser vistos como “excluídos”. No epicentro deste fenômeno está o fator econômico, aliado intrinsecamente ao tema do *trabalho*. Ao se tornarem desnecessários como trabalhadores, muitos foram engrossando a fileira dos “excluídos sociais”. Entre eles estão os catadores/as de materiais recicláveis que, ao se organizarem em associações ou pequenas cooperativas, fazem um investimento no sentido de (re)construir a cidadania através do trabalho.

O *terceiro capítulo* é destinado a um apanhado sobre a problemática ambiental, haja vista que os catadores/as nos obrigam a pensar a sua situação de trabalho e de vida articulada à forma de relacionamento – muitas vezes deletéria – que a sociedade mantém com a *natureza*. Mais do que só apanhar os sujeitos da pesquisa no mais recôndito da realidade por eles/as enfrentada – *o lixo* –, pretendo mostrar também que não há como almejar uma nova sociedade sem nova consciência e prática ecológica.

Trago, pois, algumas noções e conceitos básicos dentro desta perspectiva ambiental. Busco descrever como se dá o processo de descarte de resíduos na cidade de Erechim, o que guarda diferenças significativas com cidades do porte de São Paulo, por exemplo. Entendo por *descarte* todos os tipos de materiais dos quais a população se desfaz e que, normalmente, passam a depender da ação do Poder Público ou dos catadores/as para a sua retirada. O

destino e a requalificação deste descarte é o outro lado do mesmo processo. Nesse momento, entra a participação estratégica dos catadores/as, o que me interessa mostrar aqui.

No *quarto capítulo* centro a atenção sobre a ARCAN. Falo da sua gênese e do percurso realizado por ela sob diversos aspectos. Na origem de tudo está um quadro estampado de ligeira exclusão social associado a um sério problema ambiental. O panorama se apresenta caótico tanto no lixão municipal – onde atua um considerável grupo de catadores/as – quanto para os carrinheiros que desempenham o trabalho de coleta de materiais pelas ruas da cidade. Em meio a este cenário, emerge a associação, identificada com diferentes significados pelos seus membros, pelos aliados e pela comunidade em geral, mas apontando sempre para aquilo que se poderia nomear como uma “*arca salvadora*”.

Lançando em exame a organização “ARCAN”, trato de pontuar alguns elementos etnográficos dos sujeitos da pesquisa: basicamente, a procedência social, a constituição étnico-racial e a escolaridade. Na seqüência, atendo-me a averiguar como se entrecruzam os olhares, ou seja, como a sociedade vê os catadores/as e como esses/as reagem a tal olhar. Sob o enfoque central desta dissertação – *a reciclagem da (des)ordem do progresso* – concedo ostensivamente a palavra aos catadores/as, procurando verificar de que maneira essa experiência se configura numa alternativa sócio-ambiental.

O *capítulo cinco* destina-se a descrever algumas conquistas, limitações e perspectivas percebidas na ARCAN pelos próprios associados, por mim e/ou por outras pessoas entrevistadas. Em face disso, ponho em cheque a forma de participação dos catadores/as no conjunto das atividades quotidianas da associação, a gestão do trabalho coletivo, a relação com os parceiros e a viabilidade econômica do empreendimento. Ademais, retomo o alcance do cooperativismo entre os catadores/as e a ligação da experiência analisada com o Movimento Nacional dos Catadores, sempre na tentativa de observar como se enlaça a cidadania emancipadora entre esses atores sociais.

Nas *considerações finais* exponho uma avaliação pessoal sobre a ARCAN e faço algumas interrogações. Também apresento várias sugestões com o fito de procurar contribuir com o processo de organização dos catadores e com a conquista de direitos. Meus apontamentos propositivos se direcionam no sentido de sugerir ações que possam potencializar o trabalho da associação e envolver mais eficazmente os múltiplos segmentos da sociedade local.

Para o momento, devo acrescentar que não percebo na ciência apenas o compromisso de descrever e teorizar experiências. Seu grande empreendimento é trabalhar para sanar problemas criados por ela mesma durante muito tempo. Dotada deste princípio, a pesquisa sociológica não se converte numa divagação infrutífera, mas possibilita uma tomada de consciência mais acurada dos meandros da realidade, capacitando para interferir mais eficazmente junto a esta mesma realidade.

Na minha trajetória de mestrado, esses “excluídos” possibilitaram-me alguns conhecimentos que reputo como importantes, porquanto eles são mestres em alternativas de sobrevivência. A especialidade deles consiste também, através da ação ecológica que lhes é peculiar, instigar em nós o desejo de lutar pela salvação da *casa comum* e da vida de todos. A Universidade ajudou-me a sistematizar a experiência nestas páginas. De tudo, entretanto, resta uma coisa: a *esperança de que outro mundo é possível e que ele depende de todos nós!*

Capítulo I

Contextualização - dos coletores aos catadores

Erechim, história e canto⁹

*Desbravando novos rumos os **birivas**
Implantaram um novo jeito de viver
Paio Grande foi um marco de esperança
De fartura, de **progresso**, de prazer.*

*Não importa se o campo era pequeno
A grandeza do sentir calou mais fundo
E o amor pelo trabalho fez estradas
Boa Vista, rumo certo, novo mundo.*

*Quem passar pelo planalto com certeza
Ao olhar para a mais bela natureza
Há de ver campos de mel de guamirim
Vai provar o mate da hospitalidade
Vai levar no coração uma saudade
E a vontade de voltar pro Erechim.*

*Erechim, dos meus amores e saudades
Tem a Festa Nacional do Chimarrão
Os gaúchos usam botas amarelas
Simbolismo colorido pelo chão*

*No passado lenços brancos e vermelhos
Digladiaram ideais de liberdade
Hoje a chama desse amor está presente
Em nosso lema: Paz e Prosperidade.*

[Leonardo e Gildinho]

⁹. Esta composição musical – tida como uma das mais belas homenagens ao município de Erechim – retrata, entre outros aspectos, o almejado *progresso* a partir da colonização. A propósito, afirma que *os birivas* (estranhos, estrangeiros, imigrantes) *implantaram novo jeito de viver*.

Neste capítulo pretendo circunscrever brevemente o contexto do meu estudo, resgatando alguns elementos em torno do tema a ser abordado. Desde um rápido enquadramento da formação histórica do Estado do Rio Grande do Sul, tangencio a região do Alto Uruguai gaúcho e, mais propriamente o município de Erechim. Minha atenção se afunila em direção ao Bairro Progresso, onde está sediada a Associação de Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza (ARCAN), objeto desta pesquisa.

1.1. Formação étnica e social do povo gaúcho

Acerca da composição do Brasil sulino, Darcy Ribeiro (1995:409) identifica a existência de três elementos étnico-culturais: 1) Os lavradores *matutos*, predominantemente de origem açoriana, ocupando a faixa litorânea do Paraná para o Sul; 2) Os representantes atuais dos antigos *gaúchos*, localizados na zona de campos da fronteira rio-pratense e dos bolsões pastoris de Santa Catarina e do Paraná; 3) Os *gringo-brasileiros*, descendentes de imigrantes europeus.

Segundo o autor, os *gaúchos brasileiros* não eram espanhóis, nem portugueses ou indígenas, mas uma etnia nascente, aberta à agregação de índios destribalizados pela ação missionária ou pela escravidão. A ela também se anexaram mestiços de brancos com índios, vítimas da marginalização; bem como brancos pobres que foram segregados de suas matrizes.

De sua parte, a Coroa de Portugal, querendo garantir o domínio do território do atual Rio Grande do Sul, tratou de instalar famílias trazidas das ilhas portuguesas. Concedeu-lhes grandes extensões de campo – as chamadas “*sesmarias*” – com áreas de até 13 mil hectares, que se constituíram em vastas *invernadas* para criação de gado. Normalmente as invernadas eram transformadas em *estâncias* onde se fixavam o proprietário (estancieiro/patrão) e sua gauchada (peões).

Além de produzir gado vacum, cavalos e muares, as estâncias serviam como fortalezas para guarnecer as fronteiras contra a invasão dos castelhanos. Neste contexto, os estancieiros se convertiam em caudilhos combatentes. No lado brasileiro, as estâncias começaram a exportar charque para abastecer as populações que trabalhavam nas minas. Com o

crescimento das *charqueadas*, foi introduzida a mão-de-obra negra e escrava e ocorreu um distanciamento entre o patrão e o peão. Na observação de Ribeiro, o novo peão – escravo e soldado nas refregas entre os caudilhos nas célebres *califórnicas* – é “cada vez mais pobre e mais mal pago, come menos e vive mais maltrapilho” (1995:422).

Com o aumento da população no território sulino, apareceram os *sobrantes*, ou seja, a mão-de-obra de reserva nas estâncias. Estes *gaúchos-a-pé* ou *neogaúchos* – como foram identificados – se estabeleceram na condição de biscateiros, diaristas, arrendatários, trabalhadores sazonais, vítimas dos achaques da pobreza, um subproduto do latifúndio pastoril. Ficaram destituídos de possibilidades reais para se alçarem à condição de *cidadãos*.

Na história gaúcha dos vencidos, há muitos indígenas. Basta nos reportarmos à destruição das *reduções jesuíticas* nos Sete Povos das Missões, as quais existiram entre 1610 e 1634. O seu extermínio significou o aniquilamento de uma das formas mais expressivas de resistência à dominação portuguesa no Sul do país. Além deste episódio, segundo Arnaldo Bruzel (1978:17), de 1612 a 1638, os bandeirantes (portugueses paulistas) levaram cativos das selvas e das reduções mais de 300 mil índios e venderam em mercados brasileiros, como escravos, uns 60 mil.

No processo de colonização do Brasil, o índio foi tratado como *animal* e o negro como *mercadoria*. Portanto, destituídos de dignidade e direitos. O massacre destes povos, sobretudo dos indígenas, representa também a tentativa de extirpar um modo de vida baseado no extrativismo *ambientalmente responsável*. Conforme Egídio Fiorotti (1995:70 e 71), grande parte dos indígenas que sobreviveram à chacina nos Sete Povos das Missões, passaram a trabalhar na condição de agregados dos fazendeiros locais. O Estado reprimiu a sua cultura e religiosidade, bem como fomentou a mudança das atividades extrativas de caça, pesca e coleta para o trabalho assalariado. No conjunto das deserdações, os guaranis foram forçados a abandonar o uso de sua língua materna e adotar o português. Ademais, foram compelidos a alterar sua identificação, devendo assumir sobrenomes de ascendência portuguesa tais como: Pereira, Silveira, Oliveira, Azevedo, Machado e outros.

Até 1850, no Brasil, vigorava o sistema de *sesmarias* e *capitanias hereditárias*. A terra era livre e o trabalho era cativo. A Lei Imperial nº 601 de 18 de setembro de 1850, conhecida como a *Lei de Terras*, em seu artigo 1º dizia: “*Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não o de compra*”. Somados os efeitos da Lei de Terras

(segundo a qual só poderia ter terra quem tivesse capital/dinheiro) com a *Lei Euzébio de Queiroz* (1850), que extinguiu o tráfico negreiro, tinha-se agora a seguinte situação: a terra ficou cativa e o trabalho ficou livre. Na verdade, uma liberdade de fachada, dado que os escravos se viram obrigados a vender sua “mão-de-obra livre” ao dono da terra. Para o escravo, em muitos casos a vida piorou porque o salário nem lhe garantia a comida como antes.

Com a “crise de braços” para a economia brasileira, iniciou o processo de imigração européia. Mas, adverte Sandra J. Pesavento:

“A vinda de imigrantes estrangeiros para o Brasil no século XIX é um movimento que se insere no processo mais amplo da expansão do capitalismo a nível mundial. No plano europeu, o desenvolvimento do capitalismo em países como a Alemanha e a Itália foi capaz de gerar um excedente populacional sem terra e sem trabalho, que se converteu num foco de tensão social intenso. A acumulação de capital, a concentração da propriedade do solo e a emergência da indústria tiveram como contrapartida a expulsão do camponês da terra e a desarticulação do trabalho artesanal” (1997:45).

A remessa de excedente populacional desses países era interessante ao Brasil, que se encontrava num período de transição de mão-de-obra escrava para mão-de-obra livre. Assim, a partir do segundo quartel do século XIX começam a integrar o cenário étnico do Sul do país os imigrantes europeus, mormente *alemães* (cuja primeira leva chegou em São Leopoldo no ano 1824), *italianos* (chegados em 1875 nas Colônias de Conde D’Eu e Princesa Isabel), *poloneses* (a partir de 1890), *russos* e outros. No confronto dessas culturas “brancas” com as culturas nativas, não raras vezes verificaram-se hostilidades, discriminações e preconceitos raciais.

Do rescaldo sócio-cultural surgiram – conforme denomina Darci Ribeiro – os *gringos acabocladados*. Na verdade, um subgrupo originado pela ação excludente do latifúndio.

“A distinção se faz, hoje, tão evidente que *colono*, na região gringa, é pequeno proprietário e *caboclo* é o sem-terra [...]. Essa camada de *gringos acabocladados*, assim como os demais contingentes marginais do país, constitui uma reserva de mão-de-obra que opera como uma classe infrabaixa, posta no campo abaixo dos assalariados agrícolas e, nas cidades, abaixo dos integrados na força de trabalho com empregos permanentes” [grifos meus] (Ribeiro, 1995:442).

Para o autor, a classe infrabaixa funciona como “reductor da combatividade dos camponeses e operários pela melhoria de suas condições de vida e como um indutor do

conformismo, pela verificação de que mesmo o trabalhador humilde tem ainda o que perder, porque pode cair numa condição ainda mais degradada”. Com base nesta consideração, Ribeiro afirma que o povo brasileiro é um “povo em ser, impedido de sê-lo”. Um povo *mestiço na carne e no espírito*, muitas vezes afundado na *ninguendade* (1995:442 e 453).

É significativa a participação de estrangeiros (naturalizados e não naturalizados) na composição do cenário gaúcho nas últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX (*ver anexo 03*). Os habitantes com nacionalidade não declarada diminuem sistematicamente em face da ação do estado republicano de cunho positivista, que primou pelo estabelecimento da “ordem”. A partir de 1950, começa o decréscimo da população rural e o aumento inversamente proporcional da população urbana. Tal fenômeno se constata em nível nacional como é nítido também na região Alto Uruguai (Norte do Rio Grande do Sul), o que irei demonstrar mais adiante.

1.2. Política de colonização da região Alto Uruguai

No esforço de aproximar-me do objeto da presente pesquisa, passo a focalizar agora a formação histórica do Alto Uruguai gaúcho, onde a colonização oficial foi encetada no alvorecer do século XX. Nesse processo, especialmente na Colônia Erechim, é possível verificar que o *positivismo* deixou marcas profundas. Considerando esta influência, traço um quadro do contexto no qual ele surgiu e alguns impactos na região e sobre a ARCAN.

1.2.1. O pensamento positivista

O tema do positivismo permanecerá como pano de fundo para a análise do processo de constituição sóciopolítico da região Norte do Rio Grande do Sul. Contudo, a fim de compreender minimamente a sua influência local, vou expor alguns de seus princípios básicos. O “Positivismo” designa, pois, o conjunto de idéias instauradas pelo francês Augusto Comte (1798-1857) que formulou a *Lei dos Três Estados* e a *Lei da Classificação*, pelo que se transformou num dos fundadores da Sociologia moderna.

Esses Três Estados ou degraus seriam etapas pelas quais passariam os indivíduos e a coletividade (sociedade/humanidade). O primeiro estágio – de *caráter infantil, mágico ou mítico* – corresponderia a uma situação de fantasia e não entendimento das leis que regem o universo físico e social. O segundo degrau estaria identificado com o despertar da *consciência racional* sobre o funcionamento da ordem universal e social. A terceira etapa

(fase superior) seria de domínio da *filosofia positiva*, isto é, da ciência, da técnica e da indústria.

Conforme Comte, as leis naturais são “relações de semelhança ou de sucessão que ligam entre si os fenômenos físicos, sociais e morais e que permitem por uns prever os outros” (Dicionário de Ciências Sociais, 1987:938). Assim como há uma ordem natural na formação do universo físico, também a sociedade e os indivíduos obedecem a uma lei imanente. Essa lei deveria ser conhecida e obedecida a fim de que todas as coisas pudessem prosperar. No positivismo, o *conhecimento* é elemento fundamental: “saber para prever a fim de prover”. Os positivistas republicanos entendiam que na sociedade deve prevalecer o chamado “governo dos sábios”, dos que atingiram o estágio positivo, ou seja, a capacidade do discernimento.

“A sociologia positiva compreende uma parte estática, que é o estudo do organismo social, e uma parte dinâmica, que analisa a evolução humana. A estática representa a ordem social e a dinâmica, o progresso” (Dicionário de Ciências Sociais, 1987:938). Nesta perspectiva, o positivismo consagrou o célebre lema: “*O amor por princípio e a ordem por base; o progresso por fim*”. Para Comte, “o progresso cumpre-se quando se passa de uma situação de desequilíbrio ou, mesmo, de desordem para um estado onde reine uma justa proporção entre os elementos do conjunto” (Bosi, 1992:290).

Para a historiadora Sandra Jatahy Pesavento, o positivismo é simultaneamente “progressista” e “conservador”:

“No contexto europeu, a ideologia positivista surgiu como defensora da sociedade burguesa em ascensão e do desenvolvimento capitalista. Para conservar a ordem burguesa, era essencial que se acelerasse o desenvolvimento industrial. Dessa forma, a ordem era a base do progresso; o progresso era a continuidade da ordem. Assim, a visão positivista era progressista e conservadora ao mesmo tempo, ou seja, pretendia conciliar o progresso econômico com a conservação da ordem social” (1997:67).

Em parte, o pensamento coincide com a análise do pesquisador Enori Chiaparini¹⁰, segundo o qual o positivismo é uma doutrina conservadora que defende a necessidade de desenvolver lentamente, sempre preservando a ordem social. Dever-se-ia evitar o desenvolvimento rápido demais que causasse impactos negativos: “Nada de revolução. Para o positivismo, a revolução é uma doença”. A abordagem é reiterada pelo professor Ernesto

¹⁰. Enori CHIAPARINI é professor e pesquisador do Departamento de Turismo da Prefeitura Municipal de Erechim – RS. Entrevista concedida ao autor no dia 29 de setembro de 2004.

Cassol¹¹, para quem o positivismo procurava evitar ou amainar conflitos sociais. E assim fazia por entender que isto geraria o *caos social*. “Até restabelecer o caminho da ordem para o progresso e a lei da evolução natural se pagaria um preço muito elevado”, afirma Cassol. Em suma, tratava-se de melhorar conservando ou conservar melhorando, com base no aforismo “*natura non facit saltus*” (a natureza não dá saltos), atribuído a Leibnitz.

O positivismo interferiu bastante na história do Brasil, principalmente através dos militares republicanos que tiveram grande participação na Abolição da Escravatura, amparados no pensamento de Comte. Para este, “a escravidão colonial não era fruto da evolução biológica da espécie, mas uma “anomalia monstruosa” que deveria ser extirpada. Ao Estado republicano caberia fazê-lo” (Bosi, 1992:279). Advém daí o envolvimento efetivo na Proclamação da República, bem como outros rastros deixados no slogan da Bandeira Brasileira – “Ordem e Progresso” –, no Hino Nacional e na primeira Constituição Republicana promulgada em 24 de fevereiro de 1891.

No que diz respeito à relação Estado/Sociedade Civil, havia entre os positivistas modos diferentes de pensar, como informa Alfredo Bosi:

“O positivismo ortodoxo (Miguel Lemos, Teixeira Mendes e, menos enfaticamente, Benjamin Constant) sustentava o projeto de um Estado centralizante, racionalizador e, no limite, tutelar. O evolucionismo de tipo spenceriano (de um Sílvio Romero, por exemplo) pedia para o liberalismo clássico e acreditava na sabedoria da seleção natural que, mediante processos de concorrência, premiaria os mais capazes. Coerentemente: os positivistas ortodoxos queriam um presidente forte, um cérebro ativo na chefia do Estado; os evolucionistas, ao contrário, farão o elogio do parlamentarismo burguês com suas reformas espontâneas, lentas e graduais. Uns e outros, porém (e este é um signo da sua modernidade), propunham um modelo político que substituísse o do velho Império oligárquico e escravista” (1992:237).

Em tese, o positivismo se pauta pela via da evolução, acatando os ideais de igualdade, de liberdade e de fraternidade. Entende que na sociedade não somos todos iguais, mas temos que nos dobrar a uma ordem de solidariedade. Destarte, nem todos seriam proprietários dos meios de produção, por exemplo. O poder público, contudo, exerceria o papel de mediador fazendo com que os proprietários, por dever de *patriciado*, assumissem o compromisso moral e político de atender as necessidades sociais dos proletários.

¹¹. Ernesto CASSOL é professor de História na Universidade Regional Integrada (URI – Campus de Erechim), desde 1971, com Mestrado em História Econômica do Brasil pela Universidade Federal do Paraná. Entrevista concedida ao autor no dia 30 de setembro de 2004.

Este era o ideal traçado pelo *Estado-Providência* onde, como explica Bosi, “a recompensa do mérito iria para os fortes e a assistência benévola, para os fracos” (1992:274). Sob a ação de um Estado com o papel previsor, provedor e regulador, criar-se-ia uma *sociedade altruísta* que, a seu modo, seria capaz de estimular a produção e corrigir as desigualdades do mercado. Em se opondo ao liberalismo clássico do tipo *laissez faire*, o positivismo social buscou “retificar o capitalismo mediante propostas de *integração das classes* a ser cumprida por uma vigilante *administração pública dos conflitos*” (Bosi, 1992:282).

No setor industrial e comercial, tinha-se o cuidado de implantar leis trabalhistas que estabelecessem um mínimo de salário, previdência e assistência sociais e direito à aposentadoria. A concepção positivista de sociedade é sumamente funcionalista. Cada um teria a sua função específica a cumprir de acordo com o seu conhecimento e preparação. Os sábios deveriam fazer as leis, ensinar e governar. Aos outros caberiam as demais funções. Enfim, cada um fazendo a sua parte, o organismo social funcionaria bem.

O Rio Grande do Sul transformou-se num dos redutos mais radicais do positivismo doutrinário. Esta prática política predominou nos governos republicados pós-revolução federalista de 1893. Surgiram grandes adeptos do positivismo, tais como: Nunes Ribeiro, Antônio Augusto Borges de Medeiros, Getúlio Vargas, Lindolfo Collor e Júlio de Castilhos. Este último promulgou a primeira Constituição Estadual de 14 de julho de 1891, conhecida como Constituição Castilhista.

De acordo com Pesavento, “a ideologia positivista no Estado desempenhava o papel de contornar o conflito social a fim de possibilitar o desenvolvimento de acumulação privada de capital” (1997:81). Portanto, tratava-se de uma configuração do capitalismo da época. Na terceira década do século XX, mais especialmente com a Revolução de 1930, o positivismo se enfraqueceu e começou a ser superado por outras forças sociais e econômicas (liberais) advindas da segunda guerra mundial.

1.2.2. A “ordem” e o “progresso” na Colônia Erechim

Com a implantação da República (1889), as terras devolutas passaram a ser propriedade do Estado, ficando sob seu domínio, conforme estabelecido pelo artigo nº 64 da Constituição Federativa de 1891. No Rio Grande do Sul, com a criação da Diretoria de Terras e Colonização, em 1895, começou-se a estimular a colonização oficial para ‘regularizar a

instalação de particulares que aí tinham se estabelecido tumultuariamente, atraídos pela grande fertilidade das terras¹².

Diante desta conjuntura, o poder público estadual resolveu implantar, no Norte gaúcho, a Colônia Erechim. Conforme Ernesto Cassol, “esse território foi objeto de uma experiência positivista única no universo”¹³. A *Colônia Erechim*¹⁴, com uma área de 5.029 km², foi criada em 06 de outubro de 1908 pelo então Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Carlos Barbosa Gonçalves, de formação positivista. Ainda segundo Cassol (1979:28), o escritório da nova Colônia foi instalado à margem direita do Rio dos Índios, onde hoje está situada a cidade de Getúlio Vargas. Em 1916, o mesmo foi transferido para o prédio do Castelinho no povoado de Paiol Grande, centro da atual cidade de Erechim¹⁵. O primeiro grupo de colonos imigrantes (composto de 36 pessoas) chegou à Colônia no ano 1910.

A colonização foi pensada com vistas à “implantar as bases de uma sociedade ordenada para que houvesse um progresso material que respeitasse as etapas, o modo de ser e a cultura das populações nativas, os ditos “nacionais” (caboclos, brasileiros, indígenas, enfim, populações pouco miscigenadas)”¹⁶. Para Chiaparini¹⁷ a colonização positivista teve ampla tolerância étnico-racial: “O positivismo procurava dirimir e temporizar conflitos sociais. Tentava aproximar etnias e classes, se bem que deu prioridade à raça branca por acreditar que esta seria mais evoluída”, afirma. Na região, essa preferência se evidenciou na política de distribuição das propriedades. Via-de-regra, as terras mais bem situadas foram destinadas aos imigrantes; já as mais recostadas e retiradas, aos caboclos.

Aldeando os índios, o positivismo acreditava ser possível prepará-los, ainda que de maneira lenta, para que fossem incorporados à sociedade “mais evoluída”. Na opinião de Chiaparini, mesmo com este cuidado para não fazer terra arrasada, o nosso índio não deixou de ser *violentado e descaracterizado*. Ficou uma personalidade traumatizada, indo a reboque da civilização branca. “Os índios e caboclos são os perdedores da história, embora não tenha

¹². Cf. Relatório da Secretaria das Obras Públicas/ Diretoria de Terras e Colonização – 1909, Porto Alegre, OP 101, In: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

¹³. CASSOL, Ernesto. Entrevista concedida ao autor no dia 30 de setembro de 2004.

¹⁴. O território da Colônia Erechim estava contido no então município de Passo Fundo. Assumiu a direção da primeira Comissão de Terras e Colonização da referida Colônia, Severiano de Souza e Almeida, engenheiro agrimensor, fervoroso republicano formado na Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

¹⁵. De origem tupi-guarani, o topônimo “Erechim” significa “*Campo Pequeno*”. A denominação foi alterada diversas vezes. Concebido como *Paiol Grande*, o povoado passou a ser *Boa Vista*, depois *Boa Vista do Erechim*. Mais tarde veio a ser *José Bonifácio* e, finalmente (a partir de 29/12/1944), por força da insistência e como justa homenagem aos primeiros habitantes ficou sendo *Erechim*.

¹⁶. CASSOL, Ernesto. Entrevista concedida ao autor no dia 30 de setembro de 2004.

¹⁷. CHIAPARINI, Enori. Entrevista concedida ao autor no dia 29 de setembro de 2004.

sido uma perda total. Sobrou um pouco de tempo para aflorar um mínimo de consciência e resistência. Tanto é que a gente vê no Votouro (aldeamento indígena) um movimento forte de reivindicação de direitos”¹⁸. A temática da relação entre imigrantes (colonizadores) e habitantes autóctones é muito instigante. Porém, não é meu objetivo aprofundá-la aqui.

O programa de colonização positivista foi concebido com base na propriedade privada, observando-se a padronização dos módulos coloniais com 10 alqueires, ou seja, 25 hectares. Na realidade local, esta medida era considerada suficiente para a subsistência de uma família. O positivismo elegeu a família como unidade ideal de trabalho. Ligada por laços sanguíneos, afetivos e de solidariedade – não meramente por contrato jurídico – a família estaria menos propensa aos conflitos trabalhistas “como se verifica numa relação onde um compra e outro vende a sua capacidade de trabalho e onde o salário, o tempo e as condições de trabalho são sempre potenciais objetos de conflito”, salienta Cassol.¹⁹

Em análise do assunto, o professor Nédio Piran²⁰ acrescenta: “O positivismo tinha intenção de criar uma classe média no meio rural²¹. Com o excedente populacional nas colônias velhas, tentou resolver o problema transferindo a população para outra região de fronteira agrícola e dando a possibilidade de ser dono de um pedaço de terra. O positivismo desenvolve toda uma ideologia do trabalho, que é uma das marcas da nossa região. É a ideologia de que trabalhando mais você enriquece.”

A Colônia Erechim, uma das últimas regiões do Estado a ser colonizada, foi amplamente planejada a partir do eixo ferroviário Norte-Sul, ligando Sorocaba/SP a Santa Maria/RS. A via férrea²² que passava por Paiol Grande foi concluída em 1910²³, sendo que em 03 de outubro daquele ano apontou o primeiro trem de passageiros (com imigrantes

¹⁸. Ibidem.

¹⁹. CASSOL, Ernesto. Entrevista concedida dia 30 de setembro de 2004.

²⁰. Nédio PIRAN é professor de Geografia, História e Realidade Brasileira na Universidade Regional Integrada (URI) – Campus de Erechim. É Mestre e Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita Filho UNESP/SP. Entrevista concedida ao autor em 28 de setembro de 2004.

²¹. Esta observação encontra sustentação na crítica feita pelo então presidente do Estado, Getúlio Vargas, à estrutura fundiária gaúcha. No “Discurso de abertura do III Congresso Rural” (maio de 1929), Vargas defendia a necessidade de *retalhar os latifúndios* para garantir o modelo da *pequena propriedade da zona colonial* (grifos meus). Ver Bosi, 1992:286.

²². A ferrovia foi construída pela empresa belga “Compagnie de Chemin de Fer du Brésil”. O presidente do Estado, Borges de Medeiros, transferiu em 1920 as vias férreas das mãos desta Companhia para a administração estadual, alegando que competia ao Estado exercer a ação reguladora dos serviços públicos. E alegava: “Pelos caminhos de ferro o Estado, se não é senhor absoluto do mercado, ao menos não é escravo dele” (Cf. Bosi, 1992:290).

²³. No trecho entre Passo Fundo e Marcelino Ramos foram criadas onze estações: Coxilha; Sertão; Erechim (a partir de 1935 passou a ser conhecida como Estação Getúlio Vargas); Erebangó (cujo nome quer dizer *Campo Grande*); Caporê (que na etimologia Kaingang significa *Campo das Pulgas*); Paiol Grande (atual cidade de Erechim); Baliza; Barro (a partir de 1944 passou a se chamar Gaurama); Viadutos; Canavial e Marcelino Ramos (até 1912, conhecido como Alto Uruguai).

européus). Estes vieram em sucessivas levas para colonizar a região à base da foice, machado, fogo e enxada, imprimindo a policultura agrícola e a pecuária. Desde o começo, Erechim²⁴ se estruturou para ser uma pequena capital regional.

Com a facilitação de acesso, o apoio governamental²⁵ e as sistemáticas propagandas em panfletos e nos periódicos que circulavam na época, a região Alto Uruguai foi rapidamente povoada por colonos descendentes de europeus, sobretudo alemães, italianos e poloneses. Contudo, existem diferenças expressivas entre a política de colonização adotada na região Centro-Nordeste do Estado, nas chamadas *Colônias Velhas*, e a Colônia Erechim, observa Piran: “Aqui, os lotes rurais têm tamanho menor (25 hectares, ou pouco mais, no início; e, mais tarde, em torno de 12,5 hectares). Os lotes são vendidos e não doados, como em parte das Colônias Velhas. Os colonizadores são, em sua grande maioria, descendentes de imigrantes das Colônias Velhas, e não imigrantes diretos da Europa” (2001:21).

Pelo decreto nº 2.098 de 13 de julho de 1914, o governo do Rio Grande do Sul punha fim à imigração oficial subsidiada. A eclosão da 1ª guerra mundial foi um dos principais fatores a determinar o estancamento da imigração. Segundo dados do IBGE, “em 1915, a população da Colônia já ascendia para 27.359 habitantes, dos quais 7.114 eram brasileiros, 5.721 poloneses, 246 suecos, 3.652 alemães, 1.827 italianos, 722 austríacos, 106 espanhóis, 74 franceses, 734 portugueses e 7.863 de diferentes nacionalidades” (Cassol, 1979:115). O município de Erechim²⁶ foi criado pelo decreto nº 2.342 de 30 de abril de 1918, tendo então uma população de 38.526 habitantes.

²⁴. O traçado das principais ruas da cidade de Erechim também retrata o modelo positivista. Carlos Torres Gonçalves foi quem delimitou a cidade e desenhou o centro urbano. O planejamento viário foi inspirado em conceitos urbanísticos usados nos traçados de Washington (1791) e Paris (1850), caracterizando-se por ruas bem largas; forte hierarquização e criação, com ruas diagonais ao xadrez básico e pontos de convergência.

²⁵. A lei nº 28 de 05 de outubro de 1899, que discorria sobre “Terras Públicas, Colonização e Florestas do Estado do Rio Grande do Sul”, em seu artigo 67 prescrevia: “A todo o estrangeiro, seja qual for a sua nacionalidade, vindo espontaneamente para o Estado e que queira dedicar-se à agricultura e constituir-se pequeno proprietário rural, dará o Governo transporte desde a cidade do Rio Grande (cidade portuária) até o lugar de destino”. Já o artigo 73 firmava o compromisso do governo em relação ao assentamento destes colonos: “Na ocasião do estabelecimento receberá o imigrante, ferramenta de trabalho (enxada, pá, alvião, machado, facão, martelo e pregos) até a quantia de 30\$000, que será debitada”. O incentivo também se estendia à área da saúde.

²⁶. O município abrangia praticamente todo o território da Colônia Erechim, área que hoje compõe os municípios de: Aratiba, Áurea, Barão de Cotegipe, Barra do Rio Azul, Benjamin Constant do Sul, Campinas do Sul, Carlos Gomes, Centenário, Charrua, Cruzaltense, Entre Rios do Sul, Erebangó, Erechim, Erval Grande, Estação, Faxinalzinho, Floriano Peixoto, Gaurama, Getúlio Vargas, Ipiranga do Sul, Itatiba do Sul, Jacutinga, Marcelino Ramos, Mariano Moro, Maximiliano de Almeida, Paulo Bento, Ponte Preta, Quatro Irmãos, São Valentim, Sertão, Severiano de Almeida, Três Arroios e Viadutos.

Anterior a isso, a região era habitada por indígenas "Kaingang"²⁷, pertencentes ao grupo lingüístico "Jê" e caboclos. No dizer da pesquisadora Ítala Irene Becker (*apud* Cassol, 1979:19), eles foram empurrados para a zona do Alto Uruguai pela ação colonizadora do século XIX - alemães e italianos. Outros estudiosos admitem que indígenas viviam aqui há centenas de anos, tendo entrado no quadrante Norte do Rio Grande do Sul pelo Passo do "Goio-en".

A subsistência dos Kaingang se apoiava basicamente no pinhão, na caça, na pesca e na horticultura. Com a colonização e o conseqüente confinamento dos indígenas em reservas, os "bugres" – como foram denominados pelos colonizadores – passaram a confeccionar e vender alguns artesanatos, sobretudo cestos, especialidade com a qual se deram a conhecer na região. Em Votouro, um dos maiores aldeamentos Kaingang da região Alto Uruguai, no ano 1902 existiam 600 índios, diminuindo para 270 em 1967 (Cassol, 1979:22). Segundo o censo do IBGE/2000, em Benjamim Constant do Sul (incluindo a comunidade Kaingang de Votouro e a comunidade Guarani de Guabiroba) havia uma população indígena de 1.111 pessoas. A mesma fonte indica para aquela data a existência de 138 indígenas na comunidade de Ventarra, município de Erebangó²⁸.

Os índios denominavam genericamente de "birivas" todos os estranhos que adentrassem na região, quer fossem aventureiros nômades, descendentes de bandeirantes, foragidos da justiça, fugitivos das revoluções ou imigrantes (colonizadores). Dando cobertura a este período, escreveu Romeu Paiva (1951:30): Os paulistas "captavam a simpatia do índio (Kaingang), daí resultando o cruzamento [...]. Desse cruzamento originou-se o nosso caboclo nômade, cujos traços étnicos muito se assemelham ao índio".

De acordo com o padre Benjamim Busato,²⁹ a Revolução de 1893 foi uma das grandes causas do povoamento da região antes da colonização oficial do governo. Vinham "birivas" de toda espécie e com os mais escusos interesses. Aos poucos, os índios ('*donos da casa*') foram se transformando em *desterrados em sua própria* terra, como afirma Sérgio Buarque

²⁷. Darcy Ribeiro adverte que além dos povos Tupi, diversos outros povos indígenas tiveram participação importante na formação do povo brasileiro. Uns como escravos e outros como "inimigos irreconciliáveis, imprestáveis para escravos porque seu sistema adaptativo contrastava demais com o dos povos Tupi. É o caso, por exemplo, dos Bororo, dos Xavante, dos Kayapó, dos *Kaingang* (grifo meu) e dos Tapuia em geral" (1995: 35).

²⁸. Além da Reserva Indígena de Votouro (com 3.053 ha), Guabiroba (com 741 ha), Ventarra (com 753 ha), há também na região a Reserva Indígena Ligeiro (com 4.552 ha, no município de Charrua).

²⁹. CHICO TASSO. *Notas Históricas dos Anos 1700 – 1900*. In: Jornal "A Voz da Serra", 03 de maio de 1980, p. 7. "Chico Tasso" e "Beppi Scuria" eram pseudônimos utilizados pelo padre Benjamim Busato que trabalhou como coadjutor e pároco na Paróquia São José de Erechim (atual Catedral São José) entre 1926 e 1950.

de Holanda (2003:31). A “limpeza da área” para efeitos da colonização, produção ostensiva ou até mesmo estabelecimento de grandes latifúndios improdutivos é política corrente ainda hoje pelo Brasil afora.

Escrevendo num dos jornais locais³⁰, padre Busato relata que entre 1924 e 1930 a região Alto Uruguai viveu um período muito tumultuado pelos constantes ataques entre borgistas (governistas) e assisitas (oposicionistas), também conhecidos respectivamente como *chimangos* e *maragatos*. E afirma: “Uma triste consequência deste tempo foi ter-se criado um antagonismo entre colonos e caboclos, situação que explicaria uma série de mortes durante e depois deste período de insegurança”.

O empreendimento colonizador despertou o interesse de duas empresas particulares: a "Colonizadora Luce-Rosa & Cia" e a ICA (Jewish Colonization Association). A primeira com uma gleba de terras que atingia os atuais municípios de Três Arroios, Gaurama, Severiano de Almeida, Aratiba e o distrito de Sede Dourado, e se expandia pelo território catarinense. Noutra quadrante da Colônia Erechim, em Quatro Irmãos, os judeus operavam no mesmo intuito com a ICA, tendo estimulado o surgimento dos povoados Barão Hirsch, Baronesa Clara, Bela Vista e Chalet.³¹

Enfim, cabe sublinhar as marcas deixadas pelo positivismo no âmbito regional. É interessante observar, por exemplo, como diversos topônimos põem a salvo a memória de grandes adeptos desta filosofia. Uns, nomeando municípios como: *Benjamin Constant*, *Getúlio Vargas*, *Floriano Peixoto*, *Severiano de Almeida* e o próprio *José Bonifácio* (nome que foi substituído por “Erechim”). Outros, identificando avenidas, ruas e praças da cidade de Erechim: *Maurício Cardoso*, *Júlio de Castilho*, *Rui Barbosa*, *José do Patrocínio*, *Torres Gonçalves*, etc. Valeria uma pesquisa específica sobre o assunto.

1.3. A emergência de uma cidade pólo

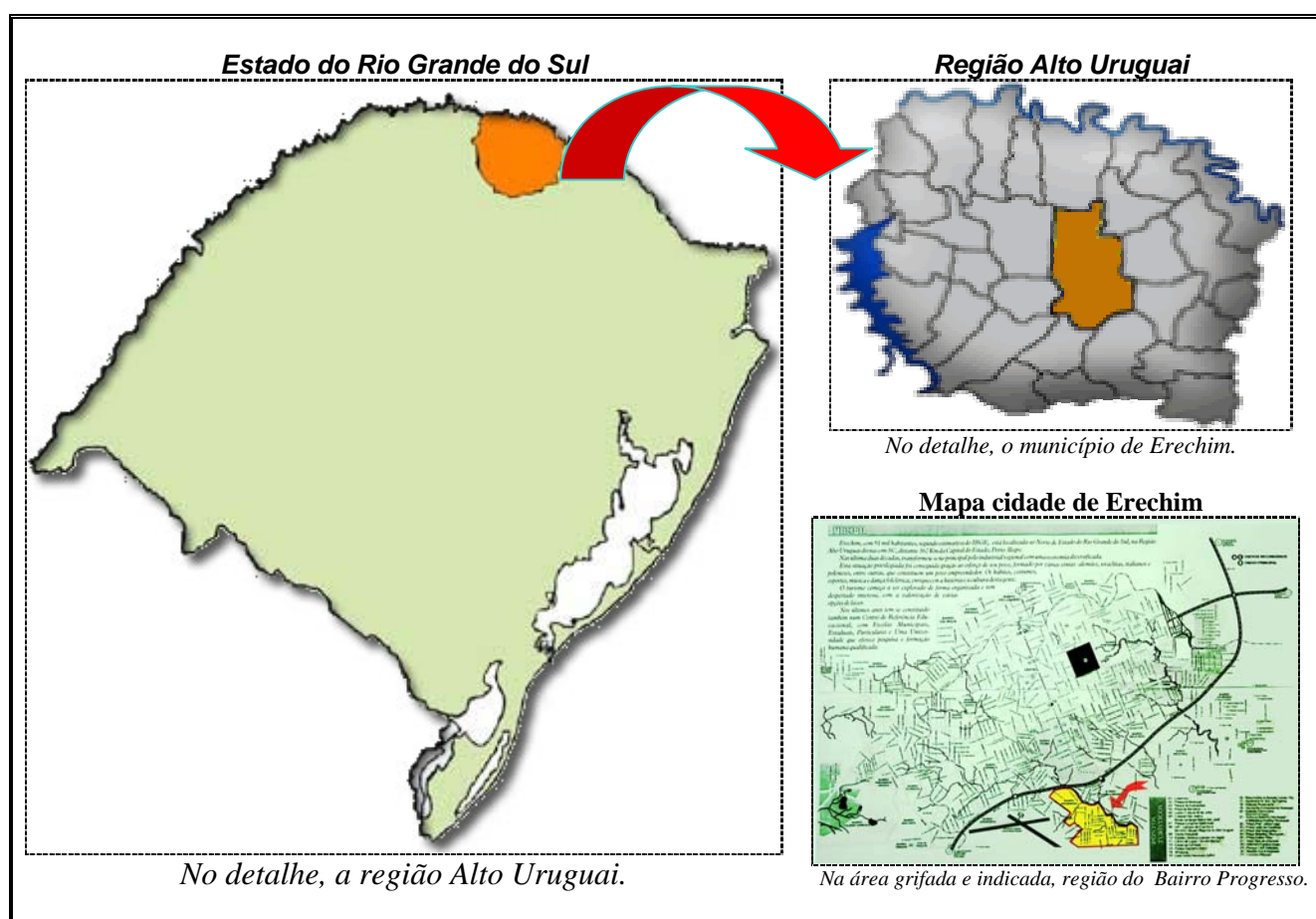
A seguir, tentarei resenhar alguns aspectos da trajetória do município de Erechim. Município que, no decurso do tempo e com a influência de diversas variáveis, passou de “capital do trigo” a “capital do Alto Uruguai gaúcho”. Portanto, de uma vocação

³⁰. Jornal *A Voz da Serra* de 06 de agosto de 1967.

³¹. Cf. Cassol (1979:130-131), a Jewish Colonization Association adquiriu em 1913 do Governo do Estado uma extensão de 95.000 hectares, constituída e colonizada como fazenda Quatro Irmãos. Já a Empresa Colonizadora Luce Rosa & Cia recebeu do Governo do Estado, entre 1915 e 1917, aproximadamente 410 milhões de metros quadrados como indenização de outras áreas desapropriadas. No interior da Colônia Erechim, esta empresa assentou mais de 1.000 famílias de colonos.

eminentemente *rural/agrícola* para uma caracterização que evidencia o predomínio do desenvolvimento regional concentrado no *espaço urbano*.

O título “capital do Alto Uruguai” não é gratuito. Tem razões históricas ligadas à localização da sede da colônia (atual cidade de Erechim) que foi priorizada desde o começo. Hoje a cidade é servida pela BR 153 e várias outras rodovias que funcionam como canais de drenagem do desenvolvimento dos municípios vizinhos para este pólo regional. “O poder público transformou Erechim num centro. Aqui foram implantados todos os órgãos de Secretaria de Estado. Isso dá uma série de vantagens comparativas”.³²



1.3.1. Aspecto físico

O município de Erechim localiza-se na região Norte do Rio Grande do Sul. A cidade dista 360 Km da capital (Porto Alegre) e está a 27°38'02.45" de Latitude Sul; 52°16'26.4" de Longitude Oeste e a 783 metros de Altitude. Limita-se a Norte com o município de Aratiba; a Sul com os municípios de Erebangó e Getúlio Vargas; a Leste com os municípios de

³². PIRAN, Nédio. Entrevista concedida ao autor em 28 de setembro de 2004.

Gaurama, Áurea e Três Arroios; a Oeste com os municípios de Quatro Irmãos, Paulo Bento e Barão de Cotegipe.

Na classificação geral dos climas do Brasil, a região se insere no clima subtropical, uma espécie de transição entre o tropical e o temperado. Conforme Nédio Piran³³, temperaturas baixas com formação de geadas e, eventualmente, neve são fenômenos mais típicos do clima temperado. As altas temperaturas verificadas nos períodos de verão e primavera são próprias de climas tropicais. Em geral, o clima é definido pela circulação de duas massas de ar, a polar atlântica e a tropical atlântica. Uma é fria e úmida, a outra é mais quente. Ao entrarem em choque, geralmente provocam chuva.

O fenômeno climático não se altera com facilidade. Contudo, a ação humana pode interferir de modo significativo. “O que se constata é o agravamento dos efeitos climáticos. Uma enchente, por exemplo, pode provocar muito mais estragos hoje do que no passado, não porque chova mais, mas em função do desmatamento, assoreamento e entulhamento dos rios”, observa Piran. Nas cidades, o problema se agrava junto às populações ribeirinhas. Normalmente essas áreas com deficientes ou inexistentes sistemas de escoamento são ocupadas pelos mais pobres.

A textura morfológica do Alto Uruguai é fundamentalmente basáltica. “Quanto ao relevo, a região situa-se no Planalto Meridional Brasileiro, mas podemos distinguir dois domínios principais de acordo com a topografia: um na porção Norte, com uma topografia muito movimentada, com vales encaixados; outro, no Sul, com topografia bem mais suave, menos movimentada” (Piran, 2001:26).

1.3.2. Aspecto político-administrativo e demográfico

No decorrer de sua história, o município de Erechim sofreu uma inversão entre o aspecto político-administrativo e demográfico (*ver anexos 04 e 05*). Cedeu território para a constituição de novos municípios e, simultaneamente, num movimento oposto, foi atraindo população destes e de outros municípios para o seu perímetro urbano. Em 1918, por exemplo, Erechim possuía uma área geográfica de 6.134,50 Km² com uma população de 38.526 habitantes; passando a ter, em 1940, uma área de 4.691 Km², com 107.035 pessoas e,

³³. Idem

em 2003, apenas 430,764 km², com uma população projetada para o ano de 92.736 habitantes³⁴.

Em 1940, a população do município de Erechim era constituída por 100.255 brasileiros natos; 1.672 brasileiros naturalizados; 5.095 estrangeiros e 13 de nacionalidade não declarada. Quanto à composição étnica, predominavam os de ascendência estrangeira: *polonesa* (com 964 homens e 998 mulheres); *italiana* (com 593 homens e 518 mulheres); *alemã* (com 503 homens e 455 mulheres); *rusa* (com 322 homens e 293 mulheres). Os brasileiros naturalizados tinham as seguintes procedências: *Polônia* (com 423 homens e 291 mulheres); *Itália* (com 229 homens e 103 mulheres); *Alemanha* (com 133 homens e 97 mulheres) e *Rússia Européia* (com 110 homens e 73 mulheres)³⁵.

Pode-se verificar também um sistemático e ascendente processo de urbanização, com destaque maior para as décadas de 1950 e 1960, o que está diretamente vinculado ao fenômeno do êxodo rural. De forma mais notória, a partir de 1950 o minifúndio vem sofrendo terríveis abalos e muitas famílias avançam para Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso em busca de novas terras. Por aventura ou desventura, uma grande leva acaba se transferindo para a cidade, sobretudo Erechim e Chapecó/SC.

Em 1970, a região Norte somava uma população urbana de 69.075 pessoas (33,8% do total). A população rural era de 134.946 habitantes (66,2%). Em 1980, a população total diminuiu para 201.797 pessoas, sendo que 83.535 estavam estabelecidas no meio urbano (41,39%) e 118.262 no meio rural (58,60%). No ano 2000, a somatória da população da região subiu para 223.069 habitantes, dos quais 142.725 na zona urbana (63,98%) e 80.344 na zona rural (36,02%).

Para Nédio Piran, além dos números evidenciarem um significativo êxodo rural, eles também “demonstram a evasão populacional da região, pois, mesmo que as cidades tenham crescido, este crescimento foi inferior ao total de evadidos do meio rural” (*apud* Zanella, 2004:155). Conforme atualização do IBGE/2003, na região Alto Uruguai somente Erechim e Estação cresceram em número de população. Os demais municípios, todos diminuíram.

Segundo dados do IBGE/2000, o município de Erechim possuía uma população bastante jovem: 52,75% de seus habitantes tinham menos 30 anos de idade. A faixa entre 10 e 19 anos era a que apresentava o maior índice: 18,28%. O menor contingente (8,10%)

³⁴. Dados fornecidos pelo IBGE, Agência de Erechim /RS.

³⁵. Cf. Censo do IBGE/1940.

estava com idade entre 50 e 59 anos. Com 60 anos ou mais, havia 9,88% da população. A Fundação de Economia e Estatística (FEE) do Rio Grande do Sul apontou, no ano 2003, uma densidade demográfica para o município de Erechim de 215,6 hab/Km² e uma taxa de urbanização de 91,9%.

No ano base 2000, havia no município uma taxa de analfabetismo de 5,22% e uma expectativa de vida ao nascer de 73,47 anos³⁶. De conformidade com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) municipal no ano indicado era de 0,826, garantindo para Erechim a 57^a posição no ranking estadual e a 166^a no ranking nacional.

1.3.3. Aspecto econômico

No período da colonização, a economia de Erechim se assentava basicamente sobre a atividade extrativista e a produção de gêneros alimentícios, entre os quais a banha, o milho e o feijão. No extrativismo sobressaíam-se a erva-mate e a madeira, esta comercializada de dois modos: 1) *Sem beneficiamento* – pelos balseiros que a levavam pelo Rio Uruguai até San Thomé e Paso de Los Libres, na Argentina; 2) *Beneficada* – pelas diversas serrarias instaladas na região.

Em 1940, Erechim sediou a 4^a festa estadual do milho. Contudo, o que predominou até o final da década de 1960 foi a cultura do trigo, tanto é que o município chegou a ostentar, em 1953, o título de *capital do trigo* na 3^a festa nacional deste produto. Na década de 1970, expandiu-se o cultivo da soja. A partir da década de 1980 houve uma diversificação de culturas. Desde 1966, com a realização da primeira Feira Industrial e Agropecuária de Erechim (a Frinape) começou-se a dar destaque para a indústria, setor que hoje se eleva à primeira grandeza na economia do município.

No ano 1991³⁷, no município de Erechim havia 33.549 pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, assim distribuídas: 5.116 no setor de agropecuária, extração vegetal e pesca; 6.726 no setor de indústria de transformação; 2.538 no setor da indústria da construção civil; 423 em outras atividades industriais; 5.147 no comércio de mercadorias; 1.282 no transporte e comunicação; 908 em serviços auxiliares da atividade econômica; 6.100 em prestação de serviços; 2.923 no social; 1.524 na administração pública e 862 em

³⁶. Cf. Site: www.fee.rs.gov.br

³⁷. IBGE - Censo demográfico /1991.

outras atividades. Por posição na ocupação principal e relação de emprego tinha-se 20.959 empregados, sendo 17.285 no setor privado e 3.674 no setor público; 8.501 trabalhadores por conta própria; 1.654 empregadores e 2.435 não remunerados.

Ainda em 1991, havia 57.707 pessoas (sendo 27.396 homens e 30.311 mulheres) de 10 anos ou mais de idade com rendimento nominal médio mensal, assim distribuídas: até meio salário mínimo³⁸, 3.949; mais de meio a um salário, 7.893; mais de um a dois, 9.712; mais de dois a três, 5.383; mais de três a cinco, 4.466; mais de cinco a dez, 3.528; mais de dez a quinze, 885; mais de quinze a vinte, 391; mais de vinte, 582; sem rendimento, 20.683; sem declaração, 235. Também havia, com 10 anos ou mais de idade, 6.814 aposentados e pensionistas, sendo que 4.619 eram somente aposentados, 2.023 eram somente pensionistas e 172 eram aposentados e pensionistas.

No ano 2000³⁹, a população economicamente ativa⁴⁰ com 10 anos ou mais de idade no município de Erechim somava 46.838 pessoas, sendo 26.454 homens e 20.384 mulheres. Quanto à posição na ocupação no trabalho principal, das 41.182 pessoas ocupadas na semana de referência do censo demográfico/2000, 28.507 eram empregados; 1.627, empregadores; 9.294 trabalhavam por conta própria; 1.527 eram não remunerados em ajuda a membro do domicílio e 228 eram trabalhadores na produção para o próprio consumo. Dos empregados, 19.976 tinham carteira de trabalho assinada, 1.917 eram militares e funcionários públicos estatutários e 6.614 não tinham carteira de trabalho assinada.

Os não economicamente ativos, sempre na mesma faixa etária e ano base 2000, compreendiam 28.347 pessoas, sendo 9.437 homens e 18.910 mulheres. Quanto ao rendimento nominal mensal, tinha-se o seguinte quadro: até um salário mínimo⁴¹, 11.032 pessoas; de um a dois, 12.991; de dois a três, 8.724; de três a cinco, 7.511; de cinco a dez, 6.792; de dez a vinte, 2.431; mais de vinte, 1.176; sem rendimento, 24.528. Entre as sem rendimento estavam também as pessoas que recebiam somente em benefícios.

³⁸. Salário mínimo utilizado: Cr\$ 36.161,60.

³⁹. IBGE – Censo demográfico/2000.

⁴⁰. O IBGE considera como *população economicamente ativa* as pessoas que durante todos os 12 meses anteriores à data do Censo ou parte deles, exerceram trabalho remunerado em dinheiro e/ou produtos ou mercadorias, inclusive as licenciadas, com remuneração, por doença, com bolsas de estudo, etc., e as sem remuneração que trabalharam habitualmente 15 horas ou mais por semana numa atividade econômica, ajudando à pessoa com quem residiam ou à instituição de caridade, beneficente ou de cooperativismo ou, ainda, como aprendizes, estagiárias, etc. Também foram consideradas nesta condição as pessoas de 10 anos ou mais de idade que não trabalharam nos 12 meses anteriores à data de referência do Censo, mas que nos últimos dois meses em relação a esta data tomaram alguma providência para encontrar trabalho.

⁴¹. Valor do salário mínimo utilizado: R\$ 151,00.

Em 2002, havia no município de Erechim 57 mil pessoas economicamente ativas. Estimava-se que quatro mil não tinham renda e outras seis mil estavam trabalhando na informalidade, o que perfazia um índice aproximado de 17,5% de desempregados⁴². Naquele mesmo ano, o PIBpm de Erechim alcançou R\$ 922.325.461 e o Produto Interno Bruto per capita foi de R\$ 10.137⁴³. Nestas condições, o município figurava como 21ª economia do Rio Grande do Sul.

Conforme indicadores de 2002/2003, as fontes da economia municipal estavam assim hierarquizadas: *Setor de Serviços* - participando com 2.556 cadastros (39,38%); *Setor Industrial* (especialmente nos segmentos metal mecânico, moveleiro, de alimentos e vestuários) - com 729 plantas industriais (31,98%); *Setor Comercial* - com 2.922 estabelecimentos (22,30%); *Setor Primário*, com 2.576 propriedades (6,34%).

Na história de Erechim é possível distinguir várias fases. Segundo Júlio Brondani⁴⁴, o atual ciclo de desenvolvimento do município teria iniciado pelo ano 1998 com a inserção do segmento industrial no plano de competição nacional e internacional. Neste sentido, ele destaca especialmente a produção e exportação de carnes, balas e coletivos urbanos. A empresa Comil, por exemplo, produz em média dez ônibus por dia, sendo que cerca de 30% destina-se à exportação.

É precisamente sob as coordenadas econômicas que subsistem as grandes forças da exclusão social. Conforme Nédio Piran⁴⁵, “para o sistema capitalista excludente, progresso está ligado à tecnologia de ponta e desenvolvimento econômico. Isso se reflete nos municípios da região, que vão empobrecendo. Somente Erechim concentra riqueza e população. Onde se concentra a riqueza, migra a população e também os problemas”. A transferência da chamada “pobreza” para a cidade de Erechim desemboca, de alguma forma, no tema desta pesquisa.

1.4. Causas e marcas do êxodo rural

Os imigrantes vindos da Europa ou das chamadas *Terras Velhas* para a Colônia Erechim via-de-regra compraram as melhores terras, onde imprimiram sua marca cultural mais voltada ao trabalho, à produção de excedentes e ao progresso econômico. Já os

⁴². Informações fornecidas pela agência do SINE de Erechim, em janeiro de 2002.

⁴³. Cf. site: www.fee.rs.gov.br

⁴⁴. Júlio BRONDANI é professor universitário há 28 anos e empresário. Exerceu a direção da Universidade Regional Integrada (URI) - Campus de Erechim por 12 anos. Entrevista concedida em 20 de agosto de 2004.

⁴⁵. PIRAN, Nédio. Entrevista concedida ao autor em 28 de setembro de 2004.

caboclos, em geral com menor poder aquisitivo, ficaram com as piores terras ou passaram a trabalhar como diaristas nas terras dos colonos. Em período posterior, foram os primeiros a migrar para a periferia das cidades, entre elas, Erechim. Os índios, por sua vez, foram confinados em reservas e/ou destribalizados e desterritorializados.

Desde o princípio da colonização até pelos anos 1940 desenvolveu-se uma agricultura de tipo *tradicional* baseada essencialmente na fertilidade natural dos solos. A mão de obra era garantida pelas famílias compostas por numerosos membros e a produção se assentava na policultura – sobremaneira trigo, milho, feijão, arroz, batata, suínos e galinha caipira. A policultura é uma característica regional que se mantém até hoje, se bem que agora com uma feição modernizada.

“A partir dos anos 1950 começa a faltar terra em função das famílias grandes e do esgotamento do solo. As terras já não produzem tanto. Muitos partem em direção à fronteira agrícola do Oeste Catarinense e do Sudoeste do Paraná. Aí acontece um movimento em direção à cidade. Erechim passa a ser um pólo aglutinador de gente até mesmo em função do início do processo de industrialização, como de resto em todo o país”, explica Nédio Piran⁴⁶. A pequena agricultura ficou cada vez mais encurralada. “Muitos anoiteciam agricultores falidos e amanheciam serventes de pedreiros”, como se usava dizer. Esse fenômeno tem sua causa no modelo de globalização que forja a concorrência e o desenvolvimento desigual. Na verdade, um progresso econômico e social destinado a poucos. Os que não conseguem competir são rechaçados.

No período imediatamente seguinte à segunda guerra mundial, verifica-se um ensaio de modernização da agricultura com a entrada das primeiras trilhadeiras e outras máquinas simples. Depois aparecem algumas espécies de animais e sementes melhorados geneticamente como foi o caso do porco *duroc* e do *milho híbrido*. Na seqüência, a utilização do calcário, da adubação química e do trator, coincidindo também com o “boom” da soja na década de 1970, produto que se impôs sobre o trigo até então predominante.

Os baixos preços pagos aos produtos agrícolas e os elevados custos das novas tecnologias – aliado a outros fatores – foi produzindo um esvaziamento cada vez maior de pessoas do meio rural. Nos anos 1980, consolidou-se uma segunda etapa da agricultura regional, descrita por Piran como fase *moderna*, orientada pela diversificação produtiva:

⁴⁶. Idem.

trigo-soja, milho-suínos e, mais tarde, aves, gado leiteiro e fruticultura (2001:35) e pela subordinação cada vez maior ao capital urbano-industrial.

“Até 1950, Erechim não tinha favelas porque houve um desenvolvimento relativamente harmônico. Isso se deve de modo especial a uma forte tradição do positivismo. Nesta década começa-se a comentar o problema do menor abandonado e fazer reuniões para criar o Patronato São José”⁴⁷. Com o vertiginoso fenômeno do êxodo rural, as cidades não conseguiram absorver todo o contingente populacional e atender às necessidades de emprego, moradia, educação, saúde, segurança e saneamento.

Cassol corrobora com os méritos do positivismo quando afirma:

“É interessante observar que essa exclusão social aqui na região surge e se amplia na medida em que se abandona o projeto positivista, ou seja, na proporção em que o poder público se afasta do controle de preços, de abastecimento e da condução da coisa pública. Por ironia que pareça, isso se dá quando se redemocratiza o país, principalmente a partir da década de 1940 quando as terras, os lotes ainda não vendidos, passam para a esfera municipal”⁴⁸.

Acredito ser exagerada a importância atribuída ao positivismo no que diz respeito à contenção de mazelas sociais. Embora talvez fosse menos nefasto que o escancarado sistema de excludência neoliberal, o positivismo também não primava pela construção de uma sociedade socialista e igualitária. Desse modo, é perigoso argumentar que, sob o projeto positivista, não tenha havido *exclusão social*. Pela mesma razão, o fato de não haver *favelas* em Erechim até 1950 não pode ser atribuído à influência determinante do positivismo.

Há de se considerar a existência de diversos outros elementos, sobremaneira a menor quantidade de população neste território (em relação a que existe hoje) e a diferente ocupação do espaço – a grande maioria residia no meio rural. Parece-me, então, ser mais razoável afirmar que a conjugação de fatores de diversas ordens e níveis, entre eles o suposto abandono deste projeto, fez a questão da exclusão se aprofundar e assumir outra configuração. A esse assunto, voltarei mais adiante.

Com a abertura da BR 153 estimula-se o desenvolvimento da agricultura, da indústria e do comércio em Erechim. Por outro lado, a também denominada *capital do Alto Uruguai* foi se povoando de problemas sociais. Para Chiaparini, “este tipo de desenvolvimento que acirra a luta entre as classes, constituiu um progresso problemático. Existe um progresso

⁴⁷. CHIAPARINI, Enori. Entrevista concedida ao autor no dia 29 de setembro de 2004.

⁴⁸. CASSOL, Ernesto. Entrevista concedida ao autor em 30 de setembro de 2004.

bastante acumulado com exclusão social, com alguns focos de violência urbana acentuada. Chegamos a ser classificados como o 3º ou 4º município em violência no Estado”.⁴⁹

Segundo o “Atlas da Exclusão Social no Brasil” (Pochmann & Amorim, 2003:119), dentre os 5.507 municípios brasileiros existentes no ano 2000, Erechim ocupava a 121ª posição a partir da melhor situação social.⁵⁰ A classificação foi feita com base no índice de pobreza de 0,780; no índice de juventude de 0,776; no índice de alfabetização de 0,911; no índice de escolaridade de 0,677; no índice de emprego formal de 0,289; no índice de violência de 0,956; no índice de desigualdade de 0,206 e no índice de exclusão social de 0,620.

Adiante tratarei de delimitar melhor o conceito *exclusão social*, o qual será amplamente utilizado neste ensaio. De qualquer forma, esse fenômeno gera um alto nível de insegurança tanto para os chamados *excluídos* quanto para os demais. Enquanto numa ponta cresce o desemprego e o subemprego, o trabalho precário e ilícito, a mendicância e a violência; na outra, aumenta a preocupação com as grades.

1.5. Reações à exclusão social

Na região Alto Uruguai, múltiplas iniciativas em vista da “inclusão social” foram e são desencadeadas. Uma se dão em torno de questões mais específicas, outras se caracterizam por serem mais abrangentes. Entre elas estão: movimentos sociais populares, ONGs, comunidades eclesiais de base, pastorais, entidades, associações, pequenas cooperativas, etc. Não obstante às particularidades de cada uma, constituem-se, de algum modo, como iniciativas em contraposição à lógica da exclusão social. Considerando que a ARCAN bebe

⁴⁹. CHIAPARINI, Enori. Entrevista concedida ao autor no dia 29 de setembro de 2004. O monopólio da terra, a mecanização e a monocultura despontam como principais causas do êxodo rural em todo o território nacional. Nas cidades, a urbanização caótica leva ao extremo a degradação humana e a miserabilização. No caso brasileiro, “as dimensões são espantosas, dada a magnitude da população e a quantidade imensa de gente que se vê compelida a transladar-se. A população urbana salta de 12,8 milhões, em 1940, para 80,5 milhões, em 1980. Agora é de 110,9 milhões. A população rural perde substância porque passa, no mesmo período, de 28,3 milhões para 38,6 e é, agora, 35,8 milhões. Reduzindo-se, em números relativos, de 68,7% para 32,4% e para 24,4% do total” (Ribeiro, 1995:198).

⁵⁰. Para construir o *Atlas da Exclusão Social no Brasil* foram analisados três temas que configuram componentes da exclusão/inclusão ou de risco de inclusão exclusão social. São eles: **Padrão de vida digno** (medido pela porcentagem de pobreza dos chefes de família no município; pela quantidade de trabalhadores com emprego formal sobre a população em idade ativa; por uma *proxi* da desigualdade de renda); **Conhecimento** (medido pela taxa de alfabetização de pessoas acima de 5 anos e pelo número médio de anos de estudo do chefe de domicílio); **Risco juvenil** (medido pela porcentagem de jovens na população e pelo número de homicídios por 100 mil habitantes). A observação do resultado em cada indicador deve ser feito considerando-se a variação do índice de **zero a um**. Assim, as piores condições de vida e bem estar social equivalem a valores que se aproximam ao **zero** e as melhores, a valores que se aproximam de **um** (Cf. POCHMANN, Marcio & AMORIM, Ricardo (orgs.), 2003:18-19).

desta fonte e vem se anexar a este conjunto de experiências populares alternativas, destaco algumas delas:

a) Igreja Popular Libertadora: Muitas vezes essa Igreja foi nominada como “progressista”, termo considerado por certas correntes como inadequado, ambíguo e impreciso. Mas, mantenho o seu uso porque ele foi e continua sendo muito empregado em referência aos segmentos da Igreja mais preocupados com as questões sociais. E é precisamente a esse jeito de ser Igreja que me reporto. A alusão não é restritiva à Igreja Católica, mas se estende a outras denominações que tiveram (e têm) participação nas lutas do povo. Na região em foco, a Igreja dita *progressista* contribuiu de forma significativa, ora como abrigo, ora como estímulo a diversas organizações sociais populares. “Muitos militantes do movimento sindical, estudantil, político e popular acabaram se abrigando nas mais diferentes pastorais da Igreja como forma de resistência”, ressalta Valter Girelli⁵¹ em se referindo ao período da ditadura militar.

Em 1975 foi criada a Comissão Pastoral da Terra (CPT) com a finalidade de auxiliar os agricultores a se organizarem numa nova perspectiva. “A CPT realizava em todo o Estado (RS) cursos de capacitação e semanas de evangelização, onde discutia problemas ligados à questão da terra e da política agrícola, entre outros. Esse trabalho garantiu um salto de qualidade nas comunidades”⁵². Entre suas ações também está a promoção das Romarias da Terra. No Rio Grande do Sul essas romarias iniciaram em 1978⁵³.

A propósito, vale lembrar outras mobilizações sociais da época, sobretudo a partir de 1978 com as greves do ABCD paulista. Também se formou o chamado “*movimento do custo de vida*”, o “*movimento contra a carestia*”, os “*novos movimentos de bairros*” e outros. Em 1980, nascia o Partido dos Trabalhadores (PT) que canalizou a força dos movimentos sociais mais ativos, das correntes sindicais mais combativas e dos setores populares eclesiais. Assim foi se formando uma consciência de lutar pelos direitos, que começava “pelo direito de reivindicar direitos”, o que provocou o nascimento de “novos atores no cenário político” (Sader, 1995: 26).

⁵¹. Valter GIRELLI é sacerdote da Diocese de Erechim. Quando da entrevista ao autor, em 04 de outubro de 2004, Girelli era coordenador diocesano das Pastorais Sociais e pároco da Paróquia Santa Teresinha de Estação.

⁵². Idem

⁵³. Na Diocese de Erechim foram realizadas três Romarias da Terra: a 6ª, no dia 15 de fevereiro de 1983, em Carlos Gomes, com o lema “água para a vida, não para a morte”; a 18ª, no dia 28 de fevereiro de 1995, em Getúlio Vargas, cujo lema era “terra e organização, menos fome na população” e a 27ª, no dia 24 de fevereiro de 2004, em Entre Rios do Sul, com o lema “água viva, vida na terra!”.

Nesse contexto surgiram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Anterior a elas havia a Ação Católica Geral. Posteriormente, em 1950, tiveram origem os movimentos especializados, com destaque para a Juventude Universitária Católica (JUC) e Juventude Operária Católica (JOC), vindo a consagrar o método *ver, julgar e agir*. Enfim, com o impulso do Concílio Vaticano II e da Teologia da Libertação, as Comunidades Eclesiais de Base se expandiram como um *novo jeito de ser Igreja*. A leitura contextualizada da Bíblia, a análise crítica da realidade e a opção preferencial pelos pobres estão entre seus princípios norteadores. Articular *fé e vida* é um de seus principais motes.

Do primeiro encontro nacional – realizado em 1975 na cidade de Vitória (ES) – aos encontros atuais⁵⁴, as Comunidades Eclesiais de Base mantém uma preocupação explícita com a realidade dos *excluídos*. No Rio Grande do Sul, em setembro de 1979 aconteceu o primeiro encontro estadual de CEBs em São Gabriel (palco de grandes chacinas indígenas), precisamente nos mesmos dias em que ocorreu a primeira ocupação dos agricultores sem terra em Ronda Alta, berço do Movimento Sem Terra. No aspecto social, uma das marcas das CEBs é sua significativa contribuição no desenvolvimento de iniciativas comunitárias e coletivas, fomentando experiências alternativas de geração de trabalho e renda a partir da organização dos pobres e excluídos. Elas também ajudaram a ampliar a consciência crítica sobre questões eclesiais, políticas, culturais e ecológicas.

Nesta linha de uma Igreja “progressista”, na Diocese de Erechim merece destaque ainda a Pastoral da Juventude Rural que promovia grandes encontros de formação tratando, entre diversos outros assuntos, da importância do cooperativismo. Com base nos desafios lançados pelo Concílio Vaticano II, foi criada a Escola Diocesana de Servidores com o objetivo de formar lideranças para atuar nas comunidades. A seu tempo, surgiu a Cáritas, a Pastoral da Criança, a Pastoral Rural e outras, articuladas com o Plano Diocesano de Pastoral⁵⁵. Como contraponto à exclusão social, mais recentemente houve participações nas atividades propostas pelo Grito dos Excluídos e pelas Semanas Sociais Brasileiras.

b) Movimento de Atingidos por Barragens (MAB): Na região Alto Uruguai, o movimento iniciou em 1978, impulsionado que foi pela Comissão Regional de Atingidos por

⁵⁴. O 11º Encontro Intereclesial das Comunidades Eclesiais de Base, de 19 a 23 de julho de 2005, em Ipatinga – MG, teve como tema “*CEBs: Espiritualidade Libertadora*” e como lema “*Seguir Jesus no compromisso com os excluídos*”.

⁵⁵. A Diocese de Erechim foi criada em 27 de maio de 1971 e instalada em 01 de agosto daquele ano. Conta atualmente com 28 paróquias, sendo cinco na cidade de Erechim: São José, São Pedro, Nª Sª da Salette, São Cristóvão e São Francisco de Assis, esta última na região do Bairro Progresso.

Barragens (CRAB), tendo à frente religiosos, professores, sindicalistas e outras lideranças. A CRAB se consolidou em 1979, diante do projeto de construção de 25 barragens na Bacia do Rio Uruguai, o que viria desabrigar por volta de 40 mil famílias com cerca de 200 mil pessoas. Uma das barragens que atingiu mais diretamente a região foi a de Itá, construída pela Eletrosul e inaugurada em 1999.

De acordo com Ricardo Montagner⁵⁶, nos anos 1980 os atingidos pelas barragens (projetadas para serem instaladas em várias partes do país) começaram a se mobilizar, desembocando no primeiro encontro nacional de atingidos, realizado em abril de 1989, em Goiânia. Dois anos após (março de 1991), em Brasília, aconteceu o primeiro congresso dos atingidos, com a criação do Movimento Nacional de Atingidos por Barragens. Hoje o movimento tem atuação em 19 estados brasileiros. As lutas do MAB se dão basicamente em dois sentidos: *social*, ou seja, visando garantir o adequado reassentamento ou a justa indenização das propriedades atingidas; *ambiental*, procurando desenvolver ações educativas na perspectiva da preservação do meio ambiente.

Conexo ao Movimento de Atingidos por Barragens, à Pastoral Rural e ao novo sindicalismo, surgiu o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA). Este teve sua origem no final de 1995 e início de 1996 quando uma prolongada estiagem castigou as plantações em várias partes do país, entre elas o Rio Grande do Sul. As principais bandeiras do MPA são: luta por seguro agrícola, crédito subsidiado, assistência técnica, reforma agrária, habitação rural, capacitação, previdência rural, apoio às associações e cooperativas, defesa da água, das sementes e das florestas. O movimento está estruturado em vários municípios da região. Tem sede regional em Erechim; secretaria estadual em Porto Alegre e secretaria nacional em Brasília.

c) Novo sindicalismo: Em extensa pesquisa de mestrado, Anacleto Zanella afirma que entre 1978 e 1990 o movimento sindical ressurgiu forte e “se constituiu em um dos mais importantes atores sociais com atuação no Alto Uruguai gaúcho” (2004:157), tendo os “setores progressistas” da Igreja Católica contribuído de forma determinante neste processo. Diversos sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos, organizados em várias categorias,

⁵⁶. Ricardo MONTAGNER foi membro da coordenação nacional do Movimento de Atingidos por Barragens no período de 1991 a 1998. Ao ser entrevistado, em 29 de setembro de 2004, fazia parte da coordenação regional do mesmo movimento.

desempenharam um papel significativo no encetamento de lutas por direitos sociais, políticos e econômicos na região.

Trata-se aqui do chamado movimento sindical combativo e reivindicatório, em oposição aos sindicatos tradicionais caracterizados como “pelegos” por se aliarem às instâncias conservadoras da sociedade. As principais reivindicações do movimento sindical rural têm sido por saúde gratuita, aposentadoria dos trabalhadores rurais e anistia das dívidas bancárias. Em sentido amplo, essa nova versão do sindicalismo se alinhou com as lutas pela redemocratização do país e encontrou guarida na emergente organização nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Na esteira desse novo sindicalismo desencadeia-se, a partir de 1983, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), que tem na aposentadoria das trabalhadoras rurais aos 55 anos de idade uma de suas primeiras e principais bandeiras. Estendem-se também à luta pela erradicação das discriminações sociais, culturais e trabalhistas, buscando o reconhecimento da profissão de “agricultora”, a valorização do trabalho doméstico, a possibilidade de se associarem em cooperativas, o direito à saúde, lazer e outros.

d) Movimento dos Sem Terra (MST): Este movimento originou-se com a luta empreendida por centenas de famílias de agricultores expulsas da reserva indígena de Nonoai/RS, em consequência de uma tentativa de reforma agrária equivocada. Os agricultores ocuparam as fazendas Macalli e Brilhante, no município de Ronda Alta/RS, região do médio Alto Uruguai, no dia 7 de setembro de 1979 e mais tarde acamparam na Encruzilhada Natalino, no mesmo município. Embora o Alto Uruguai não tenha sido palco de lutas dos Sem Terra, houve participação de pessoas desta região no movimento. Quem se integrou ao MST foram agricultores sem terra que, via-de-regra, tinham sido expurgados pela ação do capitalismo local desde o tempo da colonização, ou seja, descendentes de indígenas e caboclos.

e) Organizações Não Governamentais: Pelo vínculo que têm com o meu tema de estudo, cito o Centro de Educação Popular (CEPO) e a Obra Promocional Santa Marta. O CEPO foi criado em 20 de setembro de 1985 para prestar assessoria político-pedagógica a projetos, entidades e ações sociais populares emergentes na região. Tinha como objetivo contribuir no processo de educação popular, qualificando sujeitos sociais em vista do desenvolvimento sustentável.

Atualmente o CEPO tem três eixos de atuação: 1) Economia Popular Solidária – com assessoria a cooperativas e associações na área urbana e rural, fomentando iniciativas de economia solidária; 2) Políticas Públicas – com educação, formação continuada de professores e assessoria a algumas administrações populares sobre políticas públicas; 3) Organização Social – formação, planejamento e assessoria a organizações sociais populares.

A Obra Promocional Santa Marta iniciou suas atividades em 1987. Desenvolve atividades sócio-educativas em meio aberto com um público em situação de exclusão mais acentuada, no Bairro Progresso, em Erechim. Atende crianças e adolescentes de 6 a 14 anos de idade, muitos dos quais são filhos de catadores/as de materiais recicláveis.

Por fim, vale dizer que todas as lutas sociais empreendidas na região nunca tiveram a participação exclusiva de um só movimento. Foram, às vezes mais, às vezes menos, articuladas entre diversos movimentos populares existentes e a contribuição sempre marcante da Igreja, sobretudo da Católica.

1.6. O cooperativismo no Alto Uruguai

No intuito de listar a ARCAN no rol das iniciativas cooperativistas, mostrando algumas diferenças existentes entre as distintas experiências, faço um pequeno relato da trajetória do cooperativismo no Alto Uruguai. Embora sem precisar a data, padre Benjamim Busato⁵⁷ informa que, em Erechim, uma das primeiras cooperativas a surgir foi organizada em torno da produção e comercialização de vinho⁵⁸. Assim ele escreve:

“O precioso líquido estava a zero. Abundante, mas mal preparado, sem saída, chegou até a ser ocupado para lavar soalhos (*sic*). Valia 200 réis a garrafa. Um dia este sacristão (ele próprio) juntou os vitinocultores aí no Dourado (distrito de Sede Dourado) na residência dos irmãos Antônio e João Cantele e lá com a presença do padre tratou da fundação da cooperativa de Vinho na esperança de poder, com a melhora do produto, apurar perto de um mil réis a garrafa”.

⁵⁷. Cf. Crônica de 11/02/1968, publicada no Jornal *A Voz da Serra*, impresso em Erechim, sob o título “Cooperativa de Vinho, etc.”.

⁵⁸. No início do século XX, a agricultura colonial no interior do Rio Grande do Sul começava a enfrentar problemas em função do rápido esgotamento do solo. Também por causa do fracionamento contínuo das propriedades entre os numerosos membros das famílias, as técnicas rudimentares e o monopólio dos lucros da produção por parte de grupos de comerciantes. Na zona colonial italiana, face à superprodução de vinho verificada em 1911 e o baixo preço – mediante a justificativa de que o produto não tinha qualidade – surgiram as primeiras cooperativas de pequenos produtores. “O movimento, que se iniciou com o apoio do governo do Estado recuou e desorganizou-se em 1913, quando os grandes comerciantes e produtores de vinho da colônia se opuseram à iniciativa dos pequenos produtores. O governo estadual, no caso, posicionou-se ao lado daqueles setores que se achavam acumulando capital, retirando seu apoio ao movimento cooperativista” (Pesavento, 1997:74).

O religioso faz saber que foi adquirido um terreno e erguido um prédio para a cooperativa. “Para angariar fundos e associados, o padre, o velho João Zanella e o velho João Massignann bateram em toda a colônia”. Comentando sobre os resultados do empreendimento, Busato (1968) afirma: “Com a organização comercial ineficiente, com a confusão dentro de casa, com o desgosto dos colonos e com concorrências desleais, a Cooperativa de Vinho se foi a breca. Morreu... Um grupo de abnegados resistiu quanto poute (sic)... E assim começou a história das cooperativas em Erechim”.⁵⁹

Como informa Sílvio Monteiro (*apud* Piran, 2001:60), em 1938, no município de Erechim já existiam diversas pequenas cooperativas coloniais instituídas mediante o problema da comercialização. Ele registra a existência de três cooperativas de crédito, duas de vinho, quatro de madeira, uma de banha, duas agrícolas, três de álcool e aguardente e uma de consumo.

Já noutra fase, com o aumento do cultivo do trigo, surgiram cooperativas em torno deste produto. Em 25 de setembro de 1957, com o objetivo de comercializar a grande produção de trigo foi fundada a Cotrel (Cooperativa Tritícola Erechim Ltda). Em setembro de 2004, esta cooperativa congregava 14.001 sócios espalhados em 34 municípios da região Alto Uruguai⁶⁰. A Cotrel atua na compra de *cereais e grãos* (milho, soja, trigo, feijão e aveia), de *carnes* (suínos, bovinos e aves) e *leite*. Também na venda de *insumos e produtos de supermercados*. Mantém rede de supermercados em Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro. Fornece assistência técnica aos associados em todas as áreas de produção.

Para Nelson Girelli⁶¹, o cooperativismo tem uma grande importância no desenvolvimento regional, principalmente no que se refere à regulação de preços. “O mercado é que determina os preços. Nas cooperativas, normalmente não existe a especulação”. Ele entende que a alta quantidade de associados e o tamanho da estrutura que se criou na referida cooperativa não inviabilizam a prática do cooperativismo. “É uma questão de postura. Acredito que os princípios são observados, embora com maior dificuldade pelo número elevado de pessoas envolvidas. Mas, é plenamente possível”.

Praticamente com o mesmo objetivo e na mesma época – em 04 de agosto de 1957 – foi criada a Cotrigo (Cooperativa Tritícola de Getúlio Vargas) e instalada no atual município de

⁵⁹. Cf. Crônica “Cooperativa de Vinho, etc.” de 11 de fevereiro de 1968, publicada no Jornal *A Voz da Serra*, impresso em Erechim.

⁶⁰. Informações prestadas ao autor em 28 de setembro de 2004 por Nelson GIRELLI, então vice-presidente da Cotrel.

⁶¹. Idem

Estação. Ao longo de sua trajetória, incorporou atividades ligadas à compra, industrialização e comercialização de trigo, milho e soja; venda de insumos e sementes; supermercados; indústria de balas, doces e conservas; fruticultura; abatedouro de suínos; indústria de laticínios e outras. Imitando a Cotrel, mantém filiais em São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro.

Não é meu interesse aprofundar aqui as diferenças estruturais e de funcionamento entre as *cooperativas empresariais*⁶² e as cooperativas de pequeno porte que começam a emergir no alvorecer da década de 1980. Importa dizer, contudo, que aos poucos as associações e pequenas cooperativas vão se expandindo. A partir dos anos 1990, iniciativas dessa natureza se ampliam, abrangendo a produção e comercialização direta de produtos agrícolas, sobretudo gêneros alimentícios. Também existem experiências na área de industrialização.

Do conjunto destas alternativas, citam-se: a Cooperativa Regional de Eletrificação Rural do Alto Uruguai Ltda (Cveral); as Cooperativas de Crédito com Interação Solidária (Cresol); a Cooperativa de Produção e Consumo Familiar Nossa Terra, além de várias outras cooperativas de pequenos agricultores que produzem açúcar mascavo, kiwis, embutidos de suínos, leite, uva, pepinos, bolachas, conservas, frutas, verduras, etc. No meio urbano surgiram algumas cooperativas habitacionais e de trabalhadores autônomos.

Tratando das cooperativas de leite, Mário A. Farina⁶³ assinala que no começo dos anos 1990 iniciou um processo de discussão regional sobre a organização da produção leiteira, com vistas a constituição de associações e cooperativas. Simultaneamente, o movimento sindical desencadeou um debate sobre a possibilidade de cooperativa da estatal Corlac (Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos), sediada em Erechim. “Em 1993, o governo do Estado apresentou o projeto de cooperativa da estatal, onde as cooperativas deveriam assumir os postos de recebimento de leite e, num momento posterior, também a industrialização”, conta Farina.

Nesta conjuntura, surgiram quatro cooperativas de produção leiteira: a *Coperal* (Cooperativa dos Produtores Rurais do Alto Uruguai), com sede em Erechim, criada em 30

⁶². Na obra *Agricultura Familiar: lutas e perspectivas no Alto Uruguai*, (2001), Nédio Piran utiliza a caracterização *cooperativas empresariais* em referência à Cotrel e à Cotrigo. Uma vez “estruturadas como empresas, deixam de ser apenas cooperativas de comercialização e se transformam em agroindústrias. [...] Em 1992, em trinta municípios, a Cotrigo possuía 4.456 associados, e a Cotrel, 15.383. Isto num universo de 36.016 proprietários rurais na Microrregião Colonial de Erechim...” (Piran, 2001:141 e 142).

⁶³. Mário Antonio FARINA é sócio fundador da Coperal e presidente da Cocel desde 1996. Entrevista concedida ao autor em 20 de agosto de 2004.

de maio de 1993; a *Coopasul* (Cooperativa dos Pequenos Agropecuaristas de Campinas do Sul), constituída em 1993; a *Cooperval* (Cooperativa dos Pequenos Agropecuaristas de Eral Grande), fundada em 16 de junho de 1993 e a *Copaal* (Cooperativa de Produção Agropecuária Aratiba), criada em 2 de agosto de 1993.

Em 31 de julho de 1996 foi fundada a Cocel (Cooperativa Central Alto Uruguai Ltda) com o objetivo de industrializar e comercializar o leite das cooperativas de produtores da região Alto Uruguai. “A central regional veio fortalecer o novo cooperativismo na medida em que agregou poder aos empreendimentos enraizados na agricultura familiar”⁶⁴. A Cocel angariou apoio de cooperação internacional, mais precisamente da região da Emilia Romagna, Norte da Itália. “A criação da Cocel estabeleceu uma nova realidade econômica no Alto Uruguai, quebrando a hegemonia das cooperativas tradicionais, que reagiram disputando os produtores, abordando os transportadores e estabelecendo uma forma injusta de concorrência” (Matte, 2003:81).

Até 2001, a Cocel trabalhava com cerca de três mil pequenos produtores localizados em 27 municípios da região. Desde abril de 2000, está controlando a Central Estadual Coorlac (Cooperativa Riograndense de Laticínios e Correlatos), com o que ganha maior autonomia para atuar na cadeia de produção e comercialização do leite e seus derivados. Em 2003, os produtos Cocel estavam presentes em mais de dois mil estabelecimentos comerciais nas regiões Alto Uruguai, Planalto, Serra Gaúcha e no Oeste de Santa Catarina.

A emergência de associações e cooperativas fundadas sobre os princípios da economia solidária, da participação efetiva de seus associados, da autogestão e do desenvolvimento sustentável encetou a cultura de um novo cooperativismo. As experiências já são consideradas estratégicas para a melhoria das formas de trabalho e para o aumento da renda. Constituem uma alternativa econômica e social capaz de contribuir no refreamento do êxodo rural.

Na região Alto Uruguai existe um terreno fértil ao surgimento de cooperativas e associações, que se tornam importantes meios para sobreviver ao capitalismo. Umas são mais tênues e efêmeras, outras mais duradouras. Umas com tendências e perfil mais empresarial, outras de caráter mais popular e alternativo. Em virtude da diferença de projetos e perspectivas, os dois tipos de cooperativismo chegam até a criar tensões e conflitos entre si.

⁶⁴. Ibidem

Quanto à ARCAN, ela sofre influências deste modelo alternativo de cooperativismo que acabo de mencionar. Para o momento, cabe assinalar que não foram os catadores/as a tomarem a iniciativa de criar a associação, mesmo porque ninguém deles/as tinha experiências anteriores neste sentido. Não obstante a isso, ao serem desafiados para o projeto coletivo, mostraram-se prontamente dispostos a participar. Por outro lado, a prática do associativismo e cooperativismo popular existente na região serviu desde o começo de referência e de estímulo ao grupo.

1.7. Um bairro chamado *Progresso*

A ARCAN está sediada num bairro chamado “Progresso”. Durante cerca de 50 anos, o lugar se deu a conhecer como “Matadouro”. A denominação nasceu vinculada à existência de um matadouro de animais que funcionou no local entre 1920 e 1970⁶⁵. A mudança para “Progresso” partiu de uma sugestão de Maria Nesello⁶⁶ no início dos anos 1970, idéia que contou com o apoio de lideranças e da comunidade em geral. Ela explica que o nome “Matadouro” depreciava a localidade e constrangia os moradores. Por sua vez, “Progresso” representaria o desejo de garantir melhores condições de vida ao povo, no que a Igreja Católica estava muito empenhada. A nova denominação também retrataria a situação de adensamento populacional que começava a se verificar no bairro.

A invenção do “Progresso” é uma espécie de paradoxo. Os novos moradores que apareciam da noite para o dia eram oriundos de outras regiões da cidade, especialmente do mal apelidado “Cachorro Sentado” (hoje Bairro Bela Vista). Tratava-se de uma área nobre do perímetro urbano que sofrera um processo de “limpeza urbana” pelo poder público, em consonância com o poder imobiliário. O “Progresso”, por sua vez, cresceu para baixo, pois que aí se presentificam mazelas e segregações sociais históricas. Um “progresso” com variáveis opostas às do centro, onde a própria geografia reflete a composição da pirâmide social: os mais marginalizados embaixo e os demais se estratificando para cima.

⁶⁵. Informações prestadas ao autor por Hilário ARPINI no dia 28 de setembro de 2004. Arpini é membro de uma das três famílias que administraram o matadouro. Parte de sua estrutura física ainda está em pé na área conhecida como Centro Social Urbano, no Bairro Progresso. O referido espaço é utilizado para o desenvolvimento de programas sociais da Prefeitura Municipal.

⁶⁶. Maria NESELLO é religiosa da Congregação das Cônegas de Santo Agostinho. Em 21 de outubro de 2004, ao ser entrevistada pelo autor, residia em São Paulo.

Acerca da configuração circunstanciada do bairro, Luiz A. Brouwenstyn⁶⁷, um dos seus moradores, faz a interessante análise:

“Matadouro dava má impressão e não recomendava porque o nome tem uma vibração um pouco tenebrosa [...]. Eu acho que essa discriminação (contra o bairro) é real [...] porque ele se formou dos rejeitos sociais. Numa avalanche até descarregaram gente aqui de caminhão caçamba [...]. Adensaram muito o bairro com populações oriundas de lugares de conflito e de invasões; pessoas inconformadas e já excluídas da sociedade. Isso aqui é um desaguadouro dos problemas sociais do município de Erechim. Sempre foi assim [...]. O fenômeno que mais trouxe gente pra cá foi com a transferência da população da região do “Cachorro Sentado”, que estava toda ocupada ilegalmente. Houve um processo judicial no qual fizeram o despejo daquelas pessoas. Quando inauguraram o Pró-Morar (loteamento), veio a leva maior de população [...]. Esse progresso que temos aqui é um progresso equivocado. Aqui a vida vale pouco. O matadouro está ainda entranhado aqui. Pra mudar isso não é fácil”.

O povoamento deste quadrante da cidade se fez mais intenso na década de 1970, a par do grande êxodo rural que prorrompia. Para muitos que foram se achegando de várias localidades do Alto Uruguai e mesmo de fora, as cercanias do “matadouro” passaram a ser um “moradouro” de expectativas por dias melhores. Todavia, muitas vezes o lugar figurou como uma espécie de “morredouro”, caracterizado pela precariedade das condições de vida, pelos elevados índices de violência e pela ocorrência de um número expressivo de assassinatos.

Pelo decreto nº 1.502 de 18 de setembro de 1985, o então Prefeito Municipal de Erechim, Jayme Luiz Lago criou oficialmente, entre outros, os bairros *Progresso e Presidente Castelo Branco*. Este, em território contínuo àquele. Em 30 de novembro de 1995, pela lei nº 2.749, o Prefeito Municipal Antonio Dexheimer desmembrou o Bairro Cristo Rei do Bairro Progresso.

Em 1996, a população residente nos bairros Progresso, Cristo Rei e Presidente Castelo Branco era de 9.122 habitantes, passando, no ano 2000, para 9.462 pessoas⁶⁸. Estes bairros compreendem uma área urbana contígua e em condições sociais mais ou menos homogêneas. Do ponto de vista da identidade étnica, a população que habita esta região apresenta

⁶⁷. Entrevista concedida ao autor no dia 02 de outubro de 2004 na residência do entrevistado, no Bairro Progresso. Luiz Alberto BROUWENSTYN (48 anos), nasceu no Bairro Progresso e sempre morou aí. É filho de André Conrad Hendrig Brouwenstyn Filho, um dos pioneiros do bairro.

⁶⁸. Fonte: IBGE – Estimativa/1996 e Censo/2000. O Bairro Progresso inclui os Loteamentos Sociais Três e Nove. O Bairro Presidente Castelo Branco é constituído pelos Loteamentos São José, Cemapa e Petit Village.

diversificada miscigenação. No ano 2000, o Bairro Cristo Rei tinha 854 domicílios ocupados; o Progresso, 1.011 e o Presidente Castelo Branco, 512.

Foto: Gabriele Dantas (D.M)



Vista parcial do Bairro Progresso, Erechim/RS

Várias entidades e organizações sociais atuam nesta região: Obra Promocional Santa Marta, com atendimento sócio-educativo em meio aberto a 170 crianças e adolescentes de seis a 14 anos; Centro de Atendimento à Família Erechinense (CAFE), acolhendo 121 crianças de sete a 14 anos e oitos meses, em situação de risco pessoal e social, sendo 95% filhos de catadores/as de materiais recicláveis; Creche Mãezinha do Céu, com 85 crianças de zero a quatro anos; Núcleo de Atendimento à Família, prestando serviços a 120 famílias⁶⁹.

Quase 2.700 estudantes freqüentam as escolas existentes neste perímetro: Na Escola Municipal de Ensino Fundamental D. Pedro II, 1.254 alunos do nível infantil à 8ª série⁷⁰; no Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC), 755 alunos da educação

⁶⁹. A Creche Mãezinha do Céu foi criada em 1987. O Núcleo de Atendimento à Família presta serviços psicológicos e realiza trabalhos sócio-educativos e ocupacionais. O Centro de Atendimento à Família Erechinense (CAFE) foi criado no ano 2000 num convênio entre o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), do Governo Federal e a Prefeitura Municipal. O CAFE desenvolve as seguintes ações: acompanhamento psicológico às crianças e pais, duas refeições diárias, reforço escolar, oficinas de recreação e trabalhos manuais, tratamento à saúde e nutrição, esta em parceria com a Universidade Regional Integrada de Erechim. As informações sobre estas quatro entidades foram prestadas pelas suas respectivas coordenações no dia 29 de setembro de 2004.

⁷⁰. Dados fornecidos pela Direção da Escola no dia 27 de setembro de 2004.

infantil à 8ª série⁷¹; na Escola Estadual de Ensino Médio Irany Jaime Farina, 453 alunos de 1ª a 8ª série e 231 alunos de ensino médio⁷².

Na área em questão, existem seis comunidades católicas e diversas outras denominações religiosas, sobretudo de origem pentecostal. A Pastoral da Criança, organização ligada à Igreja Católica, mas que também congrega pessoas de outras confissões religiosas, presta apoio a mães e crianças. Segundo Teresinha Facco⁷³, 973 crianças de zero a seis anos de idade e um grupo de mais de 20 gestantes são atendidas mensalmente por 61 voluntárias. No Bairro Progresso, esta pastoral iniciou suas atividades em 1988 e vem obtendo resultados satisfatórios. No triênio 2001-2004 foi verificado apenas um óbito de criança nesta faixa etária e somente três casos de subnutrição.

⁷¹. Dados fornecidos pela Direção da Escola no dia 29 de setembro de 2004. Do total de 254 crianças de zero a seis anos de idade atendidos pela escola, um grupo de 13 são filhos de catadores/as de materiais recicláveis.

⁷². Informações prestadas pela Direção da Escola no dia 30 de setembro de 2004. No ano 2.000, em todo o município de Erechim a população residente de 10 anos ou mais de idade era de 75.185, sendo que 71.552 (95,20%) eram alfabetizados.

⁷³. Teresinha FACCO é religiosa da Congregação das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora e coordenadora da Pastoral da Criança na cidade de Erechim. Informações prestadas ao autor no dia 30 de setembro de 2004. A pastoral controla o peso das crianças, fornece alimentação à base de multimistura fortificada, visita e orienta as famílias, bem como desenvolve diversas atividades formativas.

Capítulo 2

Referenciais teóricos

*"Contribuirá a ciência para diminuir
o fosso crescente na nossa sociedade
entre o que se é e o que se aparenta ser,
o saber dizer e o saber fazer,
entre a teoria e a prática?"*

(Boaventura de Sousa Santos)

Neste capítulo tratarei de tecer uma reflexão em torno dos principais conceitos teóricos a serem utilizados na análise da experiência dos catadores/as de materiais recicláveis vinculados à ARCAN. Basicamente procurarei focar a problemática da exclusão social desde as contingências do mundo urbano no contexto atual. Em contrapartida, buscarei apresentar a importância do trabalho cooperativo e solidário na construção de uma nova realidade social. Ao fazer uma abordagem articulando o pensamento de diferentes autores, pretendo enriquecer este estudo e demonstrar o horizonte maior do meu tema de pesquisa.

2.1. O fenômeno da urbanização

A cidade hoje é muito mais do que aquilo que se materializa e se vê. Tornou-se uma cultura, um modo de viver, um fenômeno que transcende o tempo e o espaço. Para Henri Lefebvre a cidade é a natureza modificada pela mão humana. Ele distingue *cidade* de *sociedade urbana*, apontando esta última como resultante da “urbanização completa, hoje virtual, amanhã real” (2004:15). Utiliza a expressão “sociedade urbana” em referência à sociedade que emerge com a industrialização e que a sucede. Segundo o autor, “a concentração da população acompanha a dos meios de produção. O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária” (2004:16).

O que caracteriza a sociedade industrial é a hegemonia e a dominação da *cidade sobre a natureza*. Lefebvre afirma que a *cidade industrial* precede e anuncia o que ele chama de *zona crítica*. Trata-se de um período de crises, de incertezas e de perplexidades no qual nos achamos, onde o “passado e o possível, o melhor e o pior se misturam” (2004:27). Historicamente, a cada modo de produção corresponde um tipo de cidade. A cidade pode ser identificada como o lugar onde se desenvolve um processo de acumulação mais ou menos contínuo de conhecimentos, técnicas, pessoas e capitais.

No espaço urbano normalmente se evidenciam as maiores ambigüidades e paradoxos. É o lugar por excelência do possível e do impossível, da afirmação e da negação, da multidão e da solidão, da proximidade e da distância, da presença e da ausência. Sobre o mundo urbano pairam mitos, ideologias e utopias. Isso se confirma em relação às grandes metrópoles, mas

tem incidências concretas também nas cidades de porte médio, como é o caso de Erechim. Pode-se, então, verificar a existência de diversos urbanismos: o dos *humanistas*; o dos *promotores imobiliários* que vendem felicidade, estilo de vida, status; o do *Estado* e dos *tecnocratas* que se traduzem em instituições e ideologias. O espaço físico socialmente pensado e especulativamente criado não é neutro, nem apolítico. Toda visão urbanista comporta uma ideologia com interesses e estratégias de classe.

A urbanização perpassa o aspecto demográfico, econômico, sociológico, psicológico, semiológico, etc. Na verdade, vem a ser um fenômeno complexo que não pode ser definido pela soma, síntese ou superposição destes diferentes níveis. Na sociedade urbanizada, a cidade é o lugar por excelência da formação de opiniões e da tomada de decisões. O urbano é *forma que trans-forma; estrutura que des-estrutura e re-estrutura seus elementos de modo contínuo*. Lefebvre chega a afirmar que a cidade está imiscuída em um “campo cego”, ou seja, não é possível saber com exatidão o que acontece nela, nem prever para onde ela caminha.

No Brasil, a urbanização se alastrou com toda a força no século XX. Contudo, ela tem suas raízes plantadas no patrimonialismo e clientelismo do período pré-republicano. A isso se deve juntar o fato de que as cidades se transformaram no lugar-sede das indústrias do modelo fordista, sustentadas com mão-de-obra barata. Seguindo esta dinâmica, dentro do fenômeno da urbanização moderna, a favelização veio a ser o outro lado da moeda da industrialização.

2.1.1. A cidade fora das idéias

O sociólogo Francisco de Oliveira (*apud* Maricato, 2000) caracteriza os territórios urbanos que não são contemplados pelo pensamento hegemônico e pelos investimentos públicos como *um lugar fora das idéias* ou como *não cidades*. Em alguns casos, de um lado fica a cidade planejada e legalizada; do outro, a cidade ilegal e negada. Noutros casos, uma está dentro da outra, convivendo em absurda disparidade. Normalmente, a cidade ilegal é desconhecida em suas reais dimensões e características, bem como ignorada nos Planos Diretores.

Nosso país detém uma forte tradição de planejamentos urbanos inspirados nas idéias positivistas do progresso linear. No período da ditadura militar a prática desse tipo de

planejamento foi muito desenvolvida com o intuito de superar o “caos urbano” e o “crescimento descontrolado”. Por paradoxo que pareça, “foi exatamente durante a implantação do primeiro e único sistema nacional de planejamento urbano e municipal (nos anos 1970 e 1980) que as grandes cidades brasileiras mais cresceram... fora da lei” (Maricato, 2000:140). A tentativa de imitar outras cidades, sobretudo da Europa, sem a preocupação de conhecer a fundo a realidade local, ajuda a entender porque esse tipo de planejamento não responde às demandas sociais de forma equânime.

Ainda segundo Maricato, “a ocupação ilegal da terra urbana é não só permitida como parte do modelo de desenvolvimento urbano no Brasil”, bem como “é promovido um total *laissez-faire* na cidade ilegal. A ilegalidade na provisão de grande parte das moradias urbanas (expediente de subsistência e não mercadoria capitalista) é funcional para a manutenção do baixo custo de reprodução da força de trabalho [...]” (2000:147-148). Observando as devidas proporções, isso também se aplica à realidade do Bairro Progresso, cuja ilegalidade dos terrenos e moradias se estendeu por bastante tempo e em muitos casos ainda persiste.

Enquanto os poderes constituídos parecem ignorar a “não cidade”, a própria sociedade acaba dissimulando a tensão existente entre a cidade organizada (oficial) e a cidade ilegal. Dessa forma a cidade já não é tida como um direito universal, senão como um privilégio de alguns. Nesta lógica, como afirma Jean Baudrillard (*apud* Maricato, 2000:167), a representação da cidade se prende ao *simulacro*, o qual só pode ser vencido com a construção de uma consciência popular a respeito da cidade real e de seus problemas concretos. Consciência capaz de ver o todo e de pretender que as duas partes sejam menos desiguais.

2.1.2. Contradições da vida urbana

Vivemos a *era dos extremos* (Hobsbawm, 1995) das ambigüidades, dos paradoxos próprios da *modernidade*⁷⁴. Tempo marcado por grandes conquistas em todas as áreas, bem

⁷⁴. Outros preferem definir o tempo atual como *pós-modernidade* ou *alta modernidade*. A respeito do tema, existe vasta bibliografia. Ver, por exemplo: SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade*, São Paulo, Cortez, 1996; MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo, Hucitec, 2000; BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro, Zahar, 1998. Do mesmo autor ver também: *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro, Zahar, 1999 e *Modernidade líquida*, Rio de Janeiro, Zahar, 2001. Ainda: HARVEY, David. *A condição pós-moderna – uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo, Loyola, 1992; GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo, Unesp, 1991; TOURAINE, Alain. *Crítica da modernidade*. Petrópolis, Vozes, 1994;

como pelo surgimento e/ou agravamento de inúmeros problemas. Citam-se, por exemplo: o fenômeno da exclusão social, o conflito entre homem e meio ambiente, o crescimento demográfico concentrado, a obsolescência programada, a descartabilidade, o déficit das políticas públicas ambientais, o aumento de geração de lixo e poluição ambiental.

Para Morin e Naïr, “os males da nossa civilização são os provocados efetivamente pelo reverso da individualização, da tecnicização, da monetarização, do desenvolvimento, do bem-estar” (1997:137). O avanço da capacidade industrial é responsável pelo aumento da produtividade e pelo aquecimento da economia. Em contrapartida – segundo os autores – surgem no mínimo dois graves problemas para a vida societária atual: “a degradação ecológica” e a “degradação das qualidades de vida”.

Em meio às contradições da vida urbana, avança um modelo econômico e tecnológico anômalo, incompatível com o desenvolvimento social e com a preservação ambiental. O mercado, que é por essência *des-solidarizante*, estimula o consumo incontido, solapa valores como a solidariedade, a justiça social, a paz e a sociabilidade. Outro sério problema presente nos aglomerados urbanos é a *anonimização* e a *individualização*. Acresce a desconfiança, a agitação, a escalada da violência e o stress.

Sob as ordens da modernidade, a vida nas cidades foi assumindo características disjuntivas com a *desintegração* familiar; a *des-ligação* entre a família e a escola, entre os pais e os filhos; a depredação, o *desenraizamento*, a *des-responsabilidade*, a *des-moralidade*, as *disfunções* orgânicas e sociais. Esses e muitos outros males são indicadores do mal-estar de uma civilização inteira que se torna cada vez mais insustentável. As maiores vítimas dessa civilização disjuntiva são os adolescentes e jovens que, na angústia e incerteza de uma sociedade que fuzilou a esperança, não raro se rebelam para dentro do mundo das drogas.

Ser vitimado por algum tipo de violência, ficar desempregado e tornar-se ninguém ou coisa alguma; ser anulado completamente da condição de humanidade e dignidade. Esse e outros medos pairam sobre muitos habitantes das grandes, das médias e também das pequenas cidades, com agravantes para os que vivem na *cidade fora das idéias*.

THIELEN, Helmut. *Além da modernidade? Para a globalização de uma esperança conscientizada*. Petrópolis, Vozes, 1998.

2.2. O estranhamento entre o trabalhador e o trabalho

Visto de maneira afirmativa, o trabalho é o modo pelo qual o ser humano garante sua subsistência, expressa sua identidade, demarca sua presença no mundo e constrói seu espaço social. Porém, sob o comando da globalização neoliberal, o trabalho (no meio rural como no meio urbano) se constitui num dos principais pivôs de múltiplos problemas sociais.

Ao longo da história, passamos de uma sociedade do *trato* (pré-capitalista, onde as relações de trabalho eram informais) para uma sociedade do *contrato* (a sociedade capitalista é essencialmente contratual). Avançamos daí para uma sociedade do *destrato*, que não tolera o diferente e ensina a indiferença diante do desigual. Neste cenário, o capital parece desenvolver-se na mesma proporção em que vai prescindindo do trabalhador.

2.2.1. Da centralidade à precariedade do trabalho

O contexto e as condições onde o trabalho se dá, faz com que ele assuma diferentes significações. Na tradição bíblica, por exemplo, *o trabalho* aparece muitas vezes associado à idéia de sacrifício, castigo, tortura e maldição. Enquanto no Ocidente, *trabalho* vem freqüentemente atrelado à noção de sofrimento e de labor – opondo-se ao ócio e ao lazer – no Oriente prevalece a concepção de trabalho como desenvolvimento humano. Nas sociedades pré-industriais, o trabalho está no centro da questão antropológica e social.

Nas culturas indígenas não há separação abrupta entre o aspecto laboral e o lúdico. Segundo Leila Blass (2002:7), nestas culturas normalmente também não se faz referência abstrata ao *trabalho*, o qual se encontra inserido no sistema de relações sociais e é identificado com o nome da atividade específica, tal como: caça, pesca, plantio, confecção de artefatos, preparação dos rituais, etc.

Na ótica da revolução industrial, o mundo do trabalho foi sendo identificado com o espaço da fábrica e com o quadro de profissionais remunerados, quase exclusivamente constituído por homens; em oposição ao mundo do não-trabalho, vinculado à esfera do lazer. O mundo do trabalho e do não-trabalho foram colocados em posições dicotômicas como: fábrica x lazer/casa; público x privado; produção x reprodução (trabalho domiciliar); homem/adulto x mulher/criança; assalariado x não assalariado; emprego x não emprego (desemprego).

Hoje, a própria definição de trabalho se torna cada vez mais complexa, em virtude mesmo da multiplicidade de suas ocorrências e configurações e dos produtos que ele gera. Entre as inúmeras caracterizações, temos: trabalho x emprego; trabalho formal x trabalho informal; trabalho típico x trabalho atípico; trabalho pleno x trabalho precário; trabalho lícito x trabalho ilícito; trabalho livre x trabalho escravo; trabalho estável x trabalho flexível; trabalho braçal x trabalho intelectual; trabalho produtivo x trabalho improdutivo; trabalho remunerado x trabalho voluntário...

Com a diminuição dos postos de trabalho e a ampliação do “desemprego oculto”, isto é, do número dos que não aparecem nas estatísticas – como é o caso dos jovens que nunca estiveram empregados – cresce o envolvimento com drogas e outros “desenrascanços”, como usa falar José Machado Pais. Segundo ele, há jovens que “inventam verdadeiros expedientes para ganharem a vida” (2001:28).

Nesta perspectiva, Richard Sennett (2003:78) diz que o novo capitalismo, estruturado sobre os “princípios de organização flexível”, está operando transformações profundas nas relações de trabalho e imprimindo a corrosão e a degradação do caráter humano. Como resultado das notas deste acorde, aparece o desemprego, a desarticulação dos trabalhadores, a grande disputa pelos postos de trabalho e a conseqüente manutenção dos baixos salários.

Numa conjuntura como essa, cresce a instabilização e a precarização do trabalho. Para Helena Hirata, isso “não parece implicar o fim do trabalho, mas, sim, a dispersão, no sentido estatístico, das situações de trabalho ou dos “mundos de trabalho”” (1998:8). Pesquisas recentes mostram que *a automatização e o sistema just-in-time* não diminuíram o ritmo e a “penosidade” do trabalho; antes a intensificaram em virtude da “produção flexível” que foi sendo introduzida.

Em muitos ambientes, a precarização do trabalho vem associada à flexibilização, quer do tempo, quer da remuneração, quer das garantias sociais, quer das condições ou dos contratos de trabalho. No capitalismo, principalmente em virtude da introdução da máquina e da produção em série, o proletariado é expropriado de seu “saber fazer”, o que constitui a pior forma de precarização no trabalho. Segundo José de Souza Martins, no sistema neoliberal, “o próprio trabalho vai sendo lentamente desmoralizado e deixa de ser o meio privilegiado de integração positiva na sociedade atual” (2003:19).

Diante da *reestruturação produtiva* e do acelerado processo de globalização capitalista, emergem tentativas de reorganização do mercado de trabalho em vista da empregabilidade precária dos desempregados. Os *movimentos sociais*, por sua vez, reivindicam o pleno emprego e a redução do tempo de trabalho. Muitos desses movimentos também entendem como indispensável uma nova divisão social do trabalho. Enquanto a proposta do *capitalismo* é integrar os indivíduos na sociedade através da mediação do mercado – o que só vale para uma minoria –, a luta social popular é pelo direito ao trabalho digno.

Grandes discussões teóricas se estabelecem hoje em torno da peculiar situação em que se encontra o trabalho. Na mesma direção de Helena Hirata, o sociólogo português José M. Pais assegura: “Mais do que o fim do trabalho, o que parece ocorrer é a substituição de um emprego formal, cuja estabilidade é garantida por benefícios assistenciais, por um emprego precário, informal, autocriado” (2001:15). Assim, muitos acabam se embrenhando naquilo que ele denomina de “zonas-sombra da sociedade” e se vinculam à “economia subterrânea”, em “ganchos”, “tachos”, “biscates” e “bicos”.

2.2.2. O “x” da exclusão social

A *exclusão social* é uma questão histórica. Em cada período ou contexto sócio-geográfico ela tem suas especificidades, suas causas e desdobramentos. Mudam os conceitos analíticos e explicativos, inovam-se as maneiras de enfrentar o problema, mas o fenômeno atravessa os tempos. Importa averiguar *como e por que* em nossos dias essa realidade se reproduz sem par.

Nas sociedades de estamentos, as desigualdades sociais eram vistas como algo natural e irremediável. Nelas, só alguns tinham direitos e privilégios; os outros – segundo a compreensão da época – eram desiguais porque nasciam assim. Em tal contexto, “os excluídos eram aqueles aos quais, pelo berço em que nasceram não se reconhecia direito ao respeito, à dignidade, ao decoro, ao tratamento digno próprio das pessoas de condição [...]. A pobreza colonial era em tudo diversa da que conhecemos hoje, pois se baseava em efetivos critérios de exclusão social” (Martins, 2002:15).

No Brasil, contemporaneamente ao crescimento da indústria, intensificou-se o fenômeno da migração campo-cidade, o que pode também ser verificado no caso concreto de Erechim, como buscarei mostrar adiante. Esse processo incontido de urbanização e a

incapacidade de absorção da força de trabalho nas cidades geraram o *exército industrial de reserva* (Marx). De acordo com Maura Vêras, nas décadas de 1960 e 1970, já se fazia em nosso país um debate relacionando a “pobreza (e a exclusão subjacente) às contradições do modo de produção capitalista” (2002:28). Os *pobres* passam a ser vistos como “populações marginais” ou “contingentes espoliados”. Alguns intelectuais chegam até a tratá-los como “atrasados” ou “classes perigosas”.

Durante a “década perdida” (anos 1980), o problema da segregação urbana se agrava e os pobres são tidos como “não cidadãos” ou “cidadãos mutilados” pela mercantilização. Muitos são privados do direito ao trabalho, à habitação, à educação, aos serviços de primeira necessidade, à vida digna. Já no compasso da precarização das relações e das condições de trabalho (no dito período de desmonte do Estado Social), os *marginalizados sociais* são referidos como “desafiliados” (Robert Castel *apud* Vêras, 2002:35). O termo pode sugerir a noção de “deserdados sociais”, isto é, aqueles que não têm parte da herança.

No auge do capitalismo neoliberal globalizado (anos 1990), esses “marginalizados” (*pobres, fracos, carentes, dominados, oprimidos...*) passam a ser, sem mais, “inempregáveis” e inúteis sociais. Se numa fase anterior eles ficaram na condição de *exército industrial de reserva*, agora com a reestruturação produtiva, tornaram-se *sobrantes, estorvo*, uma espécie de *subcidadãos*. E mais: com o agravante adicional de serem culpados por esta situação.

Nas últimas duas décadas, as desigualdades sociais a nível mundial têm se acentuado muito. Alguns sociólogos passaram a analisar este fenômeno como gerador da chamada “*exclusão social*”. A sociologia mais recente denominou como “excluído” o indivíduo que está privado dos bens materiais e simbólicos necessários a uma vida digna. De acordo com Mariangela Wanderley (2002:18), ao tratar de “exclusão é necessário precisar o espaço de referência que provoca a rejeição (categoria fundamental). Qualquer estudo sobre a exclusão deve ser contextualizado no espaço e tempo ao qual o fenômeno se refere”.

Para tratar da mesma questão, há quem adote outras terminologias como “apartação social” e “desinserção”. Hinkelammert (*apud* Sung, 2002:69), por exemplo, fala da volta do “sujeito reprimido e esmagado”. De todo modo, este é um fato estrutural e multidimensional que atinge grande quantidade de pessoas, as quais passam a ser vistas como “descartáveis”, “não-gente”, “não-cidadãos” que trazem certo “incômodo” à sociedade estabelecida. Para Aldaíza Sposatti (*apud* Wanderley, M., 2002:20), não se trata de um processo individual,

mas coletivo, o que “inclui pobreza, discriminação, subalternidade, não equidade, não acessibilidade, não representação pública”. Também não se reduz à falta de emprego ou de moradia, mas atinge à vida societária como um todo.

Darcy Ribeiro (1995) vê a sociedade brasileira estratificada em quatro segmentos: *classes dominantes, setores intermediários, classes subalternas e classes oprimidas*. Identifica este último estrato com os *excluídos sociais*, entre os quais estão os trabalhadores estacionais, os recoletores, os vendedores volantes, os empregados domésticos, os biscateiros, os delinquentes, as prostitutas e os mendigos. Ainda segundo Ribeiro, é às classes oprimidas, “apesar de sua natureza inorgânica e cheia de antagonismos, que cabe o papel de renovador da sociedade como combatente da causa de todos os outros explorados e oprimidos. Isso porque só tem perspectivas de integrar a vida social rompendo toda estrutura de classes” (1995: 210).

Para Pochmann & Amorim, no Brasil “há alguns “acampamentos” de inclusão social em meio a uma ampla “selva” de exclusão, que se estende por praticamente todo o espaço brasileiro” (2003:21). Estes autores identificam a existência de uma “velha exclusão” localizada, sobretudo, acima do Trópico de Capricórnio (região Norte e Nordeste) e uma “nova exclusão” que predomina nas regiões Centro-Sul. Enquanto a “velha exclusão” se reproduziu historicamente desde a instalação do perverso sistema escravista, a “nova exclusão” se dissemina com o modelo neoliberal.

A exclusão pode ser tomada sob dois pontos de vista: a) *Socioeconômico* – referente à relação capital-trabalho, da qual Marx foi grande crítico. Assim, quem está desempregado (sem trabalho) é um excluído por excelência; b) *Sociocultural* – abrangendo elementos simbólicos e morais, sobre o que M. Foucault teorizou de modo expressivo. Nesta perspectiva se alinham, entre outras, a questão étnica, de gênero, o grau de escolaridade, o local de residência, etc. Como veremos adiante, os catadores/as são vítimas da exclusão em ambos os sentidos.

“É difícil que uma pessoa seja cem por cento excluída. Ela pode estar excluída de uma coisa e estar incluída na outra”, pondera Luiz Bassegio.⁷⁵ Para ele, o que mais define a exclusão social é a impossibilidade de acesso aos bens de necessidade básica como

⁷⁵. Luiz BASSEGIO é secretário nacional da Pastoral dos Migrantes; membro da coordenação nacional do Grito dos Excluídos; secretário continental do Grito dos Excluídos, membro da Campanha contra a Alca; membro da Campanha Jubileu/2000 e da equipe do Jornal *Brasil de Fato*. Entrevista concedida ao autor no dia 17 de setembro de 2004, em São Paulo.

alimentação, moradia, saúde, educação, transporte e lazer. Para o caso brasileiro, aponta a histórica dominação político-cultural e a escravidão como principais causas da exclusão social. “Atualmente, a grande responsável desse processo é a dívida externa”⁷⁶. Relaciona também a falta de reforma agrária e de incentivo à agricultura familiar, dizendo que o maior investimento sempre é destinado ao agro-negócio, o que não gera emprego.

A terminologia “exclusão social” é bastante difusa e controversa, transformando-se por vezes num certo modismo. Para José de Souza Martins os termos “exclusão” e “excluído” estão impregnados de *simplismo, pietismo, insuficiência, imprecisão e dicotomia*. Usada de forma aleatória, a expressão escamoteia a concepção de classe social e não denuncia as causas da exclusão. De outra parte, não anuncia em boa medida as possibilidades transformadoras. “De certo modo, o uso da definição de exclusão social para classificar as desigualdades sociais revela-nos um dos aspectos da crise da sociedade de classes” (Martins, 2002:17).

Acercado dessa consciência, o referido autor escreve: “Os que se batem pela centralidade conceitual da categoria “exclusão”, em suas demandas e em suas pelejas, para compreender e superar as anomias da sociedade contemporânea, batem-se ao mesmo tempo, sem o saber, pela anulação política da classe operária e pelo acobertamento de sua contradição histórica com o capital” (2002:18). Ele continua dizendo que o discurso da “exclusão” é de alguma forma, um discurso que afirma o capitalismo, o qual sempre desejou a inclusão produtiva sem se preocupar com a qualidade de vida de todos.

Martins é ainda mais radical quando afirma:

“Basicamente, exclusão é uma concepção que nega a História, que nega a práxis e que nega à vítima a possibilidade de construir historicamente seu próprio destino, a partir de sua própria vivência e não a partir da vivência privilegiada de outrem [...]. A categoria “exclusão” expressa, ao mesmo tempo, uma verdade e um equívoco. Revela o supérfluo e oculta o essencial [...]. O que procuro mostrar, no fundo, é que *exclusão* não diz respeito aos “excluídos”. É, antes, uma impressão superficial sobre o outro por parte daqueles que se consideram “incluídos” (humanizados) e não o são de fato” (2002:45 e 43).

A conceituação “excluído” é um recurso analítico que, ao mesmo tempo, esclarece e ofusca. Aponta para o ícone do iceberg, mas nem sempre consegue levar à compreensão do

⁷⁶. Bassegio explica que, só em 2003, o país pagou R\$ 149 bilhões correspondente a juros das dívidas. Por outro lado, em 14 grandes áreas estratégicas como saúde, educação, transporte, moradia, tecnologia, pesquisa e outras áreas sociais só foram investidos R\$ 69 bilhões.

que está submerso. Ultimamente chegou a haver *certa fetichização* da idéia de *exclusão*, diante do que Martins adverte que este termo não pode ser tomado como uma categoria objetiva de análise crítica. Segundo ele, “rigorosamente falando, *não existe exclusão: existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes*” (2003:14). E acrescenta:

“*Excluído* é apenas um rótulo abstrato, que não corresponde a nenhum *sujeito de destino*: não há possibilidade histórica nem destino histórico nas pessoas e nos grupos sociais submetidos a essa rotulação [...]. O discurso sobre a exclusão é o discurso dos integrados, dos que aderiram ao sistema, tanto à economia quanto aos valores que lhe correspondem. Dificilmente se pode ver nele um discurso anticapitalista, embora ele certamente seja um discurso socialmente crítico” (2002:30-31).

Embora concorde parcialmente com a postura de Martins quando diz que o discurso da *exclusão* pode não ser anticapitalista, não consigo ver nesta caracterização um *rótulo abstrato*. Sinto tratar-se antes de uma designação genérica acerca de um fenômeno com feições bem concretas. Este espectro social tem se acentuado muito nas últimas duas décadas como decorrência do aprofundamento do capitalismo perverso.

Os excluídos não se identificam com uma só categoria de trabalhadores ou de desempregados. São – o que é mais grave ainda – uma tragédia social que atinge multidões de pessoas com existência real e *rostro desfigurado*, como classificaram os bispos em Puebla⁷⁷. Os “excluídos” constituem um dos efeitos mais visíveis – não o único – de um sistema que age com “mão invisível”, para usar uma expressão de Adam Smith em se referindo ao sistema de mercado.

Afora a questão do conceito, muitas vezes empregado de forma confusa e inconseqüente, há outros dois problemas em torno da exclusão. Um está ligado ao que poderíamos identificar como *produção da exclusão*, ou seja, ao núcleo estruturante e aos

⁷⁷. Reunidos em Puebla - México, de 27 de janeiro a 13 de fevereiro de 1979, na III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, os bispos analisaram a pobreza e miséria na América Latina. No documento de conclusão da Conferência, afirmam que a situação de pobreza extrema e desumana em que vivem milhões de latino-americanos se constitui no mais “devastador e humilhante flagelo”. Flagelo expresso, entre outras formas, na mortalidade infantil, na falta de moradia adequada, em problemas de saúde, na fome, no desemprego e subemprego, na desnutrição, nas migrações maciças, forçadas e sem proteção. Os bispos admitem não se tratar de uma situação casual, mas sim determinada por um sistema materialista que produz “ricos cada vez mais ricos às custas de pobres cada vez mais pobres”. Logo adiante dizem que os pobres têm “feições concretíssimas”. E passam a comentar a situação das *crianças, dos jovens, dos indígenas, dos afro-americanos, dos camponeses, dos operários, dos subempregados e desempregados, dos marginalizados urbanos, dos anciãos* e outros. (Cf. Conclusões da Conferência de Puebla, 9ª ed., Paulinas, São Paulo, 1979, pp. 94-96). José de Souza Martins fala de uma nova desigualdade que resulta dos processos de exclusão existentes no interior mesmo do sistema capitalista. Desigualdade que, no âmbito econômico, cria abismos entre ricos e pobres, mas no aspecto ideológico iguala e unifica a todos. Desigualdade que faz com que uns e outros reproduzam as mesmas idéias e práticas individualistas e competitivas.

mecanismos do sistema capitalista que, por sua própria índole, cria uma ordem desordeira. Outro se vincula às *formas de reprodução da exclusão*, muitas vezes legitimada e replicada através dos modos propostos de inclusão social. Na verdade, são paliativos, vistos e assumidos como alternativas ou como instrumentos de transformação do sistema.

Entendo que haja duas orientações contidas na categoria de análise da “exclusão”. Uma de caráter conservador e a outra com potencial transformador. A primeira leva à compreensão de que a identidade dos (outrora) operários se diluiu fatalmente na figura dos excluídos. A segunda permite reter a consciência crítica de que os excluídos são vítimas da exploração capitalista ao mesmo tempo em que são portadores da capacidade de transformação social a partir das fissuras do capitalismo.

Vale retornar uma vez mais ao autor que venho citando: “Há processos sociais excludentes, mas não há exclusões consumadas, definitivas, irremediáveis” (Martins, 2002:46). Tanto a exclusão quanto a inclusão se constituem em *processo*, mesmo porque a própria sociedade não é estática. Os que são “empurrados para fora”, podem retornar depois de forma menos ou mais degradada. A rigor, a sociedade capitalista funciona em face de processos de exclusão para posteriores inclusões. Necessita desenraizar as pessoas e descaracterizá-las de sua própria identidade para acomodá-las às lógicas e conveniências do sistema.

Para Martins, “a exclusão é o sintoma grave de uma transformação social que vem rapidamente fazendo de todos os seres humanos seres descartáveis, reduzidos à condição de coisa, forma extrema de vivência da alienação e da coisificação da pessoa, que Marx já apontara em seus estudos sobre o capitalismo” (2002:20). Os excluídos não realizam nenhum tipo de contradição dentro do sistema produtivo. Enquanto *resíduo crescente do desenvolvimento econômico anômalo*, os excluídos não podem fazer greve porque já não têm nem o direito de trabalho (emprego). Pior ainda quando assimilam a culpabilidade da sua exclusão e o fatalismo da incapacidade de reversão histórica.

Analisando a lógica do sistema capitalista, João B. Libanio⁷⁸ caracteriza a *exclusão* comparativamente à relação com o mercado: “Quanto mais acesso ao mercado, mais inserido

⁷⁸. Entrevista concedida ao autor em 17 de novembro de 2004 em Boracéia/SP. João Batista LIBANIO é sacerdote jesuíta, professor de Teologia Fundamental na Faculdade de Teologia do Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus e consultor pastoral da Arquidiocese de Belo Horizonte. É autor de diversas obras no campo da Teologia e da Pastoral. Entre outros livros, publicou: *As lógicas da cidade – o impacto sobre a fé e sob o impacto da fé*. Edições Loyola, São Paulo, 2001.

eu sou. Acesso ao mercado significa compra, venda, produção e consumo [...]. Exclusão e inclusão não é “sim” e “não”. Exclusão infinita e inclusão infinita não existem”. A exclusão é, portanto, um processo e um desafio teórico-prático. Mais importante até que tentar definir o que os pobres são ou deixam de ser, é entender por que estão em tal condição, o que eles querem e, efetivamente, necessitam. Da consciência que se tem da origem e da gravidade das *exclusões sociais*, depende a ação ou as ações de enfrentamento desse fenômeno.

Em suma, é importante ter cautela com os conceitos formatados a fim de não absolutizar interpretações. A mudança terminológica (*pobre, marginalizado, excluído...*) revela que a realidade é mutante e que não se deixa encerrar em uma categoria ou explicação. A rigor, como sublinha Martins (2003:18), mais que variar de nome, a pobreza mudou de *forma, de âmbito e de conseqüências*. Nem por isso a preocupação com a exclusão social é ilegítima ou menos urgente. Também não significa que, pelo fato de haver visões diferentes quanto ao alcance dos termos, a exclusão seja um fenômeno social inexistente. Ao contrário: Ela é real, profunda e caótica.

Para efeitos da abordagem que faço em relação aos catadores/as, utilizarei a compreensão *indivíduos em processos de exclusão*. “Indivíduo” se diferencia da idéia de sujeito (o que também se faz em processo). “Processos” (no plural) advêm do entendimento de que se trata da existência de mais de um fator (que não só o econômico, nem somente o social) a produzir a exclusão. Também permite explicar que a realidade não é estática, mas está em permanente movimento. “Exclusão” é antes um processo amplo que define a própria dinâmica do capitalismo⁷⁹.

Valho-me do conceito *processos de exclusão* como indicativo de privação de direitos econômicos, sociais, políticos e culturais (materiais e simbólicos) e como expressão da contradição no interior da sociedade capitalista. O tema é complexo dado que, além do que já foi dito, pode-se também identificar diferentes *níveis e dimensões* de exclusão. Numa sociedade como a nossa, uma mesma pessoa pode estar incluída na sua classe e sentir-se excluída em relação à outra; integrada no trabalho e excluída do capital. Pode achar-se social

⁷⁹. Sobre o tema da exclusão social há vasta produção bibliográfica. Além dos autores citados, destaco ainda: ABRANCHES, Sérgio. *Os despossuídos. Crescimento e pobreza no país dos milagres*. Rio de Janeiro, Zahar, 1985; BUARQUE, Cristovam. *O que é apartação: o apartheid social no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1993; ESCOREL, S. *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 1999; NASCIMENTO, E. P. do; BARREIRA, I. (orgs.). *Brasil urbano: cenários da ordem e da desordem*. Rio de Janeiro, Nothrya, 1993; VÉRAS, Maura P. Bicudo. *Por uma sociologia da exclusão social: O debate com Serge Paugam*. São Paulo, EDUC, 1999; SPOSATI, Aldaísa. *Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo*. São Paulo, EDUC, 1996.

e politicamente inserida e, ao mesmo tempo, economicamente excluída ou vice-versa. Há ainda que considerar a existência de fatores objetivos e outros que são de ordem subjetiva.

2.2.3. Os catadores de trabalho e de materiais

Entre os segmentos sociais que sofrem processos de exclusão mais acentuados, estão os catadores/as de materiais recicláveis, que extraem do “lixo” descartado nas cidades e aterros sanitários (*lixões*) a sua subsistência. O aumento do número de adeptos a esta atividade parece ter uma ligação direta com o desenvolvimento econômico excludente, com o fenômeno da urbanização, com a reestruturação produtiva e com o despertar de certa consciência ecológica.

Quanto aos catadores/as, é comum (no sentido de freqüente) serem vistos como *desagregados sociais*. São identificados com títulos imprecisos ou preconceituosos como “catadores de papel”, “papeleiros”, “lixeiros” e “mendigos”⁸⁰. A denominação “papeleiro” é reducionista e não traduz de maneira ampla o ofício que desempenham, dado que recolhem e reciclam diferentes tipos de materiais. “Lixeiro” e “mendigo” são tratamentos moralizantes, depreciativos e estereotipados. “Reciclador” identifica todos os segmentos que trabalham com materiais recicláveis, inclusive empresas privadas. Já a nomenclatura oficial utilizada pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) é *catador de materiais recicláveis*.

De acordo com Paulo de Tarso Carvalhaes⁸¹, o termo “catador de recicláveis” é mais condizente muito embora não seja completo, porque esses trabalhadores/as não catam apenas materiais recicláveis, mas também reutilizáveis, como garrafas, por exemplo. Desse modo, a expressão “catador de materiais *reaproveitáveis*” talvez fosse mais adequada, identificando, então, os agentes populares que recolhem produtos pós-consumo a serem reutilizados “in natura” ou que sofrerão algum tipo de alteração física ou química. Não obstante os conceitos sejam discutíveis, empregarei neste trabalho a terminologia oficial que, aliás, é a mais aceita e até reivindicada pela própria categoria.

Na opinião de Carvalhaes, o catador de materiais recicláveis é o único profissional que simultaneamente produz bens e presta serviço (limpeza pública). “Ele é um garimpeiro. Tudo

⁸⁰. É comum também serem classificados por tabela, ou seja, a partir do instrumento de trabalho que utilizam. Em alguns lugares são chamados de *carrinheiros*, noutros de *carroceiros* ou *gaioteiros*.

⁸¹. Paulo de Tarso CARVALHAES foi entrevistado pelo autor em 30 de abril de 2004, ocasião em que era Secretário de Habitação do Município de Guarulhos/SP. É ex-funcionário da Senacoop (Secretaria Nacional de Cooperativismo) e ex-diretor da Iluminação Pública em São Paulo, na gestão Luiza Erundina na cidade de São Paulo.

o que o catador retira, a cidade deixa de pagar para outro tirar.” Conforme caracterização de Zely B. Barbosa⁸² em sua tese de doutorado, os catadores são “visíveis trabalhadores invisíveis”, o que corresponde a ser *rejeitado*. A cata do “rejeito” pelo “rejeitado” constitui um ato simples que pode vir a ser muito significativo. Depende como ele é feito. Se for de forma isolada, acaba reproduzindo o sistema capitalista, competitivo e perverso. Se for de modo associativo, mesmo os grupos mais excluídos podem obter significativas conquistas.

Para João B. Libanio⁸³:

“Na cidade, o grau maior de exclusão é o que vive do lixo sem trabalhar o lixo. O mendigo (sic) visibiliza o maior grau de exclusão porque ele não produz nada e consome o mínimo. Não paga água, nem luz. Não paga comida porque ganha [...]. O catador organizado não é excluído porque está no comércio. Ele vende o lixo e pode comprar roupa, educar a família. Se os catadores de lixo conseguem organizar uma cooperativa e impor o preço ao material, o nível de exclusão deles é bem menor [...]. No sistema capitalista, a inclusão se faz pelo mercado. Se você quiser fazer a transformação do sistema, aí é outra coisa. A maneira que estamos incluindo os catadores é criando cooperativas para que eles possam impor o preço, portanto dentro do sistema”.

Assim, ao catarem materiais recicláveis e reaproveitáveis, esses indivíduos estão ao mesmo tempo tentando catar uma alternativa de trabalho e a possibilidade mínima de acesso ao mercado. A propósito, permanece a questão de fundo: Esta atividade laboral – tomada na perspectiva econômica e ecológica – quando feita de forma coletiva em cooperativas e associações, tem capacidade de reciclar o trabalho, a cidadania e as representações sociais dos envolvidos nela?

2.3. A reinvenção do trabalho pela via do cooperativismo

Talvez as novas formas de cooperativismo (especialmente congregando catadores/as de materiais recicláveis) não signifiquem a solução para todos os problemas enfrentados pelos indivíduos em acentuados processos de exclusão social. Entretanto, existem múltiplos exemplos de cooperativas e associações autogestionárias e co-gestionárias baseadas na *economia solidária* que estão se tornando importantes instrumentos neste sentido. Com a intenção de balizar uma análise da ARCAN sob este ponto de vista, faço uma pequena retomada da história e dos princípios do cooperativismo.

⁸². Zely Batista BARBOSA defendeu tese na PUC/SP em 14 de maio de 2004, intitulada: “Os visíveis invisíveis catadores de papel”.

⁸³. Entrevista concedida ao autor em 17 de novembro de 2004 em Boraceia/SP.

2.3.1. A origem do cooperativismo

Embora o sistema cooperativista moderno não tenha conseguido se tornar hegemônico em termos de regulação da força de trabalho, na história mais recente de nosso país ele tem registrado experiências expressivas. A isso vou me ater um pouco a fim de poder, posteriormente, analisar como e com que alcance este instrumento começou a ser usado pelos chamados “excluídos sociais”.

A origem das organizações cooperativistas deve ser buscada na Inglaterra, como reação à revolução capitalista iniciada com o processo de industrialização no final do século XVIII. Diante da queda do valor do salário, do crescimento do desemprego e da lógica competitiva do capitalismo, a classe operária começou a se organizar em clubes de ofício, sindicatos e cooperativas. “A mais antiga cooperativa, com existência documentada, parece ter sido iniciativa de trabalhadores empregados nos estaleiros de Woolwich e Chatham, que em 1760 fundaram moinhos de cereais em base cooperativa para não ter de pagar os altos preços cobrados pelos moleiros, que dispunham de um monopólio local” (Singer, 1999:89-90). Por influência de Robert Owen, diversas cooperativas foram surgindo. A primeira a incorporar um “evangelho social definido” foi a Sociedade Cooperativa e Econômica de Londres, formada por impressores e jornalistas, que fizeram a experiência de morar e trabalhar juntos.

As cooperativas tiveram expansão mundial, umas com mais sucesso e duração, outras com menos. “Uma das tentativas que logrou mais êxito, inclusive econômico, tendo atravessado todo século XX, foi a dos assentamentos coletivos judaicos na antiga Palestina e atual Israel” (Singer, 1999:93). Os casos que se destacaram do ponto de vista social foram as “cooperativas ligadas mais ou menos diretamente a sindicatos de trabalhadores de ofício. Conhecem-se pelo nome mais de 250 sociedades cooperativas formadas entre 1826 e 1835, que é o período de máximo florescimento do cooperativismo owenista” (Singer, 1999:93).

Com o acirramento da luta de classes e o fortalecimento do movimento operário, a prática do “auto-emprego cooperativo” foi estimulada. Em 1832, na Inglaterra, Owen criou uma “bolsa de intercâmbio de trabalho em escala nacional”. Este estabelecimento promovia trocas de produtos com preços justos, calculados a partir do tempo de trabalho, o que passou a se constituir num dos principais princípios do cooperativismo de consumo. A idéia central que movia Owen era a abolição do lucro comercial, o que aumentava de forma brutal o preço

das mercadorias. Isso seria possível através da supressão dos intermediários e da adoção das trocas equitativas.

Em 1844, em Rochdale, surgiu a *Society of Equitable Pioneers*, uma cooperativa que se tornou a matriz de todas as cooperativas modernas. Com ideal socialista, esta organização tinha os seguintes objetivos: “Fundar um armazém para abastecer os sócios, construir casas para os mesmos, manufaturar artigos para dar ocupação a sócios desempregados ou com salários reduzidos, comprar ou arrendar terras com a mesma finalidade e criar uma comunidade auto-sustentada pelo trabalho de seus membros, além de um hotel de temperança” (Singer, 1999:100). Entre seus princípios básicos estavam: a) A *democracia* – tendo cada sócio direito a um voto, independente do capital que tivesse investido; b) A *divisão do excedente da produção*.

Boaventura de Sousa Santos e César Rodríguez afirmam que “o pensamento associativista e a prática cooperativista desenvolveram-se como alternativas tanto ao individualismo liberal quanto ao socialismo centralizado” (In: Santos (org), 2002:33). Embora “associativismo” e “cooperativismo” sejam termos intimamente conexos, os autores estabelecem algumas distinções, identificando o primeiro com a *teoria social* propriamente dita e o segundo com a *prática econômica*. Enquanto a teoria do associativismo sustenta o princípio da cooperação e da mutualidade nas relações econômicas, a prática do cooperativismo exercita a *autonomia, a democracia participativa, a igualdade, a equidade e a solidariedade*.

A história registra casos bem sucedidos de cooperativas baseadas na prática da economia solidária como, por exemplo, o complexo cooperativo de Mondragón (Espanha), reconhecido mundialmente. A experiência iniciou em 1965. Em 1998 reunia cerca de 30 mil trabalhadores em 109 fábricas, supermercados, banco e uma universidade tecnológica. O sucesso do complexo de Mondragón deve-se precisamente à interligação das cooperativas de produção, consumo, crédito e educação em redes de apoio mútuo e interdependência e à inserção no mercado competitivo global.

No Brasil, está havendo um retorno à prática do cooperativismo com o objetivo de criar alternativas econômicas e desenvolvimento alternativo. Para Singer e Souza (2000), “na América Latina, o interesse renovado pelas cooperativas foi expresso nas propostas de reativação da chamada “economia solidária”, ou seja, o setor da economia a que

correspondem formas diversas de produção associativa em que se destacam as cooperativas e as mutualidades” (*apud* Santos (org), 2002:35).

Múltiplas razões podem ajudar a entender o ressurgimento do interesse pela economia solidária e pelas cooperativas de trabalhadores no contexto atual. Santos e Rodríguez (In: Santos (org), 2002:35-37) destacam quatro motivos: 1) o fato de serem unidades capazes de competir com o mercado capitalista; 2) a capacidade de responder às condições do mercado global contemporâneo porque são mais produtivas e auto-controladas; 3) a distribuição mais igualitária do resultado da produção; 4) a geração de benefícios não econômicos como a democracia participativa, a cidadania e a emancipação dos trabalhadores.

As associações e pequenas cooperativas populares parecem estar se afirmando como espaços importantes na garantia de condições e relações de trabalho desejáveis. Ao proporcionar aumento da renda e promover a dignidade e a auto-estima, contribuem para o aprimoramento da cidadania dos “excluídos sociais”. Ao exercitarem o trabalho coletivo, os catadores(as) conjugam de modo particularmente distinto, elementos alternativos ao modelo de produção e consumo da sociedade capitalista e às suas inclinações segregadoras e depredadoras.

Não se pode deduzir automaticamente das determinações estruturais, o perfil das iniciativas populares e dos movimentos sociais, pois que há uma “grande gama de respostas possíveis diante de uma mesma solicitação dada” (Sader, 1995:41). Localizar a organização dos catadores/as no cenário maior, procurando entender o que trazem de original é o que persigo nesta pesquisa. Adiante analisarei isso com mais profundidade.

2.3.2. Os princípios do cooperativismo

A Aliança Cooperativista Internacional (ACI), fundada em 1895 com a finalidade de continuar a obra dos pioneiros de Rochdale, preocupou-se em definir valores e regras que inspiram os conceitos éticos e morais do cooperativismo. Em 1937 foi aprovado o conjunto de princípios que devem ser adotados internacionalmente pelas cooperativas. Estes princípios foram reformulados em Manchester no ano de 1955. Conforme Juvêncio, Andrade e Panzutti (2000:21-22), são eles:

1º) *Adesão livre e voluntária*: As cooperativas são organizações abertas a todas as pessoas aptas a usar seus serviços e dispostas a aceitar as responsabilidades de sócio, sem discriminação social, racial, política ou religiosa e de gênero.

2º) *Controle democrático pelos sócios*: As cooperativas são organizações democráticas controladas por seus sócios, os quais participam ativamente no estabelecimento de suas políticas e na tomada de decisões. Homens e mulheres, eleitos como representantes, são responsáveis para com os sócios. Nas cooperativas singulares, os sócios têm igualdade na votação - um sócio, um voto. As cooperativas de outros graus são também organizadas de maneira democrática.

3º) *Participação econômica dos sócios*: Os sócios contribuem de forma equitativa e controlam democraticamente o capital de suas cooperativas. Parte deste capital é propriedade comum das cooperativas. Usualmente os sócios recebem juros limitados (se houver algum) sobre o capital, como condição de sociedade. As sobras podem ser destinadas para o desenvolvimento da cooperativa; para a formação de reservas; para o retorno aos sócios na proporção de suas transações com a cooperativa; e para o apoio a outras atividades que forem aprovadas pelos sócios.

4º) *Autonomia e independência*: As cooperativas são organizações autônomas para ajuda mútua. Entrando em acordo operacional com outras entidades, inclusive governamentais, ou recebendo capital de origem externa, elas devem fazê-lo em termos que preservem o seu controle democrático pelos sócios e mantenham sua autonomia.

5º) *Educação, treinamento e informação*: As cooperativas proporcionam educação e treinamento para os sócios dirigentes eleitos, administradores e funcionários, de modo a contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento. Eles deverão informar o público em geral, particularmente os jovens e os líderes formadores de opinião, sobre a natureza e os benefícios da cooperação.

6º) *Cooperação entre cooperativas*: As cooperativas atendem seus sócios mais efetivamente e fortalecem o movimento cooperativo, trabalhando juntas através de estruturas locais, nacionais, regionais e internacionais.

7º) *Preocupação com a comunidade*: As cooperativas trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades, através de políticas aprovadas por seus membros.

2.3.3. O cooperativismo no Brasil

Na história do cooperativismo brasileiro, a Igreja Católica teve influência significativa. As primeiras experiências remontam ao período das reduções jesuíticas.

“Por mais de 150 anos, esse modelo deu exemplo de sociedade solidária, fundamentada no trabalho coletivo, onde o bem-estar do indivíduo e da família se sobrepunha ao interesse econômico da produção. A ação dos padres jesuítas se baseou na persuasão, movida pelo amor cristão e no princípio do auxílio mútuo (mutirão), prática encontrada entre os indígenas brasileiros e em quase todos os povos primitivos, desde os primeiros tempos da humanidade”.⁸⁴

Enquanto movimento com princípios formalizados, o cooperativismo em nosso país é contemporâneo à Society of Equitable Pioneers de Rochdale. Assim, em 1847, o médico francês Jean Maurice Faivre criou, no Paraná, a colônia Tereza Cristina com bases cooperativas. Embora tivesse curta duração, a iniciativa tornou-se uma referência para o cooperativismo brasileiro, o qual se disseminou em diversas áreas.

Na passagem do Império para a República, entre outras, surgiram: a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Companhia Paulista, na cidade de Campinas/SP (1887); a Sociedade Econômica Cooperativa, em Ouro Preto/MG (1889); a Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica, na cidade de Limeira/SP (1891); a Cooperativa Militar de Consumo, no Rio de Janeiro (1894) e a Cooperativa de Consumo de Camaragibe, em Pernambuco (1895).

Na cidade de Santa Maria/RS, em 1913, foi criada a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea (COOPFER), que se desenvolveu ininterruptamente até 1964 e chegou a ser considerada a maior cooperativa de consumo da América do Sul. Ela constituiu uma Caixa de Pecúlios e montou um hospital próprio – a Casa de Saúde –, destinado a atender seus cooperados e dependentes. Desenvolveu uma rede de escolas primárias ao longo das linhas férreas, conhecidas como "Escolas Turmeiras", que levaram a alfabetização aos filhos dos ferroviários em diferentes pontos do Rio Grande do Sul. Fundou uma escola de "Artes e Ofícios", em nível de segundo grau, pioneira do ensino técnico, responsável pela formação de bons profissionais, disputadíssimos pelo mercado de trabalho.

A COOPFER também montou oficinas de marcenaria, eletricidade, tipografia, tornearia, oferecendo formação de mão-de-obra técnica, prestação de serviços como

⁸⁴. Cf. site: www.cooperativasassociadas.com.br

fabricação de móveis, equipamentos domésticos, reforma de motores, consertos diversos, construção de moradias e outros. Construiu ainda um parque industrial de apoio: fábrica de sabão, torrefação e moagem de café, padarias, fábricas de bolachas, alfaiataria, açougues com abatedouros próprios e farmácias, provendo todas as necessidades de seu quadro social, que atingiu, em sua época áurea, cerca de 18 mil cooperados.⁸⁵

As primeiras *cooperativas agropecuárias* começaram a aparecer no ano de 1907, em Minas Gerais, por estímulo do Governador do Estado, João Pinheiro. Tinham como finalidade eliminar os intermediários da produção agrícola, cuja comercialização era controlada por estrangeiros. Os produtores de café – principal produto da época – receberam isenções fiscais e apoio material do governo do Estado. Neste mesmo ramo, foram surgindo outras cooperativas no Sul do país, especialmente em comunidades de origem alemã e italiana, conhecedoras do sistema cooperativista europeu, tendo como seu principal divulgador o italiano Stéfano Paternó. Em alguns lugares o cooperativismo brasileiro teve seus princípios e objetivos distorcidos.

Em 1902, no Rio Grande do Sul, sob a inspiração do padre Jesuíta Theodor Amstadt começou a ressurgir o *cooperativismo de crédito*, que tinha sido muito dinâmico no passado. Esse modelo se desenvolveu de modo considerável, sobretudo junto a pequenos produtores rurais e pequenas vilas. Fundamentava-se na honestidade de seus cooperados. Pelo final da década de 1920, adentrou no Estado gaúcho outra versão do cooperativismo de crédito, este inspirado no italiano Luigi Luzzati e trazido por participantes de um Congresso Mariano realizado em Roma. Entre os anos 1930 e meados da década de 1950,

“calcula-se que foram criadas cerca de 1.200 cooperativas desse modelo e alcançaram um bom estágio de desenvolvimento. Seu único grande pecado foi não ter buscado a verticalização e não ter criado um antídoto para uns poucos aventureiros que, particularmente nos grandes centros, buscaram tirar proveito em benefício próprio. Do ponto de vista das condições brasileiras, talvez continue sendo o modelo ideal para o nosso país”⁸⁶.

Um terceiro modelo desse segmento de cooperativismo foi introduzido no RS no final dos anos 1950, por Maria Thereza Rosália Teixeira Mendes, uma mulher muito religiosa. De visão solidarista e espírito de luta, ela contou com o apoio decisivo de Dom Hélder Câmara, na época bispo auxiliar do Rio de Janeiro. Em 1981 foi posto em funcionamento no país o

⁸⁵. Idem

⁸⁶. Idem

Sistema de Crédito Rural que visava favorecer as condições de taxas de juros para os agricultores. A iniciativa teve boa aceitação e êxito em vários estados brasileiros.

Outra modalidade são as *cooperativas de trabalho*, “constituídas por pessoas ligadas a uma determinada ocupação profissional, com a finalidade de melhorar a remuneração e as condições de trabalho, de forma autônoma. Este é um segmento extremamente abrangente, pois os integrantes de qualquer profissão podem se organizar em cooperativas de trabalho”.⁸⁷ Foi a partir dos anos 1960 e, sobretudo na década de 90, que este ramo do cooperativismo começou a se expandir com mais força. Contudo, ainda enfrenta grandes dificuldades quanto à legislação trabalhista.

2.3.4. Associação x cooperativa x empresa

Em seus princípios, “uma associação e uma cooperativa são idênticos. Ambas partem da organização social de pessoas físicas”, afirma Mario César Ralise⁸⁸. Mas, a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que define a Política Nacional de Cooperativismo, em seu artigo 3º diz: “Celebaram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro”. O artigo 6º da mesma lei classifica as sociedades cooperativas em vários segmentos: de *consumo*, de *crédito*, *mistas*, de *trabalho*, entre outras. As cooperativas que congregam catadores/as de materiais recicláveis são consideradas cooperativas de trabalho.

A cooperativa agrega ao objetivo social a finalidade de desenvolver *uma atividade econômica de proveito comum*, o que a associação não possui. Está aí, segundo Mario, a grande diferença entre as duas formas de organização. “Uma cooperativa surge necessariamente para atuar no mercado, com uma atividade econômica de proveito comum dos seus membros. Portanto, é uma associação que atua no mercado”. Ele avalia que o caminho ideal do modelo é iniciar com uma associação para poder congrega as pessoas.

⁸⁷. Idem

⁸⁸. Entrevista concedida ao autor no dia 15 de outubro de 2004, na sede da OCESP-SESCOOP/SP, Rua Correia Dias, 185, Paraíso, São Paulo – SP. Mario César RALISE é administrador e técnico na área de assessoria e consultoria do sistema OCESP-SESCOOP/SP. A Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (OCESP) – braço representativo – e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP/SP) – braço técnico – têm como missão “promover, permanentemente, a excelência do Cooperativismo Paulista, viabilizando e realizando ações de educação, integração, representação, orientação e comunicação”.

Depois, “quando a associação começa a concretizar o seu negócio, inserir-se no mercado e competir, ela adquire características de cooperativa”.

Segundo a legislação atual, a associação não pode atuar no mercado de forma plena. “Uma associação não pode remunerar seus membros. Muitas vezes são encontrados artifícios para fazer isso. O cooperativismo supre essa questão, podendo atuar no mercado sem restrições e repassar o valor da venda dos produtos a seus cooperados”, analisa Mario. Quanto à possibilidade de recebimento de recursos públicos, “a cooperativa tem muito mais restrições do que a associação” explica.

Cooperativa também é diferente de empresa capitalista. As grandes cooperativas não negam e não invalidam, necessariamente, os princípios do cooperativismo. Porém, quando uma cooperativa passa a ter *lucro*, ela deixa de ser cooperativa. Numa empresa, o resultado positivo entre a receita e a despesa é apropriado em função do capital dos seus proprietários. Na legislação cooperativista está dito que, numa cooperativa, o excedente das operações não pode ser apropriado em função do capital dos seus membros.

Para entender o funcionamento básico da divisão dos resultados dentro de uma cooperativa, vou usar um caso concreto. Suponhamos que o cooperado “x” entre com R\$ 1.000,00 (mil reais) como cota de participação na cooperativa e o cooperado “y” com apenas R\$ 100,00 (cem reais). No final do ano verifica-se que houve, por exemplo, uma sobra de R\$ 1.100,00 (mil e cem reais), valor que será revertido em prol dos cooperados. Se distribuíssemos este resultado proporcionalmente ao *capital* aplicado, “x” ficaria com mil reais e “y” com cem reais.

Na cooperativa, a lógica apontada não vale. A referência a ser utilizada para a distribuição das sobras são as operações com a cooperativa, ou seja, o *trabalho*. Se, na ilustração acima, quem capitalizou R\$ 1.000,00 não operou com a cooperativa durante o ano e quem participou com R\$ 100,00 operou, este terá direito a resultados proporcionais a seu trabalho e aquele não terá direito a resultados. *Trabalho* aqui pode se referir a materiais ou produtos entregues à cooperativa, bem como à força de produção empregada no âmbito de atuação da cooperativa.

Numa empresa de mercado, o capital emprega o trabalho, a tecnologia, a matéria prima e outros recursos para obter resultado e se apropriar dele. Enquanto nas empresas capitalistas quem comanda todas as atividades é o capital; na cooperativa quem comanda tudo é o

trabalho. Na cooperativa não pode haver apropriação de trabalho alheio. Cada um se apropria do seu próprio trabalho. Por isso, também não existe a figura do *patrão* e do *empregado*.

No caso específico de uma cooperativa de reciclagem, ela viabiliza o trabalho e o mercado na medida em que organiza a escala econômica; estabelece um padrão de produto; gera condições de operacionalizar o produto no mercado e reverte o resultado para os cooperados. Em troca, os cooperados destinam uma parcela do seu ganho para cobrir os gastos da cooperativa com questões administrativas e outras despesas de operacionalização.

Uma cooperativa não tem os benefícios sociais como: fundo de garantia por tempo de serviço, aposentadoria e outros, até porque eles são típicos da relação empregatícia, onde existe patrão e empregado. Na cooperativa, o cooperado é empregador e empregado ao mesmo tempo. Numa cooperativa, os seus membros podem garantir os direitos sociais contanto que estejam dispostos a pagar por isso, constituindo um fundo próprio ou contratando um serviço de previdência ou seguro externo.

De acordo com Paulo de Tarso Carvalhaes, uma *associação* tem um caráter mais político e ideológico que comercial. Segundo ele, quando o objeto é econômico a associação perde um pouco a sua eficácia. A lei brasileira faz da cooperativa o meio mais eficaz de interferir na realidade econômica, no sentido de maximizar ganhos para os cooperados.

2.3.5. A solidariedade como base

As experiências do novo associativismo/cooperativismo primam por padrões igualitários no campo da economia e das relações humanas. Trata-se de uma forma diferenciada de organizar o trabalho, a produção e a própria vida. Uma alternativa às históricas contradições entre “capital” e “trabalho” praticadas pelo capitalismo, onde os “melhores” vencem e os “piores” sobram. “Para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva. Isso significa que os participantes na atividade econômica deveriam cooperar entre si em vez de competir”, afirma Paul Singer (2002:9).

Como reação à economia de mercado, muito recentemente começou-se a estimular a chamada *economia solidária*. Este modo de conceber as relações econômicas “busca transformar o capitalismo por dentro, experimentando formas de propriedade comunitária e autogestionária, cooperativas de várias naturezas, rompendo com a dicotomia tradicional

entre propriedade privada e propriedade estatal” (Wanderley, L., 2003:262). Paul Singer entende que está ressurgindo um cooperativismo nesta perspectiva solidária em oposição à crescente exclusão gerada pelo neoliberalismo. “A economia solidária é formada por uma constelação de formas democráticas e coletivas de produzir, distribuir, poupar e investir, segurar” (1999:181).

Hoje cresce a consciência sobre a necessidade de uma “cultura da solidariedade”, articulada pelas “redes de solidariedade” locais, regionais, nacionais e mundiais. A solidariedade é base fundamental para a nova ordem mundial, auto-sustentável e co-responsável. A “cultura da solidariedade”, segundo se vem refletindo em múltiplos espaços, implica na promoção e na garantia dos direitos humanos, sociais, econômicos, políticos e ambientais.

De outra parte, a ordem colonial e patriarcal ainda se mantém muito entranhada em nossa cultura. A propósito, Herbert Smith diz que a América do Sul precisa de uma revolução:

“Não de uma revolução horizontal, simples remoinho de contendas políticas, que servem para atropelar algumas centenas ou milhares de pessoas menos afortunadas. O mundo está farto de tais movimentos. O ideal seria uma boa e honesta revolução, uma revolução vertical e que trouxesse à tona elementos mais vigorosos, destruindo para sempre os velhos e incapazes” (*apud* Holanda, 2003:181).

Em última análise, restam dois caminhos: 1) O da competitividade, da segregação social e degradação ambiental, que conduz à barbárie e ao caos; 2) O da solidariedade, que possibilita a regeneração da vida em todas as suas dimensões. Nesta reciclagem sócio-cultural (*revolução vertical*), a solidariedade é um dos princípios centrais. No contexto atual, parece difícil imaginar que a solidariedade venha a superar as relações de exploração. Contudo, é perfeitamente possível fortalecer práticas capazes de resistir aos efeitos aterradores do capitalismo, o qual é essencialmente *des-solidarizante*.

2.3.6. A construção de sujeitos-cidadãos

O neoliberalismo é a fase avançada da crença segundo a qual a economia de livre mercado é a única capaz de regular a sociedade e praticar o desenvolvimento. Tal sistema tem seu carro-chefe centrado na privatização de empresas públicas, na adoção do Estado mínimo, no monopólio de bens e serviços, na concentração de poder e na voracidade do

lucro. Afirma-se através do conhecimento inovador e competitivo que, em verdade, é a mais moderna e eficiente indústria de exclusão.

Em contrapartida, vigoram pelo país e pelo mundo projetos alternativos no setor da produção agropecuária, da pequena indústria, da comercialização e da prestação de serviços. Inúmeros movimentos sociais populares, organizações não governamentais, associações, cooperativas, grupos afins, entidades prestadoras de assessoria, núcleos de capacitação de lideranças, ganham cada vez mais visibilidade e importância no processo de consolidação de uma outra ordem possível e necessária.

Com o florescimento destas alternativas no campo popular, passou-se a discutir muito a questão dos “novos sujeitos coletivos”. A este respeito, existem várias visões. Eder Sader (1988), por exemplo, refere-se a eles como: “Uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas” (*apud* Wanderley, L., 1992:145). Tal concepção faz pensar que não existe um “sujeito social pré-fixado para a transformação social...” (Wanderley, L., 1992:154). Todavia, os indivíduos podem se construir como sujeitos sociais na medida em que se transformam a si mesmos e à própria sociedade. Este processo sempre envolve definição de projetos, estratégias, metas e recursos.

A temática da cidadania traz a discussão sobre os sujeitos nela implicados. Não há cidadania sem construção de novos “sujeitos sociais” ou novos “atores sociais”. A caracterização destes, porém, é de fundamental importância para a própria compreensão de seu desempenho no processo. Luiz Eduardo Wanderley afirma: “Prefiro o uso do termo *sujeito*, como aquele que faz a ação ou a dirige, ou, num sentido mais filosófico, o homem como sujeito livre e igual, dono de si mesmo e da natureza, construtor do seu mundo, defensor de direitos e da subjetividade. Ao contrário de *ator*, como aquele que desempenha um papel dentro de um texto, no palco ou na tela” (1992:142).⁸⁹

Enquanto alguns denominam os agentes dos novos movimentos sociais como *sujeitos coletivos*, outros os definem como *sujeitos populares*, *novos sujeitos históricos*, *sujeitos políticos* ou *novos sujeitos políticos históricos*. “Mas um traço comum é o fato de a noção de “sujeito” vir associada a um *projeto* [...]. E outro traço comum, vinculado a este, é a

⁸⁹. Os *catadores* são tratados aqui como *indivíduos* ou *atores sociais*, entendendo as duas expressões como equivalentes. Algumas vezes eles são referidos como *sujeitos da pesquisa*, utilizando o termo como sinônimo de *matéria de observação*, não com o peso político que a palavra “sujeito” (cidadão) encerra.

conotação com a idéia de *autonomia*, como elaboração da própria identidade e de projetos coletivos de mudança social a partir das próprias experiências” (Sader, 1995:53).

Já Evelina Dagnino refere-se ao surgimento de uma noção de cidadania ligada à experiência concreta de diversos movimentos sociais. “Na organização desses movimentos sociais, a luta por *direitos* – tanto o direito à igualdade como o direito à diferença – constituiu a base fundamental para a emergência de uma nova noção de cidadania” (1994:104). Entre os movimentos expressivos que hoje reivindicam o direito à cidadania está o movimento ecológico que parte na defesa da *eco-cidadania*, ou seja, da vida integrada ao meio ambiente.

Parece ficar claro que não é possível conceber *cidadania* a não ser como uma construção histórica articulada com estratégias sociopolíticas.

“Significa dizer que não há uma essência única imanente ao conceito de cidadania, que o seu conteúdo e seu significado não são universais, não estão definidos e delimitados previamente, mas respondem à dinâmica dos conflitos reais, tais como vividos pela sociedade num determinado momento histórico. Esse conteúdo e significado, portanto, serão sempre definidos pela luta política” (Dagnino, 1994:107).

A essa compreensão, a autora ajunta a idéia de que a “nova cidadania requer a constituição de sujeitos sociais ativos, definindo o que eles consideram ser os seus direitos e lutando pelo seu reconhecimento. Nesse sentido, ela é uma estratégia dos não-cidadãos, dos excluídos, uma cidadania de ‘baixo para cima’” (Dagnino, 1994:108). A defesa de Pedro Demo sobre o assunto vai na mesma direção, conceituando *cidadania* como “competência humana de fazer-se sujeito, para fazer história própria e coletivamente organizada” (1995:1).

A formação de tal competência emancipadora se dá, sobremaneira, através da educação, da organização política, da informação e da participação social ativa. Assim, o maior entrave à cidadania é a pobreza política que permite a manipulação e a exploração do povo. “Não-cidadão é sobretudo quem, por estar coibido de tomar consciência crítica da marginalização que lhe é imposta, não atinge a oportunidade de conceber uma história alternativa e organizar-se politicamente para tanto. Entende injustiça como destino. Faz a riqueza do outro, sem dela participar” (Demo, 1995:2).

As terminologias “emancipação” e “autonomia” parecem apropriadas para falar da construção do sujeito-cidadão. Porém, elas não podem ser absolutizadas, mesmo porque a própria condição humana torna impossível alguém ser plenamente autônomo ou emancipado.

A história da humanidade é, em certo sentido, a história das relações interpessoais, intergrupais e intersociais. Para Lutgardes Freire⁹⁰ a emancipação é um processo subjetivo e coletivo: “A emancipação da sociedade não é e não pode ser só individual, mas ela também é individual. É uma relação dialética entre aquilo que você é e o que você está sendo dentro da sociedade.”

Na sociedade de consumo cresce “o trabalho precário”, fazendo aumentar o contingente de “não emancipados”, “mal emancipados”, “marginalizados sociais” ou “indivíduos e grupos em processos de exclusão”. Infelizmente, muitos ainda estão “resignados com seu destino, apesar da miserabilidade em que vivem e, por sua incapacidade de organizar-se e enfrentar os donos do poder” (Ribeiro, 1995:209).

Para superar a dinâmica da exclusão é preciso, segundo Boaventura de Sousa Santos (2000:330), “reinventar um mapa emancipatório” que leve em consideração a “subjetividade individual e coletiva”, como meio de fazer a “transição epistemológica e societal”. A passagem da regulação social para a emancipação só acontece quando são substituídas as formas de conhecimento e de ação *colonialistas* por formas capazes de estimular a solidariedade.

Diferentemente de Eric Hobsbawm – segundo o qual os ricos perderam o medo dos pobres – Plínio Arruda Sampaio⁹¹ acredita que “a grande novidade atual é o despertar do homem comum que está superando a idéia de impotência diante das forças mecânicas do mercado, do capital e do poderio militar”. Para Sampaio, os “excluídos” estão num processo crescente de mobilização em torno de causas nobres como reforma agrária, reforma urbana, trabalho, alimentação, habitação, saúde, valorização das culturas, preservação da ecologia e luta pela promoção da dignidade humana.

Em comum, as opiniões aqui assentadas mostram que construir cidadania não se limita a buscar emancipação política, mas implica necessariamente superar a miséria sócio-econômica. Equivale dizer que a cidadania requer o desenvolvimento como direito humano e social para todos. A propósito, a Organização das Nações Unidas (ONU) assim o reconhece

⁹⁰. Lutgardes Costa FREIRE é filho do educador popular Paulo Freire. É membro do Instituto Paulo Freire (IPF) e coordena o acervo bibliográfico deixado pelo pai. Entrevista concedida ao autor no dia 20 de junho de 2003 no IPF, em São Paulo.

⁹¹. Plínio Arruda SAMPAIO, advogado, economista, deputado federal pelo PT/SP (1985-1991), consultor da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação), presidente da Abra (Associação Brasileira de Reforma Agrária) e assessor de movimentos sociais. Entrevista concedida ao autor em 14 de maio de 2003, em sua residência, São Paulo.

e, desde 1990, vem medindo o Índice de Desenvolvimento Humano das nações com base em três indicadores: *expectativa de vida, a educação e o poder de compra*. A isso, Pedro Demo junta a idéia de que o “desenvolvimento não se esgota na questão do mercado, por mais que seja meio indispensável e estratégico, mas abrange caracteristicamente os fins comuns da sociedade como um todo, descritos ora como sustentabilidade humana, ora como equidade, resumidos na cidadania” (1995:4).

A mesma posição é sustentada por José de Souza Martins quando defende que a autonomia não se restringe à inclusão social como sinônimo de distribuição de renda. “Trata-se da distribuição equitativa dos benefícios sociais, culturais e políticos que a sociedade contemporânea tem sido capaz de produzir, mas não tem sido capaz de repartir” (2002:10). Aliás, segundo este sociólogo, o discurso da *inclusão* é um discurso de integração na sociedade constituída, o que pode implicar até mesmo formas de trabalho escravo e inclusão degradada e degradante para reproduzir o capital.

Desse modo acaba-se replicando formas convenientes ao capital, com práticas que alguns – como o próprio Martins – denominam de *inclusão precária, instável, marginal, indecente e patológica*. Ao se falar de inclusão, busca-se integrar no existente e deixa-se de pretender o diferente, ou seja, um outro sistema de relação de trabalho, de produção de bens e de repartição dos benefícios. Desse modo, “inclusão” não enseja o paradigma da transformação social. As políticas sociais compensatórias utilizadas para diminuir os efeitos adversos do sistema capitalista apenas confirmam e legitimam os processos de exclusão.

Pedro Demo, que foi Secretário dos Direitos da Cidadania e Justiça do Governo Federal, traz uma sugestiva caracterização da cidadania, distinguindo-lhe três formas: *tutelada, assistida e emancipada*.

“*Cidadania tutelada* expressa o tipo de cidadania que a direita (elite econômica e política) cultiva e suporta, a saber, aquela que se tem por dádiva ou concessão de cima. Por conta da reprodução da pobreza política das maiorias, não ocorre suficiente consciência crítica e competência política para sacudir a tutela. A direita apela para o clientelismo e o paternalismo principalmente, com o objetivo de manter a população atrelada a seus projetos políticos e econômicos. O resultado mais típico da cidadania tutelada, que, na prática, é sua negação/repressão, é a reprodução indefinida da sempre mesma elite histórica [...]. A *cidadania assistida* expressa forma mais amena de pobreza política, porque já permite a elaboração de um embrião da noção de direito, que é o direito à assistência, integrante de toda democracia. Entretanto, ao preferir assistência à *emancipação*, labora também na reprodução da pobreza política, à medida que, mantendo

intocado o sistema produtivo e passando ao largo das relações de mercado, não se compromete com a necessária equalização de oportunidades. O atrelamento da população a um sistema sempre fajuto de benefícios estatais é seu engodo principal. Maquia a marginalização social. Não se confronta com ela” [grifos meus] (Demo, 1995:6-7).

As condições da possibilidade de uma *cidadania emancipatória* começam com a capacidade contestadora de dizer “não” ao sistema que mantém as pessoas à margem da sociedade constituída. Desconstruir essa redoma social, combatendo a pobreza política e material são exigências para a construção de uma consciência crítica e participativa capaz de elevar os *indivíduos* à categoria de *sujeitos sociais*. “A capacidade de associar-se representa, na verdade, o início da competência histórica prática, porque determina as condições concretas de inovação e intervenção” (Demo, 1995:135).

TABELA 01: TIPOS DE CIDADANIA

	Cidadania tutelada	Cidadania assistida	Cidadania emancipada
Definição de Estado	Subserviente (apropriado privadamente)	Protetor	Serviço Público
Função do Estado	Garantidor de privilégios e vantagens	Distributivo e assistencial	Equalizador de oportunidades e redistributivo
Tamanho do Estado	Mínimo	Máximo	Legítimo e necessário
Relações sociais	Pobreza econômica e política	Pobreza política	Competência
Fase histórica	Pré-capitalismo	Estado Providência	Sociedade alternativa
Papel do mercado	Regulador absoluto	Regulador final	Meio, instrumento (cidadania como fim)
Pobreza	Marginalização das majorias	Classes médias majoritárias no centro	Residual
Direitos Humanos	Concessão	Assistência/proteção	Conquista
Organização popular	Reprimida	Controlada/protegida	Base política
Ética	Nenhuma	Dos mínimos	Equidade
Ideologia	Liberal	Neoliberal	Democrática

Fonte: Demo, 1995: 30, 38 e 62.

Para Leonardo Boff, a “emancipação dos excluídos” é uma questão de *ecologia social* que transcende a esfera política e econômica:

“A ecologia social trata da sociedade como um todo e de suas relações com a natureza. É de fundamental importância pensar nisso porque a nossa civilização tem se tornado consumista e excludente. Ela entrou numa dinâmica de produzir cada vez mais para as pessoas consumir cada vez mais, de uma forma irresponsável. Enquanto 20% da humanidade consome

80% dos bens da natureza; 80% da população tem que se contentar com 20% dos produtos.”⁹²

Em suma, para os objetivos a que estou me propondo, vou pensar a *cidadania* dos sujeitos sociais como direito à *autonomia emancipadora*, o que implica desafios e lutas concretas. Significa dizer que a cidadania não está dada, mas é um processo em constante construção. Processo que inclui a dimensão individual e coletiva; que tem em conta o aspecto social, político, econômico, cultural, ético e ecológico.

⁹². A afirmação foi feita por Boff durante o I Encontro de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) do Sulão (RS, SC, PR e SP), realizado nos dias 11 a 13 de julho de 2003, em Registro – SP. O encontro teve como tema: “CEBs e Ecologia”.

Capítulo 3

Questão ambiental - a problemática do “lixo”

*"Deus perdoa sempre;
os homens, às vezes;
a natureza, nunca"*
[ditado popular]

O tema *meio ambiente* tem um sentido superlativo e plural, atravessando, de alguma forma, todos os campos da vida humana. Por essa razão, Maria C. Loschiavo dos Santos caracteriza o meio ambiente como a “questão das questões”. E afirma: “As questões ambientais magnetizam uma carga extraordinária de conflitos urgentes que requerem soluções e clamam por políticas, pois delas dependem nossas vidas na terra, nosso lugar no universo” (2003:99).

Na presente abordagem, julgo importante fazer uma inflexão para essa problemática, diante da qual os catadores/as já estão fazendo a sua parte, ao mesmo tempo em que desafiam toda a sociedade a uma prática responsável e conjunta. Por conseguinte, procuro analisar também como se dá o descarte de resíduos na cidade de Erechim, bem como a ação do poder público e a participação dos catadores/as, sobretudo da ARCAN, diante desta realidade.

3.1. Referências conceituais

Vou delimitar alguns conceitos nesta perspectiva ambiental e apontar algumas referências relativas à dinâmica da qualificação e requalificação dos resíduos sólidos.

Meio ambiente: Segundo alguns autores, a expressão *meio ambiente* é redundante, dado que a noção de *ambiente* já inclui a idéia de *meio* e este, em certo sentido, implica naquele. Mas, tomada em separado, a palavra *meio* traz uma conotação espacial e geométrica. Assim, estar no *meio* é estar inserido em um espaço. Em sua origem etimológica, o termo *ambiente* (*amb* = ao redor + *ire* = verbo *ir*) significa *ir à volta*. Enquanto substantivo, “ambiente” é tudo o que rodeia e envolve determinado ponto ou ser. Usualmente toma-se o conceito *meio ambiente* em referência a água, ar, solo, fauna, flora, clima, recursos minerais, energia, etc.

José A. Coimbra (1985:29) define meio ambiente como: “O conjunto dos elementos físico-químicos, ecossistemas naturais e sociais em que se insere o Homem, individual e coletivamente, num processo de interação que atenda ao desenvolvimento das atividades humanas, à preservação dos recursos naturais e das características essenciais do entorno, dentro de padrões de qualidade definidos”. Nos últimos tempos tem-se discutido bastante

sobre a necessidade de preservar o meio ambiente a fim de garantir qualidade de vida para as gerações presentes e futuras.

Ecologia: Muitas vezes o conceito *ecologia* é usado como sinônimo de *meio ambiente*. Embora os termos sejam correlatos, eles não significam exatamente a mesma coisa. Se *meio ambiente*, como vimos, refere-se aos elementos físico-químicos e aos ecossistemas naturais e sociais, *ecologia* é um dos “modernos ramos da Biologia, com foros de ciência, que se ocupa principalmente dos ecossistemas e do estudo dos seres vivos no seu relacionamento e interação com o meio” (Coimbra, 1985:22). *Ecologia* (*oikos* = casa + *logia* = tratado ou estudo) diz respeito ao *conhecimento*, entendido também como *cuidado da casa comum*.⁹³ Com a mesma raiz grega *oikos* também se constituiu a palavra *economia*, que significa *administração e governo da casa*. Assim, *ecologia* e *economia* estão muito associadas. Não é possível pensar nas boas condições da *casa comum* sem se esmerar no seu conhecimento e na boa e equânime administração dos seus recursos.

Lixo: A palavra *lixo* geralmente é empregada para identificar algo que se considera sem utilidade e sem valor e que, portanto, acaba sendo rejeitado e jogado fora. Todavia, nem tudo o que se descarta é realmente imprestável ou irrecuperável. A propósito, convém ressaltar a Lei da Conservação de Massas, formulada pelo químico francês Antoine Laurent de Lavoisier, segundo o qual “na natureza nada se cria e nada se perde, tudo se transforma”. Aquilo que se convencionou chamar de *lixo*, na maioria das vezes são *materiais recicláveis, reutilizáveis ou compostáveis*, isto é, matéria prima concentrada.

Resíduo: O termo *resíduo* parece ser mais adequado para referir o conjunto de materiais e substâncias descartadas pela ação humana. Como explica o dicionário Larousse Cultural, *resíduo* é “material que sobra ou resta depois de uma operação física ou química, de uma fabricação, particularmente após a extração de produtos de valor maior”. Sob essa caracterização, podemos fazer uma distinção entre “resíduos sólidos”, “resíduos líquidos” e “resíduos gasosos”.

Lixão: A expressão é usada para indicar o *local* em que são lançados os mais diferentes tipos de resíduos. Além disso, *lixão* também retrata a forma como a disposição desses

⁹³. Neste sentido, existe farta bibliografia. Ver por exemplo: BOFF, Leonardo. *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. Petrópolis, Vozes, 1999. Do mesmo autor: *Ecologia: grito da Terra, grito dos pobres*. São Paulo, Ática, 1995. Ainda: BARRÈRE, M. *Terra, patrimônio comum*. São Paulo, Nobel, 1995; RAMONET, Ig. *Geopolítica do caos*. Petrópolis, Vozes, 1998; LELOUP, J. –Y. *Cuidar do Ser*. Petrópolis, Vozes, 1996; CAPRA, Fritjof. *As conexões ocultas – Ciência para uma vida sustentável*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla, São Paulo, Editora Cultrix, 2002.

materiais é feita, ou seja, sem qualquer tratamento, contaminando e agredindo o meio ambiente. Pode-se verificar esta realidade em muitas cidades brasileiras, inclusive com a presença de catadores (em alguns lugares também crianças), trabalhando totalmente desprotegidos diante dos riscos de doenças e ferimentos, o que agrava ainda mais o quadro.

Aterro controlado: É uma situação intermediária entre o lixão e outras formas de disposição de resíduos, vistas como mais ideais. O *aterro controlado* consiste na modalidade que emprega algum tipo de mecanismo para reduzir o impacto ambiental⁹⁴ com a disposição de resíduos. É uma alternativa muito utilizada porque tem um custo mais em conta. Porém, não resolve o problema.

Aterro sanitário: Trata-se de um espaço equipado com mantas de impermeabilização para garantir que o chorume e todos os resíduos líquidos que são gerados não contaminem o solo. Também dispõe de um sistema de captação de gases. Para a implantação deste é exigido que o lugar seja virgem, isto é, que ainda não esteja contaminado com lixo. Ao aterro sanitário não são enviados materiais recicláveis, nem lixo tóxico ou hospitalar. Supõe que sejam acondicionados neste local, com os devidos tratamentos, apenas os rejeitos. Além da aplicação eficiente da coleta seletiva, o método requer uma série de técnicas.⁹⁵

Reciclagem: O termo *reciclagem*, aplicado a lixo ou resíduos, significa o “reprocessamento de materiais de sorte a permitir novamente sua utilização. Trata-se de dar aos descartes uma nova vida. Nesse sentido, reciclar é “ressuscitar” materiais, permitir que outra vez sejam aproveitados” (Calderoni, 2003:52). A reciclagem pode transformar qualquer produto ou material em um novo produto com características iguais, semelhantes ou diversas das iniciais.

Usina de reciclagem: Esse procedimento não pressupõe a separação (na fonte) pelos geradores – unidades familiares, indústria, comércio e prestadores de serviços. Além de manter pessoas trabalhando no lixo misturado – embora o façam utilizando equipamentos de proteção individual (EPIs) – não é uma saída conveniente. Estudos demonstram que a usina

⁹⁴. Sobre a questão do *impacto ambiental, gerenciamento integrado de resíduos sólidos e outros temas afins*, ver site do Compromisso Empresarial para a Reciclagem (CEMPRE): www.cempre.org.br

⁹⁵. A diferenciação entre “lixão”, “aterro sanitário” e “aterro sanitário” foi feita por Pólita Gonçalves, em Oficina sobre Reciclagem de Resíduos Sólidos, realizada dia 30 de janeiro de 2005, durante o V Fórum Social Mundial em Porto Alegre/RS. Pólita é Secretária Executiva do Fórum Estadual (RJ) Lixo e Cidadania e consultora do Sebrae para assessoria a municípios de pequeno e médio porte para implantação de coleta seletiva solidária. Autora do livro *A reciclagem integradora dos aspectos ambientais, sociais e econômicos*. Rio de Janeiro, DP&A/Fase, 2003.

de reciclagem é um investimento de alto custo e, normalmente, não oferece resultados muito significativos em termos econômicos.

Gestão integrada de resíduos: A política dos “três eres” propõe como mecanismos de preservação ambiental e bom gerenciamento de resíduos sólidos três práticas fundamentais: **Reduzir, Reutilizar e Reciclar**. *Reduzir* a geração de resíduos descartáveis, consumindo menos e melhor. *Reutilizar* para a mesma finalidade ou para outras, o que é possível fazer com diversos tipos de materiais. *Reciclar* os resíduos sólidos que permitem alguma forma de reindustrialização. O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis defende que a “*boa gestão integrada de resíduos sólidos*” é aquela que, além de outros cuidados, inclui os catadores.

3.2. Referências legais e protocolares

Múltiplas leis de âmbito federal, estadual e municipal se referem aos direitos e deveres relativos ao meio ambiente. Nos últimos anos, vem sendo realizadas Conferências e estabelecidos Protocolos de nível internacional no intuito de promover a sustentabilidade planetária e garantir ambiente saudável para todos. Sem a pretensão de fazer amplo rastreamento de leis, protocolos e acordos relaciono a seguir algumas referências sobre o assunto.

A Constituição Federal do Brasil (1988), em seu artigo 225 afirma: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Entretanto, no conjunto das responsabilidades, a Constituição não fala explicitamente da incumbência do Poder Público com a implantação de programas integrados de gestão de resíduos. Também não cita o dever de estimular a prática da coleta seletiva de lixo com a destinação final mais apropriada como, por exemplo, a reciclagem e a compostagem.

A Agenda 21 – principal documento da Eco/92 – salienta a importância da cooperação internacional no sentido de conservar e gerir os recursos para garantir um desenvolvimento sustentável. Destaca a necessidade de combate à pobreza e de mudança dos padrões de consumo para preservar os bens naturais. O documento diz que os recursos naturais não são de uso exclusivo desta geração, mas são emprestados das futuras gerações. Também fala da

redução dos impactos ambientais através do manejo ambientalmente saudável dos resíduos perigosos, resíduos sólidos e outros. Ainda estimula o fortalecimento das ONGs como parceiras para um desenvolvimento sustentável.

A Resolução nº 05 de agosto/1993 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) define os procedimentos mínimos para o gerenciamento, tratamento e sistema de disposição final dos resíduos sólidos. Em seu artigo 5º, parágrafo, 1º diz: “Na elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos devem ser considerados princípios que conduzam à reciclagem, bem como a soluções integradas ou consorciadas, para os sistemas de tratamento e disposição final, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelos órgãos de meio ambiente e de saúde competentes”.

Por sua vez a Lei Estadual (RS) nº 9.921 de 27 de julho de 1993 dispõe sobre a gestão dos resíduos sólidos dizendo que ela é de responsabilidade de toda a sociedade, a quem cabe minimizar a sua produção e desenvolver técnicas de reutilização, reciclagem, tratamento ou destinação. Em seu artigo 1º preconiza que: “A segregação dos resíduos sólidos na origem, visando seu reaproveitamento otimizado, é responsabilidade de toda a sociedade e deverá ser implantada gradativamente nos municípios, mediante programas educacionais e projetos de sistema de coleta segregativa”.

Ainda considerando a legislação estadual, a Lei 11.520 de 03 de agosto de 2000 institui o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul, o qual apresenta um capítulo especial sobre a questão dos resíduos poluentes, perigosos ou nocivos. Em seu artigo 219 estabelece que o Estado e os Municípios devem incentivar a educação ambiental e a prática da reciclagem.

No âmbito local, a Lei Orgânica do Município de Erechim (em consonância com o artigo 225 da Constituição Federal) afirma em parágrafo único do seu artigo 147: “Para assegurar efetividade a esse direito, o Município deverá articular-se com os órgãos Estaduais e Federais competentes e ainda, quando for o caso, com outros Municípios, objetivando a solução de problemas comuns relativos à proteção ambiental”. No artigo 153, prescreve: “As pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, que exercerem atividades consideradas poluidoras ou potencialmente poluidoras, são responsáveis pela adequada coleta, tratamento e destinação final dos resíduos poluentes por elas gerados”.

A lei nº 3.140/1999 cria o Conselho Municipal de Proteção ao Meio Ambiente de Erechim (Compam) com a função de: “Assessorar o Executivo e Legislativo, acompanhar o licenciamento e o monitoramento de atividades potencialmente geradoras de degradação ambiental, deliberar no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões técnicos compatíveis com o meio ambiente e sugerir alterações na legislação vigente, a fim de garantir a preservação dos recursos naturais do município”.

Em 06 de dezembro de 2000, com a lei nº 3.330, também foi criado o Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Fundema). A Secretaria de Meio Ambiente de Erechim ganhou independência através da lei nº 3.647 de 30 de setembro de 2003, quando foi desmembrada da Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente.

Em 16 de agosto de 2001, por meio da lei nº 3381, o Poder Executivo Municipal celebrou um Convênio de Ação Conjunta com a Associação de Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza (ARCAN) e várias outras entidades parceiras para a implementação da coleta seletiva de lixo na cidade de Erechim.

O Município de Erechim ainda não possui uma legislação própria sobre *Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos (GIRSU)*. Essa legislação deveria incluir uma série de prescrições sobre educação e preservação ambiental, saúde, promoção de direitos, geração de trabalho e renda, participação social, entre outras. O GIRSU é um mecanismo muito mais abrangente do que a simples prática de *Limpeza Urbana*, o que envolve somente ações de engenharia sanitária.

3.3. Classificação geral dos resíduos sólidos

Quanto à sua procedência, os resíduos sólidos descartáveis podem ser classificados como: *domiciliar, comercial, hospitalar, industrial, público e especial*. Entende-se por *especial* o resíduo tóxico e de construção civil. Os resíduos sólidos também podem ser identificados de acordo com sua composição química como *orgânico* ou *inorgânico*. Orgânico é aquele proveniente de restos de seres vivos ou vegetais e inorgânico é o que resulta de materiais sem vida.

Em sua absoluta maioria, os resíduos domiciliares urbanos são compostos por materiais orgânicos biodegradáveis e compostáveis (de 65% a 70% do total). Entre os resíduos orgânicos, há grande quantidade de alimentos que poderiam ter sido aproveitados. Uma parte

considerável de resíduos produzidos pela ação humana constitui-se de materiais recicláveis tais como: papéis, metais, vidros, plásticos e derivados (*ver anexo 06*). Estes produtos compõem aproximadamente 25% a 30% do volume total do descarte gerado pela sociedade de nível médio. Apenas 5% dos resíduos urbanos são considerados rejeitos, isto é, sem possibilidade de reciclar ou reaproveitar.

3.3.1. O descarte de materiais e a situação do lixão

A compreensão de como se forma o “lixão” e como se articula o entorno do “lixo” permitirá um melhor entendimento da própria situação e atuação dos catadores, bem como da importância de sua organização. Somente conhecendo o que é descartado, o destino e o tratamento desse descarte, é possível construir uma outra ordem social, econômica e ambiental.

Interessante ressaltar que Erechim é uma cidade de médio porte⁹⁶, o que dá um desempenho diferente no processo de produção e descarte de resíduos se comparado com uma metrópole do tipo de São Paulo ou Belo Horizonte ou com cidades de pequeno porte, como são quase todas as cidades da região Alto Uruguai.

O IBGE ainda não desenvolveu um sistema para mapear o que cada cidade ou região descarta. Porém, tentarei qualificar os tipos de materiais descartados pela população de Erechim tendo por base a coleta, a reciclagem e o reaproveitamento efetuados pelos catadores e empresas do ramo.

Numa sociedade de consumo como a nossa, a vida das coisas é muito efêmera. Existe uma “obsolescência planejada”, segundo a qual as coisas são projetadas para durar pouco. Além disso, descarta-se mais do que o necessário. Pode-se dizer que o lixo é um dos maiores problemas urbanos, a nível mundial, não resolvidos. “O crescimento constante da produção de embalagens na era industrial deve-se à sua capacidade de assimilar a maneira de uso dos produtos e a sua capacidade de simplificar o consumo. Contudo, foi somente após o advento dos supermercados e da distribuição em grande escala que as embalagens sofreram aumento significativo de produção, tornando-se irreversíveis” (Loschiavo dos Santos, 2003:114).

⁹⁶. Segundo dados do IBGE, no ano 2000, o município de Erechim tinha um contingente urbano de 82.026 habitantes, o que representava 90,78% do total de sua população.

Objetivando elaborar o Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (PGIRS) e o Projeto Executivo de Aterro Sanitário para a cidade, a Prefeitura de Erechim contratou o Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Municipal (IADEM), de Porto Alegre/RS. Este Instituto realizou amplo estudo e produziu um texto intitulado “*situação atual (julho de 2002) e perspectivas futuras dos serviços de limpeza pública da cidade de Erechim*”⁹⁷.

O documento classifica o *lixão municipal* como “aterro controlado”. Entretanto, o local (que vem sendo usado há cerca de 15 anos) até pouco tempo atrás vinha recebendo todo tipo de resíduos sólidos urbanos de forma indiscriminada. Um procedimento totalmente *inadequado*, haja vista não ter ‘medidas de proteção ao meio ambiente ou à saúde pública, causando proliferação de moscas, baratas, mosquitos, roedores etc., gerando maus odores e poluição de águas e solos’⁹⁸.

Situado sobre o Lote Rural nº 30 da Linha 1 A, Seção Paiol Grande, o aterro encontra-se a mais ou menos 6 km do centro da cidade.

“Levantamento topográfico realizado no sítio, indicou uma área de 10 hectares, sendo que parte da área, 7 hectares ocupado pelas pilhas de resíduos sólidos e o restante por acesso e pelas áreas de mata ciliar no entorno do arroio. As condições de infra-estrutura existente no sítio são insuficientes para que as operações de disposição de resíduos sejam realizadas adequadamente. O local não apresenta instalações de apoio a nenhuma das atividades, não possui energia elétrica, apesar das facilidade e proximidades da rede que atende o distrito industrial do município e também não existe o fornecimento de água potável”⁹⁹.

De acordo com observações feitas *in loco* por este pesquisador, em dezembro de 2004, constatou-se: um incipiente sistema de drenagem para captação de chorume; a inexistência de tratamento de gases; a compactação e cobertura diária dos resíduos sólidos não retirados pelos catadores. A área estava isolada e com acesso restritivo. Em menor escala do que averiguado no início de 2001 (quando diversos dos atuais membros da ARCAN trabalhavam no local), em dezembro de 2004 ainda havia presença de vetores. Agora já não verifiquei mais crianças no lixão.

“Visando reverter a situação de calamidade, devido aos sérios impactos ambientais a nível de solo, ar e recursos hídricos, a partir de 1999 a

⁹⁷. Cópia em CD – ROM deste estudo foi-me cedida gentilmente por André Provin, engenheiro civil da Secretaria de Obras do município de Erechim, dia 29 de dezembro de 2004.

⁹⁸. Cf. Documento do IADEM.

⁹⁹. Idem.

Prefeitura Municipal de Erechim vem realizando diversas ações, que procuram minimizar estes impactos [...]. Dentre as ações destacam-se o início dos trabalhos para remediar o sitio degradado através de tecnologias que contemplam processos físicos, químicos e biológicos e a busca de solução para a destinação final dos resíduos em outra área com a implantação de um aterro sanitário”.¹⁰⁰

Decorridos praticamente três anos desde a realização do estudo encomendado pela Prefeitura ao IADEM, o novo aterro sanitário ainda não foi implantado. Conforme Adelino Collet,¹⁰¹ as obras foram paralisadas por problemas técnicos. Ele acredita que até o final do corrente ano (2005), o novo aterro possa entrar em funcionamento.

Sobre as medidas necessárias para equacionar o problema ambiental em Erechim nos próximos anos, o prefeito Elói João Zanella¹⁰² aposta na importância da conscientização. Destaca também o projeto de construção de estações para tratamento dos nove riachos que nascem dentro do perímetro urbano. E afirma:

“Campanhas estão sendo feitas para mostrar à população o quadro atual. Mas acreditamos que é através da educação notadamente das crianças que encontraremos o caminho mais rápido para chegar a um resultado revelador do estado de consciência a ser adquirido nos próximos anos [...]. Enquanto governo do município, estamos tratando de recuperar o aterro sanitário, criando uma contenção no processo poluidor que ali se instalou e implantando um novo aterro dentro das normas ambientais [...]. A coleta do lixo seletivo com apoio da ARCAN também contribui dentro da proposta que foi lançada há cerca de três anos”.

Segundo Luiz Felipe De Marchi,¹⁰³ Secretário do Meio Ambiente, a Prefeitura pretende ampliar a coleta seletiva; fazer campanhas de conscientização para a separação do lixo; produzir adubo orgânico a partir do processo da compostagem; cadastrar os catadores e dotá-los com um carrinho padrão; construir um galpão para a separação de material junto ao novo aterro e fazer o processamento do lixo industrial.

3.3.2. A coleta de resíduos em Erechim

Ao averiguar esta realidade na cidade de Erechim, deparei-me com informações e opiniões bastante divergentes, o que demonstra que o assunto se insere numa problemática complexa, ainda pouco estudada e não bem trabalhada pelos órgãos responsáveis e pela

¹⁰⁰. Idem.

¹⁰¹. Informações prestadas em 27 de abril de 2005. Na ocasião, Collet respondia como Secretário Municipal de Coordenação e Planejamento.

¹⁰². Entrevista concedida ao autor, por e-mail, em 05 de abril de 2005.

¹⁰³. Entrevista concedida ao autor dia 16 de fevereiro de 2005.

sociedade em geral. Essa constatação reflete os tratamentos impróprios dispensados ao “lixo” nas últimas décadas em Erechim.

Amparada no controle de peso feito durante dez dias (no mês de junho de 2002), a Secretaria Municipal de Obras Públicas de Erechim chegou ao volume de 53.337 Kg de lixo residencial e comercial gerado e recolhido na cidade diariamente, o que equivale a 0,627Kg/habitante/dia. O estudo mostra que, deste montante, 50.670 Kg eram recolhidos pelo sistema de coleta contratado pela prefeitura e levados para o aterro. Segundo a mesma pesquisa, a composição gravimétrica do lixo domiciliar da zona urbana de Erechim apontava 58,60% de matéria orgânica e 35,10% de material potencialmente reciclável.¹⁰⁴

Em relação à quantidade de catadores/as desempenhando a coleta de materiais recicláveis em Erechim não há informações precisas, além do que o número destes vem crescendo de modo sistemático face às circunstâncias de desemprego. Com base na estimativa de Paulo Albertoni – diretor operacional da Commepp¹⁰⁵ – em dezembro de 2004 havia entre 18 a 20 catadores/as no lixão. Este dado diverge da informação prestada no dia anterior por Alcindo de Oliveira¹⁰⁶, que cata material no lixão municipal há vários anos, o qual afirmou: “Certos dias aqui têm de 60 a 70 pessoas trabalhando”.

De acordo com Abelar Menegati,¹⁰⁷ no início de 2001 havia mais de 70 crianças no lixão e/ou incluídas no Proeti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil). Em setembro de 2004, Menegati afirmou:

“Conforme o cadastramento que fizemos (Secretaria Municipal de Cidadania e Promoção Social) há uns seis ou sete meses atrás, no lixão devia ter 54 catadores e na rua eram 154. Hoje deve ter em torno de 200 ao todo (contando os da ARCAN). Talvez chegue a 250, incluindo lixão, rua e ARCAN [...]. Quem se encontra desempregado busca a reciclagem como caminho imediato. Muitos que estão na atividade, quando conseguem emprego se afastam dela”.¹⁰⁸

¹⁰⁴. Cf. Estudo feito pelo IADEM.

¹⁰⁵. A Commepp é a empresa contratada pela Prefeitura Municipal de Erechim para realizar o serviço de coleta de lixo na cidade.

¹⁰⁶. Entrevista concedida ao autor junto ao lixão municipal de Erechim no dia 29 de dezembro de 2004.

¹⁰⁷. Entrevista concedida ao autor na residência do entrevistado no dia 27 de setembro de 2004. Na ocasião, Abelar MENEGATI respondia como Secretário Municipal de Cidadania e Promoção Social de Erechim.

¹⁰⁸. Em 28 de dezembro de 2004, Alcerir dos SANTOS, membro da ARCAN, calculava existirem por volta de 200 carrinheiros na cidade, fora os que estavam trabalhando na associação.

Paulo Albertoni¹⁰⁹ informou ainda que, em dezembro de 2004, a Commepp estava recolhendo em torno de 48 toneladas/dia de lixo doméstico na cidade, material que era levado para o lixão. Neste volume não está incluído o lixo hospitalar e industrial. Por sua vez, Luiz Felipe De Marchi¹¹⁰ disse, em fevereiro de 2005, que “o volume médio de resíduos sólidos recolhidos diariamente na cidade de Erechim pela empresa contratada pela Prefeitura é de 60 a 65 toneladas”.¹¹¹

Com base no zoneamento para a coleta de resíduos, a cidade de Erechim estava dividida (dezembro/2004) em cinco setores. Em três deles, a Commepp efetuava a coleta domiciliar/comercial durante o dia e, nos outros dois, à noite. Para este serviço, a empresa utilizava quatro caminhões. A coleta convencional acontecia todos os dias, menos aos domingos e feriados.

Em 27 de setembro de 2004, Abelar Menegati declarou: “O caminhão da Prefeitura faz a coleta e entrega lá (na ARCAN) seus 80 a 100 Kg de material por dia”. Três meses após, André Provin,¹¹² engenheiro civil da Secretaria de Obras do município de Erechim, disse que estavam sendo coletados no centro da cidade e entregues para a ARCAN de quatro a cinco toneladas de material reciclável por semana. Entretanto, nesse período não houve nenhum tipo de campanha sobre coleta seletiva na cidade.

Somente campanhas massivas e eficientes poderiam gerar um aumento da quantidade de material recolhido pelo sistema de coleta seletiva montado pela Prefeitura Municipal. A ARCAN discorda desta informação dizendo que, na época, o caminhão da Commepp estava entregando em média 100 Kg de material por dia. Foi precisamente o que este pesquisador pode constatar *in loco*. Nota-se, então, um desencontro fantástico de informações.

Pelo serviço de coleta do lixo na cidade, transporte até o lixão municipal e depósito, a Commepp recebe dos cofres públicos¹¹³ o valor de R\$ 38,96 por tonelada. Para operar os resíduos sólidos, realizar serviços complementares e dispô-los no “aterro sanitário”, a empresa cobra mais R\$ 18,99 por tonelada. A Prefeitura Municipal paga R\$ 2,44 por Km

¹⁰⁹. Entrevista concedida ao autor dia 30 de dezembro de 2004.

¹¹⁰. Em 16 de fevereiro de 2005, quando entrevistado, DE MARCHI respondia como Secretário do Meio Ambiente do Município de Erechim.

¹¹¹. Com base nas informações prestadas pela Secretaria de Obras, a Prefeitura gasta R\$ 40.000,00/mês com a empresa terceirizada (Commepp) para recolher este material e transportá-lo até o aterro público.

¹¹². Entrevista concedida ao autor dia 29 de dezembro de 2004.

¹¹³. Informações prestadas em 29 de dezembro de 2004 por André PROVIN. Segundo ele, estes valores são obtidos por licitação realizada anualmente.

rodado para o serviço de coleta do material reciclável que é entregue na ARCAN. A empresa auferir ainda R\$ 1,89 por Km rodado para coleta do lixo hospitalar (valor pago pelo gerador).

Tomando-se apenas estes valores pagos para coleta, transporte e operação dos resíduos sólidos junto ao “aterro sanitário”, ou seja, R\$ 38,96 mais R\$ 18,99 por tonelada e multiplicando-se por 50.670 Kg recolhidos a cada dia em Erechim (cálculo de junho de 2002) pela empresa terceirizada, a Prefeitura gasta diariamente R\$ 2.936,32. Esses cálculos são importantes na medida em que pretendo mostrar que o serviço de coleta de material reciclável realizado pelos catadores/as gera uma considerável economia para o município, no setor de limpeza pública.

Luiz Felipe De Marchi¹¹⁴ calcula que os carrinheiros recolham em torno de 10 toneladas de material reciclável por dia. Já Paulo Albertoni¹¹⁵ avalia que eles catam ‘por volta de 70 a 80 toneladas/mês e no lixão mais umas 30 toneladas/mês’. Considerando-se o número de 212 *catadores/as* – segundo cadastro feito pela Secretaria de Cidadania em junho de 2004, entre carrinheiros, trabalhadores da ARCAN e remanescentes do aterro público – não é nenhum exagero afirmar que coletam 10 toneladas por dia. Isso corresponderia a uma média de 47 Kg/dia de material por cada catador. Efetivamente, a quantidade que coletam é bem maior. Contudo, tomando-se apenas o total de 10 toneladas, eles produzem uma economia diária aos cofres públicos na ordem de cerca de R\$ 580.

Uma parte dos resíduos comerciais e industriais (o reciclável) é coletada pelos caminhões compactadores da Commepp e acaba indo para o lixão. Outra parcela é doada pelos geradores aos carrinheiros. Finalmente, uma terceira parte é retida na fonte. No caso das empresas (comércio e indústria), algumas fazem a triagem do próprio material. Normalmente esses recursos são gastos em confraternizações com os funcionários.

Quanto ao acondicionamento dos materiais, o estudo do IADEM afirma:

“Em Erechim, os resíduos sólidos são armazenados, quase sempre em sacos plásticos ou diretamente em cestos de lixo, depositados sobre o solo, em frente às residências [...]. Em alguns casos, percebe-se a falta de intercâmbio entre a população e os coletores, variando os locais ou o tipo de resíduos colocado [...]. Quando o lixo não é coletado regularmente, o que acontece em aproximadamente 3-5% da cidade, em função da efetividade dos serviços, seu destino é invariavelmente terrenos baldios, ruas, praças, rios, etc”.

¹¹⁴. Entrevista concedida ao autor dia 16 de fevereiro de 2005.

¹¹⁵. Entrevista concedida ao autor dia 30 de dezembro de 2004.

O referido documento diz também que na área central da cidade existem cestos coletores de lixo, além de alguns tambores dispostos em pontos estratégicos. Em determinados lugares da cidade conta-se com alguns cestos de arame. Finalmente, relata que a população nem sempre respeita o horário para a colocação do lixo na rua e que os resíduos de construção civil são coletados por empresas especializadas, mas “o município não possui qualquer controle dos locais onde estes são depositados”.

3.4. A requalificação do descarte¹¹⁶

Em linhas gerais, existem três categorias de resíduos sólidos: Os *recicláveis ou reutilizáveis*; os *orgânicos* e os *rejeitos*. Na grande maioria das cidades brasileiras, quase todos esses materiais são levados para lixões e enterrados. Noutros casos, catadores/as e empresários do ramo recolhem e reciclam uma significativa parte desses produtos. Segundo a Associação Brasileira de Reciclagem de Materiais Plásticos (Plastivida), somente 237 dos mais de cinco mil municípios brasileiros contam com sistemas de coleta seletiva com alguma forma de participação da prefeitura. Atente-se para o fato de que, “no Brasil a reciclagem acontece de forma espontânea, diferentemente do que ocorre em países da Europa, onde a prática é impositiva, regulada por legislações consolidadas.”¹¹⁷

É importante observar como a sociedade, com o passar do tempo, vai produzindo outros tipos de resíduos, até em função dos novos produtos inseridos no mercado. Por outro lado, o destino dado a certos materiais também se altera. Ao invés de serem enterrados, muitos materiais estão sendo recolhidos e re-inseridos na cadeia produtiva e na linha de consumo. Alguns autores denominam esse processo como *requalificação do descarte* ou *logística reversa*.

Segundo Leonardo Lacerda, a logística reversa consiste no gerenciamento do fluxo de materiais do ponto de consumo até o seu ponto de origem, tendo como objetivo recapturar valor ou realizar um descarte adequado. Lacerda afirma:¹¹⁸

“Este fluxo logístico reverso é comum para uma boa parte das empresas. Por exemplo, fabricantes de bebidas têm que gerenciar todo o retorno de embalagens (garrafas) dos pontos de venda até seus centros de distribuição.

¹¹⁶. Aqui a expressão “requalificação” é empregada em sentido *lato sensu* para designar todos os possíveis processos pós-consumo, ou seja, *reutilização* de materiais para a mesma função de origem ou outra; *reciclagem* através da reindustrialização ou *compostagem* de orgânicos.

¹¹⁷. Cf. www.plastivida.org.br

¹¹⁸. Cf. Site: www.cel.coppead.ufrj.br/fr-rev.htm

As siderúrgicas usam como insumo de produção em grande parte a sucata gerada por seus clientes e para isso usam centros coletores de carga. A indústria de latas de alumínio é notável no seu grande aproveitamento de matéria prima reciclada, tendo desenvolvido meios inovadores na coleta de latas descartadas”.

Embora a prática da logística reversa não seja nova, ela está se intensificando bastante nos últimos anos, a propósito mesmo da legislação ambiental que vem obrigando as empresas a se responsabilizarem pelo destino das embalagens. Isso também se deve ao valor econômico dos materiais e ao crescimento da consciência ecológica dos consumidores, além de outros fatores. Ainda de acordo com o autor citado,

“[...] por traz do conceito de logística reversa está um conceito mais amplo que é o do "ciclo de vida". A vida de um produto, do ponto de vista logístico, não termina com sua entrega ao cliente [...]. Existem variantes com relação ao tipo de reprocessamento que os materiais podem ter, dependendo das condições em que estes entram no sistema de logística reversa. Os materiais podem *retornar ao fornecedor* quando houver acordos neste sentido. Podem ser *revendidos* se ainda estiverem em condições adequadas de comercialização. Podem ser *recondicionados*, desde que haja justificativa econômica. Podem ser *reciclados* se não houver possibilidade de recuperação. Todas estas alternativas geram materiais reaproveitados, que entram de novo no sistema logístico direto (grifos meus).”¹¹⁹

Tentando resenhar o assunto, aponto algumas referências jurídicas sobre a propriedade dos resíduos sólidos descartados. Apoiado nos artigos 1.228 e 1.275 do Código Civil Brasileiro, o advogado Daniel Rech¹²⁰ explica:

“Quem coloca produtos na rua para serem recolhidos pelo Poder Público ou outra pessoa, está renunciando ou abandonando seu direito de propriedade sobre os mesmos [...]. Se os rejeitos abandonados forem encontrados em propriedade privada pertencem ao proprietário, mas se forem encontradas na via pública pertencem ao público, ou seja, à sociedade, e deverão ser recolhidos por quem está incumbido pela sociedade a prestar esse tipo de serviço, isto é, o Poder Público”.

O parágrafo 1º do art. 1.228 do referido Código estabelece: “O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo

¹¹⁹. Para aprofundar o tema ver: LEITE, Paulo R.. *Logística Reversa: meio ambiente e competitividade*. São Paulo, Prentice Hal, 2003; COPPEAD – UFRJ – 2202. www.cel.coppead.efrj.br; MALINVERNI, Cláudia. *A logística da reciclagem*. Revista Tecnológica, São Paulo, Ano VIII, nº 80, Julho de 2002; BARBIERI, José Carlos e DIAS, Marcio. *Logística Reversa como instrumento de programas de produção e consumo sustentáveis*. Revista Tecnológica, São Paulo, Ano VI, nº 77, Abril de 2002.

¹²⁰. Daniel RECH é advogado com especialização em cooperativismo. Está vinculado ao CERIS (Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais) e presta assessoria a movimentos sociais populares. Intervenção feita no 3º Festival Lixo e Cidadania, realizado em Belo Horizonte, nos dias 30 de agosto a 03 de setembro de 2004, com texto distribuído sob o título: “As alternativas de inclusão social e a coleta de resíduos sólidos abandonados”.

que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas”.

Ao realizar a coleta de qualquer tipo de resíduo em via pública, o Poder Público ou qualquer empresa por ele contratada não adquire propriedade sobre o mesmo. Contudo, é comum verificar empresas se apossarem dos resíduos, especialmente dos materiais recicláveis, obtendo, dessa forma, ganho duplo: com a prestação de serviço e com a comercialização dos produtos.

Diante da realidade de exclusão social, Rech defende o *direito inatacável e exclusivo* das organizações de catadores se apropriarem dos resíduos para geração de renda e desenvolvimento. Segundo ele, o Poder Público tem obrigação ética, política e legal de apoiar as organizações dos catadores/as. “O acesso aos produtos recicláveis seja garantido pelo Poder Público às organizações de catadores independentemente dos contratos de coleta de lixo. Isso não impede que as mesmas organizações de catadores/as se habilitem nas licitações para realização da coleta como uma prestação de serviços públicos e recebam por isso”.

Utilizo aqui a expressão “reciclagem” não só como re-industrialização de resíduos sólidos, senão também como sinônimo de re-significação de práticas sociais. A terminologia parece adequada para o momento em que me refiro à experiência emergente do cooperativismo e associativismo entre os catadores de materiais recicláveis. Numa destas associações ou cooperativas, o catador/a está a um só tempo na possibilidade de reciclar produtos descartados e relações de trabalho entre iguais (sem patrão e empregado), bem como avançar na visão crítica da realidade sócio-ambiental.

O tema da *reciclagem* (bem como da *compostagem*) está tendo cada vez mais centralidade face ao seu caráter inter e trans-disciplinar. Envolve o campo da Economia, das Ciências Sociais, da Ciência Ambiental, da Geografia, da Antropologia, da Saúde, da Comunicação, da Psicologia, entre outros. É uma ação que se impõe por força da própria sustentabilidade da vida no planeta. Mas, o debate é bastante recente, permanece envolto em indefinições e polêmicas, sobretudo no tocante a responsabilidades e direitos de benefício.

Numa visão mais ampliada, a questão se inscreve na grande problemática do “desenvolvimento economicamente sustentável”. Tratando da Teoria do Desenvolvimento

Sustentável, Calderoni destaca a *solidariedade diacrônica* como “imperativo ético segundo o qual as gerações presentes devem assumir a responsabilidade pelo ambiente que legarão às gerações futuras [...]. É insustentável o desenvolvimento e a própria vida social, a médio prazo, sem que seja contemplada a reciclagem do lixo como alternativa” (2003:56 e 58).

A coleta seletiva é o primeiro passo para a reciclagem e para a solução do problema do lixo urbano. Entre as vantagens da reciclagem, está que ela diminui a exploração de recursos naturais e o consumo de energia; melhora a limpeza da cidade e a qualidade de vida da população; evita a proliferação de insetos e roedores, responsáveis pela transmissão de várias doenças; ajuda a diminuir a poluição do solo, do subsolo, da água e do ar; prolonga a vida útil dos aterros sanitários; possibilita a produção de composto orgânico; gera trabalho e renda; contribui para a formação da consciência ecológica.

Para Vanderley M. John¹²¹, “a reciclagem não pode ser um fim em si. Ela precisa ter uma razão para acontecer. A razão é o desenvolvimento sustentável [...]. Precisamos de uma reciclagem em grande escala, onde o resíduo volte a integrar a cadeia produtiva. Reciclagem que seja ambientalmente correta, economicamente viável e socialmente justa”. Este autor entende que nem toda a reciclagem é sustentável do ponto de vista econômico, ambiental ou social.¹²² Na mesma linha de raciocínio, Elisabeth Grimberg¹²³ afirma: “A gestão sustentável de resíduos tem a ver com a questão social, ambiental, econômica, cultural, técnica, gerencial e política. Do ponto de vista da destinação dos resíduos, os lixões são um absurdo e os aterros sanitários não são ainda a melhor solução”.

¹²¹. Vanderley M. JOHN é doutor, engenheiro e professor associado do Departamento de Engenharia da Construção Civil da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). A afirmação foi feita durante o “Seminário de reciclagem e valorização de resíduo sólido, coleta seletiva e inclusão social”, realizado dia 18 de março de 2005 nas dependências da Escola Politécnica da USP.

¹²². Tratando especificamente da reciclagem do plástico, Silvia Rolin explica que existem três modalidades: *Energética, química e mecânica*. A *energética* se dá pela recuperação da energia contida nos plásticos pela combustão que, através da utilização de tecnologia limpa, não causa danos ao meio ambiente. É um processo complexo. Já a reciclagem *química* consiste na quebra molecular por aquecimento, transformando o plástico em óleo e gases, sendo estes novamente utilizados como matéria-prima na indústria petroquímica. É um processo oneroso e não existe no Brasil. A reciclagem *mecânica* (realizada em grande escala) é a conversão dos resíduos plásticos industriais e pós-consumo em grânulos, que podem ser reutilizados na produção de embalagens especiais, solados, pisos, mangueiras, componentes de automóveis, fibras, etc.. Silvia ROLIN é consultora técnica da Plastivida (Instituto Sócio-Ambiental dos Plásticos), com sede em São Paulo. A Plastivida tem como missão “ampliar a percepção da contribuição do plástico para a melhoria da qualidade de vida e a preservação do Meio Ambiente”. Entre suas principais atividades está a de manter atualizado o site www.plastivida.org.br com informações sobre plásticos, reciclagem, programas de educação ambiental, mercado reciclador e atividades do próprio Instituto.

¹²³. Elisabeth GRIMBERG é mestre em Sociologia e Coordenadora do Meio Ambiente Urbano da Polis; Secretária Executiva do Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo e integrante da Coordenação do Fórum Nacional de Lixo e Cidadania.

No que tange à figura dos catadores de materiais recicláveis, estes se situam na intersecção das questões sociais, ambientais e econômicas. Contribuem de forma significativa com a reciclagem, mas, normalmente, auferem os menores benefícios nesse processo. A situação se agrava ainda mais quando os catadores trabalham de forma desarticulada junto aos lixões. Para ilustrar o assunto, valha o quadro abaixo, o que também permite ver uma comparação de preços obtidos entre duas modalidades de trabalho.

TABELA 02: COMPARATIVO DE PREÇOS E DE PRODUTOS

Tipos de materiais comercializados pela ARCAN (*)	Valor em R\$ por Kg obtido pela ARCAN em 30/12/2004	Principais tipos de materiais vendidos pelos catadores do lixão (**)	Valor em R\$ por Kg obtido pelos catadores do lixão em 29/12/2004
Pet	0,98	Plástico grosso	0,25
Plástico cristal (branco)	0,65	Plástico fino	0,18
Plásticos diversos	0,50	Lata	0,14
Plástico fino (mole)	0,38	Alumínio	2,50
Plástico de água mineral, cachaça e vinagre	1,05	Papel misturado (jornal, papel branco, papelão e tetra pak)	0,15
Plástico leitoso (bombonas, balde e bacia)	0,90	Cobre	5,00
Papelão	0,30	Vidro em geral	0,10
Papel misto (jornal/revista)	0,30		
Papel branco 4	0,60		
Cobre descascado	6,00		
Alumínio (latinha)	3,50		
Alumínio em geral	4,00		
Sucata de ferro	0,10		
Caco de vidro	0,02		
Vidro de conserva (por unidade)	0,20		
Garrafa de cerveja (por unidade)	0,15		
Isopor	150,00 a carga de furgão		

(*) (**) As informações foram prestadas respectivamente pela direção da ARCAN e por Alcindo de Oliveira, um dos catadores no lixão municipal de Erechim.

Note-se que os produtos vendidos pelos catadores do lixão têm uma classificação mais genérica e um valor bem inferior, se comparado com os materiais triados e comercializados pela ARCAN. Enquanto, por exemplo, no lixão o pet é vendido a 0,25/Kg, na ARCAN o valor chega a 0,98/Kg. Essa situação pode ser compreendida a partir de três fatores: 1) A qualidade inferior (maior contaminação) dos produtos retirados do lixão, o que também faz diminuir a diversidade de compradores interessados por esses materiais; 2) A falta de separação mais rigorosa por tipos de materiais e a não prensagem dos mesmos; 3) A lógica da venda individual e não cooperativada, o que não permite barganha de melhores preços.

O estudo produzido pelo IADEM analisa os impactos ambientais sobre a cidade de Erechim e diz que há uma consciência e “mobilização da sociedade em busca de uma melhor

qualidade de vida. Contudo, a questão do lixo ainda não está bem equacionada, obrigando a Prefeitura Municipal a adaptar todo o sistema de limpeza pública a esta nova realidade.” São identificados como principais problemas no serviço de limpeza pública: a) Deficiências técnicas, gerenciais e institucionais; b) Deficiências do sistema de comunicação e envolvimento comunitário; c) Manejo inadequado do lixo em relação à saúde pública e ao meio ambiente; d) Deficitária estrutura técnica e administrativa da Prefeitura para atender às demandas da limpeza pública.

O documento continua dizendo:

“Acredita-se que cerca de 5% de material seja triado diariamente por todos os catadores da cidade [...]. De maneira geral, em Erechim as diferentes classes de resíduos são coletadas com uma relativa seletividade e destino final diferenciado, devido à existência de várias empresas de triagem (ARCAN, Negretti, Cargipel, Arco-Íris, etc.), vala-séptica para lixo de serviço de saúde e aterro controlado (resíduo domiciliar). Contudo inexistente o controle por parte da prefeitura em relação a maior parte do entulho. Em relação a lixo especial (pilhas, baterias, tintas, vernizes, lâmpadas fluorescentes, pneus etc.) nem a prefeitura, nem particulares/geradores realizam a coleta específica tampouco existe qualquer controle em relação as produções diárias e destino final”.

Como se vê, não há uma distinção entre a associação e o conjunto de empresas privadas que atuam no ramo. Mas, o que mais chama atenção é o fato de que o sistema de coleta e disposição dos resíduos sólidos em vigor na cidade – “em áreas impróprias e sem qualquer planejamento e respeito às leis de uso e ocupação do solo” –, não se diferencia do geral dos municípios brasileiros. Após dizer que Erechim apresenta um volume grande de materiais recicláveis em relação aos municípios de porte médio, a descrição feita pelo IADEM aponta diversos fatores que explicam a baixa recuperação de produtos recicláveis neste município. Entre eles:

“A falta de hábito da população de separar materiais recicláveis dos demais resíduos; as dificuldades ligadas ao transporte (que) não permite um escoamento regular das mercadorias; o uso crescente de materiais proibitivos (que) inviabiliza o reaproveitamento da base fibrosa e o atraso tecnológico no setor de beneficiamento (papel, lâmpadas fluorescentes etc.); a flutuação de mercado; a falta de engajamento de parte dos grandes produtores no programa de coleta seletiva, como supermercados, muitos escritórios e muitos setores da própria prefeitura [...]. A precária sensibilização e a falta de informação do destino dos resíduos selecionados em cada residência deixa o indivíduo distanciado do programa de coleta seletiva [...]. Há que se acrescentar que nenhuma avaliação consistente do andamento de qualquer uma das iniciativas foi efetuada. A expansão da área

inicial não foi respaldada por um estudo que apontasse dificuldades, falhas e avanços”.

Acerca da expansão da área de coleta seletiva autorizada pela Prefeitura Municipal, deve-se sublinhar que, até abril de 2005, permaneceu inalterada, ou seja, só no centro da cidade e de forma muito precária. Equivale dizer que se manteve igual ao primeiro semestre de 2002, quando houve uma tentativa (sem estratégias consistentes) de implantação deste sistema. Na verdade, a falta de uma coleta seletiva efetiva e em toda a cidade é o principal gargalo que estrangula todo o processo da reciclagem.

O Movimento Nacional de Catadores vem lutando para que essa categoria de trabalhadores, organizados em associações e cooperativas, garanta o direito de controlar toda a cadeia produtiva, ou seja, a coleta, a triagem e a re-industrialização dos recicláveis. Retornarei a esse assunto mais adiante.

Capítulo 4

Gênese, identidade e trajetória da ARCAN

*Vi ontem um bicho na imundície do pátio
catando comida entre os detritos.
Quando achava alguma coisa,
não examinava nem cheirava:
Engolia com voracidade.
O bicho não era um cão,
não era um gato,
não era um rato.
O bicho, meu Deus, era um homem”
(O bicho, Manoel Bandeira, 1947)*

No capítulo anterior tratei do aspecto ambiental, procurando mostrar impactos negativos provocados pelo “lixo” e como isso se dá concretamente em Erechim/RS. Agora, pretendo aprofundar a temática central deste estudo, ou seja, em que medida os catadores/as organizados através da ARCAN conseguem *reciclar a (des)ordem do progresso*. A propósito, num primeiro momento, irei descrever brevemente como era o contexto vivido pelos catadores/as antes do surgimento da associação. Depois, apresentarei alguns elementos etnográficos sobre os/as catadores/as, analisando aspectos que julgo mais significativos.

4.1. A exclusão e o caos sócio-ambiental

O tema desta dissertação sugere uma análise desde o ponto de vista *social e ambiental*. Desejo tratá-los conjuntamente, vendo nessa correlação um problema agudo que vou chamar de *caos*. Esta é a inquietação de Leonardo Boff que afirma e pergunta: “O projeto de crescimento material ilimitado, mundialmente integrado, sacrifica 2/3 da humanidade, extenua recursos da Terra e compromete o futuro das gerações vindouras [...]. Estamos rumando na direção de uma civilização do caos?” (1999:17).¹²⁴

A interrogação de Boff chama a atenção acerca do horizonte maior, ou seja, dos destinos da humanidade, para onde este ensaio também quer apontar. Entretanto, cumpre olhar aqui mais objetivamente como se dá o *caos sócio-ambiental* no âmbito que envolve os catadores/as de materiais recicláveis vinculados à ARCAN. De antemão, podemos dizer que suas experiências de vida são muito diversificadas, mas, em comum, eles têm a luta em precárias condições a fim de garantir a sobrevivência.

Para saber um pouco de sua trajetória, conversei com cada um/a dos/as 32 catadores/as que estavam trabalhando na ARCAN entre 18 de agosto e 01 de outubro de 2004 – período em que realizei as entrevistas. Sobre a última atividade de cada um/a antes de ingressar na

¹²⁴. No contraponto desta preocupação, em seu livro *Saber cuidar* (1999), Boff desenvolve a mística do *cuidado* para com a *casa comum* e com todas as formas de vida. Entre outras figuras históricas que inspiram essa atitude, ele cita Francisco de Assis, *o irmão universal*. “Efetivamente, face às demandas da nossa cultura ecológica mundial, reconhecemos sua grande atualidade. Somos velhos, ainda aferrados ao modo-de-ser do trabalho-dominância-agressão da natureza. São Francisco, no entanto, é verdadeiramente alternativo por seu radical modo de ser-cuidado com respeito, veneração e fraternura para com todas as coisas” (1999:169).

associação, o maior grupo disse que já estava atuando como catador/a no lixão municipal ou na cidade como carrinheiro/a. Por ordem de quantidade nos respectivos trabalhos, encontrei mulheres na lida doméstica em sua própria casa ou fora, carpinteiros e serventes de obras, agricultores, prestadores de serviços gerais como limpeza, auxiliar de enfermagem, chapeador, fabricante de picolé, entregador de jornal e servente de calceteiro. Portanto, funções que, via-de-regra, não exigem qualificação especializada e, por conseqüência, têm baixa ou baixíssima remuneração.

Convém destacar também que muitos já passaram por diversas atividades laborais. Essa variável pode ter diferentes motivos, mas, comumente revela o dramático quadro de instabilidade econômica e vulnerabilidade social que atinge os indivíduos e grupos em acentuados processos de exclusão, como abordei amplamente no segundo capítulo.¹²⁵ O conteúdo dos depoimentos permite vislumbrar parte desta história.

Atividade árdua em longa jornada, desprezados, explorados e mal pagos. Essa era a realidade cotidiana do conjunto dos catadores/as (na sua maioria, mulheres) antes da criação da ARCAN.¹²⁶ Em depoimento a um grupo de alunos, no segundo semestre de 2001, Claudete Benites¹²⁷ declarou: “Eu trabalho mais de 10 horas por dia catando material reciclável com meu carrinho. Ganho mais ou menos R\$ 6,00 por dia pra sustentá meus quatro filhos. Com este dinheiro não dá pra nada”.

Os carrinheiros/as sofriam as vicissitudes do preconceito e da discriminação social. Eram acusados de estarem *enfeando* o centro da cidade e *atrapalhando* o trânsito. Os que *faziam a vida* no lixão não utilizavam equipamentos de proteção, ficando sujeitos a todo tipo de doença e contaminação. Na chegada dos caminhões da coleta de “lixo”, os catadores/as lançavam-se sobre o despejo, disputando com voracidade os produtos. O cenário incluía graves problemas de ordem ambiental, dado que todos os tipos de resíduos – orgânicos e inorgânicos; domiciliares, comerciais, industriais e até hospitalares – eram depositados a céu aberto, nas proximidades de um riacho. Tudo era dissimulado ou assistido com indiferença

¹²⁵. Vale lembrar também que a questão da *exclusão social* – causas, conseqüências e desafios – foi tratada de modo muito oportuno pela Igreja em duas Campanhas da Fraternidade recentes. Em 1995, com o tema *A Fraternidade e os excluídos* e o lema *Eras tu, Senhor?* No ano 2000, a Campanha foi Ecumênica e abordou o tema *Dignidade Humana e Paz*, tendo como lema *Novo Milênio sem exclusões*.

¹²⁶. Não estou a dizer que os associados da ARCAN têm hoje esses problemas resolvidos. Porém – como veremos ainda neste capítulo – em torno de um projeto coletivo, eles reúnem mais condições para fazer frente ao ciclo de exclusão e precarização das condições de trabalho.

¹²⁷. Claudete Benites é ex-integrante da ARCAN. A afirmação foi feita numa das escolas da cidade por ocasião da chamada “missão ecológica”.

pelo Poder Público. O quadro era calamitoso, o que chegou a provocar, no ano 2000, a intervenção do Ministério Público.

Portanto, confluíam dois graves problemas: a *exclusão social e a depredação ambiental*. Problemas que, obviamente, não se restringem à realidade verificada na cidade de Erechim, mas ganham proporções mundiais, acentuando-se com o avanço do capitalismo neoliberal globalizado. Neste sentido, parece oportuno o comentário de Ricardo Antunes na apresentação do livro *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*,¹²⁸ afirmando que o capitalismo contemporâneo é expansionista, destrutivo e, no limite, incontrolável:

“[...] quanto mais aumentam a competitividade e a concorrência intercapitais, mais nefastas são suas conseqüências, das quais duas são particularmente graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente, na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal subordinada aos parâmetros do capital e do sistema produtor de mercadorias” (2002:18).

Assim configurado, o fenômeno da exclusão permite ser lido como expressão estrutural da violência que permeia a vida da sociedade atual. Citando Godinot e Castel, Marcel Bursztyn destaca a existência de um processo social que procura ocultar a espiral de violência bem com as populações que dela são vítimas. Segundo ele, isso ocorre em três etapas:

“A primeira, é a da “elaboração de um discurso ideológico da *desqualificação*”, onde é construída uma imagem demonizada do “outro”, associada a problemas de desordem, insegurança, epidemias e criminalidade, servindo de legitimação a uma ruptura de contrato social. A segunda, é a *desvinculação*, que expressa a rejeição, pela sociedade, dos indivíduos “desqualificados” ou afastados dos processos produtivos reconhecidos. A *desvinculação* se reflete em baixa auto-estima e tende a implicar isolamento social e psíquico. A terceira, que radicaliza as precedentes, é a *eliminação*, e pode se dar tanto pelo extermínio, quanto pela esterilização, pelo genocídio cultural ou mesmo pela deportação” (2003:39).¹²⁹

A par disso, considero os catadores/as como *excluídos* por residirem, geralmente, em locais irregulares; serem expropriados dos direitos fundamentais de todo cidadão; sofrerem

¹²⁸. Em sua volumosa obra (1093 páginas), *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*, István Mészáros faz uma forte condenação do capitalismo pós-queda do muro de Berlin e desfaz o mito de que não há alternativas ao sistema existente. Defende o socialismo como alternativa.

¹²⁹. Essa análise remete a muitos episódios, tais como a chacina ocorrida no centro da cidade de São Paulo/SP entre 19 e 22 de agosto de 2004, quando sete moradores de rua foram brutalmente assassinados e outros oito ficaram gravemente feridos.

discriminação e segregação social; viverem de maneira crônica os impactos da precarização do trabalho e terem uma identidade que, por razões históricas, estão propensos aos efeitos da *desvinculação*. Nesta direção Bursztyn afirma que “o excluído moderno é, assim, um grupo social que se torna economicamente desnecessário, politicamente incômodo e socialmente ameaçador, podendo, portanto, ser fisicamente eliminado. É este último aspecto que funda a nova exclusão social” (2003:81).

Até os anos 1980, no Brasil, havia uma determinada mobilidade dentro da pobreza. Os pobres, de certa maneira, conseguiam garantir o atendimento das necessidades básicas e ter algum tipo de progresso dentro da sociedade. Dos anos 90 até agora a pobreza se transformou em exclusão social e econômica. Cristóvão Buarque (2003:8) afirma que, a continuar a marcha da *desigualdade* para a *exclusão* e para a *dessemelhança*, dentro de algumas décadas, “com o uso das técnicas modernas – especialmente as médicas – beneficiando apenas uma parte das pessoas, a humanidade poderá ser rompida e a *dessemelhança* transformar-se em diferença biológica” (*grifos meus*).

A dessemelhança significa a formação de duas espécies humanas. Uma espécie que acessou os recursos necessários à existência e outra espécie que não o conseguiu, tornando-se, assim, uma sub-humanidade. José de Souza Martins (2003:35-36) fala de “duas humanidades” onde há níveis de humanização e desumanização distintos. De um lado estariam os *integrados* e, de outro, a “sub-humanidade”. Em muitas situações, catadores/as e moradores de rua já configuram esta realidade descrita pelos autores.

4.2. Surge uma “*arca*” no meio do “*dilúvio*”

Início dos anos 2000. Estamos no auge da globalização capitalista. Há, na sociedade brasileira, um contexto de muita instabilidade face aos elevados índices de desemprego e exclusão social. Sob a (*des*)*ordem* do sistema de mercado, instaura-se certo *caos ecológico*, resultante da produção e consumo desordenados, associado à liberação de enormes quantidades de resíduos poluentes.

Por outro lado, multiplicam-se projetos alternativos de geração de trabalho e renda. Pululam movimentos sociais populares, organizações não governamentais, associações, cooperativas, grupos afins, entidades prestadoras de assessoria, núcleos de capacitação de lideranças, etc. Somam-se a isso os Fóruns Sociais Mundiais, cuja primeira edição foi em

janeiro de 2001, na cidade de Porto Alegre/RS. A esperança também se embala com a possibilidade de eleição de um Presidente da República oriundo da classe trabalhadora, Luiz Inácio Lula da Silva, fato que se concretizou em outubro de 2002.

Espalhados por este cenário sócio-espacial estão os catadores/as que buscam respaldar sua sobrevivência por meio da coleta e venda de materiais recicláveis. Notoriamente, nos últimos cinco anos, o número destes trabalhadores cresceu muito, o que parece ter uma íntima ligação com a dinâmica do *desenvolvimento*¹³⁰ excludente, com a falta de qualificação profissional exigida pelo mercado de trabalho e com o despertar de certa consciência ecológica. Nesta conjuntura, emerge a Associação de Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza (ARCAN), objeto da presente pesquisa.

Desde os primeiros encontros com os catadores/as em vista da criação da associação, alguns *agentes motivadores*¹³¹ utilizaram a imagem bíblica da *Arca de Noé*¹³² para estimular o grupo a participar da iniciativa. O recurso simbólico incluía a reflexão de que somente através da organização sólida e da construção de um projeto coletivo e solidário era possível enfrentar a força avassaladora do *dilúvio*.¹³³ Para os efeitos desejados, relacionava-se a narrativa do dilúvio bíblico com o fenômeno da exclusão social e com o crescente processo de degradação ambiental assistido por todos.

Na tentativa de saber sobre as motivações que levaram os catadores/as a participarem do grupo que constituiu a ARCAN, conversei longamente com todos os pioneiros que, no período da abordagem (18 de agosto a 01 de outubro de 2004) estavam na associação. Francisco R. dos Santos,¹³⁴ seis filhos, pintor, carpinteiro e catador, declara: “Na época que nós começemo foi o padre Dirceu que convidô pra freqüentá as reunião. Nós se interessemo muito e hoje temo aqui. Na época eu tava no lixão”.

Vários entrevistados revelaram terem aderido ao convite que partiu do padre. Além de magnetizar o poder de mobilização que a Igreja Católica ainda mantém entre os *excluídos*, a alegada razão pode estar refletindo também a confiança conquistada por este pesquisador

¹³⁰. Para efeitos dessa abordagem, por *desenvolvimento* entendo o incremento de novas tecnologias ao sistema de produção, o que acaba tornando obsoletos determinados quadros de mão-de-obra humana.

¹³¹. Identifico como *agentes motivadores* o grupo de representantes de entidades parceiras que apoiaram e motivaram desde o início a organização dos catadores/as em torno da ARCAN. Entre eles, achava-se este pesquisador.

¹³². Cf. Gn 6,14: Javé ordenou a Noé que construísse uma arca para si, para sua família e para um casal de cada espécie animal a fim de pô-los a salvo. Decorridos sete dias após terem entrado na arca, começou a chover por quarenta dias ininterruptos.

¹³³. Em Gn 6,5 lê-se: “Javé viu que a maldade do homem crescia na terra e que todo projeto do coração humano era sempre mau”. Então, resolveu mandar o *dilúvio* para exterminar todo ser vivo na terra (Gn 6, 17).

¹³⁴. Entrevista concedida ao autor dia 19 de agosto de 2004.

noutros trabalhos sociais desenvolvidos nos bairros onde residem os catadores/as. Sebastião de Oliveira, o mais idoso do grupo (65 anos), confessa com ar de conquista:¹³⁵ “Quando fui convidado a participar da ARCAN eu tava trabalhando lá no lixão. Inclusive o senhor também foi lá e conversemo bastante. Lembro daquela vez que o senhor tirô as foto [...] e queria fazê uma parceria pra fazê esse pavilhão. Lá (no lixão) muitos não quiseram e não acreditavam no padre. Eu sempre acreditei”.

Outros dizem que foram convidados pelo “pessoal da Obra Santa Marta” em referência à entidade com credenciais no bairro por prestar atendimento sócio-educativo a filhos dos próprios catadores/as. Para alguns, porém, apostar nessa proposta não foi muito tranquilo, principalmente no começo, como expressa Terezinha M. dos Santos:¹³⁶

“[...] nós trabaiava lá no lixo. Eu me lembro que o senhor (este pesquisador) foi lá e convidô que era pra nós participá na Obra. Daí nós viemo. Muitos não queriam vim, que era conversa. Eu, o Nércio e a comadre Anamir, nós não faltava [...]. O primeiro mês me aborreceu porque recebemo trinta real. Não deu nem pra luz. Ma depois o Cirico incentivô. Não saia Tere, quem sabe vai miorá”.

Com um misto de tristeza e alegria, Nércio A. Borges¹³⁷ recorda que saía às 4 horas da madrugada de casa para ir trabalhar no lixão. No meio da tarde deixava o trabalho para poder participar das reuniões na Obra Santa Marta onde se discutia sobre a construção do pavilhão da ARCAN. A bem dizer, este projeto aparecia como uma “luz no fim do túnel”. Alguns não o perderam de vista, entre os quais Jocelino Lopes, que lidou por mais de três anos no lixão e mais de um ano como carrinheiro. Para Lopes, o motivo que o levou a se inserir na associação “foi que começaram a se organizá e a gente sentiu interesse porque já tinha participado de outras cooperativas que não deu certo. Aí a gente começô a participá das reunião com esperança de dá certo essa. E foi que deu certo e a gente tá aí...”¹³⁸

Às vezes, as motivações manifestas dão conta de situações meio ambíguas, como mostra Alcerir dos Santos:¹³⁹ “A minha esposa participava (das reuniões). Aí eu vi que ela tava no lugar certo. Achei que pra trabalhá fichado não é fácil de arrumá serviço. Daí

¹³⁵. Entrevista concedida em 19 de agosto de 2004.

¹³⁶. Entrevista concedida ao autor em 18 de agosto de 2004.

¹³⁷. Entrevista concedida ao autor em 18 de agosto de 2004, junto ao galpão da ARCAN. Neste dia foram entregues novos equipamentos (caminhão, prensa, esteira e balança) à associação. Reinava um desusado clima de alegria entre o grupo em função da conquista.

¹³⁸. Entrevista concedida ao autor em 19 de agosto de 2004. Entre essas cooperativas que não deram certo, esteve uma tentativa capitaneada pelo Departamento de Assistência Social do município pelos idos de 1997 e outra encabeçada por funcionários da própria Secretaria Municipal de Cidadania e Promoção Social em ano posterior.

¹³⁹. Entrevista concedida ao autor em 19 de agosto de 2004.

começemo participá aqui, me associei”. Esse depoimento sobre o “lugar certo” coloca a seguinte questão: Estaria Alcerir apostando na eficiência emancipatória do trabalho associativo em detrimento do trabalho “fichado” ou estaria vendo na associação apenas uma alternativa de sobrevivência, dado que não era fácil conseguir serviço formal, isto é, com carteira assinada?

Para a edificação desta “*arca*”, juntaram-se vários parceiros, o que destaca o *mutirão* como estratégia importante na busca de alternativas. As reuniões sistemáticas para estudo e discussão da proposta; a utilização intensa dos meios de comunicação; a rodada de visitas às escolas da cidade na chamada *missão ecológica*, com depoimentos dos catadores/as sobre a realidade que estavam enfrentando e os sonhos que cultivavam; os diversos momentos de socialização da experiência... Tudo foi fundamental para a consolidação do projeto.

Entre os apoios financeiros e políticos obtidos para a construção desta *arca*/ARCAN, citam-se: Fundação Interamericana (Estados Unidos); Missions Zentrale Der Franziskaner (Alemanha); Sociedade São Vicente de Paulo; Obra Promocional Santa Marta; Centro de Educação Popular (Cepo); Cooperativa de Prestação de Serviços de Educação Popular Alto Uruguai Ltda. (Coperserviços); Governo do Estado do Rio Grande do Sul; Ministério do Trabalho; Fundação Banco do Brasil; Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil; Comunidades Eclesiais de Base; Prefeitura Municipal de Erechim; Câmara Municipal de Vereadores; Movimento de Atingidos por Barragens, bem como diversos outros grupos organizados da sociedade civil, escolas, entidades sociais e inúmeras pessoas solidárias à causa.

Desde que a ARCAN começou a funcionar, a Prefeitura do vizinho município de Barão de Cotegipe também se aliou em apoio ao projeto, permitindo que membros da associação recolhessem semanalmente o material reciclável no perímetro urbano daquela cidade.¹⁴⁰ De acordo com Luiz Dalla Costa,¹⁴¹ o surgimento da ARCAN deu-se pela junção de três fatores:

“a) A influência da Igreja, na atuação do padre, com esta visão de esquerda que quer construir iniciativas de caráter popular e fazer com que o povo se liberte desde a dimensão religiosa até a econômica. Trata-se de uma Igreja ligada às Comunidades Eclesiais de Base, diferente daquela tradicional que só pensa em ministrar sacramentos; b) O debate que os grupos de esquerda têm de que o associativismo é uma das formas do povo se libertar da

¹⁴⁰. Além de doar os materiais, a Prefeitura fazia a entrega dos mesmos na sede da associação, no Bairro Progresso.

¹⁴¹. Entrevista concedida ao autor em 26 de abril de 2004. Na época Luiz DALLA COSTA respondia como vice-prefeito do município de Barão de Cotegipe – RS.

exploração; c) A questão da preservação ambiental, do cuidado, da responsabilidade com a natureza”.

Na avaliação de Dalla Costa, o acompanhamento desta experiência por membros da Igreja facilitou o estabelecimento de convênios entre a associação e alguns parceiros. Ele cita o próprio caso da conquista do apoio da Prefeitura de Barão de Cotegipe. Depois acrescenta que a destinação do material reciclável da cidade para a ARCAN também foi uma *opção política* dos administradores municipais.

Seguindo a análise sobre as forças que interferiram na origem deste projeto, Nely Zaffari¹⁴² afirma:

“Considero que a Obra Promocional Santa Marta foi a mola propulsora para a criação da ARCAN [...]. Na medida em que a Obra ia fazendo seu trabalho com as crianças, percebemos que tínhamos que nos envolver com as famílias. E as questões da família não seriam só ligadas à educação sexual e alimentar. Era também importante uma frente de trabalho. Analisando a situação dos pais (que tinham crianças e adolescentes na entidade) vimos que praticamente 90% deles viviam da cata do lixo na cidade [...]. Aí, o então presidente da Obra (este pesquisador) começou a reunir o pessoal, levá-los a participar de grupos que já estavam se organizando, reuniões, cursos de formação...”

A respeito do assunto, ainda entrevistei Valter Girelli por ser, na época, presidente do Centro de Educação Popular (CEPO). Ele atribui o surgimento da ARCAN a uma influência direta da Igreja, através das pastorais sociais. Considera também que a experiência está ligada a uma história de lutas e reivindicações populares consagradas na região. Segundo Girelli, a ARCAN adquire importância porque “trabalha com uma das questões fundamentais da vida humana que é o cuidado com o destino do lixo e o respeito à natureza”.¹⁴³ Neste sentido, considera ainda que a iniciativa revela a própria opção preferencial da Igreja pelos pobres.

¹⁴². Ao ser entrevistada pelo autor, no dia 01 de outubro de 2004, Nely ZAFFARI ocupava o cargo de presidente da Obra Promocional Santa Marta e era assessora da pró-reitoria de pesquisa da Universidade Regional Integrada (URI – Campus de Erechim). Nely é mestra em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

¹⁴³. Entrevista concedida ao autor dia 04 de outubro de 2004. Valter GIRELLI é padre e professor do Instituto de Teologia e Pastoral (ITEPA), em Passo Fundo. Quando da entrevista, era pároco da Paróquia Santa Terezinha de Estação, Diocese de Erechim e Coordenador Diocesano das Pastorais Sociais.

4.3. Uma “arca” chamada *ARCAN*

*É tanta gente e é tanto lixo espalhados pelo chão.
Tenho certeza, não é um bom lugar, ah, ah.
O ser humano não é nenhum bicho.
Já não pergunto se isso tudo é certo/
chega de poluição, ã, ão.
/:Doeu, doeu, mas não vai doer, não vai mais não.
Chorei, chorei, agora não choro mais.
Vamos juntos, meu irmão:
economizar, separar e reciclar.
Por que tanta exclusão?
O meio ambiente vamos todos preservar:/

Ah, ah, ah... mas quero rir à toa/
porque a vida tem que ser tão boa
pra toda classe de cidadãos.
E reciclar o lixo vai ser uma coisa boa/
pra todo mundo, pra qualquer pessoa.
E a *ARCAN* agradece por nos ajudar.¹⁴⁴*

O nome *ARCAN* (Associação de Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza) não é casual, aleatório ou imposição externa. É, antes de tudo, resultado de diversas sugestões apresentadas e discutidas pelo grupo de catadores/as que participaram no início do processo de organização da entidade. Procurou-se fixar um nome que pudesse ser o mais representativo possível do trabalho desenvolvido pelos catadores/as e mais afinado com os objetivos a que eles se propunham.

Na ocasião, os mediadores do processo (mais especificamente este pesquisador, José Martins dos Santos e Júlio Brancher, do CEPO) tinham a compreensão de que uma *associação* seria mais adequada para o caso em questão, constituindo-se numa organização menos burocratizada e mais funcional. Quanto ao caráter da atividade realizada pelos catadores/as entendiam que, ao recolherem seletivamente o material ou selecioná-lo após recolhido, estariam já de algum modo participando da cadeia produtiva da reciclagem.

Ademais, o projeto já nascia ousado, ou seja, com a pretensão de avançar para uma segunda fase,¹⁴⁵ quando se daria um passo na direção da pré-industrialização do plástico. Com a possibilidade de obter recursos da cooperação internacional, previa-se a aquisição de máquinas como: lavadora, moinho e extrusora. Assim, os catadores/as foram estimulados a

¹⁴⁴. A composição do hino da *ARCAN* é de Dirceu Benincá e Edson Luis Rosa.

¹⁴⁵. A primeira fase incluía o processo de coleta, triagem, prensagem e comercialização dos vários materiais.

se auto-definirem como *recicladores*. Esta é a razão pela qual o conceito *recicladores* foi inserido no nome da associação.

Desde o princípio da ARCAN, tinha-se no horizonte a questão da *cidadania* como um conjunto de direitos a serem conquistados através da organização e da luta. A adoção do termo *amigos* deveu-se a uma explícita e unânime defesa dos catadores/as sob a justificativa de que a expressão traduzia a imagem que tinham de si mesmos ao realizarem aquele seu ofício de protetores do meio ambiente. Punham-se, dessa maneira, em posição distinta dos que geram e descartam resíduos de forma incoseqüente.

Por fim, a expressão *natureza* faz alusão ao espaço natural, visto como meio e recurso indispensável para a vida, do qual desejavam ser reconhecidos como amigos. A categoria “*natureza*” era-lhes bastante familiar, uma vez utilizada para expressar o capital de sua consciência ambiental. Considerando tudo isso, no dia 06 de fevereiro de 2001, na assembléia de fundação, foi definido o nome *ARCAN* - Associação de Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza.

A ARCAN é uma organização não governamental, devidamente registrada e regida por um estatuto social (*ver anexo 07*). No artigo 2º do estatuto está expressa a finalidade da associação:

“Trabalhar pela defesa dos interesses e da valorização profissional dos seus associados/as, tanto no que tange a assessoria que lhes prestará para o seu aprimoramento técnico, quanto na celebração de contratos, prestação de serviços, realização de cursos e desenvolvimento do espírito comunitário. Também estabelecerá parcerias com entidades afins, inclusive públicas, com as quais celebrará convênios. Com o objetivo de fortalecer a categoria de trabalho e lutar pela conquista dos mais diferentes direitos sociais, manterá vinculação com o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis”.

A seguir, apresento uma sinopse da emergência da associação, relacionando sinteticamente alguns dos principais acontecimentos que marcaram o início e os primeiros passos da ARCAN.

A discussão mais remota acerca de uma *cooperativa* (como se pensava então) surgiu de modo quase fortuito no dia 30 de abril de 1999, no Bairro Castelo Branco (Erechim). Naquela data, alguns moradores da região do Bairro Progresso (entre os quais este pesquisador) conversavam sobre os graves problemas ambientais e sociais (sobretudo, o desemprego) que atingiam a população local, quando foi ventilada a idéia de criar uma

cooperativa de reciclagem. Posteriormente, Dirceu Benincá, Hilário Poletto e Antônio Dirceu Borges (lideranças da comunidade) foram visitar as experiências nos galpões de reciclagem Rubem Berta, Profetas da Ecologia e Ilha Grande dos Marinheiros, em Porto Alegre, com o objetivo de começar um trabalho semelhante em Erechim. Por falta de estratégias políticas e de apoio econômico, a iniciativa não avançou. Contudo, a idéia não morreu.

·Ano 2000: O Centro de Educação Popular (CEPO) foi informado da possibilidade de apresentar projetos para a Fundação Interamericana (IAF),¹⁴⁶ solicitando aporte financeiro. Como o presidente do CEPO, Valter Girelli, havia tomado conhecimento da tentativa de articulação de um trabalho envolvendo catadores, sugeriu a inclusão de um projeto neste sentido. No final do ano 2000, a entidade recebeu a informação de que os seis (06) projetos encaminhados (três para serem desenvolvidos na cidade de Erechim e três para o meio rural) tinham sido aprovados. Entre eles encontrava-se o projeto que garantiu recursos para a construção do pavilhão da ARCAN. Até aqui os catadores/as não estavam envolvidos no processo.

·Dia 08/01/2001: Primeira reunião¹⁴⁷ com a presença de alguns carrinheiros/as e lideranças sociais para levantar informações sobre a situação geral dos catadores/as em Erechim. No início de 2001, estimava-se que cerca de 200 famílias sobreviviam da coleta nas ruas e no lixão municipal e venda de materiais recicláveis. O lixão não possuía qualquer controle sanitário, como já descrevi.

· Dia 09/01/2001: Visita de Egídio Fiorotti¹⁴⁸ ao Bairro Progresso e reunião com o Conselho Político dos seis projetos aprovados, acima referidos.

· Dia 13/01/2001: Reunião com a presença de cerca de 20 pessoas (catadores/as e grupo de apoio) para sondagem da realidade e formação de uma comissão provisória.

¹⁴⁶. A Inter-American Foundation (IAF) é um organismo independente do governo norte-americano que trabalha na ajuda externa à América Latina e ao Caribe, promovendo a igualdade social e a participação das comunidades nos processos de desenvolvimento. Tem o objetivo de colaborar com organizações regionais e internacionais, apoiando atividades destinadas a aumentar as oportunidades de desenvolvimento e fomentando a participação efetiva e cada vez mais ampla das pessoas, fortalecendo, dessa forma, o processo democrático.

¹⁴⁷. As reuniões aconteciam regularmente na sede da Obra Promocional Santa Marta, no Bairro Progresso.

¹⁴⁸. Fiorotti era consultor de várias cooperativas e associações de catadores/as em Porto Alegre. Há bastante tempo estava inserido nas Comunidades Eclesiais de Base, ambiente no qual as organizações sociais populares emergem com certa naturalidade. Sua visita a Erechim serviu para impulsionar o projeto e apontar algumas estratégias a serem adotadas.

· Dia 15/01/2001: Captação de fotos do lixão público municipal por este pesquisador e divulgação de matéria por emissora de televisão regional (Rede Bandeirantes) denunciando a situação. Durante a semana o fato foi repercutido também pela imprensa escrita e falada. Mais de 100 pessoas freqüentavam diariamente o lixão, incluindo um grupo de crianças (é difícil precisar quantas) à cata de materiais. Alguns chegavam a consumir restos de alimentos encontrados no local. Toda essa situação era negligenciada e vedada ao conhecimento da comunidade, inclusive com guarda no portão de acesso ao lixão.

·Dia 26/01/2001: Visita de um grupo de 16 catadores/as às associações de catadores Santíssima Trindade e Rubem Berta, bem como à Usina de Reciclagem em fase de instalação, em Porto Alegre/RS. Esta visita coincidiu com a data de abertura da primeira edição do Fórum Social Mundial, realizado na capital gaúcha.

·Dia 06/02/2001: Assembléia geral de criação da Associação de Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza (ARCAN); leitura e aprovação dos estatutos; eleição e posse da primeira diretoria provisória. A associação tem como base três princípios: *preservar o meio ambiente, promover a vida e construir a cidadania*. Cerca de 50 catadores/as participaram da referida assembléia.

·Dia 8/02/2001: Realização de um mutirão de limpeza no Bairro Progresso como forma de apresentação da ARCAN para a sociedade, com cobertura da RBS/TV, jornal Diário da Manhã e Rádio Difusão Sul Riograndense.

·Dia 09/02/2001: Entrevista com a presidente eleita da ARCAN, Lenir Pavani, no programa *Bom Dia Rio Grande*, da RBS/TV.

·Dia 09/02/2001: Audiência com o Prefeito Municipal, Elói João Zanella.¹⁴⁹ Participaram mais de 20 integrantes da associação e representantes de entidades parceiras.

¹⁴⁹. Na ocasião, Zanella, recém empossado no cargo de prefeito (2001-2004) afirmou: “Na verdade vocês (catadores) colaboram muito pouco para a preservação do meio ambiente”. Depois acrescentou: “Nós pretendemos dentro de três a quatro meses fazer uma licitação completa para todo o ciclo da coleta e o destino final dos resíduos, responsabilizando a empresa terceirizada pela aquisição, aprovação, implantação do projeto junto à Fepam; monitoramento, funcionamento, manutenção e, posteriormente, também a recuperação da área onde será instalado esse lixão. Dentro dessa nova proposta vai estar incluída a coleta seletiva [...]. Essa atividade que vocês estão fazendo na cidade é pesada e da forma como está sendo feita ela contraria todas as normas de convivência urbana [...]. Inclusive nós temos a intimação da Justiça para que as crianças não andem junto com os pais [...]. A gente (a Prefeitura) vai participar este ano (deste projeto) dentro das possibilidades técnicas que a gente tem. Se a Prefeitura tiver que colocar dinheiro dentro de um projeto desses, hoje, eu diria que é inviável. A colaboração no sentido do transporte e buscar essa área pra vocês, sim, porque nós também temos interesse [...]” (*Discurso gravado*). Ao final, o prefeito acabou concordando com a proposta geral da associação. A execução dela, no entanto, deixou muito a desejar, como os próprios associados da ARCAN avaliam no decorrer deste trabalho.

Na ocasião foi apresentada e discutida uma proposta de parceria com a Prefeitura Municipal.

A proposta tinha o seguinte teor:

“A ARCAN se compromete com: a) Recursos para a construção de um pavilhão de 750 m²; b) Recursos para aquisição de equipamentos adequados para as atividades; c) Mão-de-obra não especializada na edificação do pavilhão; c) Agentes ambientais para contribuir na conscientização da população sobre a seleção do material reciclável”. Em contrapartida, a associação requer da Prefeitura Municipal: “a) Terreno para a instalação da ARCAN; b) Transporte dos resíduos sólidos até a sede da Associação, no Bairro Progresso; c) Mão-de-obra especializada para a construção do pavilhão; d) Programas de atendimento das crianças e adolescentes, filhos dos catadores; e) Implantação de entrepostos na cidade para entrega de material reciclável; f) Recursos para viabilizar campanhas sociais de educação ambiental”.

- Dia 15/02/2001: Reunião com os associados da ARCAN para discutir e estabelecer formas de divulgação da associação e conscientização da sociedade sobre a coleta seletiva, utilizando a imprensa, visitando igrejas, escolas e associações de moradores.

- Dia 09/03/2001: Reunião com representantes da Sociedade São Vicente de Paulo a fim de negociar cedência de uma área de 2.500 m² para a construção do pavilhão.

- Dia 15/03/2001: Confirmação da parceria da Sociedade São Vicente de Paulo, pela qual esta sociedade participaria com a cedência da área solicitada em regime de comodato.

- Dia 16/03/2001: Reunião com representantes da imprensa local a fim de pedir apoio para a campanha, pela mídia, sobre coleta seletiva a ser desenvolvida na cidade. Todos parabenizaram a iniciativa e se dispuseram a contribuir com a campanha.

- Dia 21/03/2001: Por convocação da ARCAN, houve uma reunião entre representantes da associação e Vereadores, no Plenarinho da Câmara Municipal de Vereadores. Estavam presentes cerca de 20 associados da ARCAN e sete vereadores, dos 21 existentes, os quais aplaudiram o projeto e se comprometeram em apoiá-lo.

- Dias 28 e 29/03/2001: Participação no I Encontro Estadual de Agentes e Recicladores, em Porto Alegre, com o objetivo de trocar experiências sobre a luta em defesa dos catadores/as e do meio ambiente.

- De 04 a 06 de junho de 2001: Seis membros da associação, mais este pesquisador, participamos, em Brasília, do I Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis e População de Rua. Foi o primeiro contato da ARCAN com o Movimento Nacional de Catadores.

- Segundo semestre de 2001: Realização de uma massiva campanha em várias escolas da cidade, denominada *missão ecológica*. Participaram desta um grupo de catadores/as e alguns apoiadores/as. A iniciativa teve por objetivo colocar em pauta a discussão sobre a importância da coleta seletiva. Nessas atividades, os catadores/as membros da associação davam depoimentos sobre a precariedade das condições do seu trabalho, expunham o projeto nascente da ARCAN e solicitavam colaboração da comunidade escolar na coleta seletiva.

- Dia 13/08/2001: Aprovado por unanimidade, na Câmara de Vereadores, o convênio pelo qual a Prefeitura Municipal firmaria o compromisso de disponibilizar caminhões para o transporte do material reciclável da cidade até a sede da ARCAN (Bairro Progresso). O dito convênio foi assinado pelo prefeito e entidades conveniadas em 16 de agosto de 2001, mas foi assumido precariamente pela Prefeitura.

- De janeiro a setembro de 2002: Desenvolvimento do *Programa Coletivos de Trabalho* (PCT),¹⁵⁰ do Governo do Estado, sendo a ARCAN contemplada com 50 vagas. Os beneficiados receberam durante esse período uma bolsa no valor de um salário mínimo mensal, auxílio alimentação e equipamentos de proteção individual (EPIs). Também freqüentaram cursos de capacitação técnica e política e desenvolveram atividades laborais de forma cooperativa.

- Janeiro de 2002: Alguns representantes da ARCAN participaram da 2ª edição Fórum Social Mundial, em Porto Alegre/RS.

- Março de 2002: No final deste mês, teve início a construção do pavilhão da associação, financiado com recursos da Fundação Interamericana (IAF). Grande parte dos associados ajudou com mão-de-obra na edificação da obra. Nesta empreitada, também houve colaboração de um grupo de agricultores do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) da região.

- Dia 10/04/2002: Visita de um grupo de 25 catadores/as da Associação de Recicladores Amigos da Vida (ARAV), da Vila Entre Rios, de Passo Fundo/RS. A prática de visitar outras experiências congêneres e receber visitas foi muito exercitada, o que, indiscutivelmente, fortaleceu a organização e ajudou a criar laços de solidariedade.

¹⁵⁰. O PCT foi um programa do Governo do Rio Grande do Sul, implantado através da Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social com recursos do orçamento estadual e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Era destinado a trabalhadores desempregados ou subempregados.

- Dia 11/10/2002: Inauguração do pavilhão,¹⁵¹ aonde passou a ser recolhido, depositado, triado e prensando o material reciclável para ser, posteriormente, comercializado.

- Dia 08/04/2003: Entrega de um caminhão marca GMC 7.110, ano 1997, com capacidade de carga de 4,5 toneladas e carroceria adaptada para transporte de material reciclável. O caminhão foi adquirido em São Paulo com recursos provenientes de Missionszentrale der Franziskaner, entidade alemã mantida com pequenas doações de um grupo de católicos.

- Dia 05 de junho de 2003: Mutirão de limpeza da Barragem da Corsan (reservatório que abastece a cidade de Erechim com água potável) por iniciativa dos membros da ARCAN.

- De 27 de outubro a 01 de novembro de 2003: Participação de cinco membros da ARCAN do 2º Festival Lixo e Cidadania, realizado na Casa do Conde de Santa Marinha, em Belo Horizonte/MG.

- Dia 18/08/2004: Entrega de um caminhão novo, uma prensa, uma esteira e uma balança - equipamentos adquiridos com recursos federais, oriundos de um projeto aprovado junto ao Ministério do Trabalho.

4.4. Aspectos etnográficos dos catadores/as

*"O homem não é apenas o que é,
mas também o que foi;
daí que esteja sendo,
o que é próprio da existência humana."
(Paulo Freire)*

A pergunta pela *identidade* dos catadores/as parece uma decorrência imediata e natural desta pesquisa. No entanto, a questão em jogo não é tão simples, até porque as identidades são *múltiplas, flutuantes e situacionais*, como afirma Erving Goffman. Este autor também distingue entre *identidade social, identidade pessoal e identidade de ego*:

“A identidade social, ou melhor, as identidades sociais, são constituídas pelas categorias sociais mais vastas a que um indivíduo pode pertencer. A identidade pessoal é a continuidade orgânica imputada a cada indivíduo, que é estabelecida através de marcas distintivas como o nome ou a aparência, e que são derivadas da sua biografia. A identidade de ego ou a identidade “sentida” é a sensação subjectiva (sic) da sua situação, da sua continuidade e

¹⁵¹. O pavilhão tem uma área total construída de 640 m², um pouco menor do projeto inicial que era de 750m², condicionado à disponibilidade de recursos financeiros.

do seu carácter (sic), que advém do indivíduo como resultado das suas experiências sociais” (apud Mendes, 2001:494-495).

A identidade dos indivíduos e dos grupos sociais é um processo em permanente construção e modificação.¹⁵² Ciente de que se trata de um tema amplo e complexo, farei alguns recortes. Procurarei focar os catadores/as a partir de variáveis sócio-econômicas, étnico/raciais e outras, no sentido de construir uma visão circunstanciada a seu respeito. Isso permitirá entender melhor a atuação dos catadores/as junto à associação.

Em vista do propósito exposto, chequei informações gerais que me possibilitaram elaborar o quadro abaixo. Importante dizer que, para a montagem deste perfil identitário, optei pela coleta e sistematização de dados com os 32 catadores/as associados que estavam trabalhando na ARCAN entre 18 de agosto e 01 de outubro de 2004, período em que realizei as entrevistas.

TABELA 03: PERFIL DOS CATADORES/AS DA ARCAN

Entrevistado	Data da entrevista	Onde nasceu	Idade	Estado civil	Número filhos	Etnia	Escolaridade	Tempo Erechim	Tempo B. Progresso
Nércio Alves Borges	18/08/2004	Aratiba	43	Casado	5	Polonês/Índio e negro	2ª série	22 anos	17 anos

¹⁵². Para ampliar a visão sobre o tema da *identidade*, ver: MENDES, José Manuel Oliveira. *O desafio das identidades*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Globalização: Fatalidade ou Utopia?* Porto, Edições Afrontamento, 2001. Ver também: SAWAIA, Bader. *Identidade – uma ideologia separatista?* In: SAWAIA, Bader (org.). *As artimanhas da exclusão – análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 4ª ed., Petrópolis, Vozes, 2002.

Terezinha M. dos Santos	18/08/2004	Itatiba do Sul	46	Casada	6 legítimos 2 adotivos	Índio/negro e alemão	4ª série	15 anos	15 anos
Maria Soleci Brandales	19/08/2004	Nonoai	41	Viúva	5	Negro/polonês (NSE) (*)	3ª série	19 anos	19 anos
Doralina de Oliveira	19/08/2004	Campinas do Sul	50	Casada	9	Negro/alemão e índio	4ª série	11 anos	11 anos
Geni Santos Pereira	19/08/2004	Nonoai	33	Ajuntada	4	Índio/negro e alemão (NSE)	1ª série	27 anos	27 anos
Maria Redina Terres	19/08/2004	Marau	34	Casada	4	Negro/italiano (NSE)	4ª série	17 anos	17 anos
Anamir de Almeida	19/08/2004	Nonoai	48	Viúva	5	Negro/índio	4ª série	23 anos	15 anos
Jocelino Lopes	19/08/2004	Erechim (Gramado)	40	Casado	6	Negro/índio	1ª série	40 anos	13 anos
Fátima T. Lopes Silva	19/08/2004	Erechim (B. Vista)	33	Ajuntada	5	Negro/índio (NSE)	1ª série	33 anos	21 anos
Francisco R. dos Santos	19/08/2004	Chapecó (SC)	37	Ajuntado	6	Negro/índio e alemão	1ª série	17 anos	17 anos
Zenira C. Lopes	19/08/2004	Chapecó (SC)	29	Casada	5	Negro/índio e alemão	6ª série	23 anos	23 anos
Adriana de F. Brandales	19/08/2004	Nonoai (á. Índios)	25	Ajuntada	1	Índio/negro e italiano	8ª série	19 anos	19 anos
Sebastião de Oliveira	19/08/2004	São Valentim	65	Casado	9	Negro/japonês e alemão	3ª série	12 anos	12 anos
Alcerir dos Santos	19/08/2004	Benjamin Constant	45	Casado	6	Índio/negro	4ª série	15 anos	15 anos
Saete R. dos Santos	24/09/2004	Seara (SC)	22	Ajuntada	1 adotivo	Alemão/negro (NSE)	4ª série	10 anos	10 anos
Sirlei Fátima Carvalho	01/10/2004	Erechim	34	Ajuntada	7	Índio/negro	1ª série Incomp.	34 anos	30 anos
José H. da Fonseca	30/09/2004	Crevelândia (PR)	55	Casado	11 (**)	Alemão/negro (NSE)	4ª série	2 anos	2 anos
Marli de Souza Silva	24/09/2004	Paraguai (R. Montenegro)	29	Ajuntada	3	Negro/índio (NSE)	8ª série	12 anos	12 anos
Marli Borges	24/09/2004	Nonoai (á. Índios)	35	Ajuntada	3	Alemão/índio (NSE)	1ª série	15 anos	15 anos
Rosa Paiva	24/09/2004	Erechim (R. Cravo)	35	Ajuntada	4	Índio/negro e italiano (NSE)	1ª série	20 anos	20 anos
Luciana Camargo	24/09/2004	Erechim (cidade)	21	Solteira	1	Negro/índio e polonês (NSE)	8ª série	21 anos	21 anos
Rosane F. da Silva	30/09/2004	Erechim (B. Prog.)	29	Ajuntada	3	Negro + outras (NSE)	3ª série	29 anos	29 anos
Terezinha F. Vieira Borba	23/09/2004	Quatro Irmãos	34	Separada	3	Negro/alemão	2ª série	20 anos	5 anos
Mauri Johann	23/09/2004	Erval Seco (RS)	31	Casado	2	Alemão e Italiano	1ª série 2º grau	8 anos	8 anos
Dilamar dos Santos	23/09/2004	São Valentim	20	Solteira	1	Negro/alemão	2ª série 2º grau	20 anos	14 anos
Genirce Rosa Acosta	24/09/2004	Itá – SC	48	Casada	4	Índio/negro e alemão	1ª série	13 anos	4 anos
Maria Cat. Xavier	24/09/2004	Erechim (S. Crist.)	47	Viúva	2	Índio/negro e cigano	4ª série	47 anos	8 anos
João Ribeiro de Souza	24/09/2004	Erechim (B. Prog.)	17	Solteiro	--	Italiano/negro (NSE)	7ª série	17 anos	17 anos
Adão L. Brandales	30/09/2004	Erechim (B. Prog.)	18	Solteiro	--	Negro/italiano (NSE)	5ª série	18 anos	18 anos
Luiz Carlos Ristte	30/09/2004	Getúlio Vargas	18	Ajuntado	1	Polonês/índio e japonês	7ª série	9 anos	9 anos
Gervana da Silva	01/10/2004	Faxinalzinho	34	Ajuntada	6	Índio + outras (NSE)	Nenhum dia	10 anos	10 anos
Éderson A. Ristte	30/09/2004	Getúlio Vargas	22	Ajuntado	1	Índio/alemão (NSE)	3ª série	2 anos	2 anos

(*) Não sabe exatamente o conjunto da composição étnica. (**) Total de filhos de duas famílias

TABELA 04: PERFIL DOS CATADORES/AS DA ARCAN

Entrevistado	Profissão	Último trabalho antes ARCAN	Ingresso ARCAN	Renda para nº de pessoas	Casa	Igreja
--------------	-----------	-----------------------------	----------------	--------------------------	------	--------

Nércio Alves Borges	Carpinteiro	Carpinteiro	Jan/2001	200,00 a 400,00 p/ (?)	Própria/ de alvenaria	Católica
Terezinha M. dos Santos	Agricultora	Agricultora	Jan/2001	± 400,00 p/ 6	Própria/ de alvenaria	Católica
Maria Soleci Brandales	----	Lixão (10 anos)	Jan/2001	± 400,00 p/ 3	Própria/ de alvenaria	Católica
Doralina de Oliveira	Agricultora Doméstica	Lixão (6 anos)	Jan/2001	± 400,00 p/ 5	Própria/ mista	Católica
Geni Santos Pereira	---	Serviço de Limpeza	Jan/2001	200,00 a 400,00 p/ 6	Própria/ de alvenaria	Nenhuma
Maria Redina Terres	---	Doméstica	Jan/2001	200,00 a 400,00 p/ 6	Própria/ de alvenaria	Católica
Anamir de Almeida	Doméstica	Serviço de Limpeza	Jan/2001	200,00 a 400,00 p/ 3	Própria/ de alvenaria	Católica
Jocelino Lopes	---	Servente de Pedreiro	Jan/2001	+ 400,00 p/ 7	Própria/ mista	Deus é Amor
Fátima T. Lopes Silva	---	Lixão - 5 anos, carrinho - 10me.	Jan/2001	200,00 a 400,00 p/ 8	Própria/ de alvenaria	Católica
Francisco R. dos Santos	Pintor Carpinteiro	Carrinho	Jan/2001 (com intervalo)	± 650,00 p/ 7	Própria/ de alvenaria	Nenhuma
Zenira C. Lopes	Empregada Doméstica	Doméstica	Jan/2001 (com intervalo)	± 450,00 p/ 7	Própria/ mista	Deus é Amor
Adriana de F. Brandales	Empacotadora	Auxiliar Enfermagem	Jan/2001	± 500,00 p/ 3	Própria/ de alvenaria	Quadrangular (às vezes)
Sebastião de Oliveira	Servente de obras	Serviços Gerais (Intecnia)	Jan/2001	± 800,00 p/ 5	Própria/ mista	Católica
Alcerir dos Santos	Carpinteiro	Carpinteiro (Sanenge)	Há 2 anos e meio (não PCT) (*)	± 650,00 p/ 6	Própria/ de alvenaria	Católica
Saete R. dos Santos	---	Doméstica	Há 10 meses (participou PCT)	± 600,00 p/ 3	Própria/ de madeira	Nenhuma
Sirlei Fátima Carvalho	---	Lixão (2 anos) Carrinho - 3 anos	Jan/2001	± 500,00 p/ 7	Própria/ de madeira	Católica
José H. da Fonseca	Pedreiro	Pedreiro	Há 6 meses	± 500,00 p/ 7	Alugada/ de alvenaria	Tabernáculo da Fé
Marli de Souza Silva	Prestadora S. Gerais	Fábrica enlatados e lixão	Há 6 meses (participou PCT)	± 500,00 p/ 5	Própria/ de alvenaria	Católica
Marli Borges	---	Doméstica	Há 3 meses	± 380,00 p/ 5	Própria/ de alvenaria	Católica
Rosa Paiva	Prestadora S. Gerais	Fábrica de picolé	Há 5 meses	± 600,00 p/ 9	Própria/ de alvenaria	Católica
Luciana Camargo	---	Faxineira e lixão (3 meses)	Há 7 meses	± 500,00 p/ 8	Própria/ de alvenaria	Nenhuma
Rosane F. da Silva	---	---	Há 2 meses	200,00 a 400,00 p/ 5	Própria/ de madeira	Católica
Terezinha F. Vieira Borba	Doméstica	Doméstica Catadora	Há 6 meses	200,00 a 400,00 p/ 5	Própria/mista	Tabernáculo da Fé
Mauri Johann	Chapeador Pintor	Campeato e Waschileski	Há 2 meses (motorista)	200,00 a 400,00 p/ 4	Própria/ de alvenaria	Tabernáculo da Fé
Dilamar dos Santos	---	Lixão (2 anos)	Há 6 meses	200,00 a 400,00 p/ 2	Própria/ de alvenaria	Nenhuma
Genirce Rosa Acosta	Agricultora	Agricultora e Faxineira	Há 3 meses (participou PCT)	± 600,00 p/ 8	Cedida/ de madeira	Quadrangular
Maria Catarina Xavier	Prestadora S. Gerais	Faxineira e Carrinho	Há 3 meses	200,00 a 400,00 p/ 4	Própria/ de madeira	Católica
João Ribeiro de Souza	---	Entregador Jornal D. da M.	Há 3 meses	± 680,00 p/ 5	Própria/mista (mora c/ mãe)	Nenhuma
Adão L. Brandales	---	Jardineiro e Guarda Mirim (**)	Há 2 meses	± 550,00 p/ 3	Própria/ de alvenaria	Nenhuma
Luiz Carlos Ristte	---	Agricultor	Há 2 meses	200,00 a 400,00 p/ 3	Alugada/ de madeira	Nenhuma
Gervana da Silva	---	Lixão (3 anos) Carrinho (1 ano)	Jan/2001	± 900,00 p/ 8	Própria/ de madeira	Católica
Éderson A. Ristte	---	Servente de calceteiro	Há 2 meses	± 290,00 p/ 4	Própria/ de madeira	Nenhuma

(*) PCT = Programa Coletivos de Trabalho. (**) Trabalhou no lixão dos 08 aos 15 anos de idade.

As informações contidas nos quadros acima permanecem como uma referência para analisar os depoimentos dos catadores/as. Alguns dados mais relevantes serão retomados no decorrer do texto.

4.4.1. Procedência social

*"No estilo da estampa, um resto de pampa
farrapo nos trapos. Bombacha já rota,
melena revolta e um jeito de guapo
Chapéu deformado, um lenço rasgado
ainda bandeira. Guaiaca roída,
rimando com a vida do João da fronteira.*

*/: Por quê, oh João, deixaste o galpão
e a lida campeira, pra ser na cidade
mais um João saudade sem eira nem beira:/"*

*O João da favela que a vida atrela
a um carro de mão. É João lá de fora
repontando agora papel, papelão.
E assim quem diria que a sorte um dia
lhe desse esse pialo. O João já nem sente
que ontem ginete é hoje o cavalo".*

[*João Saudade, Pedro Neves e Vaine Darde*]

Abro esse tópico com a música regionalista (gaúcha) intitulada *João Saudade*, por entender que ela traduz bem a saga dos que migram da roça para a cidade em busca de melhores condições de vida. Assim, *no estilo da estampa* (no registro da imagem, da identidade) está retratada a vulnerabilidade social. São demonstrações disso: a *bombacha rota* (roupa surrada e rasgada), a *melena revolta* (cabelo desalinhado), o *chapéu deformado*, o *lenço rasgado* (lenço vermelho ou branco que, para o gaúcho, tem valor de bandeira de luta) e a *guaiaca roída* (carteira sem dinheiro). Mesmo sem se dar conta, o *João* (nome representativo de muitos excluídos) levou um *pialo* (um tombo). Se ontem era *ginete* (estava por cima), hoje lamentavelmente é o *cavalo* (carrega o peso da dura luta pela sobrevivência).

Efetivamente, quem são estes que têm a bombacha, a dignidade e a esperança já rotas? Quem são estes que deixaram a lida campeira e que agora estão atrelados a um *carro de mão*, catando *papel, papelão* e outros materiais recicláveis? Via-de-regra, são migrantes procurando trabalho e que, em muitos casos, terminam por beirar o lumpesinato como tantos

catadores/as. ‘Consumem todas as energias disponíveis exclusivamente na luta contra a morte (de fome) e sobrevivem por um triz’, como diz Maria de Fátima Abreu (2001:49).

Ora, quando nossa atenção se concentra em torno destes que foram feitos catadores/as na cidade de Erechim, há elementos recorrentes a serem postos em análise. A origem social da absoluta maioria deles está particularmente vinculada ao processo de incorporação da região Alto Uruguai – e do país como um todo – à lógica do desenvolvimento capitalista. Esta dinâmica forjou a segregação social dos chamados nativos (indígenas e caboclos) para espaços geográficos menos privilegiados, como explica Piran:

“Inúmeros são os nativos que, resistindo ao cerceamento de sua liberdade e insistindo em usufruir do território que antes era seu e organizado segundo seu modo de vida, continuam perambulando pela Região (Alto Uruguai). Contudo, seu destino é a aculturação progressiva, a marginalização social (na cidade e no campo), a extinção enquanto grupo. Alguns remanescentes podem ser encontrados nas porções mais afastadas e íngremes junto às barrancas do Rio Uruguai (especialmente nos municípios de Erval Grande, Itatiba do Sul, Mariano Moro...). Nas cidades, especialmente em Erechim (não só), compõem parte do lumpesinato urbano” (2001:54).

Em face destas dificuldades, somadas às diversas crises da agricultura, muitos descendentes de *nativos*, ou mesmo não-nativos, migraram para as periferias das cidades, entre elas, Erechim. De modo esporádico, em tempos mais recuados, alguns deles regressavam para o meio rural na condição de diaristas, empreitando derrubadas de mato e capina de lavoura. Agora, uns e outros se lançam para a zona rural como trabalhadores sazonais no corte de erva-mate ou no serviço de carregamento de frangos (em aviários). Mas, a absoluta maioria intenta viver de diferentes expedientes informais na cidade.

Dos 32 catadores/as da ARCAN entrevistados, 19 nasceram no interior do município de Erechim ou em outros municípios da região. Em segundo lugar estão os que nasceram na cidade de Erechim (7), seguidos pelos que são oriundos de fora do Estado do Rio Grande do Sul (6). Significa dizer que a absoluta maioria enfrentou processos migratórios, como já assinalei. No tocante à questão geracional, o grupo compõe-se de pessoas majoritariamente jovens, ou seja, com menos de 40 anos, conforme mostra a tabela abaixo.

TABELA 05: PERFIL POR IDADE

Idade	Nº de pessoas
De 17 a 20 anos	4
De 21 a 30 anos	7
De 31 a 40 anos	10
De 41 a 50 anos	9
Mais de 50 anos	2

Também é expressiva a presença de mulheres nesta atividade. No universo dos 32 entrevistados, 21 são mulheres, ou seja, praticamente dois terços. Isto pode estar representando várias coisas que vão desde a *mudança do lugar da mulher na sociedade* (superando a condição de mera dona de casa) até a evidência de que em *situações emergenciais* – como é o caso – deve-se lançar mão de todas as forças e recursos disponíveis.

É relevante observar a grande mobilidade social das camadas mais excluídas da sociedade, nas quais se inserem os catadores/as. Em atenção ao público que estou analisando, notei o seguinte: Dos 32 catadores/as existentes na ARCAN (os entrevistados entre 18 de agosto e 01 de outubro de 2004), em 27 de abril de 2005 permaneciam 25. Significa dizer que num período de sete (07) meses, sete (07) catadores/as saíram da associação, tendo, em contrapartida, ingressado outros 12. Assim, no mesmo 27 de abril, somavam-se 37 catadores na ARCAN. Isso representa uma considerável mobilidade, o que pode ter diferentes causas, entre as quais um subjacente espírito de itinerância destes indivíduos, além da instabilidade econômica neste trabalho junto à associação, como mostrarei adiante.

4.4.2. Fator étnico-racial¹⁵³

Há, entre os associados da ARCAN, uma predominância de negros e índios ou miscigenados com esses dois grupos étnico-raciais, como fica demonstrado na tabela montada a partir de informações prestadas por eles/elas.

¹⁵³. O termo *etnia* é muito recente. Ele se impôs nas ciências sociais americanas a partir da década de 1970 em referência à “unidade que engloba os indivíduos definidos através de uma herança cultural comum” (Poutignat & Streiff-Fenart, 1998:26). Segundo alguns teóricos, *etnicidade* indica uma forma de *identificação alternativa da consciência de classe social*. Para outros, representa *uma dimensão universal das relações humanas* ou mesmo *fenômenos ocultados* historicamente. O *Dicionário de Ciências Sociais* explica que “*raça* é um conceito cuja fundamentação científica é exclusivamente biológica; e *etnia* tem uma base social e cultural e, tal como o grupo étnico, não comporta uma definição com base em características físicas” [1987:436] (grifos meus). *Etnia* e *raça* ligam-se e entrecruzam-se a outros conceitos não menos complexos tais como *povo*, *nação*, *tipo genético e cultura*. O *Dicionário do pensamento social do Século XX* (1996:282) afirma: *diferenciação racial* se dá a partir das “diferenças físicas que se acredita serem biologicamente herdadas ao passo que a *diferenciação étnica* se dá em termos de diferenças culturais que têm de ser aprendidas” (grifos meus). Mais adiante, explica que uma *raça* pode ser também um grupo étnico e um grupo étnico pode constituir-se exclusivamente de indivíduos da mesma *raça*.

TABELA 06: PERFIL POR GRUPO ÉTNICO/RACIAL

Etnia/raça com o qual é miscigenado	Nº de pessoas
Miscigenado com negro	27
Miscigenado com índio	21
Desconhece o conjunto completo de misturas étnicas	15
Miscigenado com alemão	13
Miscigenado com italiano	5
Miscigenado com polonês	4
Miscigenado com japonês	2
Miscigenado com cigano	1
Tem somente mistura de alemão com italiano	1

A composição étnica dos indivíduos observados segue o rastro do conjunto da população brasileira onde cerca de 60% das pessoas tem ascendência indígena e negra. Segundo Darcy Ribeiro, somos uma nação amplamente mestiça, constando entre outros subgrupos étnicos, os *mulatos* (negros com brancos), os *caboclos* (brancos com índios) e os *curibocas* (negros com índios). A constatação e a classificação das pertencas grupais pelo sangue, pela cultura, pela etnia ou pela raça é sempre uma tarefa difícil e, às vezes, muito controvertida.

As identidades grupais são – antes de tudo – uma construção histórica. Enquanto a *identidade negra*, por exemplo, foi estruturada basicamente a partir da *cor/raça* (daí o preconceito racial), a *identidade branca* se fez muito com base no *trabalho e na religião*. A rigor, ser negro ou ser índio no Brasil não é apenas uma questão de pigmentação ou de melanina, mas tem profundas incidências políticas e ideológicas.¹⁵⁴ Desse modo, a pobreza e a marginalização étnico-social estimularam o processo de homogeneização cultural ou *deculturação unificadora* que “unifica os brasileiros mais díspares pelo denominador comum da penúria...” (Ribeiro, 1995:430).

Com base em estudos darwinianos – da origem das espécies e da seleção natural – alguns pensadores como Joseph-Auguste de Gobineau, Richard Wagner e Houston Stewart Chamberlain defenderam a teoria da classificação dos seres humanos. Diferenças intelectuais, morais e de tipos físicos deram origem à idéia de *raça* e à prática da hierarquização dos grupos humanos. Assim surgiu a fórmula básica do racismo, segundo a

¹⁵⁴. Somos um país fortemente caracterizado pela diversidade cultural; uma pátria *café com leite*. Temos um pé na senzala e outro na floresta. A partir da abolição da escravatura ganha corpo a ideologia da miscigenação como tentativa de “purificação” (branqueamento) da raça e construção de uma identidade nacional. O debate cultural está no centro das grandes questões da constituição do povo enquanto nação.

qual os *não-europeus*, sobretudo os de pele escura, seriam considerados uma raça inferior; e os portadores de pele branca, uma raça superior.¹⁵⁵

De acordo com essa concepção, “o negro seria preguiçoso, indolente, caprichoso, sensual, incapaz de raciocinar. Já o branco seria empreendedor, disciplinado, inteligente [...]”. Estava assim “justificado” o domínio colonial e a exploração do europeu sobre outros povos. Desvantagens sociais, políticas, econômicas ou culturais também passaram a ser atribuídas a desigualdades inatas entre os homens” (Bento, 2002:25). Diversas expressões utilizadas no cotidiano associam o negro a idéias negativas, reproduzindo o racismo sem disfarce e carimbando estereótipos. Entre elas: “*Tinha que ser preto*”, “*serviço de negro*”, “*a coisa está preta*”, “*página negra*”, “*denegrir*” e outras. A discriminação étnico/racial no Brasil impediu, por exemplo, a igualdade de acesso à educação, ao trabalho e à propriedade.

Desde a época da colonização oficial da região Alto Uruguai – sob a influência do positivismo – parece evidente que a segregação entre imigrantes europeus (de um lado) e índios, negros e caboclos (de outro) foi tomada como uma espécie de estratégia para garantir a “ordem”. A par do que venho expondo, estão os catadores/as de materiais recicláveis vinculados à ARCAN que, invariavelmente, também são discriminados em função da *cor* e da *raça*. Nesta perspectiva, a separação étnico-racial passou a ser vista com certa naturalidade, podendo mesmo parecer coisa normal um *negro* puxar ou empurrar uma carroça de “*lixo*” (material reciclável).¹⁵⁶

4.4.3. Escolaridade & conhecimento

Em nosso país, o fato de ter curso superior nem sempre é elemento garantidor de bom trabalho (emprego) e boa remuneração. Por outro lado, quanto menor o grau de escolaridade, maior a dificuldade de obter um emprego formal com bom salário. Em se tratando dos catadores/as, a questão da escolaridade é um fator que salta aos olhos. Regra geral, a não acessibilidade (ou pouca frequência) deles ao sistema escolar se junta a uma série de outros

¹⁵⁵. Como reação a este tipo de estigmatismo, em uma de suas composições musicais, Gilberto Gil (negro, cantor, compositor e Ministro da Cultura no Governo Lula) diz: “O branco inventou que o negro quando não suja na entrada vai sujar na saída [...]. Que mentira danada [...]. Na verdade a mão escrava passava a vida limpando o que o branco sujava”.

¹⁵⁶. Acerca do mito da “democracia racial” no Brasil ver: FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 3ª ed., São Paulo, Ática, 1978. Temas conexos são abordados por: FREIRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro e Brasília, INL-MEC, 1980; MUNANGA, Kabengele. *Negritude; usos e sentidos*. São Paulo, Ática, 1986.

direitos negados ou só possibilitados em regime precário, como é o caso da moradia, saúde, lazer, uso do espaço urbano, etc.

Numa sociedade tecnicada e excludente como a nossa, que requer a mais elevada qualificação profissional, os *sem escola* vão sendo obrigados a realizar verdadeiros *desenrascanços* – na expressão de José Machado Pais (2001:28) – para ganhar a vida. Muitas vezes os excluídos se vêm forçados a inventar expedientes pouco convencionais como último recurso de sobrevivência. Geralmente *desescolarizados* ou pouco *escolarizados*, os catadores/as se encaixam nesta condição.

No que concerne ao grau de escolaridade dos 32 catadores/as da ARCAN entrevistados, verifiquei a seguinte situação:

TABELA 07: PERFIL PELA ESCOLARIDADE

Escolaridade	Nº de pessoas
Sem escolaridade ou com 1ª série incompleta	2
Até a 1ª série	7
Até a 2ª série	2
Até a 3ª série	4
Até a 4ª série	8
Até a 5ª série	1
Até a 6ª série	1
Até a 7ª série	2
Até a 8ª série	3
Até a 1ª série do 2º grau	1
Até a 2ª série do 2º grau	1

A tabela mostra que a grande maioria tem da 4ª série para baixo, ou seja, num universo de 32 pessoas, 23 não chegaram a ingressar na 5ª série. Sobre o assunto, poder-se-ia investigar ainda em que condições e com que aproveitamento acessaram a escola. Sabe-se, de antemão, que para o sistema de mercado neoliberal, quem se acha nestes parâmetros é considerado *analfabeto funcional*.

Entretanto, de maneira geral, as *classes oprimidas*¹⁵⁷ não podem ser tomados como *tabula rasa*, isto é, sem cultura e conhecimento.¹⁵⁸ Pela própria lei da sobrevivência, o *saber* dos catadores/as é muito mais prático e utilitário do que teórico. De acordo com Maria de Fátima Abreu:

¹⁵⁷. Neste sentido ver: FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 15ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

¹⁵⁸. De acordo com Antônio Gramsci, “conhecimento é poder”. Sobre o tema pode-se ver do autor citado a obra *Concepção dialética da história*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, 5ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984.

“Os catadores, embora pobres e semi-analfabetos não são destituídos de conhecimento e de habilidades, ao contrário, são fonte de conhecimento e de sabedoria e tomam decisões baseadas numa compreensão e avaliação precisas de suas necessidades. Deve-se ter respeito à capacidade dos próprios catadores para gerar trabalho e renda e novas condições de vida a partir da experiência construída por eles mesmos, traçando [...] as saídas para a sua situação de exclusão social” (2001:30).

No processo de estruturação da ARCAN, através do *Programa Coletivos de Trabalho* (PCT), os catadores/as puderam transformar a realidade do seu cotidiano em objeto de análise. Observaram as condições de vida e discutiram formas de superar a vulnerabilidade econômica e social que estavam enfrentando. Durante o PCT foi realizada uma pesquisa envolvendo os próprios catadores/as como pesquisadores. Em duplas, eles/as visitaram 100 famílias do Bairro Progresso e arredores para sondar questões sobre desemprego, saúde, moradia, saneamento, coleta de lixo, educação e convivência social. Depois descreveram a experiência: ‘Fomos bem recebidos e vencemos alguns preconceitos pessoais. Com a pesquisa, tivemos contato com a realidade e com os problemas do bairro. Vimos que tem muitas dificuldades, mas também tem solução para os problemas’.

Outros disseram: ‘A pesquisa nos ajudou a perder o medo e a conhecer pessoas que estão vivendo os mesmos problemas que nós. Aprendemos a ser mais unidos e solidários e ter mais esperança.’ Durante o PCT, cultivaram uma horta comunitária e realizaram visitas a experiências alternativas de trabalho. Também participaram de oficinas de artesanato a partir do material reciclável. “As oficinas e trabalhos em grupo foram ótimo. As educadoras (monitoras) deram muito ânimo e coragem falando para nós não desanimá nunca”, disse Nércio A. Borges.

Na discussão sobre as dificuldades existentes no bairro, o grupo destacou como principal problema o desemprego. Segundo eles, o desemprego está ligado ao êxodo rural, à discriminação racial e social e à falta de qualificação (estudo). Na época, já avaliavam o surgimento da ARCAN como um espaço de organização muito importante por possibilitar conquistas como: a construção do galpão, o reconhecimento social dos catadores/as, a integração do grupo, o acesso a cursos de capacitação, a elevação da auto-estima, o estímulo à expressão e participação democrática, etc. Destaco ainda que, dos 50 catadores/as envolvidos no PCT, 48 disseram acreditar *num outro mundo possível* através da organização em associações e cooperativas.

Para descrever de um modo mais amplo a identidade sócio-cultural dos sujeitos da pesquisa, necessário seria observar a constituição familiar e o conjunto de relações que se estabelecem neste meio, bem como os seus vínculos sociais e religiosos. Também exigiria fazer um estudo sobre as questões culturais implicadas na vida dos catadores/as. Embora o tema seja fascinante, não vou aprofundá-lo, dado não ser este o enfoque central do presente trabalho.

4.5. O olhar da sociedade sobre os catadores/as

Em diversas ocasiões e situações, tanto na cidade de Erechim como noutros lugares, observei que os catadores/as são vistos com desprezo e rejeição. Às vezes são identificados como transgressores ou ameaçadores da ordem estabelecida. Assim, “a exclusão se reforça, com a criação de representações sociais nas quais (o excluído) ora é objeto de pena e indiferença, ora de medo e eliminação [...]. O indivíduo excluído não é simplesmente quem é rejeitado física, geográfica ou materialmente, ele não apenas é excluído da troca material e simbólica, como também ocupa um espaço negativo na representação social dominante” (Tosta, 2003:204).

De acordo com Camilia Giorgetti,¹⁵⁹ as elites brasileiras sempre incorporaram um discurso sanitarista, vinculando pobreza com *coisa suja*, devendo, portanto, ser higienizada. “Isso está presente no nosso imaginário [...]. Higienismo está ligado às questões de ordem, segurança e saúde pública [...]. Também é higienismo as atitudes do Poder Público de estabelecer horário e roteiro para o trânsito das carroças na cidade, bem como a exigência de usarem crachás. É uma atitude autoritária, de controle. O crachá, ao invés de contribuir para a autonomia do catador, acaba reprimindo-o”. Ela entende que precisa haver mudança no plano das idéias e nas estruturas sociais para superar este tipo de segregação.

Uma abordagem significativa sobre a relação da sociedade com os que vivem na penúria da exclusão pode ser encontrada na tese de doutorado de Giorgetti, mencionada acima. É dela a seguinte afirmação:

“Quando fui buscar a causa da falta de atenção à população de rua, comecei a ver que não era só uma questão econômica, nem era só uma questão do Poder Público, mas da sociedade. Percebi que cada setor da sociedade tinha

¹⁵⁹. Camila GIORGETTI é doutora em Ciências Sociais, tendo defendido, no dia 20 de abril de 2004, na PUC/SP, tese de Doutorado intitulada “*Entre o higienismo e a cidadania – Análise comparativa das representações sociais sobre moradores de rua de São Paulo e Paris*”. Entrevista concedida ao autor na residência da entrevistada, em São Paulo, dia 17 de setembro de 2004.

uma visão do morador de rua. Alguns o consideravam como cidadão de direitos. Outros o viam como aquele que não trabalha, que não tem direitos, que não merece ajuda. Chamei essas atitudes preconceituosas de atitudes “higienistas” por desejarem isolar e excluir o morador de rua, não permitindo que freqüente os mesmos espaços que os outros cidadãos. “Higienismo” tem a ver com higiene. É achar que o contato com o morador de rua prejudica a própria saúde, como se ele fosse um leproso”¹⁶⁰

Segundo Giorgetti, desde a criação de leis para impedir o acesso ou permanência de segmentos da população em certos lugares da cidade até o fato absurdo de atear fogo e linchar moradores de rua (referindo-se a episódios ocorridos em São Paulo em 2004), podem ser classificados de comportamentos higienistas. Observadas as devidas distinções de *público em foco* (moradores de rua x catadores/as que não moram na rua) e as diferenças das *cidades em questão* (São Paulo x Erechim), atitudes higienistas também podem ser verificadas em relação aos catadores/as.

Na cidade de Erechim, há uma prática corrente que, não obstante tenha em vista garantir a maior integridade do catador no trânsito, espelha nitidamente essa tendência para o higienismo. No escopo da *ordem*, os carrinheiros foram cadastrados pela Prefeitura Municipal e “treinados” através de um curso de habilitação. Depois receberam uma carteirinha do *Departamento Municipal de Trânsito* que dá permissão para conduzir veículo de propulsão humana. Em setembro de 2004, quando essas providências estavam sendo tomadas, o Secretário Municipal, Abelar Menegati¹⁶¹ disse:

“Estamos padronizando os carrinhos e emplacando [...]. Eles também têm que ter lei [...]. Deveremos ter uma boa parte de carrinhos substituídos por novos. Esses carrinhos vão ser cedidos pela Prefeitura em comodato [...]. Nós temos dado aula de trânsito pra eles. Assim que recebem a capacitação, eles vão ter a sua carteirinha de identificação, um crachazinho, o registro do seu veículo com as mesmas responsabilidades e os mesmos direitos no trânsito. Existem logradouros, ruas (área central da cidade) que não dá pra permitir a circulação dos carrinhos”.

A “orientação” (controle) da atividade dos catadores/as, observando o percurso, o horário e o modo de apresentação dos carrinheiros foi normatizada com a rigorosa lei nº 3.704 de 17 de fevereiro de 2004. Essa lei contém 30 artigos e dispõe sobre *o cadastro, o registro e o licenciamento de veículos de tração ou propulsão humana e dá outras*

¹⁶⁰. Entrevista concedida ao autor e publicada no Jornal “*O Trecheiro*” (produzido pela Associação Rede Rua), São Paulo, maio de 2004, p. 4. Camila é professora do Curso de Famílias da Universidade Cruzeiro do Sul (UnicSul), em São Paulo; graduada em Ciências Sociais pela PUC/SP, com Mestrado e Doutorado em Paris.

¹⁶¹. Entrevista concedida ao autor em 27 de setembro de 2004. Na ocasião Menegati respondia como Secretário Municipal de Cidadania e Promoção Social de Erechim.

providências. Estabelece que o Departamento Municipal de Trânsito (DMT) manterá cadastro atualizado de proprietários, condutores e veículos de tração ou propulsão humana.

Referida lei determina ainda que a propriedade dos ditos veículos – inexistindo nota fiscal – deverá ser registrada em *Cartório* na presença de *duas testemunhas impedidas e insuspeitas nos termos da legislação civil*. Também exige *emplacamento do veículo, com espelho retrovisor do lado esquerdo, campainhas, sinalização noturna dianteira, traseira e lateral*. Ao condutor é exigida *permissão para conduzir, participação em treinamento de condutores, uso de crachá de identificação e colete refletor*. O artigo 18 manda que os veículos sejam conduzidos sempre pelo lado direito da pista de rolamento, obedecendo à sinalização viária.

A mesma lei fixa diversas proibições, imputando penas aos infratores, que vão desde *advertência escrita até apreensão do veículo, multa de 100 (cem) URM's e suspensão da licença e permissão para conduzir*. Afirma ser *expressamente proibido*: abandonar o veículo ou resíduos, lixo e sujeira em qualquer ponto não autorizado das vias e passeios públicos; utilizar guizos, chocalhos ou campainhas que produzam ruídos constantes; trafegar ou estacionar com veículo em zonas não autorizadas e/ou em horários proibidos; trafegar com carga superior à permitida; permitir que crianças ou adolescentes menores de 18 anos, deficientes visuais, auditivos e mentais conduzam o veículo ou acompanhem os condutores na coleta, transporte e reciclagem; trafegar com veículo fora das dimensões estabelecidas; conduzir o veículo imprudentemente ou com sintomas de uso de bebida alcoólica ou outra substância entorpecente.

A legislação tem nítido perfil higienista e segregacionista, inclusive ameaçando o direito de uso da cidade. A propósito do significado da *rua* na cidade moderna, Henri Lefebvre afirma: “Não se trata simplesmente de um lugar de passagem e circulação [...]. É o lugar (topia) do encontro, sem o qual não existem outros encontros possíveis nos lugares determinados [...]. Na rua, teatro espontâneo, torno-me espetáculo e espectador, às vezes ator. Nela efetua-se o movimento, a mistura, sem os quais não há vida urbana, mas separação, segregação estipulada e imobilizada” (2004:29). A rua é mais que uma via de acesso. É também local de trabalho, de negócios e de convivência. Ela tem funções representativas e simbólicas que fazem a vida pessoal e social circular. Para os catadores/as de matérias recicláveis, a rua é espaço essencial de trabalho e luta pela sobrevivência.

Além de ser um lugar importante de sociabilidade, a rua tem também seu lado negativo, onde os encontros são superficiais.

“Na rua caminha-se lado a lado, não se encontra [...]. A rua não permite a constituição de grupos, de um “sujeito”, mas se povoa de um amontoado de seres em busca [...]. A rua torna-se o lugar privilegiado de uma repressão, possibilitada pelo caráter “real” das relações que aí se constituem, ou seja, ao mesmo tempo débil e alienado-alienante. A *passagem* na rua, espaço de comunicação, é a uma só vez *obrigatória e reprimida*” (Lefebvre, 2004:30-31).

Essas considerações se alinham às declarações comuns dos catadores/as de materiais recicláveis ouvidas por este pesquisador, ao se reportarem aos tratamentos inóspitos de que são vítimas no exercício de sua função na cidade. De acordo com João Zottis,¹⁶² o preconceito ainda está muito presente na sociedade e nos próprios catadores/as:

“É o preconceito de que aqueles que trabalham na reciclagem são restos sociais, excluídos. Eles não se sentem ainda valorizados por aquela profissão e alguns acham que para ser profissional, trabalhador, tem que ter carteira assinada e trabalhar numa empresa grande. As condições de vida dessas pessoas ainda são muito precárias, como moradia, saúde, saneamento básico. Pra isso precisa uma série de políticas públicas articuladas.”

Por outro lado, muitas pessoas começam a vê-los de forma diferente. A professora Zeny Gimenes,¹⁶³ que acompanhou o surgimento da ARCAN e esteve atenta ao trabalho de visita dos catadores/as às escolas na chamada *missão ecológica*, declara: “Não existe classe social mais humilhada do que esta que junta o nosso lixo, os nossos restos”. Reconhecendo a importância destes indivíduos para a sociedade, ela diz: “O respeito com o catador começa dentro da casa de cada um, quando se separa o material para doar a eles”.

Segundo o coordenador pedagógico da Escola Haidée Tedesco Reali, Plínio Soletti, depois do surgimento da associação “aumentou o nível de solidariedade da comunidade erechinense com os catadores/as”. O vice-diretor da mesma instituição de ensino, Alderi Oldra, percebe que a ARCAN contribuiu bastante com a escola na medida em que despertou nos alunos o interesse de estudar o tema do *meio ambiente*, sensibilizou quanto à problemática social e ajudou, inclusive, a melhorar a limpeza nas dependências da escola.

¹⁶². Entrevista concedida ao autor no dia 29 de dezembro de 2004. Na ocasião, João ZOTTIS respondia como coordenador regional (em Erechim) do Partido dos Trabalhadores.

¹⁶³. Zeny GIMENES é professora de geografia em duas escolas municipais e uma particular, em Erechim/RS. Quando foi realizada a “missão ecológica” nas escolas da cidade, Gimenes trabalhava no Colégio Medianeira, onde os alunos, como gesto de solidariedade, promoveram uma campanha de arrecadação de dinheiro, o qual foi destinado aos catadores/as a fim de comprarem carrinhos para seu trabalho. Entrevista concedida ao autor dia 29 de setembro de 2004.

Nely Zaffari¹⁶⁴ avalia o surgimento da associação como elemento propulsor de uma mudança significativa na vida dos catadores/as: “Para os trabalhadores foi uma forma nova de ver a vida, uma libertação humana. Eles passaram a se sentir sujeitos do seu próprio processo [...]. Acho que devia ter mais ARCANS em Erechim ou engrossar essa.” Zaffari entende que a organização dos catadores/as não pode ser vista só na ótica econômica, mas precisa também ser olhada como uma “questão de princípios políticos”. Assegura que “a ARCAN – formada por pessoas mais excluídas – é um exemplo de organização para a cidade de Erechim” e tem a convicção de que “as pequenas cooperativas são uma nova estratégia para incluirmos mais gente na sociedade”.

Filho de um dos pioneiros do Bairro Progresso e domiciliado neste mesmo local desde o seu nascimento, Luiz A. Brouwenstyn admite que a ARCAN é “uma coisa de muita significação [...] porque as pessoas que não tinham nenhuma organização e nem esperança, quando estavam caídas, enxergam essa solução [...]. Mesmo que a sociedade não dê importância, eles já começam a sentir dentro deles essa importância e esse fundamento de estarem vivos e fazendo alguma coisa que lhes dá condições de sobrevivência.”¹⁶⁵

A perspectiva apontada pelo entusiasta Brouwenstyn aguça a curiosidade analítica na seguinte direção: Qual o aporte e o alcance do projeto associativo para refrear o processo de exclusão sócio-econômica dos catadores/as? Até que ponto recorrer à atividade de coleta de materiais recicláveis é um paliativo para sobreviver ou uma nova e promissora forma de trabalho? Que contribuições essa experiência está trazendo para a realidade local?

4.6. Reações dos catadores/as ao olhar da sociedade

Mantendo a fidelidade às narrativas dos catadores/as, trago uma panorâmica sobre como eles/elas se sentiam antes do surgimento da ARCAN e como se sentem agora ao serem observados pela sociedade. Na visão dos catadores/as entrevistados, “sociedade” identifica muito mais quem mora no centro da cidade do que propriamente o conjunto dos habitantes do perímetro urbano. Esta observação é importante na medida em que os sujeitos da pesquisa aludem à sociedade pensando naqueles que os discriminam ou, eventualmente, os

¹⁶⁴. Entrevista concedida ao autor dia 01 de outubro de 2004. Nely ZAFFARI é mestra em Educação pela UFRGS. Na ocasião da entrevista, respondia como presidente da Obra Promocional Santa Marta e como assessora da pró-reitoria de pesquisa da Universidade Regional Integrada (URI – Campus de Erechim).

¹⁶⁵. Entrevista concedida ao autor no dia 02 de outubro de 2004 na residência do entrevistado, no Bairro Progresso. Luiz Alberto BROUWENSTYN nasceu no Bairro Progresso. É filho de André Conrad Hendrig Brouwenstyn Filho.

surpreendem com um tratamento mais cordial. E isso é geralmente relacionado com as pessoas que residem em locais mais privilegiados e/ou se distinguem do padrão de vida dos próprios catadores.

A fala de Maria R. Terres,¹⁶⁶ há 17 anos morando no Bairro Progresso, deixa claro o que afirmei acima: “Eles (a sociedade) não gostam muito, xingam. Quando nós ía catá lá pro centro, eles chamavam de lixero e um monte de coisa. Eu me sentia envergonhada. Acho que hoje as pessoa tratam a gente diferente, mais melhor”. Com a criação da ARCAN, o conceito da sociedade em relação aos catadores/as se alterou, conforme atesta também Maria S. Brandales:¹⁶⁷ “Uma veis discriminavam. A gente se sente mal, né, porque o serviço que nós temo fazendo é como um serviço qualquer. Diante disso a gente fica quieta. Ma, as pessoa que falum pra gente que a gente é lixero, as veis é umas pessoa mais pior que a gente. Agora parece que tá melhorando”.

A seu modo, todos demonstram o desejo de serem reconhecidos, como explica Tzvetan Todorov: O reconhecimento pode ser “material ou imaterial, da riqueza ou das honrarias, implicando ou não o exercício do poder sobre as outras pessoas” (1996:90). Acrescenta que existem duas formas de reconhecimento às quais todos aspiram, ainda que em diferentes proporções. É o reconhecimento de *conformidade* pelo qual as pessoas querem ser consideradas semelhantes às outras e de *distinção*, que consiste no desejo de ser diferente dos demais. O mesmo autor aponta ainda duas etapas de reconhecimento:

“O que pedimos aos outros é, em primeiro lugar, que reconheçam nossa existência e, em segundo lugar, que confirmem nosso valor. As duas intervenções solicitadas não se situam no mesmo nível: a segunda só acontece se a primeira foi realizada [...]. O reconhecimento de nosso ser e a confirmação de nosso valor são o oxigênio da existência” (Todorov, 1996: 94 e 101).

À luz dessas interessantes ponderações, podemos entender que o desejo primeiro e unânime dos catadores/as é de que a sociedade reconheça a sua existência como pessoas, seres humanos e, depois, como trabalhadores/as. É o que evidenciam, por exemplo, quando dizem:

“A sociedade de Erechim praticamente hoje tão tratando diferente. Antigamente eles tratavam as pessoa que recadavam o material reciclável como lixo. Hoje não. Hoje eles tão enxergando o pessoal que trabalha nos carrinho e na coleta como gente [...]. Se a Prefeitura ajudasse a divulgar a ARCAN e os carrinhero, a sociedade ia tratá melhor. Não dá pra se queixá

¹⁶⁶. Entrevista concedida em 19 de agosto de 2004.

¹⁶⁷. Entrevista concedida em 19 de agosto de 2004.

da população de Erechim. Eles tão tratando o pessoal como é o necessário”.¹⁶⁸

Outros companheiros comungam da mesma percepção e buscam se afirmar como trabalhadores para serem reconhecidos como *gente*. Segundo Alcerir dos Santos, “*hoje a sociedade tão tratando nós como trabalhador. Uma vez não era assim*”. Nascido na cidade de Chapecó/SC, residindo a 17 anos no Bairro Progresso, declarando-se descendente de índio, negro e alemão, Francisco R. dos Santos¹⁶⁹ faz a sua avaliação nestes termos:

“A sociedade agora tão tratando o catador bem. Ma no começo quando nós entremo aqui (na ARCAN) nós era discriminado pela comunidade de Erechim. A pessoa se sente envergonhada porque por mais que nós seja pobre, mas a pessoa é humana igual os rico também lá em cima. A gente se sentia mal eles discriminando a gente. Ma a gente não tinha força nenhuma e eles fazia o que eles queria”.

A discriminação é matéria recorrente nos depoimentos. Normalmente ela é o somatório de vários elementos, onde estão presentes fatores sócio-econômicos, étnico-raciais, além de questões de gênero, de escolaridade e de domicílio. “Eu acho que ainda tem muita discriminação. Com o surgimento da ARCAN melhorô um pouco”, admite Salete R. dos Santos, que nasceu em Seara/SC e há 10 anos reside no bairro. Jocelino Lopes, que só conseguiu cursar a primeira série escolar, também é da opinião de que o trabalho feito pela associação “ajudô a mudá o comportamento das pessoa [...]. Eu acho que a população de Erechim começaram a tratá melhor os carrinhero depois que a ARCAN surgiu.”

Na luta para extrair a sobrevivência a partir dos rejeitos do pós-consumo, os catadores/as experienciam a rejeição social de modo *sui generis*. Ao utilizarem a rua como lugar de trabalho ou acessarem outros espaços públicos, com frequência são alvo de tratamentos inóspitos, como demonstra Adriana de F. Brandales com certa indignação e revolta:¹⁷⁰

“Tem muitas pessoas que reconhecem o trabalho da ARCAN, dos carrinhero e do pessoal que tá lá embaixo no aterro sanitário. Mas eu acho que tem muita gente que ainda não se conscientizou que isso é um trabalho que a gente tá fazendo e que é bom pro meio ambiente, pra tudo. Tem pessoas que não dizem: ‘aquele lá é um reciclador’. E dizem: ‘aquele lá é um lixero’. Muitas vezes é isso que tu escuta [...]. Eu tinha uns nove anos quando, no colégio, um colega me chamô de lixera. Daí eu parei de i no colégio e perdi

¹⁶⁸. Depoimento de Jocelino Lopes, concedido em 19 de agosto de 2004.

¹⁶⁹. Entrevista concedida dia 19 de agosto de 2004.

¹⁷⁰. Entrevista concedida dia 19 de agosto de 2004.

o ano por causa disso. Quando me chamam assim eu digo: Nunca faça isso porque uma hora tu pode tá no meu lugar”.

Aos poucos, o constrangimento por serem catadores/as parece estar sendo deixado de lado. A referência apontada para o início dessa espécie de “reviravolta” é sempre a emergência da associação. Com ares de conquista, a presidente da entidade Sirlei F. Carvalho,¹⁷¹ mãe de sete filhos, descendente de índio e negro, há 30 anos residindo no Bairro Progresso analisa:

“Mudô bastante. No tempo que não existia a ARCAN a gente era ameaçado com água quente, chamavam de lixero, de mindingo. Hoje não. Hoje até os carrinheiro que usam os nossos carrinho e tem a plaquinha da ARCAN, até eles são bem recebido. E nós também, onde nós botá a cara... Onde voceis trabaiam? Na ARCAN. Então, é um firma (dizem). Pra nós mudô bastante”.

Com seus carrinhos,¹⁷² principal instrumento de trabalho, os catadores/as se dão a conhecer e a reconhecer pela sociedade. Às vezes chamam a atenção pelo que fazem; outras vezes pelo que se vêem obrigados a fazer. Agricultora, afeita ao trabalho, mãe de nove filhos, demonstrando-se descontraída com os reveses da vida, Doralina de Oliveira¹⁷³ pondera:

“Acho que até tratam meio bem. A gente não ouviu mais os catador se queixá [...]. E ainda as veis tem gente que tem material e ajudam os carrinheiro quando tão passando. Dizem, ‘vem aqui pegá material que nós temo pra doá pra voceis’ [...]. Ele (um filho de Doralina que é carrinheiro) disse que um dia ia passando na casa de uma senhora bem de idade e ela saiu na porta e disse: ‘ó meu fio vem aqui que eu quero te ajudá. Eu tenho material pra te dá e acho que pelo teu jeito você não almoçô hoje. Daí ele disse que comeu um lanche. Ele chegô e parô na porta. Ela disse, entra meu fio que eu vô te dá um prato de comida. Diz que fez ele entrá lá dentro, arrumô a mesa, deu almoço e depois deu muito papel. Ele agradeceu muito. Eles tão bem atencioso com os carrinheiro”.

Em comum, estas afirmações contêm o implícito desejo dos catadores/as por reconhecimento material e imaterial, como explicitou Todorov: “É o reconhecimento que determina, mais do que qualquer outra ação, a entrada do indivíduo na existência especificamente humana” (1996:89). Reconhecimento que implica superação de vários preconceitos muito presentes.

¹⁷¹. Entrevista concedida em 01 de outubro de 2004.

¹⁷². Noutros lugares denominam de “carroças” ou “gaiotas” e, por extensão, passam a ser conhecidos na cidade como “carrinheiros”, “carroceiros” ou “gaioteiros”.

¹⁷³. Entrevista concedida em 19 de agosto de 2004.

Diante de afrontas verbais ou simbólicas, alguns se encolhem, dando provas de que a exclusão pode tomar as raias da consciência pessoal e prender os excluídos nas amarradas de uma submissão fatalista. Sebastião de Oliveira, 65 anos, parece se conformar com a situação vivida: “Fumo chamado de lixero. A gente vai fazê o que? Semo lixero i pronto”. Aceitando a condição social e o decorrente tratamento a que foi submetido, ele acaba confirmando a lógica da subalternidade.

Relato um pouco menos conformista, mas perpassado de resignação, é feito por Alcerir dos Santos:

“Teve gente que chegô a pedi se eu não me sentia envergonhado de tá ajuntando papel no lixão. Eu acho que eu sentiria vergonha se eu fosse preso um dia robando pra sustentá meus filho. Agora, trabalhando não. Catá papel é um trabalho digno. Eu simplesmente baixava a cabeça e virava as costa porque não sô de ofendê as pessoas, mesmo que seja ofendido”.

Para José de Souza Martins, “as novas categorias sociais geradas pela exclusão degradam o ser humano, retiram-lhe o que lhe é historicamente próprio – a preeminência da construção do gênero humano, do homem livre num reino de justiça e igualdade” (2003:22). O autor também destaca que o processo de exclusão na sociedade atual leva facilmente ao *conformismo* e/ou *consumismo dirigido*.

Cada um a seu modo, praticamente todos revelam terem sido – ou continuarem sendo, embora de forma mais suaves – vítimas de injúrias sociais. “No começo tava meio mal. A gente ia catá e diziam: ‘lá vem os lixero, papelero, mindingo’. Sempre jogavam uma pedra em cima da gente”, reclama Fátima T. da Silva.¹⁷⁴ Na verdade, os catadores/as integram a grande massa dos *pobres* que, como diz Jon Sobrino, “não interessam praticamente a ninguém [...]. Eles têm contra si todos os poderes deste mundo” (1994:17).

Sem entrar em méritos morais, os catadores/as parecem emergir do seio da sociedade como *desviantes* anômalos, para utilizar uma expressão de Edgar Morin. Embora não esteja se referindo aos catadores/as, Morin afirma que em todo grupo, comunidade, tribo ou sociedade há uma “minoridade de desviantes potenciais e, dentro desta minoria, uma minoria pode marginalizar-se ou, eventualmente, rebelar-se” (2002:37). Os desviantes desestabilizam a *ordem* e a *normalidade* existente. Por isso, em geral são mal vistos e mal quistos pelos que defendem a *normalização* dominante.

¹⁷⁴. Entrevista concedida dia 19 de agosto de 2004.

Segundo Cícero Bley Júnior,¹⁷⁵ a globalização exacerba esse fenômeno:

“A globalização gera uma ordem social capaz ao mesmo tempo de devorar e expelir seus desviantes. Tem autores que estão trabalhando com esta questão da globalização e dizem que esta capacidade de incluir através do consumo e expelir através da exclusão social é uma das características desta globalização [...]. Os catadores talvez sejam a única e a última categoria de trabalhadores neste país que consegue pela própria existência e postura dizer “não” a esta globalização. Como pobre e excluído na luta pela dignidade do trabalho, o catador concretiza a anti-globalização”.

A alocução de Anamir de Almeida¹⁷⁶ parece ilustrar bem o enquadramento dos catadores/as como *desviantes sociais*:

“Argum a gente chegava e pedia o material e eles davam o que tinha. Arguns quando a gente chegava, diziam: ‘*não bota a mão aí, não é pra rasgá isso aí e tirá o papel*’. – Mas, a gente tira o papel e amarra a bolsa de novo. – ‘*Não é pra tirá*’. A gente tinha que deixá. – ‘*Esses lixero só vem fazê folia, só vem fazê sujera*’. Aí a gente passava. Argum tratava bem. Quando a gente chegava eles pegavam o material e entregavam pra gente” (grifos meus).

O tratamento aos catadores/as como *ícones da anormalidade* acentua a segregação sócio-econômica e, por outro lado, o passivismo. As falas seguintes ilustram o que estou querendo mostrar. Ao admitir que ainda existe bastante preconceito e discriminação na sociedade erechinense em relação aos catadores/as, Nércio A. Borges¹⁷⁷ diz: “Teretetê, eles pegum e falam: lá tá vindo o *lixero*. Quando eles me chamam de *lixero* eu me sinto *envergonhado*”. Igualmente, afirma Geni Pereira:¹⁷⁸ “As veis uns tratam bem e outros já não tratam porque rasga uma sacolinha aí. Quando a gente é chamada de *lixera* a gente se sente mal. Tinha que *fica quieto, fazê o que*” (grifos meus).

Em sua célebre obra “Pedagogia do oprimido”, Paulo Freire defende que a transformação da realidade é possível através da *consciência crítica sobre a opressão*. Contudo, ao alimentar o “medo da liberdade” (1985:19) o oprimido fortalece dentro de si o *opressor*. “Hospedando” o opressor, o oprimido pode assumir duas atitudes: a) *Reproduzir o opressor*, assemelhando-se a ele ou tornando-se ainda mais dominador; b) *Reproduzir o*

¹⁷⁵. Cícero BLEY JÚNIOR foi um dos conferencistas no 2º Festival Lixo e Cidadania (do qual tive oportunidade de participar), realizado de 27 de outubro a 01 de novembro de 2003, na Casa do Conde de Santa Marinha, em Belo Horizonte/MG. Júnior é engenheiro agrônomo, especializado em Ciências do Solo. Na época era mestrando em Engenharia Civil e Gestão Territorial com Cadastro Técnico Multifinalitário.

¹⁷⁶. Entrevista concedida em 19 de agosto de 2004.

¹⁷⁷. Entrevista concedida dia 18 de agosto de 2004.

¹⁷⁸. Entrevista concedida dia 19 de agosto de 2004.

oprimido através do fatalismo, da auto-desvalia (acreditando-se incapaz) e das armadilhas da comodidade.

Ao serem tratados como *infratores* por abrirem sacolas e perambularem pela cidade com suas carroças e carrinhos, os catadores/as passam a se constituir em *homens subterrâneos*, conforme denomina Dostoievski. O *homem subterrâneo* prefere atrair a censura dos outros a ser vítima total de sua indiferença. Neste enrosco, acaba buscando alternativas de sobrevivência pela via da transgressão de certas regras.

De outra parte, uns e outros se rebelam contra os jugos da exclusão. Exemplo disso é a declaração de Lenir Pavani:¹⁷⁹

“Ser catador de materiais recicláveis não muda o sentido de ser cidadão. Ser catador não significa ser esmoleiro e mendigo. Ser catador não é motivo pra ser discriminado e ser chamado de lixeiro, mas sim pra ser aplaudido. Acima de tudo, ser catador é ser gente como todos. Por isso, queremos o respeito da sociedade, pois fazemos por merecer. Esperamos de nossa comunidade o amor, o carinho e a solidariedade. Enquanto tem gente poluindo o nosso planeta, tem outros ajudando a limpar e cuidar. E nós, catadores, fazemos parte destes que limpam”.

A reivindicação do direito à existência, ao reconhecimento pelo trabalho realizado, ao uso do espaço público sem discriminação, à cidadania, enfim, ao *direito a ter direitos* é o que permite pensar na possibilidade da *reciclagem da (des)ordem do progresso*. Este é o tema sobre o qual me debruçarei a seguir.

4.7. Reciclando a (des)ordem do progresso

"O progresso de uma civilização se mede pelo aumento da sensibilidade para com o outro"

[Teilhard de Chardin]

O binômio *ordem/desordem* está no centro das discussões da presente abordagem. No intuito de problematizar esse assunto, recorro a Georges Balandier, para quem “a ordem e a desordem são como as duas faces de uma moeda: indissociáveis [...]. Todas as sociedades reservam um lugar para a desordem, mesmo temendo-a...” (1997:121). Segundo ele, ao longo do século XIX, a expansão acelerada do mercado, da indústria e das cidades foi acarretando novas e cumulativas desordens que se tornaram portadoras de efeitos perversos.

¹⁷⁹. Lenir Menegol PAVANI, primeira presidente da ARCAN, eleita em 6 de fevereiro de 2001. Texto escrito por ela e publicado no Jornal Comunitário “São Cristóvão”, Erechim, nº 59, outubro de 2001, p. 3.

Desordens e degradações que, juntas, constroem uma ordem contra o homem e, por fim, a ordem de uma “sociedade louca”.

A análise de Balandier se aprofunda procurando levantar causas e enraizamentos desta estrutura social: “A desordem contemporânea está na cabeça, e não somente nas situações com as quais cada um de nós se confronta [...]. A crise já não toma mais o aspecto de um fenômeno conjuntural – o que facilitaria a previsão de seu fim – e a sociedade é hoje chamada de “mole, frouxa ou fluida”” (1997:161). Sentimo-nos impotentes diante dos profundos paradoxos que põe de um lado, por exemplo, a revolução eletrônica à base do *chip* e, do outro, modos de vida famélicos e subumanos. Nesta direção, o mesmo autor afirma:

“O homem está indeciso em um mundo flutuante onde os princípios de ordem não são mais claramente legitimados nem facilmente identificáveis, onde sua própria identidade permanece variável e fluída [...]. A consciência da desordem se torna aguda enquanto as referências de ordem se tornam fluídas e a incerteza aumenta. Então, os deuses do efêmero substituem o Deus perdido, o destino se fragmenta, o trágico assume as figuras variáveis do risco, real ou mítico. E cada um, a seu modo, fica tentado a preservar, com o máximo de liberdade possível, seu lugar em um mundo onde em certos momentos ele só descobre “a desordem, o barulho, o arcaísmo”” (1997:185-186).

A modernidade criou inúmeros conceitos, redefiniu outros e se auto-atribuiu muitas tarefas impossíveis. Entre elas, a pretensão de chegar ao conhecimento perfeito e realizar todas as utopias. Pensava, assim, poder estabelecer uma ordem universal. No entanto, segundo Bauman, o mundo moderno está

“moldado pela suspeita da fraqueza e da fragilidade das ilhas de ordem projetadas e construídas pelo homem num mar de caos [...]. A luta pela ordem não é a luta de uma definição contra outra, de uma maneira de articular a realidade contra uma proposta concorrente. É a luta de determinação contra a ambigüidade, da precisão semântica contra a ambivalência, da transparência contra a obscuridade, da clareza contra a confusão [...]. O outro da ordem não é uma outra ordem: sua única alternativa é o caos” (1999:14).

No engodo da ordem/desordem podemos situar o conjunto dos indivíduos e dos segmentos sociais que vivem sérios processos de exclusão, entre os quais se acham os catadores/as de materiais recicláveis. Com frequência, eles são tidos como *desordenados e desordenadores por quebrarem os padrões de beleza da cidade e atrapalharem o trânsito*.

Ademais, seu trabalho consiste em manipular a *desordem*¹⁸⁰ – tomada do ponto de vista ambiental, porquanto o “lixo” a representa. Como caracterizou Zely Batista Barbosa¹⁸¹ em sua tese de doutoramento, os catadores/as são “visíveis trabalhadores invisíveis”. *Invisíveis* quando se trata dos direitos de cidadania – que lhes são negados – e *visíveis* no sentido de que muitas vezes são identificados como promotores e representantes da *desordem*.

Aqui também cabe inquirir sobre a direção desse fenômeno sócio-econômico a que se vem chamando de *progresso*:¹⁸² A quem ele está beneficiando? Em que medida o trabalho da reciclagem realizado pelos catadores/as organizados em associações e pequenas cooperativas está significando uma possibilidade de reciclagem do próprio trabalho? A melhor forma de reciclar a (des)ordem do progresso social será mediante a garantia do *pleno emprego*, como querem alguns, ou existem outras maneiras mais eficientes? São algumas das questões que estão suscitando ao longo desta dissertação.

Para Cristovam Buarque, a noção de *progresso* na sociedade moderna está intimamente vinculada à questão econômica, o que elevou a eficiência produtiva e a demanda desses produtos.

“A idéia de progresso só se espalha quando a revolução industrial permite o surgimento e assegura, por um período histórico, a continuidade do processo de acumulação e de evolução tecnológica acelerados. Os homens só percebem o progresso a partir da observação direta da evolução do processo econômico, da percepção da potencialidade acumulada em curto prazo na indústria, visível a partir do século XIX, e, mais especialmente, nas últimas décadas” (Buarque, 1993:48).

Sob os auspícios do desenvolvimento industrial, o indicador de *progresso* perdeu completamente a visão grega e medieval que considerava como elementos fundamentais o avanço da cultura e do conhecimento. Na modernidade, a idéia de *progresso* se consolidou como um valor em si, assumindo a primazia sobre os valores da igualdade, da liberdade, da paz, da justiça e da soberania. Isso tudo passou a ser visto agora como consequência do progresso. No Brasil, a generalização dessa idéia se inscreveu na própria bandeira nacional,

¹⁸⁰. Para aprofundar a questão da *ordem* pretendida pela modernidade ver: BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro, Zahar, 1999.

¹⁸¹. Zely Batista BARBOSA defendeu tese de doutorado na PUC/SP, em 14 de maio de 2004, intitulada: “Os visíveis invisíveis catadores de papel”.

¹⁸². De acordo com Antonio Gramsci, “na idéia de progresso está subentendida a possibilidade de uma mensuração quantitativa e qualitativa: mais e melhor” (1984: 44). Ele afirma que a idéia de *progresso* nasceu como *política*, na França, e como *filosofia* na Alemanha, desenvolvendo-se, depois, na Itália. Para Gramsci, o que há de mais concreto na noção de progresso é o “movimento” ligado à “concepção vulgar de evolução” (1984:45). Na verdade, o conceito está centrado na visão de que a sociedade evolui na mesma dinâmica do *evolucionismo* ou *evolução das espécies*, teoria elaborada pelo naturalista inglês Charles Darwin entre 1831 e 1836.

tornando o país refém de uma modernização ocidentalizada a partir da Europa. “Ao importarem o conceito de progresso, as populações do Terceiro Mundo descobriram e importaram o conceito de subdesenvolvimento, e o aplicaram a si mesmas por comparação com os padrões desenvolvidos” (Buarque, 1993:57).

Parafraseando Roberto Schwarz, que escreveu *As idéias fora do lugar*, podemos dizer que existe um tipo de *progresso* fora da *ordem neoliberal*. Figurativamente, esse progresso cresce para baixo e/ou para dentro, no sentido de um subdesenvolvimento sócio-econômico, político e cultural, do qual os catadores/as são grandes vítimas. Largadas ao “Deus dará”, as pessoas e grupos em estágio avançado de exclusão social não conseguem encontrar soluções que sejam mais do que esdrúxulas. Nessa direção, Vera Telles afirma:

“Poder-se-ia mesmo dizer que, tal como uma sombra, a pobreza acompanha a história brasileira, compondo o elenco dos problemas e dilemas de um país que fez e ainda faz do progresso um projeto nacional. É isso propriamente que especifica o enigma da pobreza brasileira [...]. Sempre no centro da dinâmica política do país, a pobreza nunca foi, no entanto, enfrentada no horizonte da cidadania [...]. O enigma da pobreza está inteiramente implicado no modo como os direitos são negados na trama das relações sociais. Não é por acaso, portanto, que – tal como figurada no horizonte da sociedade brasileira – a pobreza apareça despojada de dimensão ética e o debate sobre ela seja dissociado da questão da igualdade e da justiça” (2001:18-19 e 21).

Utilizo aqui o termo *rejeito* como sinônimo de *materiais recicláveis* e o termo *rejeitado* em referência aos *catadores/as*. Empregando esses conceitos, pretendo chamar a atenção para o fato de que, em geral, os catadores/as são rejeitados pela sociedade, sobrevivendo com o que esta mesma sociedade rejeita. Diante da premissa capitalista de que se vale pelo que se *têm*, os catadores/as reivindicam o direito de reconhecimento pelo que *são* e *fazem*. No conjunto dos desafios apontados por eles está também o de uma reciclagem sócio-econômica a fim de diminuir as desigualdades sociais.

No Brasil, há múltiplas cooperativas e associações de catadores/as de materiais recicláveis bem sucedidas, comprovando que, quando a categoria se organiza, consegue efetivamente melhorar o ganho econômico e as condições de vida. Também contribui para o crescimento da consciência ecológica. Pude verificar isso nas várias experiências que visitei nestes últimos cinco anos. Entre elas: Rubem Berta e Santíssima Trindade (em Porto Alegre/RS), Asmare (em Belo Horizonte/MG), Coopamare, Reciclázaro e Recifran (em São Paulo/SP) e uma unidade de reciclagem e compostagem em Loja, ao Sul do Equador.

A seguir, irei explicar com mais detalhes como se configurou o projeto da ARCAN desde o contexto de acentuada desordem sócio-ambiental. Também apresentarei o desdobramento e o significado desta experiência sob vários aspectos, sempre tentando mostrar o potencial da associação diante do desafio que enunciei como: *reciclar a des(ordem) do progresso!*

4.7.1. Caráter sócio-político do projeto da ARCAN

Uma das questões básicas para poder avaliar o alcance desta organização social popular é a democracia participativa, o que permite pensar na possibilidade da construção de uma cidadania emancipadora, como aponta Pedro Demo. A consciência dos indivíduos e grupos em processo de emancipação os leva a lutar pelos próprios direitos, até porque “faz parte de sua competência perceber que direito não é dado, mas conquistado. Quem não luta pelos próprios direitos, permanece massa de manobra” (Demo, 1995:157).

Para Marilena Chauí,¹⁸³ a “democracia é o único regime político no qual os conflitos são considerados o princípio mesmo do seu funcionamento”. Ilustrando este pensamento, ela acrescenta que “a tragédia da história política brasileira tem sido o fato de que toda vez que os conflitos procuram se exprimir legitimamente, imediatamente eles recebem o nome de crise”. Ela observa que a classe dominante no Brasil sempre considerou a crise como “perigo” e “desordem”.

Em se tratando da ARCAN, parece-me importante sublinhar a busca da participação social, democrática e cidadã por parte dos catadores/as, fator que gerou uma série de conflitos e crises. Ao analisar a trajetória da associação, Luiz Dalla Costa¹⁸⁴ diz que ela foi se agigantando na medida em que “saiu do bairro e começou a ter contatos de ordem mais política. A ARCAN tem visibilidade porque fez uma disputa política e nesta disputa se afirmou. Aí cresceu o seu reconhecimento. Isso é fundamental para a auto-estima dos trabalhadores. Assim ela pode avançar”.

Abordando o aspecto político presente na luta dos catadores/as por espaço, direitos e reconhecimento, é imprescindível registrar a tensa relação que, desde o começo, se

¹⁸³. Cf. Entrevista publicada pelo jornal *Folha de São Paulo*, 03 de agosto de 2003, A 10.

¹⁸⁴. Entrevista concedida ao autor em 26 de abril de 2004. Na época Dalla Costa respondia como vice-prefeito do município de Barão de Cotegipe/RS.

estabeleceu entre a associação e a Prefeitura Municipal. Na observação de João Zottis,¹⁸⁵ a entidade surgiu à revelia do Poder Público local e em toda a sua história teve muito pouco apoio dele:

“O Poder Público da cidade de Erechim mais atrapalhou do que ajudou a ARCAN. As vezes que ajudou foi porque não tinha outra saída. A ARCAN cumpre dois papéis importantes: a) Inclusão social e resgate da cidadania dos catadores; b) Preservação do meio ambiente e da natureza [...]. Nisso teve papel fundamental a Igreja Católica e uma série de outras entidades que apoiaram pra construir essa experiência que não tem volta [...]. Ela é vitoriosa porque passou por um processo de quebra de tabus e preconceitos que existia na sociedade e nos próprios envolvidos. Assim se consolida e vai avançando [...]. Se o Poder Público de nossa cidade cumprisse com seu papel, a ARCAN poderia alavancar ainda mais essa experiência.”

A análise crítica de Zottis vai mais longe, mostrando que a conquista do lugar sócio-político pelos excluídos dentro da sociedade constituída nem sempre se dá de forma tranqüila. “Num primeiro momento o Poder Público de Erechim tentou enfraquecer e inviabilizar a experiência da cooperativa. Porém, como ele viu que não podia inviabilizá-la, acabou adotando isso como um mal necessário para a sociedade, o que, na verdade, substituiu o Poder Público sem que ele precise gastar dinheiro.” Outros também observam dessa maneira, como Juliana Giroto:¹⁸⁶ “O Poder Público não assumiu a coleta seletiva como um projeto do município junto com os catadores”.

O processo de organização da ARCAN desencadeou diversas tensões, pondo em evidência a disputa de dois projetos políticos. Sobre a emergência da associação e os conflitos originados, Abelar Menegati pondera:¹⁸⁷

“A ARCAN levantou uma realidade que ninguém enxergava. A realidade das pessoas de baixa ou nenhuma renda e que procuravam uma atividade digna pra tirar o seu sustento. Abriu os olhos de todo mundo para esta atividade muito importante que é a reciclagem [...]. Todo mundo via o carrinheiro, o reciclador como uma pessoa que devia ser eliminada [...]. Era um assunto novo. A discussão às vezes foi até meio rude, mas eu acho que isso tudo deu um amadurecimento maior, tanto por parte dos próprios recicladores como por parte do Executivo. Teve paulada de todo lado, mas o objetivo era muito maior.”

¹⁸⁵. Entrevista concedida ao autor no dia 29 de dezembro de 2004. Na ocasião, Zottis respondia como coordenador regional (em Erechim) do Partido dos Trabalhadores.

¹⁸⁶. Entrevista concedida ao autor dia 29 de setembro de 2004. Juliana GIROTTO é educadora do Centro de Educação Popular (CEPO) e acompanhou a trajetória da ARCAN desde a sua origem.

¹⁸⁷. Entrevista concedida ao autor em 27 de setembro de 2004. Na ocasião Menegati respondia como Secretário Municipal de Cidadania e Promoção Social de Erechim.

O conflito levanta possibilidades e abre brechas para os excluídos participarem da sociedade da qual estão marginalizados, como afirma Vera Telles:

“É através do conflito que os excluídos, os não-iguais, impõem seu reconhecimento como indivíduos e interlocutores legítimos, dissolvendo as hierarquias nas quais estavam subsumidos numa diferença sem equivalência possível. É nele, portanto, que o enigma dos direitos se decifra, enquanto conquista de reconhecimento e legitimidade, sem o que a cidadania formulada nos termos da lei não se universaliza e não tem como se enraizar nas práticas sociais. É nele ainda que a questão da justiça se qualifica, enquanto garantia de uma equidade que a desigualdade de posições sempre compromete” (2001:30).

No caso em questão, vários atritos surgiram em função da busca de legitimidade do projeto da ARCAN diante do Poder Público local. Também mercê à tentativa de ampliação da coleta seletiva para toda a cidade, garantindo a inserção cidadã dos catadores/as e a valorização do seu trabalho. As divergências de perspectiva sobre o assunto podem ser percebidas nas falas seguintes.

Para Antônio (*nome fictício*),¹⁸⁸ “o prefeito não ajuda com o que é pra ajudá. A quantidade de material que ele tá mandando pra nós por dia é menos que um carrinheiro”. Pedro diz que o caminhão da prefeitura leva em média uns 80 Kg por dia: “Eu já pesei aqui e tirei 58 Kg de impureza (rejeitos) e 70 Kg de material reciclável.” Catarina complementa: “Se nós dependesse só da prefeitura tinha que desisti. Daí não ia dá nem meio salário cada um”. A absoluta maioria dos catadores/as entrevistados expressou a mesma opinião a respeito desse ponto.

Além da falta de uma política municipal capaz de implantar a coleta seletiva com eficiência e afora as polêmicas que envolveram a questão do “disciplinamento” dos carrinheiros, há também outros tipos de conflito. Luiza reclama do tratamento recebido: “Aquele dia que nós fumo lá com o prefeito ele não tratô nós bem [...]. Eu não gostei do que ele falô. Ontem (*na solenidade de entrega de equipamentos pelo Ministério do Trabalho*) ele falô diferente. Claro, agora tá precisando de voto”.

Tadeu comenta sobre dificuldades enfrentadas na época da construção do galpão:

“Quando foi pra construí a ARCAN, ele (prefeito) não queria liberá o pavilhão. E aí no decorrer do tempo nós começemo a construí sem a liberação. Depois que ele viu que tinha começado, ele mandô o fiscal aqui. Aí foi subido lá, conversado com ele e ele liberô porque as família tavum tudo pronto a fazê um protesto na frente da prefeitura se ele não liberasse.

¹⁸⁸. Para preservar a integridade dos catadores/as, aqui (no item 4.7.1.) seus nomes foram alterados.

Desde o começo ele sempre foi contra a ARCAN. Eu não sei porque motivo. Deve tê algum ponto negativo que ele não gosta da ARCAN.”

Em novembro de 2002 aflorou uma polêmica, gerada por um grupo de catadores/as que estavam fora da ARCAN. Mostravam-se insatisfeitos com a associação e com a prefeitura. Dando cobertura às manifestações, o Jornal *Voz Regional* escreveu: “Prejudicados, eles alegam que a Arcan tem apenas 25 recicladores, fechando a porta da entidade para os demais. Os excluídos reclamam que a Arcan recebeu um caminhão da prefeitura para fazer a coleta e ainda solicitou mais um para o próximo ano. Para quem utiliza as carrocinhas a situação se complica [...]”¹⁸⁹

Na ocasião, o Prefeito Municipal, Eloi Zanella, se manifestou nestes termos:

“Como a Arcan não está cumprindo o compromisso que assumiu com a prefeitura e com vocês (catadores manifestantes), nós vamos dar todo o apoio para formar essa cooperativa (pretendiam criar a *Associação dos Recicladores Independentes*) [...]. Tínhamos negociado com a Arcan, onde ela assumiu o compromisso de *absorver todos* que trabalhassem com a reciclagem de lixo e coleta nas ruas da cidade. E agora me surpreende a quantidade de pessoas que não estão vinculadas a Arcan [...]” (grifos meus).¹⁹⁰

Em agosto de 2001 havia sido celebrado um convênio entre a Prefeitura Municipal, a ARCAN e outras entidades pelo qual a associação comprometia-se a “receber em seu quadro de sócios os trabalhadores vinculados às atividades de reciclagem de lixo sólido, desde que satisfaçam as normas de associação estabelecidas pela ARCAN”.¹⁹¹ Portanto, vê-se que não há um dever expresso de *absorver todos* os catadores/as da cidade como se refere o prefeito. É fundamental ressaltar que o problema não estava na má vontade dos membros da associação em não querer receber mais catadores/as, mas no baixo volume de material reciclável que chegava ao pavilhão, o que tornava inviável a incorporação de outros trabalhadores.

A ARCAN reagiu à posição do prefeito dado que, em grande parte, a situação existente devia-se à omissão mesma da Prefeitura Municipal que não fez campanhas massivas e continuadas¹⁹² através da mídia para sensibilizar e orientar a população sobre a coleta

¹⁸⁹. Jornal *Voz Regional*, Erechim, 12 de novembro de 2002, p. 5.

¹⁹⁰. Jornal *Diário da Manhã*, Erechim, 12 de novembro de 2002, p. 7.

¹⁹¹. Cf. Convênio sancionado pela Lei Municipal nº 3381 de 16 de agosto de 2001.

¹⁹². A única campanha, veiculada pela RBS/TV, foi promovida pela própria ARCAN e contou com restrito apoio da Prefeitura Municipal. A campanha durou menos de um mês e teve relativamente poucas inserções em função dos custos. A associação ainda tentou fazer outra campanha, mas a iniciativa foi inibida por representantes da prefeitura.

seletiva. Também havia sérios problemas com o transporte dos materiais recicláveis desde os locais de coleta até a sede da associação o que, segundo o convênio, era responsabilidade da prefeitura. Acerca do descompromisso e dos serviços insatisfatórios da prefeitura, a associação divulgou nota à imprensa. Num dos trechos, afirmava:

“Além de disponibilizar apenas um pequeno e inadequado caminhão para efetuar a coleta, o veículo não está autorizado a circular fora do horário de expediente, período em que há maior quantidade de material reciclável. Não obstante às diversas tentativas de negociação com a Prefeitura Municipal, não houve avanços no que diz respeito à ampliação da área de coleta seletiva na cidade. Isto garantiria maior quantidade de material recolhido e a conseqüente possibilidade de aumento do número de catadores a serem beneficiados através da Arcan [...]. A Arcan reprova as acusações sofridas pelo Executivo Municipal, pois só servem para confundir a opinião pública e para tentar desmerecer os elevados objetivos da Associação. Também lamenta que a Prefeitura Municipal queira jogar um grupo de catadores contra outro, quando deveria estimular a união de todos e facilitar a resolução de seus problemas. Igualmente repudia as atitudes que vêm engessando e dificultando o projeto da coleta seletiva na cidade de Erechim, como se fosse um projeto privado de menor importância”.¹⁹³

Além de considerar a atividade e a iniciativa de organização dos demais catadores/as um *direito inalienável*, a ARCAN estava procurando alternativas de congregar mais companheiros.

“Os associados da Arcan, que atualmente trabalham no pavilhão, estão discutindo formas para que mais companheiros possam ser beneficiados por meio da associação. Entretanto, isso só será possível na medida em que a Prefeitura Municipal permitir a ampliação da área de coleta (seletiva) na cidade, garantindo maior quantidade de material reciclável, o que não vem ocorrendo”.¹⁹⁴

Avaliando a participação do Poder Público no projeto da coleta seletiva, Célia diz: “Eles (a prefeitura) pouco apoiaram nós. Ficaram mais de seis meses fazendo palestra e debate na prefeitura pra podê liberá os carrinheiro. Parece que foi feito papel que tem que emplacá e botá sinalização nos carrinho, fazê carterá, usá aqueles coleto, tudo, senão a prefeitura não concorda.” Margarida levanta outro aspecto importante, igualmente polêmico: “Nós queria que eles (prefeitura) pagassem a ARCAN pra tá fazendo a coleta em veis de pagá uma empresa [...]. Então, eu acho que a prefeitura devia reconhecer nós [...] e tá largando a coleta seletiva pra nós [...]”.

¹⁹³. Jornal *Diário da Manhã*, Erechim, 15, 16 e 17 de novembro de 2002, p. 8.

¹⁹⁴. Jornal *Voz Regional*, Erechim, 13 de novembro de 2002, p. 7.

Em abril de 2005 eram levados para a ARCAN menos de 100 Kg de material por dia. Analisando a situação, Adelino Collet, então Secretário Municipal de Coordenação e Planejamento, alega falha no processo de conscientização da comunidade sobre a separação dos materiais e atribui esse problema à ARCAN. A afirmação do secretário é descabida na medida em que trata a questão como incompetência ou irresponsabilidade de uma associação, constituída por um dos segmentos sociais mais excluídos. Na verdade, a responsabilidade primeira no provimento de condições materiais para a implantação da coleta seletiva (incluindo campanhas de sensibilização da sociedade) deveria ser do Poder Público.

Para a ex-vereadora Neide Piran,¹⁹⁵ o trabalho dos catadores/as se constitui numa verdadeira *missão* de cuidado com a natureza. Após dizer que a ARCAN é bem conhecida na cidade e que tem um significado social muito interessante, ela comenta:

“Se o trabalho da reciclagem fosse plenamente reconhecido pela Prefeitura Municipal, o prefeito já teria ampliado a coleta seletiva para toda a cidade de Erechim, assumido como um projeto de sustentabilidade ambiental e cultural. Não seria um mero adestramento, mas um processo educativo. Apesar de muitos pedidos que a gente fez (como vereadora) de ampliação da coleta seletiva, isso não aconteceu. Uma grande parte da comunidade erechinense não faz a separação do material porque não tem uma infraestrutura municipal que a estimule. Em muitos momentos a Prefeitura olhou a ARCAN como um trabalho muito mais ideológico do que com o significado social que deveria ter [...]. Eu vi que não há uma predisposição para que o trabalho da ARCAN continue e se espalhe por toda a cidade.”

Concordando com esta análise, Mário A. Farina¹⁹⁶ entende que a Prefeitura Municipal deveria realizar um trabalho de conscientização da população sobre a coleta seletiva, o que ajudaria a resolver problemas de ordem ambiental, social e de convivência na cidade:

“Infelizmente, eu acho que o Poder Público trata a questão do lixo como um negócio. Tanto que é uma disputa acirrada pela licitação da empresa que faz a coleta seletiva [...]. Acho que é praticamente nula a ação do governo municipal não só nesta questão da ARCAN, mas do cooperativismo como um todo. No caso da ARCAN, em alguns momentos, houve até um certo enfrentamento. A associação teve que se indispor e exigir do Poder Público questões banais, que era no mínimo uma obrigação”.

¹⁹⁵. Entrevista concedida ao autor em 29 de abril de 2005. Neide é professora na Universidade Regional Integrada (URI - Campus de Erechim) e ex-vereadora.

¹⁹⁶. Entrevista concedida ao autor em 20 de agosto de 2004 na sede da Cocel (Cooperativa Central do Alto Uruguai Ltda), em Erechim. Mário FARINA é presidente da Cocel desde 1996.

O projeto da ARCAN assume um caráter sócio-político mais saliente na medida em que seus integrantes lutam pela conquista de múltiplos direitos, a eles historicamente negados. E o fazem sob a forma do associativismo, que é uma proposta diversa do capitalismo neoliberal quanto às relações de trabalho. Na confluência articulada do aspecto social-político-econômico-ideológico e ambiental, desenha-se o caráter inovador do projeto em questão.

4.7.2. Do individual para o coletivo

Para Alexis de Tocqueville “o indivíduo é o pior inimigo do cidadão”. Comentando a afirmação, Bauman (2001:45) diz: “O *cidadão* é uma pessoa que tende a buscar seu próprio bem-estar através do bem-estar da cidade – enquanto o indivíduo tende a ser morno, cético ou prudente em relação à *causa comum*, ao *bem-comum*, à *boa sociedade* ou à *sociedade justa*” (grifos meus). O autor argumenta que a individualização traz problemas para a *cidadania* porque “os cuidados e preocupações dos indivíduos enquanto indivíduos enchem o espaço público até o topo, afirmando-se como seus únicos ocupantes legítimos e expulsando tudo mais do discurso público” (2001:46). Portanto, o processo de individualização produz o descontrole e o caos.

Em se tratando da pesquisa realizada, constatei que a totalidade dos catadores/as pertencentes à ARCAN está vivendo a primeira experiência de associativismo. A escolha desta alternativa de organização não teve como base outras práticas semelhantes por parte dos/as catadores/as, mas se deu por influência direta de mediadores e parceiros que estavam convictos de que esta poderia ser uma saída. Este fator é importante de ser considerado quando se pretende analisar posturas adotadas diante do sistema de *trabalho coletivo* como superação do *trabalho individual*.

Embora revelem que o associativismo é uma boa opção, os catadores/as não ignoram os variados problemas existentes quando se trata da vida e do trabalho *em comum*. Comprovam, assim, o grande desafio que é *ser cidadão* numa sociedade de *indivíduos*. Perguntados sobre as maiores dificuldades enfrentadas, alguns lembram o caso de um companheiro que teve de ser afastado da associação por causa de má administração e desvio de dinheiro. Para Jocelino Lopes, “as dificuldade maior foi consegui organizá o povo, o grupo, pra ficá junto, lutando. Teve bastante ponto negativo; ma nós tivemos mais ponto positivo. Lutando junto, nós conseguimos”.

Por sua vez, Sebastião de Oliveira diz que “a principal (dificuldade) foi fazê girá pra construí esse pavilhão (a sede da associação)”. Outros apontam a *falta de união, de compreensão e de confiança mútua*. Anamir de Almeida, identifica também uma questão interna de ordem política: “Acho que aqui tem muita pessoa que manda”. Analisando as implicações do trabalho coletivo, Adriana F. Brandales, se manifesta: “Eu acho que aqui (*galpão*) gera mais conflitos do que lá (*lixão*) porque aqui dentro a gente convive com as pessoas mais freqüente [...]”. Ela diz que gosta de trabalhar na associação, embora não concorde com o comportamento de certos colegas que são “autoritários” e querem “mandá mais que os outros”.

A participação na tomada de decisões é uma das variáveis que mais evidenciam o nível de inserção pessoal no processo associativo. Acerca disso, Terezinha M. dos Santos afirma: “*Eles* (a diretoria) nada faiz sem a ajuda de todos. Ma, vence a quantidade mais de pessoa que apoiá. Aqui não se vende um quilo de nada se não for de acordo com tudo”. Outros, todavia, dizem que o grupo não participa da decisão de certos assuntos: “As veis tem coisa que decide só entre dois ou três” (Sebastião de Oliveira). Nas reuniões e assembléias nota-se que muitos se sentem constrangidos ou se julgam incapacitados de dar opiniões e discutir as questões em pauta: “Eu só escuto o que falam. A gente participa, mas pra falá não” (Fátima da Silva).

Membros da direção da ARCAN alegam que existe uma constante preocupação de garantir o exercício do processo democrático. Alcerir dos Santos, tesoureiro da associação, explica:

“Se surge a idéia dentro do escritório a gente pede pro grupo sentá e vê se o grupo vai acatá ou não. Aí todo mundo senta. Tem alguém que não dá opinião, mas concorda com os outros. Tem alguns que é tímido e outros parecem que tem medo de dá uma opinião e não dá certo. Então preferem ficá calado. Geralmente eu dô a minha opinião e espero pra vê qual o sentido das pessoa. De repente pode ser que a minha opinião não sirva. Se companheiro dá uma opinião melhor, eu vô segurá a opinião dele”.

A presidente Sirlei F. Carvalho afirma que mesmo entre os membros da direção existem dificuldades de debater os assuntos e buscar soluções de forma conjunta: “Aqui, quando a gente vê que tá errado várias coisa, a gente senta e conversa. Só que muitas pessoa não dão opinião porque acham que alguém fica brabo. Somo em cinco na diretoria, mas três não dá opinião porque, não sei se eles não gostam ou eles têm medo. Então eles largam mais pra mim e o Alceri.”

Há variadas explicações para o fato de gostar ou não de falar nas reuniões. Maria R. Terres diz: “Quando vejo que eu sei falá alguma coisa que presta, aí eu falo, senão não”. Segundo Jocelino Lopes, “muitos assunto que tá no alcance, a gente gosta de colocá pro grupo [...]. A gente gosta de falá bastante. Quando o grupo se reúne, a gente tem que falá. Se não falá, não decide nada e depois que passa a reunião fica difícil. Se não falá na reunião depois tem que fica calado também.” Outros, enfim, demonstram que o medo ou a vergonha de participar é coisa do passado. “Eu gosto de falá. No começo eu tinha vergonha. Agora não. Se for preciso dá uma entrevista na rádio ou televisão eu vô”, confessa Francisco R. dos Santos.

Ao analisar a importância da ARCAN no cenário em que está sendo descrito, Luiz Dalla Costa¹⁹⁷ afirma: “A gente não pode achar que não deve ensinar o povo. Se você não ensinar uma pessoa a falar ela nunca vai falar [...]. Aqueles que têm a experiência histórica têm a obrigação de ajudar”. Defendendo a necessidade de ter objetivos claros para poder construir propostas alternativas, o líder social e político adverte: “Em muitas iniciativas de caráter associativo, a tendência é quererem um patrão. E logo alguém quer assumir o papel do patrão. A reprodução da idéia capitalista é muito forte”.

Ao comparar a organização dos catadores/as com cooperativas de grande porte – onde dificilmente os associados conseguem se apropriar de todo o processo de funcionamento – Valter Girelli¹⁹⁸ diz que a ARCAN se destaca exatamente por esse diferencial. “É uma cooperativa pequena, que está nas mãos dos próprios cooperativados. O bonito da ARCAN é essa articulação que ela consegue manter com outras entidades e assessorias”. É freqüente a afirmação, por parte dos catadores/as entrevistados, de que eles “*sentam*” para tratar os assuntos de seus interesses. Essa expressão tem um peso político muito grande, representando certo nível de dignidade e o desejo de construção coletiva da cidadania.

Superar o medo e a suposta incapacidade de dizer a própria palavra é fundamental para a construção da cidadania emancipadora. Neste sentido, a associação se constitui num espaço privilegiado de exercício da participação ativa. “Eu sempre gostei de tá conversando com bastante gente e aqui (na ARCAN) é um lugar bom. Eu gosto de falá o que eu penso, mesmo que muita gente não concorde”, declara Salete R. dos Santos. Na avaliação de Adriana F.

¹⁹⁷. Entrevista concedida ao autor em 26 de abril de 2004. Ao ser entrevistado, Luiz DALLA COSTA respondia como vice-prefeito do município de Barão de Cotegipe/RS.

¹⁹⁸. Entrevista concedida ao autor no dia 04 de outubro de 2004. Valter GIRELLI é coordenador diocesano das pastorais sociais e ex-presidente do CEPO (Centro de Educação Popular).

Brandales, a *falta de estudo* é uma das causas que levam muitos a ficarem com *vergonha de falar*: “Por isso, muitas vezes levam as coisas pro lado errado. A pessoa sabendo lê, ela vai sabê que as coisa não é como imaginam que são”.

Além da dificuldade de se manifestarem, alguns não se sentem efetivamente parte do grupo. É o que se pode depreender das falas elevadas à terceira pessoa do plural: “*Eles* fazem as reunião” ou “*eles*, cada dia tem uma turma que vai fazê a coleta.” Ao empregarem o pronome “eles” e não “nós”, reproduzem a estrutura (ao menos mental) de uma empresa, onde existe explícita distinção (e, às vezes, distância) entre *empregador* e *empregado*.

O sentimento de “não pertença” existia antes de ingressarem na ARCAN. Na verdade, o *não pertencimento* é a condição mesma do excluído da sociedade constituída. “A exclusão não se esgota no afastamento do mercado de trabalho, mas ganha significação até maior no processo de destruição de valores integrativos tradicionais, atingindo os patamares da precariedade marcada pelo “não pertencimento” e pela incapacidade de reagir” (Borin, 2003:69-70). O fenômeno é identificado por Robert Castel como “desafiliação”. Outros classificam esse processo como *desvinculação* e *deserdação social*.

Por outro lado, sem haver proeminência dos homens ou das mulheres, na associação em foco existe a turma do “nós”, como se pode ver nas expressões seguintes: “*Nóis* fizemo reunião aqui cada 4^a feira [...]. O que tem de tratá ali na reunião, a gente trata”, afirma Doralina de Oliveira. De acordo com Nércio A. Borges, que trabalha na prensa, “o grupo papeia bastante. Eu também converso. *Aí nóis* começemo cada um pensá pela sua cabeça”. Francisco R. dos Santos assim se manifesta: “*Nóis* marquemo reunião com tudo o grupo [...]. O que o grupo decidi, nóis fizemo”.

As afirmações prosseguem: “Quando *nóis* entremo aqui vinha só o material da coleta da prefeitura [...]. A gente caminhô bastante nos colégio, nas empresa e agora tá sobrando material”, afirma Anamir de Almeida que acompanhou o grupo em visita a organizações de catadores/as em Chapecó/SC, Porto Alegre/RS e Belo Horizonte/MG. “Eu acho que foi importante as visita por causa que a gente conversô com as pessoa, mudô a idéia. Daí a gente pode mudá o jeito de trabalho”. Além dos locais citados, o grupo também visitou experiências nos municípios de Dois Irmãos/RS, Caxias do Sul/RS, Canoas/RS e outros, o que contribuiu no estabelecimento de referências importantes para o trabalho da ARCAN.

Quando o trabalho coletivo consegue instaurar um sentimento de pertença ao grupo, cria-se um antídoto contra o desprezo social e garante-se a elevação do nível de auto-estima e dignidade. Ao resgatarem a sua identidade pessoal e construírem uma identidade coletiva, os catadores/as fortalecem a capacidade de enfrentar a desordem global ou a chamada *globalização homogeneizadora*, como preferem alguns.

4.7.3. Mudanças na vida dos catadores/as

As mudanças na vida pessoal e social dos catadores/as é um dos elementos de importância central na presente pesquisa, uma vez que permite avaliar o maior ou menor alcance da ARCAN enquanto alternativa sócio-ambiental. Os depoimentos apresentados a seguir dão conta de conquistas obtidas e do significado dessa experiência em suas vidas.

Tratando desse ponto específico, Nércio A. Borges afirma: “Agora eu tenho um serviço fixo pra sustentá meus filho e pagá as minhas conta. A criação da ARCAN pra mim foi muito bom. Pros meus amigo que acreditô, também [...]. Quem acreditô e entrô na ARCAN miorô a vida cem por cento”. Mostrando-se bem entrosada socialmente, Terezinha M. dos Santos vê vários melhoramentos:

“Tô contente na ARCAN, que dá bem pra comida pros meus fio, a roupa [...]. Pra mim mudô tudo. A minha casa era pequena. Não tinha nada dentro de casa. Nada mesmo. Tive que comprá quase tudo o que eu precisava. Arrumei minha casa. Pude dá mais conforto pros meus fio. Calçado bom pra eles i pro colégio [...]. Mudô cem por cento porque agora eu vô trabaiá lá na Comil (na empresa, em Erechim, que fabrica ônibus, separando material reciclável) ou aqui (no galpão), no sábado. Eu sei que os meus fio tão no colégio ou no trabáio. Daí eu não me preocupo. Primero tinha que se preocupá, que lá no lixão não é fácil”.

São recorrentes as referências positivas a respeito da mudança do *local de trabalho*. Maria S. Brandales, que catou material durante dez anos no lixão municipal, declara: “Mudô muito porque lá no aterro onde nós trabalhava era muito sofrido. E aí (no pavilhão) já trabalha dentro de casa, não pega sol nem chuva. Melhorô muito”. Sebastião de Oliveira, ex-servente de obras, acrescenta: “Trabaiá aqui é mió por causa da moiança. Lá nós tava enterrado na água, tormenta e sol, chero e mosca. Miorô bastante mesmo.” Também assinala a valorização do trabalho dos catadores/as pela sociedade, o que se verifica especialmente através de visitas de pessoas e grupos ao pavilhão da ARCAN.

Outros dão ênfase ao fato de poderem trabalhar mais próximo de casa, ou seja, no próprio bairro em que residem; diferente de quando iam ao lixão, o qual fica localizado a uns

três Km do seu domicílio. Segundo Anamir de Almeida, viúva e mãe de cinco filhos, isso faz uma grande diferença porque “[...] de meio dia (a gente) vai pra casa, dá almoço pras criança, manda pro colégio e vorta trabaia. E quando eu trabalhava lá no aterro, eu ia de manhã e vortava de noite. As criança ficavam sozinha em casa.”

Ex-agricultora, e ex-catadora no lixão, onde trabalhou por seis anos, Doralina de Oliveira fala com alegria sobre as conquistas pessoais e os avanços sócio-políticos do grupo.

“A minha vida mudô muito. A gente não tinha condições de comprá as coisa e até passava por necessidade. Mas graças a Deus hoje a gente tá bem melhor. Mudô também o material que eles doam pra nós [...]. O tempo primero quando nós entremo aqui tinha poco material, não vinha quase. A gente tinha que esperá o caminhão, que chegava com aquele poquinho de material [...]. Agora, graças a Deus tem bastante material pra separá e a gente não fica parado. Aqui tem dias que sempre tem uma coisa (dificuldade) ou outra, mas a gente não vai atrás. Porque se a gente i atrás das coisa, a gente não fica trabalhando dentro do galpão. Desde que o grupo começô a trabaia aqui, tá mais unido, mais alegre, mais contente. No começo tinha fofoca, cochicho, mas isso aí mudô bastante”.¹⁹⁹

Sobrar mais tempo para dedicar à família; dispor das condições materiais mínimas para garantir uma vida digna; ter crédito de compra no comércio; ser reconhecida na cidade, etc. Todos são elementos que permitem avaliar a ARCAN como uma experiência importante. Estes pontos são relevantes para Sirlei F. Carvalho, mãe de sete filhos, quando analisa a sua inserção na associação:

“No tempo que eu trabaia no carrinho (3 anos) e no lixão (2 anos) eu não parava em casa com os meus filho. Hoje eu tô bem facera, bem contente. Tenho minha casa própria. É pequena, mas é minha. Hoje eu vô em casa, almoço com os meus filho, vejo eles i pra aula [...]. Antes eu saía de manhã e vinha de noite. Às vezes eu almoçava, às vezes não almoçava. Às vezes eu comia pão que eu achava no lixo. Hoje eu tenho os meus troquinho que posso comprá e comê uma comida limpa. Então pra mim é uma grande alegria. Mudô também que antes eu não tinha conta em loja, não podia comprá roupa, não podia comprá calçado pros meus filho. Hoje nós falemo no nome da ARCAN, onde trabalha [...]. Eu tenho umas 4-5 loja que posso chegá e comprá. Então, é por isso que eu fico contente. E eu ganho meu pão de cada dia daqui de dentro da ARCAN e pretendo ficá aqui e consegui o que mais eu preciso na minha casa que é mais saúde pros meus filho e o alimento pra eles”.

¹⁹⁹. Muitos empregam a expressão “a gente” em alusão à sua própria pessoa e aos demais companheiros de trabalho que vivem situações semelhantes. O aumento da quantidade de material referido por Doralina só foi possível graças ao estabelecimento de parcerias da ARCAN com algumas empresas e à aquisição de um caminhão para coleta, pela associação, com recursos oriundos de cooperação internacional.

Todos os catadores/as entrevistados – e de forma mais perceptível e enfática quem está há mais tempo na entidade – afirmaram ter conseguido melhorar as condições de vida e elevar o nível de dignidade. São apontadas alterações em aspectos subjetivos e objetivos; pessoais e coletivos, como demonstra Salete R. dos Santos: “Mudô muito. Antes eu tava sem emprego. Só o meu marido trabalhava; agora, nós dois. O que eu tiro dá pra ajudá um monte em casa. Eu me sinto bem aqui na ARCAN [...]. Melhorô também o conhecimento. Eu já fui em várias reunião com a Sirlei, em Porto Alegre. Já viajemo pra um monte de lugar e a gente vai conhecendo a vida do outro, conhecendo experiências novas e pra mim foi bom”. As reuniões em Porto Alegre a que se refere Salete são atividades ligadas ao Movimento Nacional de Catadores/as.

Zenira C. Lopes, ex-empregada doméstica, 5 filhos, é outro exemplo de quem identifica diversas mudanças proporcionadas pela participação na associação:

“A gente enfrentô bastante coisa: foi discriminada, maltratados no começo. Até a ARCAN podê dá os primeiros passos foi difícil. Mas agora, graças ao bom Deus, tá mais tranqüilo, mais decente. Mudô bastante porque eu era muito nervosa. Com o trabalho até foi melhor pra minha saúde mesmo e não tem mais esses problema. Melhorô também sobre o rendimento. Agora tem mais condições porque antes não dava pra sobrevivê com o que a gente tinha. É mais perto de casa, é melhor do que tá lá embaixo no solão quente. Aqui dentro não tem briga. Tem alguma discussão, mas depois é resolvido. A ARCAN tá conhecida na cidade, nos otros município [...]. Tem muitas escolas visitando aqui. E a gente explica”.

Além de destacar as condições mais humanas de trabalho e a melhoria da renda, Adriana F. Brandales, ex-auxiliar de enfermagem, conta que se tornou mais *sociável*:²⁰⁰ “Eu era uma pessoa muito quieta, não gostava de conversá. Aqui eu me soltei bastante. Hoje tenho bastante amizade”. Avaliando o desdobramento da experiência coletiva, diz: “Em certos ponto o grupo tá unido, em certos não. Sempre tem alguma desavença. Mas, acho que com o tempo vai melhorá. A cada 15 dias a gente se reúne e fica até meio dia se precisa e discute o que tá certo, o que tá errado [...]”

²⁰⁰. A recente sociologia do cotidiano, defendida por Maffesoli (1991), vem desenvolvendo a noção de “socialidade” para expressar os “vínculos criados em torno de um *destino comum* (grifo meu), sem que haja necessariamente conotações de parentesco; laços de “solidariedade mecânica” que substituam os laços de “solidariedade orgânica” em vias de fragmentação; princípios comunitários e valores simbólicos que são investidos com o intuito de substituir vazios criados pela forma como se processa a fragmentação da coesão social”. (NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. *Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários*. In: BURSZTYN, Marcel (org.). No meio da rua – nômades, excluídos e viradores. 2ª ed., Rio de Janeiro, Garamond, 2003:56)

Alcerir dos Santos, ex-carpinteiro e ex-catador no lixão (onde trabalhou três anos), salienta mudanças no *sistema de trabalho* coletivo:

“A gente tinha que amanhecê trabalhando lá (lixão). Era bastante gente, então era muito disputado o material, cada um pra si. Aqui (pavilhão) é bem diferente. A gente trabalha unido. A renda tá um pouco melhor que lá. Aqui a gente segue as leis, não usa criança pro trabalho. Lá muita gente usava criança. Agora as criança acompanha mais o colégio. No início muita gente na cidade não tinha aquela compreensão de separá o material pra nós. Hoje muita gente tá fazendo isso aí. Eu acho que tão enxergando a ARCAN com bons olhos. Hoje quem mais colabora com a ARCAN é a Comil e a Edelbra (empresas). Essas é diário. Tem outras que não é diário. Tem duas escolas que tão colaborando. E tem outras que nós temo entrando em contado agora”.

O entrosamento com outras pessoas e a cooperação dentro do grupo é um ponto muito ressaltado pelos catadores/as, sobretudo pelos pioneiros da associação. Jocelino Lopes, ex-servente de pedreiro, que participa da ARCAN desde a fundação, afirma: “O que me chamou mais a atenção, que eu fiquei gostando mais, é a organização e a união. A gente começô a conhecê pessoas nova e se entrosá. Muitas coisa que a gente não fazia agora tá fazendo. Com essas visita aí pra fora a gente aprende sobre a associação, a separação do material e sobre a coleta e traz bastante experiência pra ARCAN [...]” Francisco R. Santos, ex-carrinheiro, enfatiza: “No começo o grupo era desunido. Agora, graças a Deus, tão se unindo cada vez melhor”.

Ao fazer um balanço do caminho percorrido no ano 2004, Jocelino Lopes²⁰¹ assegura: “A ARCAN avançou bastante, tanto na parte financeira como também no depósito de material”. Ele entende que a população começou a apoiar e valorizar mais a associação porque a mesma traz benefícios para a cidade. Lopes conta que a associação realizou visitas em várias escolas “pra levá um pouco do conhecimento do trabalho da ARCAN pros aluno. Nós expliquemo a importância de separá o material [...]. Cada visita que a gente faz na escola, eles pedem pra ir outras vezes porque eles ficam muito entusiasmados. Querem aprendê e ajudá a ARCAN, separando e disponibilizando o material”.

Naturalmente que as transformações pontuadas aqui pelos catadores/as são muito contingentes, uma vez que a experiência se dá de forma processual, o que envolve conflitos, avanços e também reflexos. Para o momento, parece-me oportuno o pensamento de Marx quando afirma: “os homens fazem sua própria História, mas não a fazem como querem e sim

²⁰¹. Entrevista concedida dia 29 de dezembro de 2004.

sob as circunstâncias que encontram, legadas e transmitidas pelo passado” (*apud* Marx & Engels, 1961:203). Isso precisa ser lembrado “não só aos que querem mudar o mundo, mas também aos que querem compreender e explicar essa mudança” (Martins, 2001:58).

Acerca das implicações e interferências da ARCAN na vida dos catadores/as, a diretora de uma das escolas do bairro onde estudam familiares de associados, Marines Cecconello,²⁰² observa: “A gente percebe que a família está mais organizada e há uma presença maior das famílias na escola, bem como uma melhora da condição sócio-econômica. Também temos alunos maiores que trabalham na ARCAN e que retornaram à escola [...]. Os alunos têm mais interesse de estudar e vêm mais bem arrumados”.

A professora Zeny Gimenes²⁰³ também nota uma grande evolução da experiência: “Eles hoje têm um sentimento diferente, ou seja, não se sentem envergonhados com a atividade que realizam, coletando material na rua.” Gimenes destaca ainda as mudanças da sociedade em relação aos catadores/as: “Antes a gente via eles com certo receio [...]. Olhava como bandidos e marginais. Hoje (a sociedade) tem uma visão totalmente diferente”.

Examinando a importância da iniciativa, Nelci Dagostini²⁰⁴ diz: “Na comunidade local e em toda a cidade, a ARCAN conquistou um espaço. Isso é visível através do carinho que as pessoas manifestam. Há visitas permanentes (*no galpão da associação*) [...]. Na comunidade de Erechim não tem quem não conheça a ARCAN”. O reconhecimento dos catadores/as como “sujeitos de direitos” e a valorização do seu trabalho pela sociedade, aliado ao exercício do associativismo solidário, são fatores imprescindíveis para a construção da cidadania.

4.7.4. O significado do trabalho e da solidariedade

Apesar de estar sofrendo profundas modificações sob vários enfoques, o *trabalho*²⁰⁵ continua ocupando posição de destaque na vida dos “indivíduos” e na estruturação da

²⁰². Entrevista concedida ao autor dia 30 de setembro de 2004. Marines CECCONELLO é diretora da Escola Irany Jaime Farina, localizada no Bairro Petit Village, em Erechim/RS.

²⁰³. Entrevista concedida ao autor dia 29 de setembro de 2004. Zeny é professora de geografia em duas escolas municipais e uma particular, em Erechim.

²⁰⁴. Entrevista concedida ao autor dia 23 de setembro de 2004. Na ocasião Nelci DAGOSTINI era coordenadora pedagógica da Obra Promocional Santa Marta, entidade que atende crianças e adolescentes em situação de rua no Bairro Progresso, Erechim/RS.

²⁰⁵. O contexto e as condições onde o trabalho se dá, faz com ele que assuma diferentes significações. Na tradição bíblica, por exemplo, o *trabalho* aparece muitas vezes associado à idéia de “sacrifício”, “castigo”, “tortura” e “maldição”. Enquanto no Ocidente, *trabalho* vem freqüentemente atrelado à noção de *sofrimento e de labor* – opondo-se ao ócio e ao lazer – no Oriente prevalece a concepção de trabalho como *desenvolvimento humano*.

sociedade, de tal maneira que ele acaba interferindo diretamente na posição social das pessoas, dos grupos e dos segmentos. É evidente que ele não tem um predicado absoluto, dado que existem pessoas com uma vida econômica assegurada de outras formas, que não através do trabalho propriamente dito.

De outra parte, a substituição da força de trabalho humano pela máquina é elemento determinante de exclusão social, como mostra Pedro Demo: “Haverá cada vez mais chance de bem-estar (para alguns) e cada vez menos chance de obter renda pela via do mercado. A própria categoria do trabalho sofre mutação estrutural, já que, no contexto da mais-valia relativa, a “força-de-trabalho” é substituída pela “inteligência de trabalho”” (1995:45). No contexto da *globalização*²⁰⁶ neoliberal e da precarização das condições de trabalho, há um número cada vez maior de trabalhadores necessitados de assistência social.

A propósito do tema em discussão, pretendo enfocar aqui o sentido atribuído ao trabalho pelos próprios catadores/as e o nível de consciência deles/as sobre a possibilidade de ampliação dos postos de trabalho na ARCAN. Para tanto, indaguei: *O que significa para você trabalhar? O que pode ser feito para melhorar a vida dos catadores/as que estão fora da ARCAN?* Minha intenção é perceber se o trabalho é visto como mero mecanismo de subsistência ou como um ato criativo e capaz de gerar aportes para a *cidadania emancipada*, como a entende Pedro Demo (1995).

Para alguns observadores e apoiadores, os catadores/as são, a um só tempo, trabalhadores, agentes ambientais e prestadores de serviço público. Diante da pergunta acerca do significado atribuído ao trabalho, Terezinha M. dos Santos, ex-agricultora, respondeu: “Pra mim, trabalhá é uma alegria porque se os meus fio pedi um *doce* eu tenho pra dá. Daí eu tenho o meu dinheiro. Não dependo de pidi. Eu sempre trabaiei pra eles tê. Nunca saíram pidi um pedaço de pão. Eu me orgulho disso, que eu trabaiano, eles tem [...]. Trabaiano a gente vence [...].” De semelhante forma, Doralina de Oliveira afirma: “Pra mim é uma alegria. Eu gosto muito de trabaiaí. Sempre fui uma muié trabaiaidera, batalhadora porque eu não quero deixá meus fio passá necessidade das coisa”. Veja-se que há uma preocupação comum e sistemática com o presente e o futuro dos “filhos”.

Nesta perspectiva, Todorov afirma que “no trabalho, o indivíduo obtém não só um salário para sua subsistência, mas também um sentimento de utilidade, de mérito, aos quais

²⁰⁶. A respeito das mudanças na sociedade humana provocadas pela globalização ver: TOURAINE, Alain. *Poderemos viver juntos? - iguais e diferentes*. Tradução de Jaime A. Clasen e Ephraim F. Alves, Petrópolis, Vozes, 1998.

se acrescentam os prazeres da convivência” (1996:100). A idéia está em sintonia com a compreensão de Alcerir dos Santos: “Eu acho que o trabalho é o melhor jeito que tem pra sobrevivê. Se a gente pará, aí fica difícil [...]. Gosto de trabalhá. Não gosto de ficá em casa. Passo doente se eu ficá em casa sem trabalho”. Pelos depoimentos, fica claro que o *trabalho* é um aliado fundamental no resgate da dignidade humana e na garantia de uma visibilidade socialmente afirmativa.

Durante as entrevistas, também lancei a pergunta: *Você gosta ou não de ser catador/a?* A absoluta maioria disse que se sente bem nesta atividade. Adriana F. Brandales declarou: “O que eu mais gosto de fazê é trabalhá. Como faz anos que eu faço isso (catadora), eu sinto prazer em fazê [...]. Só se fosse obrigada a trocá de serviço eu torcaria, senão, não. Gosto de sê chamada de catadora”.

Lidando com a prensa, na separação de material reciclável ou noutras funções dentro da ARCAN, o ex-servente de pedreiro Jocelino Lopes diz que “trabalhá faz bem pra saúde e é um meio de sobrevivê [...]. Eu gosto do trabalho que tô fazendo e me sinto muito orgulhoso do que faço. Se fosse começá tudo de novo eu começava e continuava [...]. Acho que é um trabalho digno”. A associação se tornou uma alternativa valorizada pelos catadores/as até em função da impossibilidade de obter algum emprego formal. Isso fica explícito na afirmação de Nércio A. Borges, ex-carpinteiro: “No passado eu passei fome junto com meus filho [...]. Eu percorava serviço e não conseguia achá. É por causa disso que eu tô aqui na ARCAN até hoje.”

Terezinha M. dos Santos desempenha o seu trabalho junto a uma das maiores empresas da cidade, separando o material que depois é levado para o galpão. É dela a declaração seguinte:

“Eu me sinto bem. Sô bem recebida tanto lá (empresa Comil) como aqui (ARCAN). O meu serviço é um orgulho porque eu trago um montão de material todo o dia [...]. Na Comil, eles não me tratam como uma lixera. Eu sô uma deles. Os grandões e chefe me tratam a mema coisa. Eles se orgulham da ARCAN lá dentro. Eles dizem assim: ‘dona Terezinha, venha sempre com o colete da ARCAN pra tudo mundo le respitá como um de nós. Então me sinto feliz lá. Gosto de trabaia’”.

Nas conversas pessoais que tive com os catadores/as que estão na associação desde janeiro de 2001, procurei saber se trocariam ou não de trabalho. A maioria foi categórica, afirmando que não trocaria a não ser por alguma atividade que lhes garantisse uma renda

melhor, como expressou Francisco R. dos Santos: “Adoro o serviço de catador. Não trocaria por nenhum outro serviço. Só se fosse ganhá mais”. Os laços de amizade ajudam a prender alguns ao trabalho: “Tô acostumada com a convivência do pessoal. O dia que eu sair daqui vô achá falta [...]. Não, não trocaria” (Salette R. dos Santos).

Por demonstrar afinidade com este trabalho ou por medo de não conseguir outro, a conclusão acaba sendo de ficar com o que se tem. Também Maria S. Brandales diz que “não trocaria por nada”, preferindo manter-se no que lhe parece mais seguro. Munida de certa prudência em relação ao “que-fazer”, Doralina de Oliveira pondera: “A gente já tá acostumado a trabalhá aqui. Se achasse algum outro serviço melhor, que a gente ganhasse um pouco mais, até faria. Mas, se é pra saí daqui e ganhá menos, daí não. E a gente já é meio de idade. Então, saí daqui e pegá serviço numa firma não é fácil”. A qualificação exigida para um emprego formal faz com que alguns se prendam em sua atual “especialidade”, como sublinha Geni S. Pereira: “Não trocaria. Assim é melhor porque a gente já sabe o serviço”.

As relações que se estabelecem entre o grupo às vezes são conflitivas; outras vezes são marcadas por vínculos de profunda interação, como evidencia Sirlei F. Carvalho: “Nóis somo mais que ermão porque temo todos junto”. Maria R. Terres acrescenta: “Aqui é um lugar que eu gosto de trabalhá, gosto dos amigo. Eu nunca briguei com ninguém, nunca discuti. Todo eles são meus amigos”.

O sentimento de *solidariedade* é um dos elementos que perpassa os discursos. A esse respeito, Doralina de Oliveira se manifesta: “Como a gente tá trabaiando aqui (galpão), a gente tem que tê dó também das pessoa, porque eles têm os filhos deles pra dá de comê. Eles têm a casa pra mantê, com tudo. Então se a ARCAN crescesse um pouco mais, a gente poderia acolhê eles também lá do aterro”. Maria R. Terres é da mesma opinião: “Eu acharia que se *pegarem* mais gente pra trabalhá, que pegasse os catador lá do lixão. Tem bastante gente lá”.

Pensando no trabalho árduo enfrentado pelos companheiros que estão fora da ARCAN, a maioria dos associados defende a integração de mais carrinheiros. Mas, isto está sempre condicionado à quantidade de material reciclável necessário (o que não depende só da vontade dos associados) para garantir melhores condições de renda e de vida ao conjunto dos catadores/as. De todo modo, a solidariedade é reiteradamente apresentada como um valor em si: “Assim como a ARCAN recebeu apoio de outras pessoa, eu acho que nós tinha que sê

solidário agora também e corre atrás daqueles que precisa e ajudá eles”, afirma Jocelino Lopes.

Segundo alguns, a solidariedade não pode se restringir ao âmbito interno. Ela precisa ser estimulada amplamente. Na visão de Adriana F. Brandales, “pra aumentá a quantidade de material aqui dentro, a Prefeitura teria que dá mais apoio pra ARCAN e também a sociedade. Às vezes tem pessoas bem de vida e que vende o material, quando podiam *doar*”. Por outro lado, como lembra a presidente Sirlei F. Carvalho, para entrar na associação é preciso adequar-se aos requisitos: “A ARCAN pegô vários lá do aterro. Só que eles viram que, parece que, dava muito poco. Não se adaptaram ao regimento interno e voltaram pro aterro. Quando abri vaga de novo, a gente pretende chamá eles, como os da rua. Só que as regra é assim: Não podemo aceitá com fofoca; quem gostá, fica; quem não gosta, não podemo fazê nada”.

Procurei saber ainda sobre o *direito ao “não-trabalho”*, ou seja, ao descanso e ao lazer. A grande maioria diz não ter nenhum tipo de lazer. Nas *horas livres*, isto é, quando não está na atividade de catador/a, tem seu tempo praticamente absorvido pelos serviços domésticos ou afins. Bem poucos afirmam conseguir de alguma forma garantir o *direito à ociosidade* salutar. Eis alguns depoimentos: “Das veis vô vê minha mãe. Das veis fico em casa com meus filho, fazendo os serviço da casa. Não tenho nenhum tipo de lazer. Não sobra tempo” (Maria S. Brandales). “Eu sempre fico em casa cuidando os meus fio, lavando ropa, limpando a casa” (Maria R. Terres). “No domingo de manhã eu levanto cedo e tem pão pra fazê, tem o feijão pra cozinhá pra semana inteira. Nos domingo de tarde geralmente eu deixo pra i lá na mãe; um poco na minha irmã. É isso que eu faço” (Adriana F. Brandales).

Alguns dizem que, embora seja só esporadicamente, conseguem tirar um tempinho para o lazer. “As vezes, quando dá a gente vai no centro, na praça” (Salette R. Santos). O zelador do pavilhão da ARCAN, Sebastião de Oliveira, conta: “Vô num lugar ou venho prantá uma árvore. Essas árvore aí eu prantei e tô caprichando de moiá. Vô nos piá e ajudo eles também. As veis vomo assá uma carne”. Já Anamir de Almeida afirma que nos domingos procura sair: “Gosto de participá de festa”. Outros garantem o seu lazer junto à família: “Gosto muito de tirá um tempinho pra minha família, pros meus filho. Tem um campo lá perto de casa, a gente vai pra lá e convive com eles” (Jocelino Lopes). Nota-se, portanto, que, em muitos casos, o tempo do trabalho acaba adentrando no tempo que, por direito e por necessidade,

deveria ser de não trabalho, ou seja, de descanso, lazer, participação na comunidade eclesial, etc.

4.7.5. Coordenação do projeto e emergência de lideranças

Este é um dos pontos que mais apresenta desafios. Não obstante o projeto seja protagonizado pelo grupo, a condução dos rumos da associação – gerenciamento político e administração econômica – acaba ficando em poucas mãos. Na prática, a grande maioria se acha incapaz ou despreparada para assumir compromissos neste sentido. Num cenário assim, fazer parte da diretoria, sobretudo como presidente ou tesoureiro/a (cargos de maior responsabilidade), garante certo status.

Em se referindo à eleição da nova direção da ARCAN, Sirlei diz: “Vô tentá concorrê de novo pra presidente. Gosto desse trabalho. Já faiz três anos que eu tô aqui e tenho vontade de ficá”. Com o objetivo de não criar divisões no grupo, a escolha da nova diretoria e do conselho fiscal – em 19 de fevereiro de 2005 – foi feita por aclamação. Foram escolhidos: Sirlei F. Carvalho (presidente reeleita); Nércio A. Borges (vice-presidente); Alcerir dos Santos (1º tesoureiro); Maria R. Terres (2ª tesoureira); Anamir de Almeida (1ª secretária); Jocelino Lopes (2º secretário). Para o conselho fiscal: Francisco R. dos Santos, Marli S. Silva e Zenira C. Lopes. Como suplentes: Paulo Ricardo da Silva, Rudimar da Silva e Fátima T. da Silva.

Visando estimular a maior participação e integração de todo o grupo, foram criadas oito equipes de trabalho, conforme prevê o artigo 22º do estatuto social da associação: 1) Esporte e Lazer; 2) Coordenação de produção; 3) Meio ambiente; 4) Cultura e espiritualidade; 5) Comunicação, imprensa e propaganda; 6) Representação junto ao Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis; 7) Formação e qualificação; 8) Saúde. No mesmo dia da eleição também se procedeu à escolha dos associados para coordenar esses serviços. Contudo, no final de abril de 2005, Alcerir dos Santos disse: “eles não se mexeram”, ou seja, não tomaram iniciativas diante das incumbências atribuídas, o que revela dificuldades de assumir lideranças e projetar novas ações.

O teor do discurso pode revelar o perfil da liderança. Neste sentido, é interessante observar alguns trechos do pronunciamento feito por Sirlei F. Carvalho no dia da entrega de

equipamentos novos²⁰⁷ à ARCAN, onde estavam presentes diversas autoridades, representantes de outras organizações sociais populares, catadores/as e a comunidade em geral:

“[...] Um tempo, nós era maltratado na rua. Nós tinha até água quente que ameaçavam jogá no nosso rosto porque nós mexia no lixo pra tirá os material. Um tempo, nós comia pão do lixo pra dá o sustento pros nossos filho [...]. Saía de manhã e chegava em casa de noite, as veis molhada, cansada, subia morro acima. Chegava em casa e não via minhas criança junto com nós jantando [...]. Hoje tem um serviço digno e honesto [...]. Um tempo nós não tinha isso [...]. Espero que a ARCAN não pare por aqui, que nós podemo conseguir mais materiais pra nós botá mais gente trabalhá aqui...”.

Após agradecer os parceiros e colaboradores, disse:

“Peço desculpa que eu não tenho nada escrito aqui porque eu não sei lê. A maioria daqui não sabe lê e nós tomo precisando de um estudo. Não é porque nós somo de idade que nós não vomo aprendê a lê. Eu acho que nós temo esse direito de tá aprendendo a lê, a se defendê. Com a luta nossa, nós vamo consegui muita coisa. Tanto nós como os carrinheiro que tão aqui participando. Vamo erguer a cabeça e vamo lutá porque o nosso trabalho é digno”.

De algum modo, o contato e intercâmbio da associação com representantes estaduais do movimento nacional dos catadores/as parece estar contribuindo para a construção de um maior protagonismo do grupo. Adiante voltarei a tratar deste ponto que, a meu ver, é estratégico.

4.7.6. Consciência sócio-ambiental para uma nova prática

O consumismo exacerbado está na raiz de múltiplos problemas sócio-ambientais. Na economia de mercado tudo passa a ser visto como matéria de compra, venda, uso e descarte. Junto com os resíduos sólidos, seres humanos são literalmente descartados. “Esse imbricamento entre os rejeitos físicos (*lixo*) e humanos (*excluídos*) da sociedade revela uma dimensão perversa da modernidade: o aumento da produção de bens com componentes cada vez mais descartáveis, paralelamente ao aumento da produção de desempregados, dois elementos dialeticamente conexos” (Bursztyn, 2003:21). Como já assinalei, a ARCAN surge em meio a esta conjunção insustentável.

²⁰⁷. A entrega de equipamentos (prensa, caminhão, esteira e balança) pelo Ministério do Trabalho, através da Fundação Banco do Brasil, ocorreu no dia 18 de agosto de 2004.

Por se tratar de uma iniciativa ligada umbilicalmente à questão ambiental, achei importante observar como se constitui a consciência dos catadores/as a este respeito. Diante da pergunta feita – *o que você entende por meio ambiente?* –, as respostas foram bem objetivas: “Não jogá as coisa na água pra polui, cuidá as planta, não matá [...]. Foi o que nós fizemo a dois meis atrais. Limpemo tudo o sangão, juntemo tudo os lixo. Ma, agora tá igual” (Terezinha M. dos Santos). “Meio ambiente é preservá a natureza, não jogá lixo nos riacho. Eu acho que a ARCAN tá cuidando bem do meio ambiente” (Maria S. Brandales). “O grande problema é que muita poluição causa doença” (Salette R. dos Santos). As afirmações do conjunto dos catadores/as vão nesta direção, revelando certa unanimidade prática no que diz respeito à consciência ambiental.

Ao serem interrogados sobre o papel da ARCAN quanto à preservação do meio ambiente, a maioria logo conclui que a associação está fazendo a sua parte. “Nóis temo ajudando a natureza: limpemo, prantemo árvore...” (Nércio A. Borges). “O que nós podemo fazê, nós fizemo. Esse ano foi feita a limpeza da barragem (da Corsan) e do riacho” (Alcerir dos Santos). Como a sociedade em geral ainda não avançou o suficiente nesta perspectiva, Geni S. Pereira acha que “não adianta” realizar certas ações: “Tu limpa, depois eles jogam de novo. Fazem isso por desaforo”. Doralina de Oliveira é da mesma opinião: “Nóis limpemo o sangão [...]. Não adianta limpá que no outro dia tá igual”.

Sirlei F. Carvalho entende que, repetindo a ação, ela pode se tornar um hábito salutar: “Uns até abusaram da nossa cara. Mas a ARCAN tem que fazê outras campanha, começando em nosso bairro para depois i pra outros bairro.” Campanhas e atividades como a limpeza da barragem da Corsan e do “sangão” (rio que atravessa o Bairro Progresso), credenciam a associação diante da sociedade, impactando positivamente sobre a valorização dos catadores/as e a importância da reciclagem. Assim, a seu modo, eles/elas estão ajudando a *reciclar a desordem desse progresso* que os mantém à margem da sociedade constituída.

Estando a pensar sobre a lógica das múltiplas relações ativas que o ser humano pode estabelecer com o meio em que vive, é importante considerar a ponderação de Antônio Gramsci:

“O indivíduo não entra em relação com os outros homens por justaposição, mas organicamente, isto é, na medida em que passa a fazer parte dos organismos, dos mais simples aos mais complexos. Desta forma, o homem não entra em relações com a *natureza* (grifo meu) simplesmente pelo fato de ser ele mesmo natureza, mas ativamente, por meio do trabalho e da técnica.

E mais: estas relações não são mecânicas. São ativas e conscientes, ou seja, correspondem a um grau maior ou menor de inteligibilidade que delas tenha o homem individual. Daí ser possível dizer que cada um transforma a si mesmo, se modifica, na medida em que transforma e modifica todo o conjunto de relações do que ele é o ponto central” (1984: 40-41).

Para Francisco R. dos Santos, a questão ambiental encerra um compromisso concreto de todos: *o cuidado*. “Nóis (a ARCAN) temo fazendo a nossa parte, mas se for preciso fazê mais alguma coisa a gente vai fazê”. Já Adriana F. Brandales amplia o conceito, dizendo que *o meio ambiente* “é tudo”. Não se trata, portanto, só da água (indispensável para a vida), mas é um tema muito mais abrangente. Jocelino Lopes considera a associação um mecanismo importante de preservação e educação ambiental: “A ARCAN com tudo o material que ela tem recolhido, tá presevando o meio ambiente. Uma boa parte que tá aqui era pra tá nos riacho, nas boca de lobo [...]. Agora nós temo ideiando de trabaiá com um mascotinho da ARCAN nas escola pra educá as criança e também os adulto pra fazê a separação do material”.

A presença dos catadores/as agindo de forma organizada na cidade tem ajudado a modificar comportamentos. A avaliação é de Valter Girelli:²⁰⁸

“Com o surgimento da ARCAN mudou completamente a consciência a respeito do lixo. Houve toda uma pressão ao Poder Público. Mudou a consciência de muitas pessoas, não só daqui da cidade, mas da região toda, exatamente pelo impacto que tem gerado através dos meios de comunicação e da troca de experiências. Hoje a ARCAN se constitui nesse ponto ubical (sic) que gerou uma nova consciência, uma nova concepção, uma nova perspectiva de ver essa questão da natureza”.

A luta em defesa da cidadania e da ecologia desemboca naquilo que Morin trata como necessidade de uma *nova civilização*, isto é, mudança de relações que vão desde as interpessoais até as planetárias. Não basta querer atacar o problema do desemprego de um grupo de pessoas; nem despoluir um pequeno riacho, o que não deixa de ser importante. É preciso pensar uma nova civilização, que inclui novos princípios e novas práticas. Em sentido amplo, implica desencadear ações concretas de contra-tendências à atual civilização anonimista, depredatória e excludente.

Alguns imperativos políticos são fundamentais para fomentar esta nova civilização. Morin e Naïr identificam os seguintes princípios: *a solidariedade* (em oposição à atomização

²⁰⁸. Entrevista concedida ao autor dia 04 de outubro de 2004.

e compartimentação); a *revitalização* (em oposição à anonimização); a *convivência* (em oposição à degradação da qualidade de vida) e a *moralização* (em oposição à irresponsabilidade e ao egocentrismo). A nova civilização se impõe como condição da possibilidade da vida humana na terra e exige “tanto a reconquista do presente como a regeneração do passado e a reconstrução do futuro” (1997: 151 e 169).

A dita *nova civilização* passa pela justiça, responsabilidade e equidade social, conjugadas com a sustentabilidade ambiental.²⁰⁹ Dentro do contexto de domínio hegemônico do capitalismo, o grande desafio que se põe aos excluídos é a construção de alternativas que sejam economicamente viáveis e socialmente emancipatórias. Entre outras experiências similares, a ARCAN emerge como uma tentativa de organização sócio-econômica baseada na busca da igualdade, da cooperação, da solidariedade e da proteção do meio ambiente.

Analisando o alcance sócio-político das associações e pequenas cooperativas orientadas pelos princípios da economia solidária, Patrus Ananias,²¹⁰ Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Governo Lula, declara: “Considero o cooperativismo como caminho de emancipação de famílias e comunidades pobres, abrindo possibilidades de trabalho e renda. Além dessa dimensão, o cooperativismo, sobretudo a partir dos pobres, dos pequenos e dos médios produtores rurais; dos pequenos empresários e das cooperativas de consumidores é fundamental para garantir a sustentabilidade social do desenvolvimento econômico”.

O Ministro alerta ainda para o fato de existirem muitas *cooperativas de fachada*:

“Na verdade, não são cooperativas. São empresas que foram privatizadas, que atendem interesses particulares, de poucos. Nós podemos ter pequenas, médias e grandes cooperativas. Os pequenos não podem ter medo de se desenvolverem, de expandirem de forma ética, correta os seus negócios sem perder a característica básica da cooperativa que é o espaço da cooperação e distribuição equânime dos resultados obtidos. O fundamental numa

²⁰⁹. Um desafio, neste sentido, foi colocado por Cícero Bley Júnior durante o 2º Festival Lixo e Cidadania, realizado de 27 de outubro a 01 de novembro de 2003, na Casa do Conde de Santa Marinha, em Belo Horizonte/MG. Segundo ele, em 1999, foram produzidos cinco milhões de toneladas de embalagens no Brasil, o que gerou um faturamento de sete bilhões de dólares. Como a limpeza pública é custeada com recursos orçamentários, tem-se uma relação absolutamente perversa destas indústrias com a sociedade. Enquanto as empresas contabilizam o lucro, elas socializam o prejuízo com o serviço de limpeza, que é da ordem de 10% do seu faturamento. Se as indústrias de embalagens fossem responsabilizadas com o custo da limpeza teria recursos suficientes para pagar o serviço dos catadores/as e das empresas que operam o processo de coleta e processamento dos diversos tipos de resíduos. É assim que se processa nos países desenvolvidos como Alemanha, França e outros. (Cícero Bley Júnior é engenheiro agrônomo, especializado em Ciências do Solo. Foi um dos conferencistas no 2º Festival Lixo e Cidadania. Na época era mestrando em Engenharia Civil e Gestão Territorial com Cadastro Técnico Multifinalitário).

²¹⁰. Entrevista concedida ao autor dia 08 de novembro de 2004 por ocasião do Seminário “Para uma esperança crítica”, promovido pelo Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular (CESEP), em Ibiúna/SP.

cooperativa é que todos os cooperados tenham rigorosamente os mesmos direitos e os mesmos deveres e tenham acesso a todas as informações. A cooperativa tem que ser democrática e transparente, inclusive prestando contas para evitar a sua privatização”.

Ananias também destaca a importância do cooperativismo entre os catadores/as de materiais recicláveis. Relata a experiência da Asmare, em Belo Horizonte, a qual ele diz ter apoiado e incentivado quando foi prefeito daquela cidade. O projeto da Asmare vem se expandindo e “é um exemplo muito claro de como o cooperativismo pode ser desenvolvido desde os setores mais empobrecidos, dando condições econômicas básicas [...], dignidade humana, auto-estima, cidadania e cooperação entre iguais”. Segundo Ananias, ao recolherem o material reciclável, os catadores/as contribuem para diminuir o impacto ambiental provocado pelos resíduos e ajudam a criar na população uma consciência ecológica.

Nesta mesma linha de raciocínio, Júlio Brondani²¹¹ afirma:

“Eu vejo a ARCAN como uma iniciativa de importância muito grande porque ela está construindo possibilidades [...] e atendendo a vários objetivos. Primeiro, de dar condições dignas de trabalho e renda. Com a renda, as pessoas vão melhorar a moradia, o vestuário, a alimentação, [...] a alfabetização. A segunda condição é que, como atividade econômica, ela é importante. Ela está reciclando resíduos [...]. O fato de se preocupar em reaproveitar isso já é de uma grandiosidade fantástica sob o ponto de vista da preservação e do cuidado com o meio ambiente. A consciência com o meio ambiente talvez seja o fato mais importante disso tudo. Na verdade, o crescimento (da experiência da ARCAN) se dá pela importância que eles estão tendo neste processo”.

Sonia Maria de Lima²¹² defende a emancipação econômica e empresarial das associações: “Eles (os catadores) têm que ser os empreendedores, os gerentes da coleta seletiva na cidade. A prefeitura tem que ir pouco a pouco entregando o serviço de coleta seletiva na mão do catador para que ele possa ser remunerado pela prestação de serviço”. A rigor, o catador é a figura mais explorada no processo de coleta seletiva e reciclagem, acrescenta ela.

²¹¹. Júlio BRONDANI é professor universitário há 28 anos, tendo exercido a direção da Universidade Regional Integrada (URI – campus de Erechim) por 12 anos. Também é empresário local. Entrevista concedida ao autor em 20 de agosto de 2004.

²¹². Sonia Maria de LIMA é geógrafa, especializada na área de engenharia de saneamento. Foi uma das conferencistas no 2º Festival Lixo e Cidadania, realizado de 27 de outubro a 01 de novembro de 2003, na Casa do Conde de Santa Marinha, em Belo Horizonte/MG. Na ocasião exercia o cargo de Presidente do Centro de Estudos e Saneamento Ambiental Água e Vida e era Diretora do Departamento de Meio Ambiente da Prefeitura de São Bernardo do Campo/SP.

De acordo com Júlio Lancelotti,²¹³ “a sociedade hoje tem uma consciência maior da reciclagem. Percebeu que ela é importante. Agora precisa perceber que isso é importante com a participação dos catadores”. Ele também defendeu a idéia de que os catadores/as têm prioridade, em relação a outros segmentos sociais, de se beneficiar com o processamento e venda dos materiais recicláveis.

No intento de averiguar outras proposições da sociedade acerca do lugar dos catadores dentro de uma nova prática sócio-ambiental, ouvi Adílio Rosa,²¹⁴ funcionário de uma das empresas que doam material à ARCAN. Para Rosa, “a ARCAN desenvolve um trabalho de grande valia para a Comil, para a sociedade de Erechim e cidades circunvizinhas”. Em setembro de 2004, a empresa entregava entre 400 a 600 Kg de material reciclável por dia. “Esse exemplo dado pela Comil deveria ser seguido por todas as empresas a fim de garantir melhores condições de vida aos catadores/as”, diz ele. E arremata: “Teria que levantar cooperativas em todo o Brasil pra desempenhar trabalhos como este (da ARCAN) que ajuda o meio ambiente e toda a sociedade”.

Enquanto organização de pessoas que vivem situações sociais semelhantes, a ARCAN se constitui num espaço virtualmente aberto para o enfrentamento da *pobreza material e política*, como usa dizer Pedro Demo. Por outro lado, a entrada em cena destes atores sociais (os catadores) também evoca a necessidade de abandonar velhos hábitos predadores do meio ambiente. Neste sentido, afirma Maria L. dos Santos: “Os excluídos estão nos trazendo a oportunidade de repensar o desperdício, o descarte e sua reutilização, dentro de uma perspectiva de suporte vital, que contribui de forma extraordinária para tornar esse planeta mais habitável” (2003:112).

Os catadores/as estão ajudando a dar condições de sustentabilidade à sociedade e à própria natureza. A limpeza da barragem da Corsan – reservatório de água potável que abastece a cidade de Erechim – pelos membros da ARCAN, como foi referido anteriormente, não é do perfil do catador. Entretanto, eles foram mais uma vez prestar um serviço à comunidade. Esta atitude não pode ser desprezada, pois representa uma apurada consciência sócio-ambiental destes indivíduos.

²¹³. Júlio LANCELOTTI é padre e coordenador da Pastoral do Povo de Rua de São Paulo. Entrevista concedida ao autor no dia 07 de junho de 2004, na Praça Ramos de Azevedo, em São Paulo, por ocasião de uma manifestação em defesa dos direitos dos catadores.

²¹⁴. Entrevista concedida ao autor dia 30 de setembro de 2004 na sede da Comil, uma fábrica de coletivos urbanos localizada no distrito industrial de Erechim. Adílio ROSA, quando foi entrevistado, era operador técnico da empresa na área de resíduos.

4.7.7. Os sonhos dos catadores/as

Indagar pelos sonhos e esperanças dos catadores/as pareceu-me importante exatamente para tentar perceber o alcance do projeto da ARCAN, uma vez que carrego a convicção de que os *pés* nunca chegarão onde a *cabeça* (projetos e utopias) nunca esteve. A pergunta central utilizada foi esta: *O que você espera conseguir para si, para sua família e para a associação?*

No nível pessoal, os destaques são para questões bem concretas e elementares: “Eu quero saúde, paz e aumentá a renda. Pra mim tá bom” (Geni S. Pereira). “Espero que melhore o *salário* e o jeito de trabalhá porque agora a gente recebeu esses equipamentos aí, vai produzi mais. Agora também vô estudá. Já fiz a matrícula” (Anamir de Almeida). “Quero vê se aprendo um poquinho mais. Mal apenas sei assiná meu nome. Quero vê se aprendo a lê” (Sirlei F. Carvalho). Outros também demonstraram desejo de começar (ou voltar) a estudar.

Quando se trata do núcleo familiar, os sonhos alimentados se diversificam, mas encontram um ponto de convergência que é o *estudo para os filhos*: “Espero que meus fio se dê bem. Sejam pessoas honesta” (Terezinha M. dos Santos). “O que eu não pude tê na minha vida, que foi o estudo, quero que eles tenham. Que um dia eles não se sintam com vergonha de vê eu trabalhá no que eu trabaio. E um dia, se eles não pudé arrumá um serviço fichado numa firma boa, eles trabaitem que nem eu trabaio, ma menos robá” (Sirlei F. Carvalho). “Quero que o meu filho estude numa escola boa e mais tarde consiga ir pra uma faculdade e aprendê muito” (Salette R. dos Santos).

Ao pensar acerca de si, Maria S. Brandales diz que não trocaria de trabalho. Porém, quando se refere aos filhos, ela tem outra opinião: “Quero que eles estudem pra pegarem uma profissão melhor que a minha”. Jocelino Lopes mostra-se animado com a obtenção de novos equipamentos: “Espero que isso venha trazê grandes benefícios, um *salário* bom, digno [...] pra dá pros nossos filhos aquilo que eles precisa e ter aquela vida que todos têm esperança e desejo de ter”.

No âmbito do coletivo, os entrevistados têm a comum expectativa de poder expandir mais a associação e garantir melhores condições de trabalho e vida para o conjunto dos catadores/as. Adriana F. Brandales espera que “a ARCAN se desenvolva bastante e possa ter mais pessoas trabalhando aqui”. Já Sebastião de Oliveira afirma: “Minha esperança é ter

mais material. O maquinário já chegou. Daqui pra frente, impossível que não vai aumentá as coisa. Ficô bem mais mior”. Apesar de tudo, uns vêem o futuro com preocupação: “A única coisa pra nós na ARCAN é que o dia que a gente ficá véio não tem direito em nada. Eu gostaria que *eles* (a diretoria) pagasse ao meno o INPS (INSS) pra nós [...]. Se nós pagá o INPS, um dia nós podemo se encostá, tê direito” (Terezinha M. dos Santos).

A preocupação de Terezinha é procedente e muito legítima, embora a forma de colocá-la revele que não há clareza sobre como funciona a parte administrativa e financeira (rateio do total da receita). Também demonstra um sentimento de não pertença ao grupo (*eles*). Por outro lado, mostra que não existe uma discussão feita sobre a possibilidade de reivindicar esse direito junto ao Poder Público, por exemplo. A expectativa de Doralina de Oliveira é com a subsistência futura, imaginada por ela da seguinte maneira: “Espero que a ARCAN cresça mais e que a hora que eu não pudé mais trabalhá, que os meus fio possam entrá nesse mesmo lugar que eu tô trabalhando pra ganhá o pão de cada dia. Assim, eles me sustentam”.

Certas expressões e discursos são reveladores de compreensões ambíguas. Por sua vez, Alcerir dos Santos diz: “Espero que a ARCAN progrida pra nós mantê o nosso *salário* e ter mais *emprego*, porque tem muita gente desempregada. Se nós pudé aumentá o pavilhão, nós vomo tirá gente do lixão, trazê pra dentro da ARCAN e dá mais *empregos*”. O discurso do *salário* e do *emprego* incorpora e mantém a tradicional visão do *empregador* e do *empregado*, o que não é compatível com o sistema cooperativista, como pretende ser o caso da associação.

Em 2003, a ARCAN traçou diversas metas, das quais algumas foram parcialmente alcançadas e outras permanecem como desafios. São elas: Ampliação do pavilhão; organização de oficinas de artesanatos; montagem de um sistema para reforma de móveis usados e utensílios domésticos; aquisição de máquinas para reciclagem; obtenção de mais material; abrigo de mais catadores/as; capacitação e formação para o grupo. Há tentativas de estabelecer vínculos com catadores/as de municípios vizinhos como no caso de Barão de Cotegipe. Neste município, a Prefeitura Municipal cede um caminhão para transportar o material recolhido na cidade, por catadores/as do local, até a sede da ARCAN. Outro exemplo verifica-se com os catadores/as da cidade de Viadutos, onde a ARCAN busca (compra) semanalmente o material reciclável coletado por eles.

Normalmente, os sonhos dos catadores/as se deparam com desafios de diversas ordens: sistema de trabalho, relacionamento entre o grupo, ganhos econômicos, administração do empreendimento. Outros vão na direção dos direitos sociais como aposentadoria, seguro saúde, etc. Para Adriana F. Brandales “tem várias coisas que devem ser mudadas. Quando entra as pessoas novas (no galpão), daí já não rendem muito. Nós estamos precisando de as pessoas se conscientizarem que aqui é uma família, que todo mundo tem que trabalhá”. Ela entende que a melhor forma de distribuir os resultados é com base no tempo trabalhado. Mas, observa: “Às vezes tem gente que não se esforça e ganha a mesma coisa que os outros que se esforçam bastante [...]. O que nós produzi, nós vomo ganhá. Se nós não produzi, nós não ganhamo”.

Alimentar sonhos de uma vida mais digna e honrada é inerente à condição humana. Contudo, face à influência dos processos de exclusão social, muitos *excluídos* passam a viver como se não tivessem o direito de sonhar com um amanhã melhor. Além de todas as contradições sociais e individuais nas quais os *catadores/as de materiais recicláveis* estão envolvidos, eles/elas permanecem como expressões genuínas de quem não se sujeitou deitar à sombra da morte. Embora apenas presos por um fio de esperança, seguem lutando pela sobrevivência com dignidade.

4.8. Estrutura e funcionamento da ARCAN

Para dar base de análise acerca da eficácia desta organização social popular, relaciono alguns dos seus principais componentes materiais, técnicos e políticos. Em abril de 2005, o coletivo da ARCAN estava operando com duas prensas, uma esteira, uma balança, uma empilhadeira e um caminhão. A maioria dos trabalhadores associados utilizava jaleco com identificação do movimento nacional dos catadores/as, bem como equipamentos de proteção individual (luvas). Essa tem sido uma insistência da direção da associação nas reuniões. Mas, “tem gente que não se dá com as luvas”, afirma o tesoureiro Alcerir dos Santos.

Depois de serem processados (separados e prensados) no pavilhão, os materiais recicláveis são comercializados e é feita a *partilha dos ganhos*, proporcional ao tempo de trabalho de cada associado. Em dezembro de 2004, a ARCAN estava comercializando diversos tipos de plástico e os metais com empresas da cidade de Erechim; os papéis em geral, incluindo papelão, com uma indústria do município de Paulo Bento/RS. O caco de

vidro era vendido no município de Getúlio Vargas/RS. Materiais como o isopor e o plástico seco (repassados aos catadores/as por indústrias da cidade) ainda têm pouco valor de mercado. “A associação já vendeu tetra pak por 0,10/kg mas no momento não encontra comprador para o produto”, disse um membro da direção em 30 de dezembro de 2004.

No início de maio de 2005 – quando foi encerrado o período de pesquisa para esta dissertação – a ARCAN estava tratando de instalar sistema de pré-industrialização do plástico. Já havia adquirido um moinho para lavagem, desinfecção e trituração do plástico de baixa e alta densidade. Esse processo visa agregar mais valor de venda aos produtos e avançar na trilha da requalificação do descarte. Como foi aludido diversas vezes, pensa-se também, com isso, poder incorporar outros catadores/as (recicladores/as) ao grupo.

O regimento interno é um conjunto de normas estabelecidas em assembléia pelos próprios associados, orientando sobre posturas e procedimentos que devem ser adotados pelos membros da ARCAN no local de trabalho. Essas normas rezam o que é proibido dentro da associação, bem como as providências a serem tomadas em relação aos transgressores. Entre os pontos inclusos no regimento interno está a proibição ao consumo de álcool e drogas.

As decisões que demandam discussões são tomadas em reuniões e assembléias, das quais a maioria geralmente participa. Assim, por exemplo, diante do problema das faltas ao trabalho, decidiram que quem tiver três faltas durante o mês, sem justificativa, é desligado do grupo. Em reunião de 02 de outubro de 2004 definiram criar dois turnos de trabalho com sete horas cada (das 7h às 14h e das 14h às 21h). Com o início do funcionamento da *esteira*, sentiram a necessidade de voltar a um turno único a fim de dar conta de operá-la. No final de abril de 2005, estavam novamente trabalhando em dois turnos (das 7h às 15h e das 14h às 22h), garantindo que todo o coletivo pudesse trabalhar junto uma (01) hora por dia. Na avaliação do grupo, essa medida evitaria a segregação das duas equipes de trabalho.

Para a divisão dos ganhos do mês, a ARCAN subtrai as diversas despesas do total obtido com a venda dos materiais; depois divide o valor restante pelo número total de dias trabalhados pelo conjunto dos associados. Obtém, desse modo, o valor da diária, que é multiplicado pelo número de dias trabalhados, no mês, por cada associado. Resulta, assim, o valor de seu ganho mensal. No meio do mês, todos têm direito a fazer a retirada de um vale de R\$ 100,00 (cem reais) que, naturalmente, é descontado do montante que cada um/a têm a

receber. O mecanismo aplicado de que, quem tem uma (01) falta não justificada no mês perde o direito de receber o vale, faz com que as faltas ao trabalho sejam praticamente inexistentes.

Em 15 de fevereiro de 2005, a coordenação da ARCAN informou que, na média dos últimos meses, a associação processou 44 toneladas/mês de material, sendo 24 toneladas de papel e papelão, 12 toneladas de plásticos, 06 toneladas de vidro, 1,5 tonelada de sucata e 500 Kg de alumínio. Isso em 22 dias de trabalho por mês e 37 trabalhadores/as. Percebe-se aí que o alumínio é um produto bastante disputado e possui um alto índice de reciclagem em função do seu valor comercial,²¹⁵ chegando pouca quantidade deste material até o galpão de triagem. O mesmo se pode dizer em relação ao cobre. Aos poucos também o pet vai diminuindo o seu volume à disposição do catador.

No montante de material acima exposto, deve ser computada a participação dos cerca de 30 carrinheiros que entregavam regularmente seus produtos na ARCAN e outros que comercializam de forma esporádica. Em 28 de dezembro de 2004, Alcerir dos Santos informou que havia cerca de 40 carrinheiros entregando material para a ARCAN, entre os quais 20 eram mais assíduos. Já em 27 de abril de 2005 disse que havia uns 7/8 carrinheiros fixos e outro tanto de esporádicos. Essa variação no número de carrinheiros que comercializam seus produtos com a associação é devido ao maior ou menor preço pago em relação aos demais estabelecimentos do ramo.

Os carrinheiros²¹⁶ recolhem o material na cidade, transportam-no até a sede da ARCAN – onde é pesado e comercializado –, assinam um recibo e obtêm o pagamento no ato. Os associados que trabalham no galpão fazem a triagem, a prensagem e a venda desse material. Em geral há um bom relacionamento dos carrinheiros com os trabalhadores da ARCAN. O carrinheiro Raimundo Stenke, 63 anos, mostra-se satisfeito:²¹⁷ “Desde o começo sempre entreguei o material pra ARCAN. Gostei deles. É uma gente que tratam bem a gente”.

O conjunto das atividades administrativas da ARCAN inclui: controle de entrada de material; controle de presença e de tempo de trabalho dos associados; pesquisa de mercado e

²¹⁵. O Brasil é campeão mundial em reciclagem de latas de alumínio, ou seja, cerca de 90% do total produzido.

²¹⁶. Interessante observar que alguns carrinheiros mantêm com o carrinho um vínculo quase afetivo e, aliado a um certo fascínio de circular pela cidade e à sensação de liberdade, não abrem mão deste expediente de trabalho nem que seja para triar material no galpão da ARCAN.

²¹⁷. Raimundo STENKE reside no Bairro Progresso há mais de 30 anos. Entrevista concedida ao autor dia 30 de dezembro de 2004. Na ocasião, Stenke afirmou que estava como catador há cerca de meio ano. Antes trabalhava com corte de grama.

faturamento; divisão dos ganhos, pagamento de encargos e despesas com o processo de produção; prestação de contas; preservação do patrimônio, entre outros pontos. Fora a contabilidade fiscal, para o que a entidade contratou o serviço de um escritório contábil, todas as demais funções são desempenhadas pelos membros da associação.

A presidente Sirlei F. Carvalho explica (em 01 de outubro de 2004) como é a dinâmica de funcionamento:

“Na divisão do nosso pagamento, é pago a luz, água, telefone e combustível. Depois ele é rachado entre o grupo de acordo com o tempo trabalhado. Pra várias pessoas faltou 4 reais pra R\$ 400,00 no último mês. Eu achei que deu bem. Isso foi depois que o caminhão veio, que agora não precisamos tá pagando a frete. Nós pagava mil e pouco de frete por mês. Miorô bastante com a estera, com a prensa. Eu achei muito legal”.

Na prestação de contas de 30 de dezembro de 2004 verifiquei que o contador usa linguagem técnica, o que torna praticamente impossível a compreensão pelo grupo. Talvez seja em função disso que só menos da metade dos associados esteve presente. Depois do relato do contador, os catadores/as discutiram como reduzir custos; como fazer a distribuição dos ganhos oriundos de doações e sobre a possibilidade de inserir mais trabalhadores no grupo. Observei que quando os assuntos se tornam polêmicos, aumentam as dificuldades de coordenar os trabalhos e de encontrar soluções para os problemas.

Capítulo 5

Conquistas, limites e perspectivas

Tocando em frente

*Ando devagar porque já tive pressa
e levo esse sorriso porque já chorei demais.
Hoje me sinto mais forte, mais feliz quem sabe
eu só levo a certeza de que muito pouco sei
ou nada sei...*

*Conhecer as manhas e as manhãs
o sabor das massas e das maçãs.
É preciso amor pra poder pulsar
é preciso paz pra poder sorrir
É preciso a chuva para florir*

*Penso que cumprir a vida seja simplesmente
compreender a marcha e ir tocando em frente.
Como um velho boiadeiro levando a boiada
eu vou tocando os dias pela longa estrada, eu vou...
Estrada, eu sou...*

*Todo mundo ama um dia, todo mundo chora
Um dia a gente chega no outro vai embora.
Cada um de nós compõe a sua história
e cada ser em si carrega
o dom de ser capaz... de ser feliz*

*Ando devagar porque já tive pressa
E levo esse sorriso porque já chorei demais.
Cada um de nós compõe a sua história
E cada ser em si carrega
o dom de ser capaz... de ser feliz*

[Almir Sater]

Neste capítulo apontarei alguns limites e desafios que pude observar no âmbito interno da ARCAN, bem como na sua relação com as diversas instâncias de articulação e com a sociedade em geral. Identificar deficiências e fazer as críticas que achar conveniente se constitui, para mim, uma tarefa importante e salutar, já que a intenção primeira é tentar contribuir com o processo de aprimoramento dessa iniciativa. Solidário com a causa dos catadores/as, desejo que a organização se fortaleça e consiga garantir condições mais humanas de trabalho e de vida aos seus integrantes.

De outra parte, por entre as dificuldades e limitações emergem conquistas e potencialidades muito significativas. É o lado positivo deste projeto em que os catadores/as resistem à exclusão, ensaiam passos de cooperação, garantem apoio solidário e projetam a esperança de melhores dias. Portanto, mais do que uma experiência pronta, a ARCAN se apresenta como uma alternativa sócio-ambiental *em construção*.

5.1. Participação, autogestão e cidadania

Como já abordei no capítulo anterior, existem posturas que revelam consciência de *não pertença* ao grupo. Determinados catadores/as ainda não incorporaram a proposta associativa ou não se sentem efetivamente integrantes da ARCAN. Isso é percebido, sobretudo, nas assembleias, nas reuniões e mesmo em conversas reservadas. Com frequência, alguns utilizam a terceira pessoa do plural quando se esperaria que usassem a primeira. Ao empregar o pronome “eles”, e não “nós”, reproduzem a estrutura empresarial.

Na prática, a relação equilibrada entre o “eu” (*individualidade*) e o “tu” (*alteridade*), bem como entre o “nós” (*coletividade*) e o “eles” (*alteridade plural*) nem sempre é tão fácil. Acerca do assunto, vale lembrar Alexis de Tocqueville, para o qual “o indivíduo é o pior inimigo do cidadão”. Analisando a sociedade na ótica da *modernidade líquida*, Bauman (2001:45) diz que os *indivíduos* se distinguem dos *cidadãos* exatamente porque aqueles não se preocupam e esses se preocupam com a “causa comum”, o “bem comum” e a “sociedade justa”. O enclausuramento no terreno individual pode ter diferentes causas, entre as quais o “medo da liberdade”.

Com *receio de errar*, alguns catadores/as falam muito pouco ou se abstêm de manifestar a sua opinião. As razões alegadas: “Tenho medo de dizer besteira”; “tenho vergonha do que os outros vão falar de mim”. Outros afirmam: ‘Depois que termina a reunião uns ficam falando por fora que não concordam com o que foi decidido’. Outros, ainda, se mostram apáticos e indiferentes. Essas dificuldades de participação efetiva parecem estar vinculadas, em certa medida, ao acentuado processo de exclusão social de que os catadores/as são vítimas.²¹⁸

Por outro lado, boa parte deles/as demonstra ter consciência do significado da construção coletiva, como evidencia Francisco R. dos Santos: “Nóis temo que tá unido como uma família [...]. A associação não tem patrão. Por isso a gente não pode falá que vai mandá no outro. Tem que pedi prá ajudá.”²¹⁹ A presença nas assembléias e reuniões é sempre estimulada e cobrada pelos membros da diretoria. Em geral todos comparecem e um bom grupo (quase sempre os mesmos) participa ativamente, dando seu parecer e suas sugestões.

O histórico pessoal dos catadores/as – fatores étnico-raciais, culturais, econômicos e sociais – interfere muito na forma de cada um/a ser e se portar dentro do grupo. Por isso mesmo, é possível identificar diferentes visões e comportamentos diante das questões da vida cotidiana e do projeto associativo/cooperativo. Também há diversos modos e níveis de participação nas discussões. Referindo-se ao protagonismo deles/as em vista de uma cidadania ativa, Juliana Giroto observa: “Alguns despertam antes; outros um pouco depois e outros não despertam”.²²⁰

A “autogestão” – aplicada a organizações sociais populares, sobretudo associações e pequenas cooperativas – é um conceito muito recente. De acordo com Luigi Verardo (2004:42), *autogestão* equivale a *autonomia*. A palavra vem do grego: *autos* (eu mesmo, o sujeito mesmo) e *nomos* (norma, regra). Refere-se, então, àquelas pessoas que têm o poder de fazer para elas mesmas as regras, os regulamentos e as normas. Autonomia também quer dizer *autodeterminação*, controle direto da empresa pelos próprios trabalhadores que a integram.

²¹⁸. Interessante observar como nessas ocasiões (reuniões e assembléias) intensifica-se o consumo de cigarro. Dos 37 associados/as que estavam trabalhando na ARCAN em 15 de fevereiro de 2005, 25 fumavam assiduamente. Alguns justificaram a utilização do cigarro como recurso de controle da ansiedade, afirmando que ele “acalma os nervos”. Embora o tabagismo não seja uma prática incomum na sociedade, chama a atenção o uso acentuado do mesmo, fenômeno verificado também em outras associações e cooperativas congêneres.

²¹⁹. Pronunciamento feito durante assembléia realizada na ARCAN em 11 de fevereiro de 2005.

²²⁰. Entrevista concedida ao autor no dia 28 de dezembro de 2004. Quando foi entrevistada, Juliana era educadora do Centro de Educação Popular (CEPO).

Mais adiante, Verardo afirma que um dos elementos centrais no desenvolvimento de projetos autogestionários é *a superação da divisão entre os que sabem, os que decidem e os que mandam, de um lado; dos que produzem e obedecem, do outro lado* (2004:44). No caso concreto da ARCAN, autogestão implica organização social do trabalho interno, capacidade de obtenção de matéria prima, relação com os parceiros, gerenciamento do negócio, comercialização dos produtos, divisão dos ganhos, manutenção do patrimônio, enfim, administração geral.

Analisando a associação sob este aspecto, constata-se que nem sempre há muita clareza sobre o que significa *autonomia*. Com variações de incidência, aparecem posturas ambíguas de uns e de outros em relação à proposta cooperativista. Às vezes a autonomia é invocada mais para garantir interesses pessoais dentro do grupo do que no sentido da *cidadania emancipadora* – como se refere Pedro Demo – e *coletiva* diante da exclusão que atinge a todos. Nesses casos, expressões como “*aqui ninguém manda em ninguém*” e “*ninguém é patrão de ninguém*” ganham outra entonação, evidenciando problemas de relacionamento interno.

Em parte, as dificuldades de fomentar um projeto baseado na autonomia cidadã podem ser vistas como consequência dos imperativos do capitalismo globalizado, o qual exacerba o individualismo em detrimento da individualidade e da solidariedade. Na perspectiva da autonomia política e econômica da ARCAN, nada é absoluto ou estável. Existem conflitos e entraves; conquistas e potencialidades, próprios de um processo em construção. Como avalia Nelci Dagostini,²²¹ “tem avanços que vêm em forma de *conflito*”. Ela diz ser necessário um trabalho pedagógico para que, “aquele que sempre foi oprimido não se torne opressor do próprio companheiro”.

Neste sentido, é muito pertinente a análise de Paulo Freire:

“O medo da liberdade (medo de assumi-la), de que se fazem objeto os oprimidos [...], tanto pode conduzi-los a pretender ser opressores também, quanto pode mantê-los atados ao status de oprimidos [...]. Os oprimidos, contudo, acomodados e adaptados, “imersos” na própria engrenagem da estrutura dominadora, temem a liberdade, enquanto não se sentem capazes de correr o risco de assumi-la [...]. Sua luta se trava entre serem eles mesmos ou serem duplos. Entre expulsarem ou não ao opressor de “dentro” de si. Entre se desalienarem ou se manterem alienados [...]. Entre serem espectadores ou atores [...]. Entre dizerem a palavra ou não terem voz,

²²¹. Entrevista concedida ao autor dia 23 de setembro de 2004. Há vários anos Dagostini é coordenadora pedagógica da Obra Promocional Santa Marta, em Erechim/RS, tendo acompanhado de perto a ARCAN desde a sua origem.

castrados no seu poder de criar e recriar, no seu poder de transformar o mundo. Este é o trágico dilema dos oprimidos, que a sua pedagogia tem de enfrentar. A libertação, por isto, é um parto” (1985: 34-36).

Entre os catadores/as é possível verificar tensões em virtude da dificuldade de compreensão do funcionamento geral da associação. No conjunto de causas que levam a isso, podem estar as seguintes: a) O fato de nunca antes terem participado de empreendimentos coletivos; b) A insuficiente capacitação para o trabalho associativo autogestionário; c) A baixa escolaridade – limites na leitura e nas operações matemáticas –, o que gera insegurança e até desconfiança em relação ao correto repasse do devido ganho econômico; d) Deficiências de comunicação e de esclarecimentos por parte da coordenação da ARCAN ou de alguns parceiros.

No intuito de verificar a relevância e a repercussão que esta experiência vem tendo junto à comunidade erechinense, ouvi diversas lideranças locais. Nelson Girelli,²²² líder cooperativista, afirma que “a sociedade demanda muito dessas iniciativas, mas precisa pessoas dispostas a organizar, tomar a frente. A ARCAN é o melhor exemplo disso surgido nos últimos tempos em Erechim.” Já Ingrid Margarete Geisel²²³ observa que a população “se sensibilizou” com o trabalho da associação: “A sociedade está vendo essas pessoas com outros olhos. Percebe-se que os catadores sentem orgulho da ARCAN”. Geisel diz que as cooperativas autogestionárias vão “fazer a diferença” na transformação social.

Na mesma direção, o professor Nédio Piran reputa a construção de sujeitos sociais como a “condição da possibilidade para viabilizar alternativas sócio-ambientais.” Segundo ele, o sucesso de iniciativas como as da ARCAN passa pela capacidade de “trabalhar a consciência” e o “espírito de solidariedade” dos catadores/as que começam a se “sentir gente”. “Ouvimos representantes deles que vão na imprensa e dizem que estão indo em tal lugar pra trocar uma experiência, pra reivindicar isso. Antes a gente via eles como mendigos na rua. Agora você vê que é um ser humano, capaz de pensar, de fazer, de se comunicar, etc..”²²⁴

²²² . Entrevista concedida ao autor em 28 de setembro de 2004. Na ocasião, Girelli era vice-presidente da Cooperativa Tríticola Erechim Ltda (Cotrel).

²²³ . Entrevista concedida ao autor dia 04 de outubro de 2004, em Erechim, na sede do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), um setor de trabalho da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Ingrid é coordenadora da entidade, que atua em Erechim e região desde 1988.

²²⁴ . Entrevista concedida ao autor dia 28 de setembro de 2004 na Universidade Regional Integrada (URI - Campus de Erechim). Nédio é professor na área de Geografia, História e Realidade Brasileira em diversos cursos da URI. É Mestre e Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita Filho UNESP/SP.

Numa associação ou cooperativa desta natureza estão presentes grandes demandas de ordem técnica e política. “No limite, tem que ter a decisão dos catadores. Às vezes, as pessoas se colocam como assessores, mas na verdade acabam determinando e dando as diretrizes”, afirma Maria C. Vieira.²²⁵ De acordo com ela, a questão da “autonomia” é um processo complexo que requer uma caminhada: “Não dá para querer que haja um salto do fatalismo para uma atitude supercrítica da noite para o dia. Não tem regra mágica para isso. Mas, se começam (os catadores/as) a ver resultados, eles passam a acreditar que são capazes”.

Entre outros, ouvi também Ricardo Montagner,²²⁶ militante MAB, movimento que em vários momentos manifestou-se solidário com a luta dos catadores/as. Montagner vê a ARCAN como “espaço muito importante de articulação e organização de uma categoria excluída do modelo de desenvolvimento (insustentável) implantado no Brasil desde 1500 [...]. A ARCAN dá demonstração de que é possível construir projetos alternativos; começar do nada e incluir as pessoas na sociedade”. Neste sentido, ela pode ser considerada uma experiência que possibilita os indivíduos envolvidos ensaiar passos de cidadania.

5.2. A questão do trabalho coletivo e solidário

No que tange ao trabalho coletivo do grupo, pululam algumas tensões. Características pessoais e condicionamentos sócio-culturais interferem diretamente no ritmo de produção de cada associado/a. Às vezes, esse fator acaba tencionando as relações porque o sistema adotado para a divisão dos ganhos tem como referência o tempo (dia) de trabalho não o volume produzido. Assim, uns reclamam porque outros não têm o mesmo desempenho. Demonstrando insatisfação com a baixa produtividade de companheiros, alguns afirmam: “*Tem uns que se deitam nas cordas*”; “*são meio lentos*”.

A presidente Sirlei F. Carvalho²²⁷ explica como, em determinadas circunstâncias, tais casos se configuram: “As pessoa que entram têm 30 dias de experiência. Quando passa desses 30 dias, o pessoal começa se deitá [...]. Não desliguemo ninguém por causa disso. A gente chama e conversa. Quando eles vê que a coisa pega pesado, eles vão saindo por si”.

²²⁵. Entrevista concedida ao autor dia 30 de março de 2004, em São Paulo. Maria Antonieta da Costa VIEIRA é Doutora em Antropologia, membro do grupo de estudos da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE/USP e assessora de movimentos sociais populares.

²²⁶. Entrevista concedida ao autor em 29 de setembro de 2004 na sede do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), em Erechim. Ricardo é um dos líderes do movimento na região Alto Uruguai.

²²⁷. Entrevista concedida ao autor dia 28 de dezembro de 2004.

Não obstante algumas dificuldades desse tipo, o trabalho coletivo se apresenta altamente potencializador para uma nova ordem sócio-econômica, como considera Paul Singer: “A organização dos catadores em associações aumenta o seu poder de barganha e tem o potencial de reorganizar o mercado de reciclagem dos resíduos em linhas solidárias, ou seja, em que os extremamente excluídos poderão se tornar os principais protagonistas”.²²⁸

Em sintonia com a abordagem de Singer, o líder cooperativista Mário A. Farina²²⁹ ressalta: “Se os catadores trabalham de forma individual, eles são deixados de lado, vistos até como estorvo. No momento em que se organizam numa associação ou cooperativa, passam a dar mais valor ao próprio trabalho desenvolvido”. De outra parte, observando a realidade desses trabalhadores pelo Brasil afora, Daniel Rech²³⁰ assinala:

“A maioria das pessoas (catadores/as) ainda não conhece realmente o valor que os produtos recolhidos têm e quanto poderiam se beneficiar se conseguissem controlar todas as etapas da produção, industrialização e comercialização [...]. As pessoas normalmente têm uma história de trabalho individual, centrado em sua própria produção e, mais ainda, não conseguem entender que poderiam ser elas mesmas, caso apoiadas especialmente por políticas e recursos públicos e articuladas entre si, que poderiam assumir a comercialização do produto depois de recolhido, sem necessidade de entregar e serem exploradas por um intermediário”.

Quanto à comercialização direta para a indústria (sem passar pelo intermediário), a ARCAN ainda não conseguiu avançar muito, exceto na venda de alguns produtos. Mas, está perseguindo esta meta ao instalar o moinho para lavagem, desinfecção e trituração do plástico de baixa e alta densidade. Esse equipamento deverá proporcionar um maior valor agregado aos referidos produtos.

O desejo de desatrelar-se dos intermediários para obter melhores preços para os produtos é manifestado de forma recorrente no âmbito da ARCAN. Nisto, retoma-se uma das principais questões em jogo desde a origem do cooperativismo na Inglaterra. Vale lembrar que, no ramo do cooperativismo de consumo, Owen promoveu uma prática de troca

²²⁸. Entrevista concedida ao autor por e-mail em 04 de fevereiro de 2005. Paul SINGER é economista, pesquisador e professor universitário. É um dos responsáveis pela definição do conceito de “economia solidária”. Em 2003 assumiu a Secretaria Nacional de Economia Solidária, órgão vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego do governo federal, cargo que continuava ocupando ao conceder a entrevista.

²²⁹. Entrevista concedida ao autor em 20 de agosto de 2004 na sede da Cocel (Cooperativa Central do Alto Uruguai Ltda), em Erechim. Mário é presidente da Cocel desde 1996.

²³⁰. Daniel Rech é advogado com especialização em cooperativismo. Está vinculado ao CERIS (Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais) e presta assessoria a movimentos sociais populares. Intervenção feita no 3º Festival Lixo e Cidadania, realizado em Belo Horizonte nos dias 30 de agosto a 03 de setembro de 2004, com texto distribuído sob o título: “As alternativas de inclusão social e a coleta de resíduos sólidos abandonados”.

de produtos com preços justos, calculados a partir do tempo de trabalho. Isso suprimia a transação através dos intermediários e o lucro comercial, o que aumentava de forma brutal o preço das mercadorias.

Com base nesse princípio e objetivando oferecer um preço melhor do que o pago pelos intermediários, desde o seu início, a ARCAN abriu aos carrinheiros a possibilidade de comercializarem seus produtos através da associação. Contudo, esta prática parece estar gerando dois problemas. Ao comprar muito material – como estava ocorrendo em dezembro de 2004 (seja de carrinheiros, de outros particulares ou de empresas) – gera-se trabalho para triar e prensar, mas não se garante um ganho satisfatório aos trabalhadores da ARCAN. Ademais, corre-se o risco de transformar a associação em mais um posto intermediário de venda e compra de material reciclável, descaracterizando o objetivo mesmo desta iniciativa.

Ao averiguar o desenvolvimento do trabalho coletivo dentro da associação, julguei importante também prestar atenção se havia ou não problemas ligados a questões de gênero. Segundo Jocelino Lopes,²³¹ “isso é tranqüilo. Todos tão aqui pra trabalhá junto e ganhá o seu salário. Nós não temo nada contra uma mulher ser presidente da ARCAN. A presidente tá aí pra coordená e representá a ARCAN”. A visão é compartilhada pela própria presidente Sirlei F. Carvalho que diz:²³² “*Ninguém se prevalece do outro. Esses tempos tinha bastante fofoca por parte das mulheres. Foi chamado, dado gancho, então parou*”.

Na perspectiva da importância do trabalho coletivo, observadores externos avaliam positivamente a experiência. Para Antonio Valentini Neto,²³³ organizações como as da ARCAN ressaltam o princípio básico do associativismo, segundo o qual é melhor procurar soluções conjuntas do que de forma isolada. “Neste ponto é uma iniciativa excelente porque gera oportunidade de trabalho; proporciona um processo de conscientização e percepção crítica das contradições sociais; ajuda a potencializar os trabalhadores em suas capacidades. Trata-se de uma contestação do modelo do *funil invertido* (grifo meu) imposto pelo neoliberalismo, que socializa a dívida e privilegia os retornos”.²³⁴ Contudo, alerta Valentini,

²³¹. Entrevista concedida ao autor dia 29 de dezembro de 2004.

²³². Entrevista concedida ao autor dia 28 de dezembro de 2004.

²³³. Antonio VALENTINI Neto é sacerdote. Quando da entrevista ao autor, em 28 de setembro de 2004, respondia como pároco da Catedral São José de Erechim.

²³⁴. A idéia está em sintonia com o pensamento de José de Souza Martins quando afirma que temos um desenvolvimento anômalo (visto pela sociedade dominante como normal) que converte os pobres em vítimas e beneficiários residuais de seus direitos. Trata-se de um progresso sem ética que “privatiza ganhos injustos e socializa perdas, crises e problemas sociais” (Martins, 2002:11).

correr-se o risco de acomodar o Poder Público ou levá-lo a terceirizar o problema social e ambiental, sobretudo relacionado ao lixo.

De acordo com o professor Júlio Brondani,²³⁵ o trabalho coletivo garante os pressupostos para a construção da dignidade humana. Após acompanhar o discurso da presidente da ARCAN no dia 18 de agosto de 2004 (data da entrega de novos equipamentos para a associação), Brondani afirmou: “Ela (a presidente) tem seu trabalho e sua renda que são as condições primárias de subsistência. Depois vem o desejo de segurança, de reconhecimento, de educação e de realização, atendendo à hierarquia de Maslow”. Em sua *teoria de motivação*, o psicólogo americano Abraham Maslow (*apud* Kotler & Armstrong, 1991:88) explica:

“As necessidades humanas estão ordenadas em uma hierarquia da mais premente a menos urgente. Em ordem de importância temos: necessidades *fisiológicas, de segurança, sociais e de auto-realização*. Uma pessoa tenta satisfazer as necessidades mais importantes em primeiro lugar. Quando essas necessidades são satisfeitas, elas cessam de atuar como motivadoras e a pessoa, então, tentará satisfazer a próxima necessidade da hierarquia”.

Maslow considera como necessidades humanas²³⁶ importantes as seguintes: a) *Fisiológicas* – a satisfação da fome, da sede e de outras funções físicas básicas; b) *De segurança* – o abrigo, a proteção para o corpo e a existência confortável; c) *De amor e participação* – a afeição e a integração; d) *De estima* – o reconhecimento, o status, o respeito e o prestígio. Para ele, a *realização pessoal* “é o mais alto de todos os estados de necessidade, sendo atingido somente por uma pequena porcentagem de pessoas” (*apud* Semenik & Bamossy, 1995:218).

Nesta direção, Agnes Heller (*apud* Martins, 2001:63-64) acrescenta: “Só quem tem necessidades radicais pode querer e fazer a transformação da vida. Essas necessidades ganham sentido na falta de sentido da vida cotidiana. Só pode desejar o impossível aquele para quem a vida cotidiana se tornou insuportável, justamente porque essa vida já não pode ser manipulada”. Na relação destes para os quais a vida se tornou *insuportável*, certamente se inscrevem os catadores/as de materiais recicláveis, ícones de uma forma alternativa de

²³⁵ Entrevista concedida ao autor em 20 de agosto de 2004.

²³⁶ O conceito de “necessidade humana” é discutível. Como afirma Marisa E. S. Borin, a questão “contém uma armadilha e é carregada de subjetividade: cada cidadão de uma sociedade é um “indivíduo determinado” dentro de um “conjunto determinado”. A referência das necessidades e/ou carências refere-se a valores e, portanto, não significa uma determinação mecânica e nem fácil de ser estimada” (2003:64).

trabalho e propagadores da necessidade de uma profunda reciclagem sócio-ambiental do conjunto da sociedade humana.

5.3. A ARCAN, os parceiros e a sociedade

A presença de diversos parceiros – como já comentei – foi fundamental no sentido de energizar e catalisar a força dos catadores/as para a criação da ARCAN. Cabe agora perguntar: Atualmente, quem são os motores desta organização? Continuam sendo os mediadores e parceiros ou a associação está conseguindo “caminhar com suas próprias pernas”? Em última análise, o que é que faz a associação não parar de funcionar? Essas e outras questões conexas são importantes quando se trata de avaliar a capacidade da ARCAN desencadear um processo emancipatório em seus integrantes e se constituir verdadeiramente numa alternativa de trabalho, renda e significado sócio-ambiental.

Para essa abordagem, trago novamente o parecer de alguns associados. Jocelino Lopes²³⁷ está entre os que consideram essencial a continuidade do apoio dos parceiros: “Se eles se retirassem eu acho que a ARCAN poderia continuar por um período, mas não iria muito longe porque nós precisamos de gente e entidade que apóie. Se não tivé isso ela desaba [...]. As entidades são que nem galhos da ARCAN. Se os galhos começarem a ser derrubados, eu acho que o tronco vai secar”. No conjunto dos parceiros, Lopes inclui a população que, ao “disponibilizar o material sem custo”, ajuda a aumentar o ganho dos catadores.

Na visão de Sirlei F. Carvalho,²³⁸ a associação “tem que começar a andar sozinha, mas a gente precisa ainda da ajuda de todos. A gente não tem estudo. Por isso precisa muito apoio ainda. O padre tem que ficá sempre junto com nós”. Por outro lado, na relação com alguns parceiros são evidentes certos atritos, desconfiança e divergências. Isso, às vezes, têm origem na falta de diálogo ou esclarecimentos. Também na falta de clareza suficiente sobre o “papel” de cada um. Outras vezes os conflitos decorrem de compreensões dissonantes e atitudes ríspidas, como se tornou patente na relação com a Prefeitura Municipal. Entretanto, nem por isso os associados julgam que os parceiros sejam dispensáveis, como afirma Alcerir dos Santos:²³⁹ “*Precisamos deles e que sejam bons parceiros*”.

²³⁷. Entrevista concedida dia 29 de dezembro de 2004.

²³⁸. Entrevista concedida dia 28 de dezembro de 2004.

²³⁹. Entrevista concedida dia 28 de dezembro de 2004.

Existem parceiros da associação em diferentes áreas (financeira, político-organizativa, etc.), que contribuíram e/ou contribuem seja de forma sistemática ou esporádica. A sociedade em geral – incluindo indústrias, postos comerciais, estabelecimentos de prestação de serviços e unidades residenciais – figuram como colaboradores imprescindíveis neste projeto através da doação de material reciclável e outras formas de apoio. Além do que já pode contar, a ARCAN está tentando outras parcerias dentro da cidade e também com catadores/as e prefeituras da região.

Abordando o assunto em questão, Juliana Giroto,²⁴⁰ educadora do Centro de Educação Popular (CEPO), diz que os parceiros ajudam a resolver conflitos entre os membros da associação. De outra parte, ela acredita que a resistência da ARCAN a interferências de certos parceiros em determinadas circunstâncias pode ser entendida como tentativa da associação querer ‘caminhar com as próprias pernas’. Afora o fato de estarem trabalhando numa condição melhor do que antes, Giroto considera a capacidade de administrarem a entidade uma das maiores conquistas dos catadores/as. “Hoje eles são reconhecidos como trabalhadores e cidadãos [...]. A meu ver, a ARCAN é um divisor de águas, um instrumento que deve ser mais usado para conscientizar as pessoas”.

Segundo o entendimento de Júlio Brandani,²⁴¹ o processo de construção da cidadania é lento, gradual, conflitivo e, às vezes, mal compreendido. “A sociedade e os movimentos, por falta de se conhecerem, em algum momento parecem que são antagônicos. Na verdade, são convergentes. A prova disso foi o que aconteceu com a ARCAN”. Para Brandani, a construção da sociedade requer que todos dêem as mãos, o que significa, “em primeiro lugar, compreender que nós podemos fazer juntos”.

Um dos diretores da Comil – uma das empresas aliadas – Dairto Corradi²⁴² vê vantagens mútuas na relação entre Comil e ARCAN. A empresa colabora com a associação doando materiais recicláveis (principalmente papel e plásticos), e esta contribui com a empresa na medida em que evita despesas com o transporte e destinação final desses produtos. “No meu entender, a ARCAN veio organizar a coleta de resíduos do comércio e das ruas de Erechim. Acredito que esse pessoal agrupado nessa cooperativa vai ter um nível de vida melhor do que tinha antes”, afirma Corradi. E acrescenta: “Se as outras indústrias, a

²⁴⁰. Entrevista concedida ao autor dia 29 de setembro de 2004.

²⁴¹. Entrevista concedida ao autor em 20 de agosto de 2004.

²⁴². Entrevista concedida dia 01 de outubro de 2004. Em abril de 2005 a Comil empregava 1.880 funcionários, fabricando 10 coletivos urbanos (ônibus) por dia.

exemplo da Comil, fizessem esse trabalho, melhoraria o meio ambiente e a renda (dos catadores)”.

Com todos os reveses já descritos, também está entre os parceiros a Prefeitura Municipal. A propósito, julguei oportuno saber do prefeito Elói João Zanella²⁴³ opinião a respeito da importância da ARCAN para a cidade de Erechim. O mesmo caracterizou a iniciativa como uma *excelente proposta social*:

“Acreditamos no trabalho associativo como forma de organizar os trabalhadores [...]. Organizados se tornaram fortes e competitivos para colocar o estoque junto aos compradores. Também tem o aspecto da cidadania fortalecida a partir da organização que alcançaram, com incentivo da sociedade organizada, e, sobretudo, pelo esforço deles em dar sentido e nome de respeito a uma forma de sustento que não era vista como trabalho com credibilidade. Hoje a ARCAN exerce um importante papel na coleta seletiva e o seu desenvolvimento como instituição dependerá da orientação que ela adotar no relacionamento com os demais entes da sociedade organizada”.

Do conjunto dos representantes de entidades e instituições parceiras, bem como da sociedade em geral por mim ouvidos para a realização deste trabalho – cujo número é bem maior dos que os aqui citados – praticamente todos avaliam a ARCAN como um projeto de grande relevância sócio-ambiental. Cabe destacar, por exemplo, a simpatia que a iniciativa conquistou junto às escolas da cidade. Isso pode ser verificado pelas frequentes visitas de alunos e professores ao local de trabalho dos catadores/as (galpão), o que vai estreitando relações de mútua ajuda. A professora Neide Piran²⁴⁴ ratifica o exposto: “Houve uma modificação e a ARCAN é muito bem vista por uma parcela da sociedade erechinense. É um trabalho que está sendo reconhecido por uma boa parte da comunidade”.

Penso que uma das principais conquistas e também contribuições dos catadores/as dá-se na *rua* como *lugar/topia*, para utilizar uma expressão de Henri Lefebvre (2004:29). A importância da presença dos catadores/as nas ruas está no fato de que eles podem causar um constrangimento ético nos seus observadores. Dessa maneira, lançam o imperioso desafio para a sociedade repensar os seus pressupostos e a sua base de organização e conduta.

No esforço de angariar solidariedade, garantir maior doação de materiais recicláveis e lutar pela remuneração de seu serviço de limpeza na cidade, a rua é o espaço que os

²⁴³. Entrevista concedida ao autor, por e-mail, em 05 de abril de 2005.

²⁴⁴. Entrevista concedida ao autor em 29 de abril de 2005. Neide é professora universitária na Universidade Regional Integrada (URI - campus de Erechim) e ex-vereadora.

catadores/as não podem abandonar. Esse lugar também é fundamental como palco público na luta pelos demais direitos básicos a uma vida digna, tais como: saúde, educação, alimentação, creche, moradia, lazer, capacitação profissional... Numa palavra, *cidadania!*

5.4. Viabilidade econômica

Pretendo apontar para a viabilidade econômica da ARCAN, tentando ligar com a viabilidade econômico-ambiental da reciclagem em sentido mais amplo. À primeira vista, nota-se que os catadores/as organizados em associação conseguem garantir melhores preços para seus produtos. A vantagem se estende às condições que reúnem para acessar outras receitas, como foi o caso dos projetos obtidos para a construção do galpão, aquisição de prensas, caminhões, esteira e balança.

Por se tratar de uma associação envolvendo catadores/as – pessoas com baixa renda – tornou-se possível também viabilizar ações de apoio financeiro público como o *Programa Coletivos de Trabalho* e as *Frentes Emergenciais de Trabalho*, entre outros. A ARCAN ainda conseguiu se credenciar para receber benefícios assistenciais como a cesta básica do *Programa Fome Zero* para o conjunto dos seus membros a partir de janeiro de 2005.

A tabela abaixo tem o objetivo de mostrar como se comportaram os preços dos produtos comercializados pela ARCAN no espaço de quatro meses, ou seja, entre dezembro de 2004 e abril de 2005. Comparativamente aos preços conseguidos pelos catadores/as “avulsos” do lixão (ver tabela 02), a associação consegue uma valor bem superior.

TABELA 08: COMPARATIVO DE VALOR DE PRODUTOS

Tipos de materiais comercializados pela ARCAN	Valor em R\$ por Kg em 30/12/2004	Valor em R\$ por Kg em 26/04/2005
Pet	0,98	0,98
Plástico cristal (branco)	0,65	0,65
Plásticos diversos	0,50	0,50
Plástico fino (mole)	0,38	0,38
Plástico de água mineral, cachaça e vinagre	1,05	1,05
Plástico leitoso (bombonas, balde e bacia)	0,90	0,90
Cobre descascado	6,00	6,00
Alumínio (latinha)	3,50	3,00
Alumínio grosso	4,00	3,50
Sucata de ferro	0,10	0,12
Caco de vidro	0,02	0,02
Vidro de conserva (por unidade)	0,20	0,10 a 0,15
Garrafa de cerveja (por unidade)	0,15	,0,15
Isopor	(carga de furgão) 150,00	(carga de furgão) 150,00
Papelão	0,30	0,30
Papel misto (jornal/revista)	0,30	0,20
Papel branco 4	0,60	0,58
Tetra pak	-----	0,07
Embalagem de cimento (papel)	-----	0,28
Papel branco 1	-----	0,98
Papel plastificado	-----	0,15

Anterior a isso – em 19 de agosto de 2004 – a direção da ARCAN informou que estava comercializando o pet e o plástico da água mineral a R\$ 0,75. Já o papel branco, vendia a R\$ 0,60; o papelão a R\$ 0,30 e o alumínio a R\$ 4,00. É interessante observar como o preço dos produtos se manteve estável, com exceção do pet e do plástico da água mineral que sofreu uma pequena elevação. Entre dezembro de 2004 e abril de 2005 houve poucas e pequenas variações para baixo com é o caso, basicamente, do papel misto, papel branco 4, latinha de alumínio e alumínio grosso. Só a sucata de ferro teve uma inexpressiva alta.

Sem pretender uma análise pormenorizada neste sentido, quero chamar a atenção para aquilo que se esconde por trás da compra e da venda de materiais recicláveis, ou seja, a existência de um certo oligopólio dos compradores locais, o que não deixa o preço subir. Por outro lado, vê-se que, com o passar do tempo, vai aumentando a cadeia dos recicláveis. Na tabela acima é possível verificar a inclusão de três novos produtos na lista dos materiais vendáveis: o *tetra pak*, a *embalagem de cimento* e o *papel plastificado*. Já o *papel branco 1* é uma nova classificação, agora separado dos demais tipos de papel.

Segundo avaliação de Claudete Benites,²⁴⁵ uma das catadoras que participou da ARCAN desde o início e saiu em janeiro de 2003, a associação *lutou contra os atravessadores e hoje vende para eles*: “Aí tá o erro da ARCAN”. De fato, vários produtos

²⁴⁵. Entrevista concedida ao autor em 27 de setembro de 2004. Na ocasião, Claudete BENITES residia no Bairro Progresso e trabalhava como catadora de materiais recicláveis na cidade de Erechim. Diz ter saído “muito magoada” da ARCAN por motivo de uma “acusação injusta” feita por alguns colegas de trabalho.

ainda continuam sendo vendidos para intermediários. Em 28 de abril de 2005, a presidente, Sirlei F. Carvalho admitiu que uma das maiores dificuldades enfrentadas pela associação é o baixo ganho: em média R\$ 300,00 *per capita*. Vale recordar uma vez mais o que já foi dito: o risco de, ao entrar na lógica da compra de material, multiplicar trabalho sem multiplicar a renda. Da baixa receita líquida decorre, entre outras coisas, a incapacidade de pagar qualquer plano de saúde ou de aposentadoria, problema levantado por diversos associados.

A partir dos balanços feitos pelo escritório que realiza a contabilidade fiscal para a ARCAN, pude montar a seguinte tabela.

TABELA 09: DEMONSTRATIVO CONTÁBIL

Mês/Ano	Receitas de comercialização em R\$	Valor gasto com compra de material reciclável em R\$	Despesas administrativas em R\$	Número de trabalhadores
Janeiro/2004	11.644,10	6.525,20	3.061,54	21
Fevereiro/2004	10.402,50	4.200,95	3.112,61	21
Março/2004	13.361,00	5.352,10	7.840,76	21
Abril/2004	17.827,60	8.434,33	5.370,45	21
Mai/2004	15.522,40	5.417,00	9.367,86	21
Junho/2004	13.350,20	5.309,10	7.640,18	21
Julho/2004	16.208,20	5.907,77	10.487,60	21
Agosto/2004	15.417,00	6.605,26	13.969,94	32
Setembro/2004	13.103,10	3.836,85	11.974,50	32
Outubro/2004	19.587,30	6.374,76	14.010,11	32
Novembro/2004	21.268,70	6.881,25	13.938,18	32
Dezembro/2004	17.507,00	8.059,25	14.235,36	32
Janeiro/2005	16.294,50	8.720,25	7.424,87	(a partir de 26/01) 36
Fevereiro/2005	22.605,20	8.495,05	13.886,94	36
Março/2005	23.349,00	9.841,95	12.216,39	(a partir de 21/03) 38

Há de se advertir que as vendas dos materiais nem sempre coincidem com a produção do respectivo mês, sendo que alguns produtos ficam até mais de dois meses estocados. Isso ocasiona uma oscilação grande nas receitas de um mês para outro. Por ser uma associação, o rateio é computado como despesa administrativa, onde também são inseridos gastos com mercado. Desta forma, subtraindo das receitas de comercialização as despesas com compra de material e com as questões administrativas e dividindo-se pelo número de trabalhadores, não se chega ao ganho mensal real do catador/a associado.

O cálculo deve ser feito de outro modo, matéria sobre a qual não vou me deter, até pela falta de registro de todas as informações necessárias por parte da associação, pressuposto indispensável para poder apurar valores mais exatos. Contudo, os dados acima são importantes, sobretudo, porque permitem observar a variação das receitas de comercialização

e gastos com compra de material reciclável, bem como o número de trabalhadores correspondentes ao período.

Para além do aumento da renda e da boa gestão do empreendimento – o que requer determinado rigor administrativo, financeiro e contábil – aqui merece destaque a questão da *economia solidária*, amplamente defendida por Paul Singer e outros. Trata-se de um dos princípios fundamentais na implantação de organizações alternativas entre os excluídos, como objetiva ser a ARCAN. Referindo-se ao tema, vinculado às cooperativas e associações de catadores/as, Dione Manetti²⁴⁶ afirma:

“Estes espaços econômicos coletivos trazem a possibilidade da inauguração de uma nova cultura. Isto não é fácil de realizar porque o processo de formação que temos é aquele que nos impõe o individual acima do coletivo, que nos forma para mandar ou ser mandados; e que traz o princípio da competição [...]. O que queremos construir com a *economia solidária* (grifo meu) é um novo paradigma de relações econômicas e sociais; um novo padrão de desenvolvimento”.

Ao pensar na viabilidade econômica da reciclagem em seu sentido mais amplo, damos conta da existência de *oligopólios* e *oligopsônios*²⁴⁷ de certos produtos, como é o caso do alumínio. Isso faz com que a reciclagem seja, em primeiro lugar, um negócio vantajoso para a indústria, como mostra Sabetai Calderoni (2003). Segundo ele, a necessidade e a importância da reciclagem advêm essencialmente de um conjunto de fatores como: a exaustão das matérias primas; os custos crescentes para a obtenção dessas matérias; a indisponibilidade de espaço para instalação de aterros sanitários e os altos custos com a sua manutenção; os custos com transporte desses materiais; a poluição e os prejuízos à saúde pública. Por outro lado, a resultante economia de energia; a redução de custos de produção dos novos produtos; a geração de renda e trabalho, entre outros.

Acerca da economia de energia, Calderoni afirma que “o papel produzido a partir da reciclagem permite redução de 71% da energia total necessária; o plástico 78,7%; o alumínio 95%; o aço 74%; o vidro 13%”. Sobre a redução da poluição, ele mostra que “a reciclagem do alumínio polui 95% menos o ar e 97% menos a água; a do papel 74% menos o ar e 35% menos a água; a do vidro 20% menos o ar e 50% menos a água” (2003:36 e 37).

²⁴⁶. Dione Manetti foi um dos conferencistas no 2º Festival Lixo e Cidadania, realizado de 27 de outubro a 01 de novembro de 2003, na Casa do Conde de Santa Marinha, em Belo Horizonte/MG. Na época, Manetti exercia o cargo de diretor de fomento à economia solidária, vinculado à Secretaria Nacional de Economia Solidária do Governo Federal. Pude participar integralmente do 2º Festival Lixo e Cidadania, junto com seis membros da ARCAN.

²⁴⁷. “*Monopólio*” = único vendedor; “*oligopólio*” = poucos vendedores; “*monopsônio*” = único comprador; “*oligopsônio*” = poucos compradores.

O alumínio, o aço e o vidro podem ser reciclados infinitamente. Já o plástico e o papel vão se degradando a cada vez que são reciclados. O plástico, por exemplo, numa segunda vida pode ser transformado em conduíte para fios de eletricidade; o papel pode virar papelão. Quando esses produtos chegarem à quinta ou sexta vida é possível serem convertidos em energia, entrando numa reciclagem infinita no meio dos demais materiais. Sobre a viabilidade econômica e desenvolvimento sustentável a partir da reciclagem, ver importante entrevista realizada com o professor Sabetai Calderoni (*anexo 08*).

Nesta entrevista, Calderoni diz que a indústria – que é muito poderosa – atua dentro da plena *formalidade*. Por outro lado, essa mesma indústria se alimenta da *informalidade*,²⁴⁸ da *clandestinidade* e da *ilegalidade* do trabalho que ela fomenta a partir do preço que estabelece. “Ela organiza e estrutura, através das relações que mantém com os sucateiros e destes com os catadores, um mercado gigantesco, um verdadeiro exército de pessoas que andam pelas ruas em situações de opressão e desamparo em relação à legislação trabalhista e remuneração adequada.”

Como vimos atrás, o faturamento destes trabalhadores é muito instável e baixo. Somando-se a renda mensal declarada (aproximada) pelo conjunto dos 32 associados/as e dividindo-se pelo total de pessoas que integram esses núcleos familiares (*ver tabela 03*), é possível chegar ao seguinte resultado: A renda média é de R\$ 85,00 per capita/mês, ou seja, R\$ 2,83 por pessoa/dia, valor que enquandra esse público entre os milhões de brasileiros que vivem no limite da exclusão, com a fome e a miséria.

Além da coleta, triagem e prensagem, a reciclagem de produtos pode desencadear outras atividades capazes de gerar trabalho e renda. Na ARCAN, nenhuma *ação agregada* (adicional à coleta, triagem, prensagem e venda) ainda vem sendo desenvolvida. Isto já se verifica, por exemplo, na Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável (Asmare), em Belo Horizonte, onde existe um *atelier de confecções* a partir de retalhos e uma *marcenaria* que aproveita sobras de madeiras ou madeiras usadas. Em São Paulo, a Coopamare mantém um *sebo* (venda de livros usados e doados à cooperativa), bem como uma *feira de antiguidades*.

²⁴⁸. A respeito do tema da *informalidade na economia* ver: CACCIAMALI, Maria Cristina. *A economia informal e submersa: conceitos e distribuição de renda*. In: GIAMBIAGI, Fábio (org.). *Distribuição de renda no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

Em outra experiência visitada por este pesquisador, na cidade de Loja (Sul do Equador), um grupo de catadores realiza – fora a triagem e prensagem de materiais recicláveis – o processo de *compostagem*. O composto orgânico é transformado em adubo granulado e depois vendido aos agricultores. Em julho de 2004 (data da visita) obtinham US\$ 3,00 (três dólares) pela embalagem de 40 Kg. Fernando Montesinos Villacís²⁴⁹ explicou que é recolhido 100% das cerca de 70 toneladas de lixo (*basura*) que a cidade produz diariamente. O lixo hospitalar recebe tratamento adequado e os rejeitos são devidamente enterrados.

5.5. A “inclusão social” através do cooperativismo

*"E aprendi que se depende sempre
de tanta e muita diferente gente.
Toda pessoa sempre é as marcas
das lições diárias de outras tantas pessoas.
É tão bonito quando a gente entende
que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá.
É tão bonito quando a gente sente
que nunca está sozinho por mais que pense estar..."*
[Caminhos do coração, Gonzaguinha]

O enfoque dado a esta abordagem faz-me retornar continuamente à questão da *exclusão social*. No contraponto, quero mostrar que a alternativa não consiste apenas na tática de re-incluir os excluídos. Advém que o conceito de “inclusão” esconde um sério problema, sobre o qual é útil fazer algumas ponderações. Numa sociedade altamente excludente como a nossa, pensar na inclusão pura e simples é mero paliativo. É propor uma saída sem base de segurança, semelhante a jogar uma bola no mar. Na proporção das suas ondas, estará novamente na praia. Portanto, no contexto do capitalismo neoliberal é preciso almejar o “mar” para além das “ondas”, ao mesmo tempo em que é fundamental buscar alternativas consistentes para sobreviver a elas.

²⁴⁹. Entrevista concedida ao autor em 14 de julho de 2004. Na ocasião, Fernando Montesinos VILLACÍS ocupava o posto de Diretor de Higiene do Município de Loja, o qual tem cerca de 120 mil habitantes. Entusiasmado com a experiência mostrou um conjunto de pequenas unidades (em construção) a serem utilizadas para desenvolver atividades educativas e para refeitório aos catadores/as que trabalham no local, mais seus familiares. Demonstrando apurada consciência sócio-ambiental, declarou: “É sábio conviver com a natureza porque Deus nos fez para governá-la [...]. Uma cidade, a fazem os que habitam nela [...]. Queremos que as pessoas tenham consciência de que a terra mudará quando nós mudarmos. Creia que é possível [...]. Nunca será tarde para mudar. A realidade nunca mudará por decreto presidencial ou por mandado municipal. Mudará quando a mentalidade, o modo de pensar tenha mudado em cada um de nós”.

Ainda que de passagem, é necessário descortinar o princípio básico do *neoliberalismo*, o qual foi se firmando logo após a segunda Guerra Mundial como reação ao modelo de desenvolvimento centrado na *intervenção do Estado*. “Considerando essa intervenção como a principal crise do sistema capitalista de produção, os neoliberais passaram a atacar qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciando tal limitação como uma ameaça letal à liberdade econômica e política” (Teixeira, 1998:195). Assim, o programa de ação do neoliberalismo consiste em fazer do *mercado a mão invisível* (Adam Smith) que governa o mundo e o único mecanismo capaz de resolver todos os problemas da humanidade.

Sob os auspícios do *neoliberalismo*,²⁵⁰ as desigualdades sociais aumentam de forma gigantesca. A par disso, afloram inúmeras organizações sociais populares que lutam ora pelo direito à igualdade, ora pelo direito à diferença. Neste sentido, é sugestiva a afirmação de Boaventura de Sousa Santos: “As pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza” (1997:30).

A propósito da luta dos excluídos para garantir os direitos à igualdade²⁵¹ ou à diferença dentro de uma sociedade excludente, escreve José de Souza Martins: “Uma alternativa incluyente provoca a necessidade de resolver, de criticar, de recusar a excludência desta nossa sociedade; a recusa sobretudo da dupla sociedade, uma sociedade daqueles que só têm obrigações de trabalho e não têm absolutamente mais nada, e uma sociedade daqueles que têm em princípio absolutamente tudo e nenhuma responsabilidade pelo destino dos demais” (2003:37). Para o autor citado, a sociedade capitalista desenraiza e exclui para depois incluir de outro modo, ou seja, segundo suas próprias regras e sua lógica. Por isso mesmo, o termo “inclusão” é muito polêmico e ambíguo e pode não representar nenhum tipo de alternativa substancial para os excluídos.

Como alternativa ao problema do desemprego estrutural, o cooperativismo, no Brasil, é buscado basicamente a partir do início dos anos 1990. Nesse contexto do capitalismo

²⁵⁰. Acerca do assunto, ver também: ANDERSON, Perry. *Balanço do neoliberalismo*. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

²⁵¹. Há diversas compreensões sobre a questão da *igualdade*. Entre elas: a) *Igualdade cristã* – calcada sobre a perspectiva da comunhão fraterna e da paz universal; b) *Igualdade liberal* – de vertente iluminista, assentada sobre a lei; c) *Igualdade socialista, comunista ou da democracia radical*; d) *Igualdade excludente* – eliminando os desiguais. Sobre o tema da *igualdade* (de fato e de direito) e *igualitarismo*, ver: BOBBIO, Norberto. *Igualdade e liberdade*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, 2ª ed., Rio de Janeiro, Ediouro, 1997.

avanzado (mercantilista e depredador), as associações e pequenas cooperativas de catadores/as de materiais recicláveis desempenham um papel de grande significado ecológico. De acordo com Paul Singer, os catadores/as representam o extremo da marginalização social, pois em geral são sem-teto que sobrevivem com o que os “incluídos” jogam fora. Sobre a importância sócio-ambiental destas iniciativas, afirma Singer:

“O seu trabalho representa uma contribuição importante à defesa do ambiente urbano, à medida que o lixo, produzido em proporção desmedida, polui e constitui um estorvo para o escoamento das águas pluviais, ameaçando a saúde pública quando depositado em lixões. A reciclagem de resíduos é a solução para este problema e os catadores estão na linha de frente de sua realização. Mas, trabalhando isoladamente são todos vítimas da dominação pelos intermediários do mercado em que atuam”.²⁵²

Animada pelas conquistas dos catadores/as organizados em cooperativas e pelo significado simbólico disso, a professora da USP, Maria C. Loschiavo dos Santos, acredita que: “Numa sociedade autoritária, onde predominam os direitos das elites privilegiadas, onde a distância entre o bem estar da elite e a indigência dos pobres é espantosa, os catadores de recicláveis estão mudando o rumo da história, superando o problema social e o drama da exclusão” (2003:105). A essência da novidade presente nesse meio é o resgate da auto-estima e a reciclagem da esperança. Assim, eles “estão gerando alternativas para uma nova participação no mundo do trabalho e construindo a sua cidadania através dos espaços de autonomia e solidariedade onde se realiza a superação da pobreza e a transformação social” (Loschiavo dos Santos, 2003:136-137).

Já para o professor da Universidade Regional Integrada (URI – campus de Erechim), Ernesto Cassol,²⁵³ o cooperativismo se constitui numa alternativa, mas não sem riscos, diante do capitalismo:

“O cooperativismo, potencialmente, é uma alternativa desde que não fique apenas numa visão parcial [...]. Uma cooperativa de produtores e de comerciantes de cereais, ou de catadores e recicladores tem que visar o conjunto da sociedade [...] e a participação na definição dos rumos políticos e econômicos desta sociedade. Só assim uma atividade sindical e cooperativa tem uma razão de ser mais ampla e profunda. Nenhuma cooperativa e sindicato deve trabalhar apenas para reivindicar isso ou aquilo, mas deve ter uma preocupação na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, uma sociedade para todos”.

²⁵². Entrevista concedida ao autor por e-mail em 04 de fevereiro de 2005.

²⁵³. Entrevista concedida ao autor no dia 30 de setembro de 2004.

Embora o cooperativismo solidário – como referido por Paul Singer – tenha enormes dificuldades de se impor enquanto modo de trabalho (produção, industrialização e comercialização) hegemônico dentro da sociedade capitalista excludente, ele pode se constituir numa força significativa de sobrevivência ao capitalismo. Para Luiz Dalla Costa,²⁵⁴ só o modo de produção socialista proporcionaria uma maior *elasticidade para o cooperativismo*: “Primeiro as pessoas têm que saber que é possível viver de forma diferente da ensinada pelo capitalismo. Isso quem vai ensinar não é a Rede Globo, mas os intelectuais que conhecem a história do trabalhador”. Ele entende que os trabalhadores organizados em associações como a ARCAN têm mais autonomia para decidir. E acrescenta que o cooperativismo somente se viabiliza através de uma *disputa social de projetos*.

Esta mesma barreira frontal ao cooperativismo é percebida pelo professor e pesquisador Enori Chiaparini²⁵⁵ quando diz que a ARCAN, no seu horizonte maior, se depara com o “desenvolvimento padronizado” pelo grande capital nacional e internacional. Segundo ele, desafiar o neoliberalismo é uma necessidade histórica: “Eu penso que (o cooperativismo solidário) é uma saída muito importante que implica consciência, organização e toda uma luta pra enfrentar as grandes forças sociais. Acho um ato de coragem e, sobretudo, grande senso de justiça social.”

Essas considerações me levam a afirmar que o cooperativismo baseado na economia solidária se constitui numa *brecha* importante para os catadores/as sobreviverem à *(des)ordem* do capitalismo globalizado. E mais do que isso: podem resistir aos mecanismos de exclusão social e construir uma plataforma de luta e reivindicação de direitos. Neste sentido, é fundamental o fortalecimento dessa categoria de trabalhadores através das parcerias formais, do compromisso efetivo do Poder Público, do apoio do conjunto da sociedade e da articulação através do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. A propósito do percurso desenvolvido pela ARCAN até aqui – não obstante suas múltiplas deficiências – é possível dizer que ela está se consolidando como uma experiência capaz de dar respostas significativas aos problemas enfrentados pelos catadores/as associados.

²⁵⁴. Entrevista concedida ao autor em 26 de abril de 2004. Na época, Dalla Costa respondia como vice-prefeito do município de Barão de Cotegipe/RS.

²⁵⁵. Entrevista concedida ao autor dia 29 de setembro de 2004. Chiaparini é professor e pesquisador do Departamento de Turismo da Prefeitura Municipal de Erechim.

5.6. Relação com o Movimento Nacional de Catadores/as

O Movimento Nacional dos Catadores/as de Materiais Recicláveis (MNCR) está entre os movimentos sociais mais significativos surgidos, no Brasil, nos últimos anos. Considerei-o um componente fundamental para o futuro dos catadores. Dada a sua importância, apesar da (ainda) incipiente vinculação da ARCAN com o mesmo, aponto algumas questões que presumo relevantes para estudos posteriores.

O I Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e a primeira Marcha da População de Rua, realizados de 04 a 06 de junho de 2001, em Brasília, foram um marco do início do MNCR.²⁵⁶ Com o tema “lixo, vida e cidadania”, o evento discutiu o trabalho do catador nas suas dimensões sócio-cultural, ambiental e econômica, bem como a questão do mercado dos recicláveis e das redes de economia popular solidária. Os participantes se manifestaram contrários à privatização do lixo e reivindicaram o reconhecimento da profissão de *catador de material reciclável*. Entre as mais de 1.600 pessoas presentes, de 17 estados brasileiros, estavam seis representantes da ARCAN.

Avaliando o congresso, Lenir Pavani, então presidente da ARCAN, afirmou:

“Esse encontro foi uma grande experiência. Fiquei feliz de poder participar e trocar idéias com muita gente. Eu me sensibilizei e até chorei com os depoimentos dos catadores – mulheres, homens e crianças – explorados e humilhados [...]. Somos seres humanos e não bichos. Está na hora dos governos tomarem uma providência. Não podemos parar por aqui, nem nos contentar com pouco. Temos que exigir nossos direitos porque somos cidadãos”.

Entre as reivindicações apresentadas pelos participantes do I Congresso dos Catadores aos órgãos competentes, estavam: 1) Garantia de recursos para o fomento e subsídio dos empreendimentos dos catadores/as de materiais recicláveis que visem sua inclusão social por meio do trabalho; 2) Inclusão dos catadores/as no Plano Nacional de Qualificação Profissional, priorizando sua preparação técnica nas áreas de gestão de empreendimentos sociais, educação ambiental, coleta seletiva e recursos tecnológicos de destinação final; 3) Subsídios para que os catadores/as possam comprar máquinas e equipamentos, como balança, prensa e outros; 4) Definição e implantação, em nível nacional, da gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos, contemplando os catadores/as; 5) Erradicação dos lixões em todo o país, assegurando recursos públicos para a transferência das famílias que vivem neles

²⁵⁶. A Secretaria Executiva do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis está sediada na Rua dos Estudantes, 287, Bairro Liberdade, São Paulo/SP, fone: (11) 3399-3475.

e financiamento para que possam ser implantados projetos de geração de renda a partir da coleta seletiva.

Para Elisabeth Grimberg, integrante da coordenação do Fórum Nacional Lixo e Cidadania, o movimento dos catadores é uma realidade promissora:²⁵⁷

“Muitas entidades de cooperação internacional estão apostando na formação desse movimento. É uma realidade absolutamente nova, mas que está crescendo muito na busca de direitos [...]. A coleta seletiva com a inclusão dos catadores é viável e mais econômica do que se fosse através das grandes empreiteiras. O desafio é construir alternativas por meio da organização cooperativista dos catadores, operando de forma autônoma, mas com investimento público na prensa, na balança, na capacitação”.

Uma das ações potencializadoras do MNCR são os Congressos Latino-Americanos. O primeiro foi realizado em Caxias do Sul/RS, de 20 a 23 de janeiro de 2003. Dele participaram cerca de 800 catadoras/as do Brasil, Uruguai e Argentina. Na carta final, afirmavam:

“Coletando e reciclando materiais descartados, somos agentes ambientais e contribuimos com a limpeza das cidades. A organização de associações e cooperativas criou a possibilidade de trabalho e renda para os setores mais excluídos da sociedade. Por tudo isso, o trabalho e as organizações dos catadores são uma luz que aponta na direção de um novo modelo de desenvolvimento para nossas cidades e para nossos povos. Nossa experiência mostra que todas as pessoas podem ser muito mais felizes e saudáveis. Basta dar valor a tudo e reciclar tudo o que for possível, reciclando a própria vida”.

Na ocasião, os catadores/as denunciaram o sistema capitalista que valoriza mais as mercadorias do que as pessoas e a natureza: “Não aceitamos esse projeto dos capitalistas. Ele é portador de exclusão e de morte para a maioria da humanidade. Nossa experiência de catadoras/as nos mostra que é possível e já estamos abrindo um caminho novo e diferente, portador de vida para todas as pessoas e para o meio ambiente”. Os participantes também identificaram vários desafios a serem enfrentados pelos próprios catadores/as, pelo Poder Público e pela sociedade em geral.

Nos dias 23 a 25 de janeiro de 2005, em São Leopoldo/RS, foi realizado o II Congresso Latino-Americano de Catadores/as de Materiais Recicláveis com o tema: *“Não há fronteiras para os que exploram; não deverá haver para os que lutam”*. Neste estiveram mais de mil

²⁵⁷. Elisabeth Grimberg é mestre em Sociologia e Coordenadora da Área de Meio Ambiente Urbano do Instituto Polis, em São Paulo; Secretária Executiva do Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo. A afirmação foi feita no “Seminário de reciclagem e valorização de resíduo sólido, coleta seletiva e inclusão social”, realizado dia 18 de março de 2005 nas dependências da Escola Politécnica da USP.

catadores/as, entre os quais 27 associados/as da ARCAN. Foram discutidas questões como: a formação dos blocos econômicos nos continentes, o protocolo de Kyoto, as cotas de carbono e a política nacional de resíduos sólidos. Também abordaram o protagonismo do catador na cadeia produtiva da reciclagem e defenderam a autogestão de seus empreendimentos produtivos. O congresso produziu um documento final com um conjunto de orientações para o fortalecimento da luta da categoria (*ver anexo 09*).

Na oficina de *Implantação de Fóruns Municipais Lixo e Cidadania*, realizada durante o V Fórum Social Mundial, em Porto Alegre/ RS, no dia 30 de janeiro de 2005, catadores/as, técnicos e apoiadores discutiram e propuseram ações para um adequado gerenciamento de resíduos sólidos, integrando os diferentes atores sociais. “Nós queremos que os catadores/as tenham acento nos Fóruns Municipais e Estaduais Lixo e Cidadania”, afirmou Pólita Gonçalves.²⁵⁸

Os participantes da oficina defenderam a retirada das crianças dos lixões e a erradicação dos lixões, bem como a implantação ou ampliação, nas cidades, do sistema de coleta seletiva em parceria com os catadores/as.²⁵⁹ Ainda foram apontadas várias ações tendo em vista a educação ambiental e a organização dos catadores/as em associações e cooperativas. Também indicativo de ações visando a responsabilidade dos geradores de resíduos quanto ao destino final dos produtos e a participação dos catadores/as na construção da política nacional de resíduos sólidos. Ainda foram identificados desafios como:

²⁵⁸. Pólita Gonçalves é Secretária Executiva do Fórum Estadual (RJ) Lixo e Cidadania e consultora do Sebrae para assessoria a municípios de pequeno e médio porte em vista da implantação da coleta seletiva solidária. É autora do livro *A reciclagem integradora dos aspectos ambientais, sociais e econômicos*. Rio de Janeiro, DP&A/Fase, 2003. Durante a oficina “*Implantação de Fóruns Municipais Lixo e Cidadania*” (V Fórum Social Mundial – 2005), Gonçalves apresentou um documento contendo dez demandas discutidas pelos catadores e apoiadores no III Fórum Social Mundial, em janeiro de 2003. Em síntese: 1) Fomento à capacitação técnica e política dos catadores/as; 2) Estabelecimento de parcerias dos catadores/as com organizações da Sociedade Civil e com o Estado, bem como articulação com os Fóruns Lixo & Cidadania em nível Municipal, Estadual e Nacional; 3) Organização e operação de sistema de informações (cadastramento dos catadores e dos resíduos); 4) Viabilização da sustentabilidade econômica dos catadores (garantia de meios de produção tais como: galpão, prensa, balança, caminhão, EPI...); 5) Embasamento legal, criando leis e uma política de resíduos com a devida fiscalização; 6) Estímulo ao mercado de produtos feitos à base de materiais reciclados; 7) Estabelecimento de planos, metas e programas como a Agenda 21; 8) Investimento em políticas públicas como: segurança alimentar, educação escolar, creches, atividades sócio-educativas, vacinação...; 9) Apoio à organização dos catadores em associações e cooperativas; 10) Incentivo à minimização do descarte e combate ao desperdício.

²⁵⁹. A Pesquisa Nacional de Saneamento Básico – PNSB (IBGE, 2000) fala da existência de 24.340 catadores em lixões, dos quais 23% têm menos de 14 anos de idade. A estimativa é de que existam 800 mil catadores/as de rua no país, entre os organizados e não organizados. Com base nesta realidade, o Presidente da República, em 11 de setembro de 2003, decretou a criação do Comitê Interministerial para Inclusão Social dos Catadores com a missão de desenvolver e implementar políticas públicas, tendo em vista a emancipação social e econômica.

“Cobrar do Poder Público municipal o repasse de recursos às cooperativas de catadores, proporcional à quantidade de recicláveis que deixam de ir para os aterros sanitários, e a potencialização de ações para elevar a escolaridade e a saúde destes homens e mulheres, agentes econômicos e ambientais. Incitar o governo federal para que crie e execute um programa de formação e capacitação de técnicos e organizadores de quadros sociais na geração de trabalho e renda, a partir da coleta seletiva. Cobrar dos diferentes órgãos públicos e de toda a sociedade a participação nos programas de coleta seletiva”.

A presidente da ARCAN, Sirlei F. Carvalho, reconhece a importância da articulação da associação com o movimento: “A gente adquire experiência e conhecimento pra se defendê. Eles (coordenação do movimento) ensinam como negociá com o prefeito. O movimento luta pra que a prefeitura pague os catadores pelo serviço que fazem”, afirma. Depois acrescenta: “A gente não pode se vendê por comida [...]. Precisemo de um curso bom pra aprendê.”²⁶⁰ Ela conta que foi escolhida como delegada do movimento da Região Norte do Rio Grande do Sul. Satisfeita, resume: “Pra mim é uma coisa muito boa. Aonde a gente vai, a gente fala que faz parte do movimento dos catadores. Muitas pessoas não conhecem ainda o que é o movimento”.

Por outro lado, muitos membros da associação ainda não compreenderam o significado, os objetivos e a amplitude do movimento, nem se sentem integrantes do mesmo. Prova disso é a afirmação de Jocelino Lopes:²⁶¹ “Eu acho até que eles (movimento) podem trazê benefício pra ARCAN. O trabalho deles é lutar pelas Frentes (Emergenciais de Trabalho) [...]. Eu acho que a ARCAN não pode misturar o movimento com as coisas daqui”. Através do Movimento Nacional de Catadores, a associação conseguiu 20 vagas, por seis meses, no Programa das Frentes Emergenciais de Trabalho em que o governo federal repassou um benefício mensal para cada catador/a de um (01) salário mínimo.

De acordo com Grimberg as principais reivindicações atuais do movimento nacional dos catadores/as são: 1) *Direito à remuneração* – pelo serviço público que prestam; 2) *Direito ao trabalho digno* – condições de trabalho (galpão, prensa, balança, empilhadeira); 3) *Avançar na cadeia da triagem* – na linha do pré-beneficiamento; 4) *Linhas de crédito* –

²⁶⁰. Entrevista concedida em 16 de fevereiro de 2005.

²⁶¹. Entrevista concedida dia 29 de dezembro de 2004.

investimento; 5) *Capacitação* – técnica, política, gerencial, para o cooperativismo; 6) *Luta por outros direitos* – moradia, educação, reconhecimento...²⁶²

Segundo estimativa recente do MNCR existe no Brasil cerca de dois milhões de catadores/as e apenas 60 mil fazem parte do movimento. “Construir grupos em bases orgânicas de acordo com os princípios e objetivos da classe é uma das vantagens que o trabalhador alcança ao se organizar”, afirma Alexandre Camboim, da coordenação nacional do MNCR. Para ele, a autonomia do catador só é possível quando este “rompe com o atravessador e acessa diretamente a indústria” (de reciclagem) com a qual vai negociar, por meio de contratos, melhores condições de venda dos materiais recicláveis. “Estas conquistas não são apenas econômicas, mas também de fortalecimento da dignidade humana em relação à sociedade”.²⁶³

Para Paulo de Tarso Carvalhaes,²⁶⁴ “o movimento nacional dos catadores terá um caráter tanto mais social quanto mais economicamente ele tiver se desenvolvido [...]. O coletivo dos catadores precisa dominar o ciclo da coleta e da reciclagem [...] e crescerem como agentes econômicos [...]. Eles não podem continuar sendo vistos como coitados, mas como cidadãos de direitos.”

Segundo Sérgio Carvalho Borges,²⁶⁵ muitas empresas que prestam serviço de coleta seletiva para as prefeituras municipais acabam tirando a possibilidade de o catador ficar com o material. “Essa empresa privada, além de receber da prefeitura pelo trabalho que faz também ganha em cima da venda do material que tira do catador [...]. Esse material é o último recurso que ele tem pra sobreviver antes de sair para roubar”, afirma Borges.

Dos 57 municípios do Rio Grande do Sul que têm cooperativas e associações de catadores/as funcionando, o movimento nacional dos catadores/as está articulado com 27

²⁶². Embora faça um bom tempo que existe uma discussão sobre a matéria a nível interministerial, os catadores/as ainda não contam com seus direitos sociais garantidos em lei e de fato. A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) nomeia o catador como profissional. Mas a atividade profissional ainda não está regulamentada.

²⁶³. Cf. www.brasildefato.com.br/forum/catadores.htm

²⁶⁴. Entrevista concedida ao autor dia 30 de abril de 2004. Quando da entrevista Paulo de Tarso CARVALHAES era Secretário de Habitação de Guarulhos/SP. Foi diretor da iluminação pública em São Paulo na gestão Luiza Erundina. Trabalhou na Senacoop (Secretaria Nacional de Cooperativismo). Neste período colaborou na criação da Coopamare – Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis Ltda, em São Paulo.

²⁶⁵. Entrevista concedida ao autor dia 11 de fevereiro de 2005, na sede da ARCAN, por ocasião de uma assembléia da entidade. Sérgio é membro da coordenação estadual (RS) do movimento nacional dos catadores e reside em Porto Alegre.

bases.²⁶⁶ Conforme organograma do movimento, a base de Erechim inclui a ARCAN e os catadores/as do município de Barão de Cotegipe que mantém estreita parceria com a ARCAN. Há diversas “bases” vinculadas à Federação de Associações de Recicladores do Rio Grande do Sul (FARRGS), com a qual o movimento tem algumas divergências.

Por fim, há de se considerar que a dinâmica do Movimento dos Catadores no Sul do país é diferente da dinâmica verificada, por exemplo, em São Paulo, Belo Horizonte ou Rio de Janeiro. Que o MNCR venha a se fortalecer e ganhar fôlego à semelhança do Movimento dos Sem Terra é uma questão que só o tempo dirá. À primeira vista percebe-se que há elementos muito distintos entre ambos os movimentos, o que não permite uma comparação simples e direta. Todavia, outros fatores possibilitam afirmar que qualquer setor popular uma vez organizado e articulado em suas diferentes instâncias consegue dar passos significativos na direção dos seus objetivos.

²⁶⁶. Idem

Considerações finais

"Agora, aqui, veja, é preciso correr o máximo que você puder para permanecer no mesmo lugar. Se quiser ir a algum outro lugar, deve correr pelo menos duas vezes mais depressa do que isso!"
[Lewis Carroll]

1) Exclusão Social

A exclusão socioeconômica e sociocultural é um subproduto do capitalismo neoliberal, que vem se acentuando com o passar do tempo. No contexto de “mercado total”, muitos dos que outrora eram denominados *exército industrial de reserva* (Marx) vão sendo transformados em numa espécie de “lixo industrial”. O próprio aumento do número de catadores/as pelas ruas das cidades e nos lixões, nos últimos anos, tem a ver com esta realidade.

No caso específico de Erechim, fica claro para mim que a exclusão social, atingindo consideráveis segmentos da população, foi originada: a) Pelo processo de êxodo rural e a incapacidade da cidade acolher esse contingente de mão-de-obra; b) Pela falta de qualificação profissional exigida pelo mercado de trabalho; c) Pelos efeitos perversos da chamada *reestruturação produtiva*. Também se liga a uma “sutil” segregação étnico-racial e espacial.

2) Identidade e relação dos catadores

Pude perceber que os catadores/as observados durante a pesquisa são portadores de algumas posturas paradoxais, tais como: *passivismo* e *revolta*; *independência* e *paternalismo*; *determinação* e *falta de visão empreendedora*; *individualismo* e *solidariedade*. Deixam-se conhecer abertamente em sua fragilidade, mas também ocultam muito da sua identidade e das suas estratégias de sobrevivência. Em geral, sentem-se vítimas

de um forte rescaldo e marginalização social. Esses conteúdos têm variações de intensidade entre um indivíduo e outro.

De outra parte, mesmo em silêncio, os catadores/as denunciam a perversidade do sistema de mercado que degrada, segrega e exclui. Com sua simples presença eles/elas fazem uma interpelação à sociedade, na medida em que põem a descoberto, de forma emblemática, as desigualdades sociais. Levantando-se da “lata de lixo”, convocam a uma profunda transformação sócio-ambiental. Como diz Darcy Ribeiro, referindo-se ao papel das *classes oprimidas*: ‘apesar de sua natureza inorgânica e cheia de antagonismos, cabe a elas o papel de renovar a sociedade’ (1995: 210). A capacidade de resistência dos excluídos (negros, indígenas, mulheres...) pode ajudar a refazer o tecido social e a panorâmica ambiental.

A propósito, a superação do paternalismo é um dos maiores desafios para os catadores/as, já que vivem nessa iminência. Por um lado, necessitam da doação do material reciclável para garantir seu trabalho e subsistência. Assim, estão sempre na virtualidade do paternalismo ou assistencialismo de quem dá. Por outro lado, se não contarem com a doação do material, podem acabar entrando na mesma lógica do mercado capitalista (compra e venda).²⁶⁷

O paternalismo e o clientelismo criam uma dependência doentia. Enquanto numa relação gratuita dá-se algo sem esperar nada em troca, ou numa relação comercial dá-se “isto” em vista “daquilo”; numa relação paternalista, o doador pode tornar-se satisfeito colaborador e o receptor um “viciado” no recebimento, o que é um grande entrave para a construção da autonomia cidadã.

3) Cidadania emancipadora

Uma das principais demandas da ARCAN está relacionada à capacitação dos seus membros. Vê-se que a maioria dos catadores/as ainda não consegue dizer a sua própria palavra. Falta-lhes uma participação mais ativa dentro da associação e no âmbito da sociedade. A este quadro, ajuntam-se enormes dificuldades de leitura, escrita e operações matemáticas. Na medida em que não dominam cálculos, nem conseguem se apropriar de

²⁶⁷. Interessante ver: GODELIER, Maurice. *O enigma do dom*. Rio de Janeiro, Ed. Record, 2001. A questão central do livro é a inalienabilidade de certos bens. Ele distingue entre *objetos preciosos* e *sagrados*, propondo que os objetos sagrados e inalienáveis realizariam “a síntese do real com o imaginário que compõem o ser social do homem.” Ao longo da obra, trata das coisas que se devem dar, das coisas que se devem vender e daquelas que não se devem dar nem vender, mas guardar.

questões comerciais, administrativas e gerenciais, abrem lacunas para desconfianças entre si, podendo favorecer, inclusive, a ocorrência de erros e fraudes.

No aspecto sócio-político, o grupo enfrenta profundos desafios. A falta de um trabalho mais resolutivo nesta direção está permitindo a reprodução de relações do tipo “empresarial”. Verifiquei, em diversas ocasiões, que membros da diretoria (principalmente presidente e tesoureiro) são vistos como uma espécie de “patrões”. Isso também passa pela linguagem, sendo recorrente a utilização do tratamento na terceira pessoa do plural. Ao empregarem o pronome “eles” e não “nós”, demonstram não se sentirem efetivamente integrantes da associação.

Ademais, há dificuldades no sentido de perceber o horizonte mais amplo da luta dos catadores/as. Tudo acaba limitando o alcance da experiência cooperativista e criando barreiras para o aprimoramento da cidadania emancipadora e para a luta pela transformação social. Para avançar na consciência sociopolítica de forma crítica e garantir um melhor desempenho da gestão coletiva da associação, é preciso investir com afinco num plano de formação e capacitação abrangente e continuado.²⁶⁸

4) Questão ambiental

Considero que a grande novidade presente em organizações de catadores/as como a da ARCAN é a tentativa de articulação dos *princípios do cooperativismo* com os valores éticos da *regeneração* e do *cuidado com o meio ambiente*. Ao realizarem o trabalho da reciclagem, os catadores/as conjugam de modo particularmente distinto, elementos alternativos à forma de produção capitalista e ao padrão consumista, depredador e insustentável.

Vivemos num tempo de múltiplos e complexos problemas ambientais que se alçam ao nível mundial. A poluição, o aquecimento da terra, os lixões a céu aberto, tudo faz parte desse cenário. Vinculados a ele estão os catadores, não raras vezes deixados à deriva das políticas públicas e dos benefícios da coleta. Em face disso, entendo que a melhor alternativa seja pensar a coleta seletiva, a reciclagem e a compostagem em conjunto com os catadores/as, incentivando e apoiando as suas organizações.

²⁶⁸. De fevereiro a agosto de 2005, desenvolveu-se o projeto *Por um Brasil Alfabetizado*, numa parceria do Sesi (Serviço Social da Indústria) com o governo federal, do qual participaram 25 catadores/as associados da ARCAN. As aulas foram realizadas duas vezes por semana junto à Obra Santa Marta. Embora importante, esse projeto é totalmente insuficiente para fazer frente às demandas existentes, uma vez vistas sob a ótica da cidadania ativa.

Creio ser preciso garantir uma reciclagem integradora dos aspectos éticos, sociais, econômicos e ecológicos. Torna-se indispensável substituir o “mais” pelo “melhor”; o “bem-estar” de alguns pelo “bem viver” de todos; a prática do desperdício pela preservação dos recursos naturais; a cultura do individualismo pela solidariedade responsável; o lucro extorquido das mãos do trabalhador pelo trabalho cooperativo e pelo usufruto solidário.

5) Economia solidária

O debate sobre o alcance e a importância da economia solidária no contexto atual não detém unanimidade. Em sua tese de doutorado, Rosangela Nair de Carvalho Barbosa (2005), por exemplo, faz uma dura crítica aos pressupostos teóricos e às expressões práticas dessa forma de economia. Para ela, as experiências de economia solidária em curso pelo país não são capazes de eliminar o conflito de classes e de superar as contradições da economia capitalista. Acusa que o efeito de sociabilidade dessas iniciativas é limitado a pequenos grupos, sendo uma alternativa praticamente insignificante no que tange às mudanças estruturais.

Barbosa entende que o *novo cooperativismo* (tomado sob a ótica da autogestão) não consegue garantir autonomia a seus adeptos, além de se constituir numa forma de trabalho desregulamentado. Desse modo, o cooperativismo estaria avalizando a precarização do trabalho e dos direitos dos trabalhadores. Afirma também que há uma debilidade estrutural quanto à sustentabilidade dessas experiências em função do “diminuto capital de giro que conseguem reunir, da defasagem tecnológica, baixa escolarização dos trabalhadores e improvisada cadeia produtiva e de comercialização” (2005:259).

Entretanto, a mim parece que o trabalho cooperativo envolvendo catadores/as de materiais recicláveis abre brechas significativas para pensar três graves problemas: *ambiental, social e econômico*. Creio, igualmente, que a ética da *economia solidária* é portadora de elementos com força social capaz de estimular o enfrentamento do capitalismo desumanizador e degradante do meio ambiente. Se as pequenas cooperativas e associações com inspiração solidária e prática de autogestão não significam uma contraposição frontal ao sistema capitalista, ao menos apontam o desejo de outra ordem necessária para garantir a vida dos excluídos.

6) A des(ordem) do progresso

Somos partícipes de uma realidade que anda de *pernas para o ar*, permeada de medo e insegurança. Como afirma Eduardo Galeano: “Quem não é prisioneiro da necessidade é prisioneiro do medo: uns não dormem por causa da ânsia de ter o que não têm, outros não dormem por causa do pânico de perder o que têm. O mundo ao avesso nos adentra para ver o próximo como uma ameaça e não como uma promessa, nos reduz à solidão e nos consola com drogas químicas e amigos cibernéticos” (1999:7 e 8).

Nesse descompasso estrutural e conjuntural, parece mesmo que o desafio maior consiste em reciclar a *ordem* que gera a *desordem* de um *progresso* que é incômodo. Não se trata apenas de remexer, virar ou revirar a ordem vigente, mas subverter tal ordenamento ideológico, político, econômico e cultural no sentido de transformar a sociedade como um todo.

7. Outras sugestões

Ao final deste ensaio dissertativo apresento algumas sugestões. Assim, espero contribuir com a luta da ARCAN e, eventualmente, de outras experiências similares. Sugiro, pois:

a) Criar, na ARCAN, um *fundo* para despesas com formação, participação em encontros, cursos e necessidades afins. Diante do desejo manifestado por alguns catadores de ter sua *aposentadoria* garantida, creio que o melhor jeito seja através de um *fundo coletivo auto-gerido*.

b) Garantir, junto à Universidade Regional Integrada (URI – Campus de Erechim), *bolsa de estudo* em cursos universitários para catadores/as ou filhos de catadores/as a fim de que possam se capacitar para enfrentar deficiências existentes na associação.

c) Fortalecer a *integração entre a ARCAN e o Movimento Nacional dos Catadores/as*. Por um lado, isso ajudará a encetar mais o nível de consciência política e cidadã dos catadores/as associados. Por outro, poderá garantir a contribuição da ARCAN junto ao movimento.

d) Lutar pela criação de mecanismos legais, no município, que possam prever a *remuneração aos catadores/as organizados* em associações ou cooperativas pelo serviço de limpeza pública que prestam. Assim como a empresa terceirizada recebe para coletar e

transportar o “lixo”, os catadores/as teriam o direito de remuneração pelo trabalho que realizam. Na verdade, aquilo que eles recolhem a Prefeitura não precisa pagar para a empresa coletar. Esta, aliás, é uma das bandeiras que vem sendo defendida pelo Movimento Nacional dos Catadores.

Segundo cálculos efetuados, com o dinheiro que a Prefeitura de Erechim²⁶⁹ economizaria nos serviços de coleta de materiais recicláveis – no correspondente à parcela recolhida pelos catadores/as – daria perfeitamente para pagar um plano de aposentadoria básico para esses trabalhadores. O cálculo foi feito em abril de 2005, tendo por base os 37 catadores/as que estavam, então, trabalhando na ARCAN.

e) Procurar, com o apoio da Prefeitura Municipal e de outros parceiros, desenvolver *campanhas* efetivas junto ao *comércio, indústria e postos de serviços* com a finalidade de obter o compromisso de *doação* de material reciclável para os catadores/as organizados em associações e cooperativas. Como forma de reconhecimento a esses colaboradores, conceder o selo “*empresa amiga do catador*”, a exemplo do que a Asmare, em Belo Horizonte/MG, realiza há vários anos com resultados muito positivos.

f) Garantir a realização de *campanhas* massivas e sistemáticas (com recursos públicos), atingindo *toda a sociedade* a fim de fomentar a consciência sobre a coleta seletiva e a prática da separação do “lixo” na fonte. Importante destacar que a coleta só será seletiva se a disponibilização dos resíduos pelos geradores for seletiva. No entanto, deve haver o cuidado para não tornar muito complexo o processo, sob pena da população não aderir. Talvez o ideal seja trabalhar com a separação em três segmentos: 1) materiais recicláveis; 2) resíduos orgânicos; 3) rejeitos. Esse procedimento é fundamental para a maior eficiência do trabalho de reciclagem e compostagem. Para tanto a Prefeitura Municipal necessita prever e prover um *sistema para captação* dos materiais, com recipientes adequados.

g) Decorrido certo tempo de uma campanha eficaz, criar dispositivos municipais prevendo *multas educativas* aos que não cumprirem com as responsabilidades relativas ao correto procedimento com o “lixo”. A fixação de uma disciplina neste sentido poderá criar

²⁶⁹. Em 2004, a Prefeitura Municipal gastou R\$ 1.890.950,50 (aproximadamente 3,20% do orçamento geral dos órgãos de governo) para os serviços de *limpeza pública*. Nestes serviços estão incluídos a coleta e o destino final do lixo, a varrição das ruas, avenidas e praças, o serviço de limpeza de sarjetas e coleta de podas. Informações prestadas ao autor em 27 de abril de 2005 por Líbera Pivoto Bresolin, responsável pela Secretaria de Coordenação e Planejamento e Controle Interno da Prefeitura Municipal de Erechim.

uma nova cultura em relação à questão ambiental. Os eventuais recursos advindos dessas *multas* entrariam para um fundo público gerido pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente. Tais recursos poderiam ser destinados a ações educativas nesta mesma área.

h) Implantar a *gestão integrada de resíduos* com a participação efetiva do Poder Público Municipal, do setor industrial e comercial, dos catadores/as e de ampla representação da sociedade civil. Somente discutindo conjuntamente responsabilidades e ações concretas será possível construir políticas ambientais, sociais, econômicas e éticas adequadas.

Adotar a lógica de gerar o mínimo de resíduos e reciclar o máximo pode conduzir ao aperfeiçoamento dos processos industriais, estabelecendo metas de redução considerável de geração de resíduos. Não basta pensar no *nível de vida* das pessoas. É preciso almejar a melhor *qualidade de vida* para todos. Isso implica pensar nos bens coletivos planetários e no direito de precaução (lei de biossegurança).

Nesta direção proponho que, além da instalação de uma usina de compostagem junto ao novo aterro que está sendo projetado,²⁷⁰ seja estudada a viabilidade de implantação de um sistema de *captação de gás metano e produção de gás natural*. Tal projeto poderia agregar a possibilidade de venda dos *créditos de carbono*, conforme previsto no Protocolo de Kyoto.

i) Instituir o *Fórum Municipal Lixo e Cidadania*. Trata-se de um movimento aberto, que reúne entidades e pessoas comprometidas com a erradicação do trabalho infantil ligado ao lixo e com a erradicação dos próprios lixões. Também visa realizar estudos, debates e seminários no sentido de contribuir com a recuperação de áreas degradadas e apoiar os catadores de materiais recicláveis.²⁷¹

Em relação à gestão dos resíduos sólidos, o Fórum Nacional Lixo e Cidadania propõe a responsabilidade compartilhada baseada na logística reversa. Assim, o *produtor de embalagens* deve implantar sistema de retorno de material para o processo produtivo. A

²⁷⁰. Adelino Collet, Secretário de Coordenação e Planejamento, declarou em 27 de abril de 2005 que no novo aterro haverá usina de compostagem e de reciclagem: “Pretendemos, como alvo primeiro, envolver e capacitar os que estão no aterro hoje”.

²⁷¹. “O Fórum Estadual Lixo e Cidadania do Rio Grande do Sul reúne as entidades relacionadas ao setor resíduos sólidos no RS, ONGs voltadas para os temas ambiental, sócio-educativo, desenvolvimento comunitário e economia solidária e todas aquelas entidades que queiram comprometer-se com os três objetivos básicos: erradicação de lixões; recuperação de áreas degradadas; apoio aos catadores de materiais recicláveis. Os Fóruns Lixo e Cidadania existem há 5 anos em nível nacional e municipal e já tiveram importantes efeitos práticos: 46.272 crianças foram retiradas do trabalho com lixo e colocadas em escolas, ampliaram-se os recursos do governo federal investidos em projetos de gerenciamento de resíduos sólidos e o oferecimento de oportunidades de capacitação técnica e gerencial, a profissão de catador foi reconhecida e o trabalho infantil com lixo foi incluído entre as formas de trabalho infantil no Brasil”. (Cf. www.abes-rs.org.br/felc-rs)

população, tendo acesso a este sistema, fará retornar os materiais utilizados. Os catadores/as, por sua vez, serão os agentes que gerenciarão o caminho destes materiais, recebendo-os e promovendo a sua comercialização para as indústrias ou reciclando diretamente.²⁷²

j) Criar um *Instituto de Pesquisa e Assessoria Sócio-Ambiental* para realizar estudos sobre a questão sócio-ambiental urbana e rural na região do Alto Uruguai. Essas pesquisas poderiam ajudar a desencadear ações na perspectiva de um *desenvolvimento justo e sustentável*.²⁷³ Aliado a isso poderia estar um projeto de fomento de novas *cooperativas populares e redes de solidariedade*.

Experiências neste sentido vêm tendo êxito em vários lugares. Exemplo concreto é o da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo (ITCP/USP), que ajudou a fomentar e acompanha cerca de quinze grupos, associações e cooperativas. Em maio de 2004, a Incubadora reunia aproximadamente 40 alunos e professores de diversos cursos da graduação e pós-graduação, envolvidos na coordenação, pesquisa, assessoria e extensão. De acordo com Juliana Braz,²⁷⁴ a Incubadora estimulou a criação de *clubes de compra e de troca*, o que fortaleceu a prática da economia solidária.

k) Incluir no *currículo escolar* das Escolas e Universidade disciplinas específicas para aprofundar a questão sócio-ambiental. Onde já existe, ampliar esse debate, visando a criação de uma cultura responsável sobre o tema.

²⁷². Cf. Ana Lúcia Brasil, secretária executiva do Fórum Lixo e Cidadania do Estado de São Paulo, durante o *Workshop Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de São Paulo e lançamento do documentário e exposição fotográfica “Carroceiros”*, realizado no Centro Universitário Senac – Campus de Santo Amaro/SP, dia 07 de abril de 2005. Segundo Ana Lúcia, existem 23 Fóruns Estaduais Lixo e Cidadania no Brasil.

²⁷³. “A *sustentabilidade* tem a ver com a questão social, ambiental, econômica, cultural, técnica, gerencial e política. Do ponto de vista da destinação dos resíduos, os lixões são um absurdo e os aterros sanitários não são ainda a melhor solução [...]. Não podemos desconsiderar que 20% dos recursos naturais estão degradados e perdidos para sempre”. A afirmação foi feita por Elisabeth Grimberg no “*Seminário de reciclagem e valorização de resíduo sólido, coleta seletiva e inclusão social*”, realizado dia 18 de março de 2005 nas dependências da Escola Politécnica da USP. Grimberg é mestra em Sociologia e Coordenadora da Área de Meio Ambiente Urbano do Instituto Polis, em São Paulo; Secretária Executiva do Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo e integrante da Coordenação do Fórum Nacional Lixo e Cidadania.

²⁷⁴. Entrevista concedida ao autor dia 3 de maio de 2004 na sede da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo (ITCP/USP). Juliana é graduada em Psicologia pela USP. Na ocasião da entrevista, exercia a função de coordenadora geral da ITCP/USP. Segundo ela, o *clube de compra* é um jeito de organizar o consumo. Uma vez comprando coletivamente, em maior quantidade, é possível baixar o preço. Já o *clube de troca* é um espaço em que as pessoas levam, para trocar, aquilo que produzem. Nesses clubes de troca existem moedas próprias. Sobre os desafios, Juliana Braz afirma: “Não é só montar cooperativas e fazê-las gerar renda. É construir com elas um caminho, mudança de valores, uma transformação cultural [...]. Na economia, a gente tem como base Paul Singer e na educação, Paulo Freire [...]. Nós trabalhamos nas fissuras do capitalismo, mas pensando na transformação, noutra lógica de economia e de entendimento de valores.”

l) Organizar a Pastoral da Ecologia na Diocese de Erechim, como já existe em outras dioceses,²⁷⁵ articulada com o conjunto das Pastorais Sociais.

8) Questões finais

Permanecem ainda outras questões muito pertinentes, que não puderam ser tratadas aqui em função dos limites deste trabalho e mesmo porque só com o passar do tempo será possível ter elementos para tematizá-las. Contudo, gostaria de pontuar algumas para eventuais abordagens futuras.

a) A ARCAN mantém uma ligação incipiente com o Movimento Nacional dos Catadores/as. Enquanto alguns membros da associação vêm no movimento um aliado fundamental para a conquista de direitos, outros ainda não conseguem perceber a importância disso. Diante dessa constatação fica a pergunta: Qual a contribuição que a ARCAN pode dar ao movimento e vice-versa no sentido de potencializar a construção da cidadania?

b) Verifica-se, na ARCAN, que alguns gostariam que a associação “andasse com as próprias pernas”, o que em boa medida já é uma realidade. Outros afirmam que o apoio dos parceiros é imprescindível e vital. Daí se pode perguntar: Se os parceiros (ou seja, aqueles que colaboraram diretamente na criação e estruturação da ARCAN e outros) deixarem de apoiar os catadores/as, qual o futuro da associação?

c) A Prefeitura Municipal está em vias de instalação do novo aterro sanitário. Em 27 de abril de 2005, o Secretário de Coordenação e Planejamento do Município disse que junto ao novo aterro será instalada uma usina de reciclagem e de compostagem. Afirmou ainda que serão realizadas campanhas massivas na mídia e nas escolas para expandir a coleta seletiva para toda a cidade. Permanece a questão: Com esse processo a ARCAN será também fortalecida ou será prejudicada e ofuscada?

d) O lixão é uma situação ambiental perversa que gera muitos problemas extremamente sérios, como foi aludido neste trabalho. Não basta erradicar o lixão, nem levá-lo à condição

²⁷⁵. Luiz A. de Souza Amaral relata que, em São Paulo, por exemplo, a preocupação da Igreja com a ecologia vem de alguns anos, sobretudo depois da Campanha da Fraternidade/1979 que tratou deste tema. “A Pastoral da Ecologia está preocupada com o ser humano: condições de moradia, ar, água que consome e lixo que produz [...]. O trabalho da Pastoral da Ecologia envolve especialmente os jovens”. Entrevista concedida ao autor dia 27 de outubro de 2004. Luiz Antonio de Souza Amaral é biólogo e pedagogo. Quando da entrevista, respondia pelo posto de Diretor do Departamento de Educação Ambiental e Planejamento (Deapla) da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente de São Paulo. Também era coordenador da Pastoral da Ecologia na Arquidiocese de São Paulo.

de aterro sanitário controlado. É preciso e é possível uma solução muito mais racional. Não podemos continuar desperdiçando materiais e perdendo a chance de uma vida mais equilibrada. Diante desse quadro, como garantir um desenvolvimento *economicamente viável* para todos, *socialmente justo e ecologicamente sustentável*,²⁷⁶ preservando a nossa *casa comum e a dignidade dos seus hóspedes*?

e) Ficou evidenciado aqui o reconhecimento da ARCAN por parte da sociedade em geral. Caberia, entretanto, um estudo específico para averiguar acerca das motivações preponderantes desta valorização. Seriam razões puramente sentimentais (piedade ou comiseração); de ordem sociopolítica e econômica; ou de natureza sócio-ambiental? Estariam os catadores/as merecendo mais atenção e respeito por se apresentarem sob nova visibilidade ou por serem vistos como “cidadãos de direitos”, negados de tê-los, e “sujeitos sociais”, impedidos de sê-los?

Ora, o desafio que se põe não é só com a *reciclagem do progresso* produzido (redistribuição dos bens), senão também com o enfrentamento da *(des)ordem* deste tipo de *progresso neoliberal*. Para ser *alternativa*, a organização dos catadores/as não pode reproduzir a estrutura da “ordem” social e econômica estabelecida. A *nova* ordem deve definir-se necessariamente como mais justa, humana e solidária.

Para concluir, quero reafirmar que os excluídos têm direito a ter direitos de fato. Porém, entre os direitos e os fatos (a realidade) existe espaçosa medida para a organização, a luta e a solidariedade. Oxalá os catadores/as organizados obtenham os direitos sócio-econômicos e sejam para o conjunto da sociedade uma amostra de esperança e um convite sempre posto para a construção de uma nova ordem sócio-ambiental!

²⁷⁶. Embora a questão da *sustentabilidade* tenha diferentes entendimentos, pode-se ter um mínimo de consenso a respeito, dizendo que uma sociedade é sustentável quando: “É movida por energia renovável; não diminui a biodiversidade nativa; não gera resíduos; e quando as alterações na organização dos elementos ambientais não impedem a continuidade dos principais processos ecológicos; o acesso aos recursos ambientais, à propriedade e a renda distribuem-se entre seus indivíduos ou grupos, sem concentração” (André Rodrigues Lima In: Anteaq, 2004:125). Sobre o assunto, ver: MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. *O mito do desenvolvimento sustentável – meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias*. Florianópolis, Editora da UFSC, 2001.

Bibliografia utilizada

- ABREU, Maria de Fátima. *Do lixo à cidadania: estratégias para a ação*. Brasília, Caixa, 2001.
- ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão). *Autogestão e Economia Solidária: uma nova metodologia*. São Paulo, Anteag, 2004.
- BALANDIER, Georges. *A desordem: elogio do movimento*. Tradução de Suzana Martins, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.
- BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. *A Economia Solidária como Política Pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil*. Tese de Doutorado em Serviço Social, PUC/SP, São Paulo, 2005.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro, Zahar, 1999.
- ----- . *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro, Zahar, 2001.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. *Cidadania em Preto e Branco*. 3ª ed., 6ª impressão, São Paulo, Ed. Ática, 2002.
- BLASS, Leila. *Trabalho: lugares e significados*. São Paulo, datil. 2002.
- BOFF, Leonardo. *Saber cuidar – ética do humano – compaixão pela terra*. Petrópolis, Vozes, 1999.
- BORIN, Marisa do Espírito Santo. *Desigualdades e rupturas sociais na metrópole: os moradores de rua em São Paulo*. São Paulo, Tese de Doutorado em Ciências Sociais, PUC/SP, 2003.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1984.
- BRUXEL, Arnaldo. *Os trinta povos guaranis*. 2ª ed., Porto Alegre, EST Nova Dimensão, 1978.
- BUARQUE, Cristovam. *A desordem do progresso: o fim da era dos economistas e a construção do futuro*. 4ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.
- ----- . *Olhar a (da) rua*. In: BURSZTYN, Marcel (org.). *No meio da rua – nômades, excluídos e viradores*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Garamond, 2003.
- BURSZTYN, Marcel (org.). *No meio da rua – nômades, excluídos e viradores*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Garamond, 2003.
- CALDERONI, Sabetai. *O\$ bilhão\$ perdido\$ no lixo*. 4ª ed., São Paulo, Humanitas Editora/ FFLCH/USP, 2003.
- CASSOL, Ernesto. *Histórico de Erechim*. Passo Fundo: Cese/Instituto Social Padre Berthier, 1979.
- COIMBRA, José de Ávila Aguiar. *O outro lado do meio ambiente*. São Paulo, CETESB/ASCETESB, 1985.

- DAGNINO, Evelina. *Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania*. In: DAGNINO, Evelina (org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1994.
- DEMO, Pedro. *Cidadania tutelada e cidadania assistida*. Campinas – SP, Editora Autores Associados, 1995.
- Dicionário de Ciências Sociais/ Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Documentação; Benedicto Silva, coordenação geral; Antônio Garcia de Miranda Netto et alii, 2ª ed., Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987.
- Dicionário do pensamento social do Século XX - Editado por Willian Outhwaite, Tom Bottomore; com a consultoria de Ernest Gellner, Robert Nisbet; editoria da versão brasileira, Renato Lessa, Wanderley Guilherme dos Santos; tradução de Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1996.
- FIOROTTI, Egídio. *Indígenas: extermínio ou dominação*. Monografia de graduação do Curso de Filosofia, FAFIMC, Viamão – RS, 1995, mimeo.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 15ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- GAJARDO, Marcela. *Pesquisa participante: propostas e projetos*. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1984.
- GALEANO, Eduardo. *De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso*. Porto Alegre, L&PM, 1999.
- Governo do Estado do RS - Secretaria do Meio Ambiente. *Código Estadual do Meio Ambiente*. Porto Alegre, 2000.
- GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, 5ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984.
- HIRATA, Helena. *Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero* in Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho, ano 4, nº 4, 1º/1998.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed., 16ª reimpressão, São Paulo, Companhia das Letras, 2003.
- JUVÊNCIO, Fernanda de Castro; ANDRADE, Geraldo V. de; PANZUTTI, Ralph. *Cooperativismo ao alcance de todos*. 2ª ed., São Paulo: OCESP, 2000.
- KOTLER, Philip & ARMSTRONG, Gary. *Princípios de Marketing*. 5ª ed., Rio de Janeiro, Ed. Prentice-hall do Brasil Ltda., 1991.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. 2ª Reimpressão, Belo Horizonte, Editora UFGM, 2004.
- MARICATO, Ermínia. *As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias*. In: ARANTES, O. & VAINER, C. & MARICATO, E. *A cidade do pensamento único - desmanchando consensos*. 2ª ed., Petrópolis, Vozes, 2000.
- MARTINS, José de Souza. *A Sociabilidade do Homem Simples – Cotidiano e História na Modernidade Anômala*. Ed. Hucitec, 2001.
- ----- . *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis, Vozes, 2002.

- ----- . *Exclusão social e a nova desigualdade*. 2ª ed., São Paulo, Paulus, 2003.
- MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. In: K. Marx & Engels. *Obras Escolhidas*. 2ª edição, Editorial Vitória, Rio de Janeiro, 1961.
- MATTE, Deborah. *Cocel: Uma trajetória de sucesso = Una trajetoria di successo*. Porto Alegre, Cocel, 2003.
- MENDES, José Manuel Oliveira. *O desafio das identidades*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Globalização: Fatalidade ou Utopia?* Porto, Edições Afrontamento, 2001.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa, São Paulo/SP– Campinas/SP, Boitempo Editorial – Editora da UNICAMP, 2002.
- MORIN, Edgar e NAÏR, Sami. *Uma política de civilização*. Lisboa, Instituto Piaget, 1997.
- MORIN, Edgar. *O Método 4*. Tradução de Juremir Machado da Silva, 3ª ed., Porto Alegre, Sulina, 2002.
- PAIS, José Machado. *Ganchos, tachos e biscates. Jovens, trabalho e futuro*. Porto, Âmbar, 2001.
- PAIVA, Romeu. *Revista de Erechim*, junho de 1951.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 8ª ed., Porto Alegre, Mercado Aberto, 1997.
- PIRAN, Nédio. *Agricultura Familiar: lutas e perspectivas no Alto Uruguai*. Erechim/ RS, EdIFAPES, 2001.
- POCHMANN, Marcio & AMORIM, Ricardo (orgs.). *Atlas da Exclusão Social no Brasil*. São Paulo, Cortez, 2003.
- POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. Tradução de Elcio Fernandes, 2ª reimpressão, São Paulo, Editora UNESP, 1998.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil*. 2ª edição, 15ª reimpressão (2000), São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 48, Coimbra, junho/1997.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Produzir para viver – Os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.
- SANTOS, Maria Cecilia Loschiavo dos. *Cidades de Plástico e Papelão – O habitat informal dos moradores de rua em São Paulo, Los Angeles e Tóquio*. Tese de Livre Docência, FAU/USP, São Paulo, 2003.
- SEMENIK, Richard J. & BAMOSSY, Gary J. *Princípios de Marketing – Uma perspectiva global*. São Paulo: Makron Books, 1995.

- SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter – conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. 7ª ed., Rio de Janeiro - São Paulo, Record, 2003.
- SINGER, Paul. *Uma utopia militante – repensando o socialismo*. 2ª ed., Petrópolis, Vozes, 1999.
- ----- . *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SOBRINO, Jon. *O princípio misericórdia – descer da cruz os povos crucificados*. Petrópolis, Vozes, 1994.
- SUNG, Jung Mo. *Sujeitos e sociedades complexas – para repensar os horizontes utópicos*. Petrópolis, Vozes, 2002.
- TEIXEIRA, Francisco José Soares e OLIVEIRA, Manfredo Araújo de (orgs.). *Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*. 2ª ed., São Paulo, Cortez/UECE, 1998.
- TELLES, Vera da Silva. *Pobreza e cidadania*. São Paulo, Editora 34, 2001.
- THIOLENT, Michel. *Notas para o debate sobre pesquisa-ação* in: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *Repensando a pesquisa participante*. 2ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1985.
- TODOROV, Tzvetan. *A vida em comum: Ensaio de antropologia geral*. Tradução Denise Bottmann e Eleonora Bottmann, Campinas, Papirus, 1996.
- TOSTA, Tania Ludmila Dias. *Memória das ruas, memórias da exclusão*. In: BURSZTYN, Marcel (org.). *No meio da rua – nômades, excluídos e viradores*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Garamond, 2003.
- VERARDO, Luigi. In: ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão). *Autogestão e Economia Solidária: uma nova metodologia*. São Paulo, Anteag, 2004.
- VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. “Exclusão Social – um problema de 500 anos” In: SAWAIA, Bader (org.). *As artimanhas da exclusão – análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 4ª ed., Petrópolis, Vozes, 2002.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo. *Globalização, Religiões, Justiça Social: Metamorfoses e Desafios* In: SANCHEZ, Wagner Lopes (coord.). *Cristianismo na América Latina e no Caribe: Trajetórias, Diagnósticos, Prospectivas*. São Paulo, Paulinas, 2003.
- ----- . *Os sujeitos sociais em questão*. *Serviço Social & Sociedade*, Ano XIII, 40, São Paulo, Cortez Editora, Dez./1992.
- WANDERLEY, Mariangela Belfiore. *Refletindo sobre a noção de exclusão* in: SAWAIA, Bader (org.). *As artimanhas da exclusão – análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 4ª ed., Petrópolis, Vozes, 2002.
- ZANELLA, Anacleto. *A trajetória do sindicalismo no Alto Uruguai gaúcho: 1937 – 2003*. Passo Fundo, UPF Editora, 2004.

Bibliografia geral

- ABRANCHES, Sérgio. *Os despossuídos. Crescimento e pobreza no país dos milagres*. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.
- ALVES, Maria Magdalena. *Trabalhador/ empresário, empresário/ trabalhador: um cotidiano construído passo a passo: estudo crítico de uma organização produtiva sediada em Birigui/SP*. São Paulo, Tese de Doutorado em Serviço Social, PUC/SP, 2001.
- ANDERSON, Perry. *Balanço do neoliberalismo*. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- ASSMANN, Hugo e SUNG, Jung Mo. *Competência e sensibilidade solidária: educar para a esperança*. 3ª ed., Petrópolis, Vozes, 2003.
- BARBIERI, José Carlos e DIAS, Marcio. *Logística Reversa como instrumento de programas de produção e consumo sustentáveis*. Revista Tecnológica, São Paulo, Ano VI, nº 77, Abril de 2002.
- BARRÈRE, M. *Terra, patrimônio comum*. São Paulo, Nobel, 1995.
- BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro, Zahar, 1998.
- BENINCÁ, Dirceu. *Severiano de Almeida e sua História*. Passo Fundo, Gráfica e Editora Pe. Berthier, 1990.
- ----- . *Uma Diocese chamada Erechim*. Passo Fundo, Berthier, 1996.
- BIDONE, Francisco R. Andrade e POVINELLI, Jurandyr. *Conceitos básicos de resíduos sólidos*. São Carlos/SP, EESC/USP, 1999.
- BOBBIO, Norberto. *Igualdade e liberdade*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, 2ª ed., Rio de Janeiro, Ediouro, 1997.
- BOFF, Leonardo. *Ecologia: grito da Terra, grito dos pobres*. São Paulo, Ática, 1995.
- ----- . *Do iceberg à Arca de Noé – o nascimento de uma ética planetária*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Garamond, 2002.
- BUARQUE, Cristovam. *O que é apartação: o apartheid social no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1993.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. *A economia informal e submersa: conceitos e distribuição de renda*. In: GIAMBIAGI, Fábio (org.). *Distribuição de renda no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- CAPRA, Fritjof. *As conexões ocultas – Ciência para uma vida sustentável*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla, São Paulo, Editora Cultrix, 2002.
- COELHO, Rivaldo Teodoro. *A reciclagem do plástico, negócios e meio ambiente*. São Paulo, Dissertação de Mestrado em Administração, PUC/SP, 1999.

- CONCEIÇÃO, Márcio Magera. *Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade – análise interdisciplinar das cooperativas de reciclagem de lixo*. Campinas/SP, Editora Átomo, 2003.
- COUTO, Ana M. Silva. *Trabalho, cotidiano e sobrevivência: catadores de papel e seus modos de vida na cidade - Uberlândia: 1970 – 1999*. São Paulo. Dissertação de Mestrado em História Social, PUC/SP, 2000.
- DAVIS, Mike. *Ecologia do Medo*. Rio de Janeiro – São Paulo, Editora Record, 2001.
- DIAS, Allan Rodrigues. *Condições de vida, trajetórias e modos de “estar” e “ser” catador: estudo de trabalhadores que exercem atividade de coleta e venda de materiais recicláveis na cidade de Curitiba (PR)*. São Paulo, Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia da USP, 2002.
- DUCATTI NETO, Antônio. *O Grande Erechim e Sua História*. Porto Alegre, EST, 1981.
- ESCOREL, Sarah. *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 1999.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 3ª ed., São Paulo, Ática, 1978.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- FREIRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro e Brasília, INL-MEC, 1980.
- FREITAS, Silvia Antunes de. *Famílias catadoras de papel: uma trajetória entre luzes e sombras – Favela Parolin – Curitiba/PR*. São Paulo, Dissertação de Mestrado em Serviço Social, PUC/SP, 2001.
- FRITSCH, Ivânea Elisabete. *Resíduos Sólidos e seus aspectos jurídicos, legais e jurisprudenciais*. Porto Alegre, EU/Secretaria Municipal da Cultura, Unidade Editorial, 2000.
- GAMBINI, Roberto In: *Outros 500 – uma conversa sobre a alma brasileira*. São Paulo, Ed. Senac, 1999.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo, Unesp, 1991.
- GODELIER, Maurice. *O enigma do dom*. Rio de Janeiro, Ed. Record, 2001.
- GONÇALVES, Pólita. *A reciclagem integradora dos aspectos ambientais, sociais e econômicos*. Rio de Janeiro, DP&A/Fase, 2003.
- GUTIÉRREZ, Francisco & PRADO, Cruz. *Ecopedagogia e cidadania planetária*. São Paulo, Cortez/Instituto Paulo Freire, 1999.
- HADDAD, Sérgio (org.). *Ongs e Universidades – desafios para a cooperação na América Latina*. São Paulo, Peirópolis, 2002.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna – uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo, Loyola, 1992.
- HIRATA, Márcia Saeko. *Formação do espaço e espaço da formação: contexto e prática do projeto participativo na RMSP*. São Paulo, Dissertação de Mestrado – FAUUSP, 2004.

- HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos – O Breve Século XX: 1914-1991*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- ILLA FONT, Juarez Miguel. *Serra do Erechim – Tempos Heróicos*. Erechim, Empresa Gráfica Carraro, Ltda, 1983.
- JUNIOR, Paulo Lourenço Domingues. *Cooperativa e a construção da cidadania da população de rua*. São Paulo, Loyola, 2003.
- JUNGES, José Roque. *Ecologia e criação: resposta cristã à crise ambiental*. São Paulo, Loyola, 2001.
- LAJOLO, Roberto Domenico (coord.). *Cooperativa de catadores de materiais recicláveis: guia para implantação*. São Paulo, Instituto de Pesquisas Tecnológicas/Sebrae, 2003.
- LEFF, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis, Vozes, 2001.
- LEGASPE, Luciano Rodrigues. *Reciclagem: a fantasia do eco-capitalismo – um estudo sobre a reciclagem promovida no centro da cidade de São Paulo observando a economia informal e os catadores*. São Paulo, Dissertação de Mestrado em Geografia, USP/SP 1996.
- LEITE, Paulo R.. *Logística Reversa: meio ambiente e competitividade*. São Paulo, Prentice Hal, 2003.
- LELOUP, J. –Y. *Cuidar do Ser*. Petrópolis, Vozes, 1996.
- LIBÂNIO, João Batista. *As lógicas da cidade - o impacto sobre a fé e sob o impacto da fé*. São Paulo, Loyola, 2001.
- LÖWY, Michael & BENSÄID, Daniel. *Marxismo, modernidade, utopia*. São Paulo, Xamã, 2000.
- MALINVERNI, Cláudia. *A logística da reciclagem*. Revista Tecnológica, São Paulo, Ano VIII, nº 80, Julho de 2002.
- MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. *O mito do desenvolvimento sustentável – meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias*. Florianópolis, Editora da UFSC, 2001.
- MUMFORD, Lewis. *A cidade na história - Suas origens, transformações e perspectivas*. 3ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 1991.
- MUNANGA, Kabengele. *Negritude; usos e sentidos*. São Paulo, Ática, 1986.
- NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. *Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários*. In: BURSZTYN, Marcel (org.). *No meio da rua – nômades, excluídos e viradores*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Garamond, 2003.
- NASCIMENTO, E. P. do; BARREIRA, I. (orgs.). *Brasil urbano: cenários da ordem e da desordem*. Rio de Janeiro, Nothrya, 1993.
- RAMONET, Ig. *Geopolítica do caos*. Petrópolis, Vozes, 1998.
- SAMPAIO, Plínio Arruda (org.). *Desafios na luta pelo socialismo*. São Paulo, Expressão Popular, 2002.

- SANCHEZ, Wagner Lopes (coord.). *Cristianismo na América Latina e no Caribe – trajetórias, diagnósticos, perspectivas*. São Paulo, Paulinas, 2003.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade*, São Paulo, Cortez, 1996.
- _____ . *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo, Cortez, 2000.
- SAWAIA, Bader. *O calor do lugar: segregação urbana e identidade*. In: Revista São Paulo em Perspectiva, vol. 9, nº 2/ abril-junho. São Paulo, Fundação SEADE, 1995.
- _____ (org.). *As artimanhas da exclusão – análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 4ª ed., Petrópolis, Vozes, 2002.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor, as batatas*. São Paulo, Duas Cidades, 1981.
- ----- . *Que horas são?* 2ª reimpressão, São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
- Serviço Pastoral dos Migrantes (org.) *Travessias na de\$ordem global: Fórum Social das Migrações*. São Paulo, Paulinas, 2005.
- SPOSATI, Aldaísa. *Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo*. São Paulo, EDUC, 1996.
- SUNG, Jung Mo. *Deus numa economia sem coração – pobreza e neoliberalismo: um desafio à evangelização*. São Paulo, Paulus, 1992.
- ----- . *Desejo, mercado e religião*. Petrópolis, Vozes, 1998.
- THIELEN, Helmut. *Além da modernidade? Para a globalização de uma esperança conscientizada*. Petrópolis, Vozes, 1998.
- TOURAINE, Alain. *Crítica da modernidade*. Petrópolis, Vozes, 1994.
- _____ . *Poderemos viver juntos? - iguais e diferentes*. Tradução de Jaime A. Clasen e Ephraim F. Alves, Petrópolis, Vozes, 1998.
- VÉRAS, Maura P. Bicudo. *Por uma sociologia da exclusão social: O debate com Serge Paugam*. São Paulo, EDUC, 1999.
- ZAMBONATTO, Aristides Agostinho. *Os meus Erechim*. Erechim, Gráfica e Editora São Cristóvão, 1997.
- ZANIN, Maria e MANCINI, Sandro Donnini. *Resíduos plásticos e reciclagem: aspectos gerais e tecnologia*. São Carlos/SP, Edufscar, 2004.

ANEXOS

ANEXO 01

Identificação dos entrevistados/as²⁷⁷

- Abelar MENEGATI, 65 anos, Secretário Municipal de Cidadania e Promoção Social de Erechim
- Adão Leônidas BRANDALES, 18 anos, catador associado da ARCAN
- Adílio da ROSA, 29 anos, operador da central de resíduos da empresa Comil, em Erechim
- Adriana de Fátima BRANDALES, 25 anos, catadora associada da ARCAN
- Anamir de ALMEIDA, 48 anos, catadora associada da ARCAN
- André PROVIN, 32 anos, engenheiro civil da Secretaria de Obras do Município de Erechim
- Antonio VALENTINI Neto, 59 anos, padre, pároco da Catedral São José, em Erechim
- Alcerir dos SANTOS, 45 anos, catador associado da ARCAN
- Alcindo de OLIVEIRA, 34 anos, catador no lixão municipal de Erechim, residente no Bairro Progresso
- Camila GIORGETTI, 31 anos, professora na Universidade Cruzeiro do Sul (UnicSul), em São Paulo; graduada em Ciências Sociais pela PUC/SP, com Mestrado e Doutorado em Paris
- Claudete BENITES, 33 anos, catadora carrinheira, ex-integrante da ARCAN, residente no Bairro Progresso
- Dairto CORRADI, 42 anos, diretor da empresa Comil
- Dilamar dos SANTOS, 20 anos, catadora associada da ARCAN
- Doralina de OLIVEIRA, 50 anos, catadora associada da ARCAN
- Éderson Antônio RISTTE, 22 anos, catador associado da ARCAN
- Eloi João ZANELLA, 63 anos, Prefeito Municipal de Erechim
- Enori CHIAPARINI, 48 anos, professor e pesquisador em Erechim
- Ernesto CASSOL, 63 anos, professor na Universidade Regional Integrada (URI – Campus de Erechim)
- Fátima Terezinha Lopes da SILVA, 33 anos, catadora associada da ARCAN
- Francisco Rodrigues dos SANTOS, 37 anos, catador associado da ARCAN
- Geni de Fátima dos Santos PEREIRA, 33 anos, catadora associada da ARCAN
- Genirce Rosa ACOSTA, 48 anos, catadora associada da ARCAN
- Gervana da SILVA, 34 anos, catadora associada da ARCAN
- Hilário ARPINI, 72 anos, açougueiro aposentado, em Erechim
- Ingrid Margarete GEISEL, 43 anos, coordenadora do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), em Erechim, vinculado à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil

²⁷⁷. A idade e a função dos entrevistados/as correspondem à data da entrevista.

- João Batista LIBANIO, 72 anos, padre, doutor em teologia, professor, autor de diversos livros e diretor da Faculdade de Teologia do Centro de Estudos Superiores dos Jesuítas (CES), Belo Horizonte/MG.
- João Ribeiro de SOUZA, 17 anos, catador associado da ARCAN
- João ZOTTIS, 39 anos, assessor de deputado estadual (RS) e coordenador regional (Alto Uruguai) do Partido dos Trabalhadores
- Jocelino LOPES, 40 anos, catador associado da ARCAN
- José Honorato da FONSECA, 55 anos, catador associado da ARCAN
- Juliana BRAZ, 25 anos, graduada em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP), coordenadora geral da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP
- Juliana GIROTTO, 27 anos, educadora do Centro de Educação Popular (CEPO)
- Júlio BRONDANI, 50 anos, professor na Universidade Regional Integrada (URI – Campus(de Erechim) e empresário
- Julio LANCELOTTI, 54 anos, padre, coordenador do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente e coordenador da Pastoral do Povo da Rua de São Paulo.
- Luciana CAMARGO, 21 anos, catadora associada da ARCAN
- Luiz Alberto BROUWENSTRYN, 48 anos, pintor de letreiros, residente no Bairro Progresso
- Luiz BASSEGIO, 53 anos, secretário nacional da Pastoral dos Migrantes, membro da coordenação nacional do Grito dos Excluídos, secretário continental do Grito dos Excluídos, membro da Campanha contra a Alca, membro da Campanha Jubileu/2000 e do Jornal *Brasil de Fato*
- Luiz Carlos RISTTE, 18 anos, catador associado da ARCAN
- Luiz DALLA COSTA, 39 anos, vice-prefeito de Barão de Cotegipe e militante do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB)
- Luiz Felipe DE MARCHI, 49 anos, Secretário do Meio Ambiente do Município de Erechim
- Lutgardes Costa FREIRE, 44 anos, filho do educador popular Paulo Freire, membro do Instituto Paulo Freire e coordenador do acervo bibliográfico deixado pelo pai
- Maria Antonieta da Costa VIEIRA, 54 anos, Doutora em Antropologia, membro do grupo de estudos da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE/USP, assessora de movimentos sociais populares (população de rua e catadores/as) e de alguns trabalhos junto à Comissão Pastoral da Terra (CPT)
- Maria Catarina XAVIER, 47 anos, catadora associada da ARCAN
- Maria NESELLO, 83 anos, religiosa da Congregação das Cônegas de Santo Agostinho, residente em São Paulo
- Maria Redina TERRES, 34 anos, catadora associada da ARCAN
- Maria Soleci BRANDALES, 41 anos, catadora associada da ARCAN
- Marines CECCONELLO, 40 anos, diretora da Escola Estadual Irany Jaime Farina, em Erechim

- Mário Antônio FARINA, 35 anos, presidente da Cooperativa Central Alto Uruguai Ltda (Cocel)
- Mário César RALISE, 39 anos, administrador e técnico na área de assessoria e consultoria do sistema OCESP-SESCOOP/SP
- Marli BORGES, 35 anos, catadora associada da ARCAN
- Marli de Souza SILVA, 29 anos, catadora associada da ARCAN
- Mauri JOHANN, 31 anos, catador associado da ARCAN
- Nédio PIRAN, 57 anos, professor na Universidade Regional Integrada (URI – Campus de Erechim)
- Neide PIRAN, 53 anos, professora na Universidade Regional Integrada (URI - Campus de Erechim) e ex-vereadora
- Nelci DAGOSTINI, 42 anos, coordenadora pedagógica da Obra Promocional Santa Marta
- Nelson GIRELLI, 48 anos, vice-presidente da Cooperativa Tritícola Erechim Ltda (Cotrel)
- Nely ZAFFARI, 64 anos, professora universitária, assessora da pró-reitoria de pesquisa da Universidade Regional Integrada (URI – Campus de Erechim) e presidente da Obra Promocional Santa Marta
- Nércio Alves BORGES, 43 anos, catador associado da ARCAN
- Patrus ANANIAS, 52 anos, ex-prefeito de Belo Horizonte, membro da Academia Mineira de Letras, Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome no governo Lula.
- Paulo ALBERTONI, 45 anos, diretor operacional da Commepp, empresa contratada pela Prefeitura Municipal de Erechim para realizar o serviço de coleta de lixo na cidade.
- Paulo de Tarso CARVALHAES, 60 anos, Secretário de Habitação de Guarulhos/SP, ex-funcionário da Senacoop (Secretaria Nacional de Cooperativismo) e ex-diretor da Iluminação Pública em São Paulo, na gestão Luiza Erundina na cidade de São Paulo
- Paul SINGER, 73 anos, economista, professor da USP, um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores, Secretário do Planejamento do Município de São Paulo na gestão Luiza Erundina, autor de várias obras, Secretário Nacional de Economia Solidária no governo Lula.
- Plínio Arruda SAMPAIO, 72 anos, advogado, economista, deputado federal pelo PT/SP (1985-1991), consultor da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação), presidente da Abra (Associação Brasileira de Reforma Agrária), assessor de movimentos sociais, professor universitário e diretor do jornal Correio da Cidadania.
- Raimundo STENKE, 63 anos, catador carrinheiro, residente no Bairro Progresso
- Ricardo MONTAGNER, 45 anos, agricultor e coordenador regional do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB)
- Rosa PAIVA, 35 anos, catadora associada da ARCAN
- Rosane Fátima da SILVA, 29 anos, catadora associada da ARCAN
- Sabetai CALDERONI, 56 anos, Diretor-presidente do Instituto Brasil Ambiente, em São Paulo; professor de *Economia Ambiental* nos cursos de Mestrado e Doutorado na Faculdade de

Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP) e professor de *Políticas Públicas Ambientais* na Universidade de Taubaté/SP. Pesquisador/doutor na Universidade de São Paulo e autor do livro “O\$ Bilhão\$ perdido\$ no lixo”, entre outras obras.

- Salete Rodrigues dos SANTOS, 22 anos, catadora associada da ARCAN
- Sebastião de OLIVEIRA, 65 anos, catador associado da ARCAN
- Sérgio Carvalho BORGES, 48 anos, membro da coordenação estadual (RS) do Movimento Nacional dos Catadores
- Sirlei Fátima CARVALHO, 34 anos, catadora associada da ARCAN
- Terezinha de Fátima Vieira BORBA, 34 anos, catadora associada da ARCAN
- Teresinha FACCO, 63 anos, religiosa da Congregação das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora e coordenadora da Pastoral da Criança na cidade de Erechim, residente no Bairro Progresso
- Terezinha Maria dos SANTOS, 46 anos, catadora associada da ARCAN
- Valter GIRELLI, 52 anos, padre, pároco da Paróquia Santa Terezinha de Estação, coordenador das Pastorais Sociais da Diocese de Erechim e professor do Instituto de Teologia e Pastoral de Passo Fundo (ITEPA)
- Zenira Cardoso LOPES, 29 anos, catadora associada da ARCAN
- Zeny GIMENES, 44 anos, professora do ensino fundamental e médio em Erechim

ANEXO 02

Roteiro de entrevista dos associados/as da ARCAN

1. Nome:
2. Idade:
3. Estado civil: Casado Solteiro Separado Recasado Ajuntado
4. Nº de filhos:
5. Nome dos filhos e idade:
6. Escolaridade:
7. Igreja
 Não freqüenta Freqüenta Qual
8. Profissão9. Último trabalho (emprego) antes de ser catador(a):
10. Onde nasceu:
11. Há quanto tempo mora em Erechim:
12. Endereço:
13. Grupo étnico Negro Pardo Branco
14. Sua casa é: Alvenaria Madeira Outro
É: Própria Alugada Cedida
15. Renda familiar média:
 Até R\$ 200,00 Entre R\$ 200,00 e R\$ 400,00 Mais de R\$ 400,00
16. Em que você normalmente gasta o dinheiro?
17. Você participou de algum outro grupo, organização social, associação ou cooperativa antes de entrar na ARCAN?
 Não Sim Quais?
18. Você gosta de falar?
 Sim Não Por que?
19. Quando você começou a participar da ARCAN?
20. O que ou quem lhe motivou a entrar na Associação?
21. O que você faz concretamente na ARCAN?
22. Que elementos positivos você destacaria da sua participação na ARCAN? O que significa para você o fato de participar da ARCAN? O que mudou na sua vida desde que entrou na Associação?
23. Em sua opinião, quais as principais dificuldades encontradas pela ARCAN até agora no desenvolvimento de suas atividades?
24. Quais os principais cursos, encontros de formação que você participou desde que entrou na ARCAN?
25. Como são tomadas as decisões na ARCAN?
26. Você costuma opinar? Sim? Não? Por que?
27. Como você avalia a administração municipal desde que surgiu a ARCAN no que diz respeito ao projeto de coleta seletiva do lixo em Erechim?
28. Com que você se ocupa nas horas “tempo livre”?
29. Para você, o que significa trabalhar?
30. Gosta do trabalho que faz?
 Sim Não Por que?
31. Como você sente que a sociedade o trata enquanto catador(a)? Como você se sente diante disso?
32. O que você espera do futuro para si e para sua família?
33. Na sua opinião, tem alguma coisa que poderia ser melhorada na ARCAN? O que você sugere?
34. O que pode ser feito para melhorar a vida dos catadores/as que estão fora da ARCAN?
35. O que você entende por meio ambiente e ecologia?
36. Que significado tem seu trabalho em relação ao meio ambiente?

ANEXO 03

População do Estado do Rio Grande do Sul

Data	Total Pop. Residente	Hab/Km ²	Homens	Mulheres	Brasileiros Natos	Brasileiros Naturalizados	Estrangeiros	De nacion. não declarada
01/08/1872	446.962	1,64	----	----	393.251	41.562		12.149
31/12/1890	897.455	3,30	459.118	438.337	862.690	34.765		----
31/12/1900	1.149.070	4,22	584.208	564.862	1.008.216	5.770	129.329	5.755
01/09/1920	2.182.713	8,02	1.103.986	1.078.727	2.028.090	151.025		3.598
01/09/1940	3.320.689	12,20	1.664.058	1.656.631	3.210.834	18.760	90.710	385
					Pop. Rural	Pop. Urbana	-----	-----
01/07/1950	4.213.316	15,57	2.081.249	2.083.572*	2.742.841	1.421.980**	-----	-----
01/09/1960	5.388.659	20,06	2.691.391	2.697.268	2.985.937	2.380.783	-----	-----
01/09/1970	6.664.891	24,91	3.316.707	3.348.184	3.111.885	3.553.006	-----	-----
01/09/1980	7.773.837	29,06	3.850.746	3.923.091	2.522.897	5.250.940	-----	-----
01/09/1991	9.138.670	32,40	4.496.045	4.642.625	2.142.128	6.996.542	-----	-----
01/09/2000	10.187.798	36,14	4.994.719	5.193.079	1.869.814	8.317.984	-----	-----
Est. 2001	10.309.819	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Est. 2002	10.408.540	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Est. 2003	10.510.992	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Est. 2004	10.726.063	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Fontes: IBGE/ Recenseamento Geral do Brasil – 1940

Rio de Janeiro – Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – 1950

Arquivos IBGE – Agência de Erechim/RS

(*) (**) Tanto a soma homens/mulheres quanto a soma da população rural/população urbana do censo de 1950 não coincidem com o total de população. A diferença corresponde ao contingente de pessoas que estavam em trânsito (ausentes) de suas residências no ato da contagem.

ANEXO 04: Desmembramento dos municípios da região Alto Uruguai ²⁷⁸

²⁷⁸. Além destes 31 municípios que constituem a Região Norte do RS, também faz parte da Associação dos Municípios do Alto Uruguai (AMAU), o município de Sertão.

Municípios criados	Nº Lei de Criação	Data da criação	Municípios de origem
Erechim	2.342	30/04/1918	Passo Fundo
Getúlio Vargas	5.788	18/12/1934	Passo Fundo e Erechim
Marcelino Ramos	720	29/12/1944	Erechim e Lagoa Vermelha
Gaurama	2.530	15/12/1954	Erechim
Aratiba	2.710	04/10/1955	Erechim
Campinas do Sul	3.705	31/01/1959	Erechim
Erval Grande	3.715	16/02/1959	Erechim
São Valentim	3.724	17/02/1959	Erechim
Viadutos	3.728	18/02/1959	Marcelino Ramos e Gaurama
Severiano de Almeida	4.685	26/12/1963	Erechim, M.Ramos e Viadutos
Barão do Cotegipe (1)	4.737	01/06/1964	Erechim, Aratiba e São Valentim
Jacutinga	4.734	01/06/1964	Campinas do Sul e Erechim
Itatiba do Sul	4.867	19/12/1964	Erechim
Mariano Moro (2)	4.978	09/07/1965	Erechim
Três Arroios (3)	8.422	30/11/1987	Erechim, Gaurama, Mariano Moro e Severiano de Almeida
Áurea	8.419	24/11/1987	Gaurama
Ipiranga do Sul	8.568	20/04/1988	Getúlio Vargas
Erebango	8.557	11/04/1988	Getúlio Vargas
Estação	8.572	21/04/1988	Getúlio Vargas
Entre Rios do Sul	8.614	09/05/1988	São Valentim
Faxinalzinho	8.624	12/05/1988	São Valentim
Barra do Rio Azul	9.650	20/03/1992	Aratiba
Carlos Gomes	9.540	20/03/1992	Viadutos
Centenário	9.618	20/03/1992	Áurea
Charrua	9.617	20/03/1992	Tapejara e Getúlio Vargas
Ponte Preta	9.537	20/03/1992	Barão de Cotegipe e Jacutinga
Benjamin Constant do Sul	10.645	28/12/1995	São Valentim
Quatro Irmãos	10.761	16/04/1996	Erechim e Jacutinga
Cruzaltense	10.745	16/04/1996	Campinas do Sul
Paulo Bento	10.762	16/04/1996	Barão de Cotegipe, Erechim, Jacutinga e Ponte Preta
Florianópolis	10.636	28/12/1995	Getúlio Vargas

Fontes: · Fundação de Economia e Estatística. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS 1960 – 1980, Porto Alegre, 1984.*

· IBGE: Agência de Erechim/RS

(1) Pela Lei nº 4.995 de 17/07/1965, *Barão do Cotegipe* foi alterado para *Barão de Cotegipe*.

(2) Pela Lei nº 5.027 de 17/09/1965, o município de Mariano Moro sofreu alteração de limites.

(3) Pela Lei nº 9.034 de 08/02/1990, o município de Três Arroios sofreu alteração de limites.

ANEXO 05

Comportamento demográfico do município de Erechim

Ano	População	Total de	Total de	População	Urbana	População	Rural
-----	-----------	----------	----------	-----------	--------	-----------	-------

	Total	Homens	Mulheres	Urbana (1)	%	Rural	%
1918	38.526			1.700	4,41	36.826	95,58
1924	47.364			2.750	5,80	44.614	94,19
1930 (2)	-----			-----	-----	-----	-----
1940	107.035	54.425	52.610	11.804 (3)	14,81	91.192	85,19
1950	119.529	60.267	59.262	21.200	17,73	98.329	82,26
1960 (4)	65.972	-----	-----	29.590	44,85	36.382	55,14
1970	48.677	23.673	25.004	33.934	69,71	14.743	30,28
1980	61.114	29.560	31.554	48.224	78,90	12.890	21,09
1991	72.318	34.801	37.517	62.377	86,25	9.941	13,74
1996	81.932	39.747	42.185	71.030	86,69	10.902	13,30
2000(5)	90.347	43.568	46.779	82.026	90,78	8.321	9,21

Fonte: IBGE – Agência de Erechim/ RS

(1) Neste item está incluída a população urbana da sede do município de Erechim e da sede dos seus distritos.

(2) Em 1930 não houve censo.








(3) O IBGE/1940 registrou uma *população suburbana* de 4.039 pessoas, que deve ser somada à população rural e urbana para totalizar os 107.035 habitantes do município.

(4) Observa-se que de 1950 para 1960 a população do município de Erechim diminuiu consideravelmente face à criação dos municípios de Gaurama, Aratiba, Campinas do Sul, Erval Grande, São Valentim e Viadutos.

(5) Nos dados referentes ao ano 2000 ainda está incluída a população dos municípios de Paulo Bento e Quatro Irmãos, desmembrados de Erechim, os quais foram instalados em 2001. Depois da instalação destes dois municípios, o município de Erechim ficou, em 2001, com uma população total de 87.358 habitantes, sendo 81.033 (92,75%) residentes na cidade de Erechim, 367 (0,42%) em áreas urbanas dos distritos de Capo-Erê e Jaguarê e 5.958 (6,82%) no meio rural.

ANEXO 06

Plásticos: Identificação pela simbologia

-  PET > Politereftalato de etileno
-  PEAD > Polietileno de alta densidade
-  PVC > Policloreto de vinila
-  PEBD > Polietileno de baixa densidade
-  PP > Polipropileno
-  PS > Poliestireno
-  Outros

Plásticos: Identificação pelo tipo de embalagem²⁷⁹

PET

Produtos

Frascos e garrafas para uso alimentício/hospitalar, cosméticos, bandejas para micro-ondas, filmes para áudio e vídeo, fibras têxteis, etc.

Características

Transparente, inquebrantável, impermeável, leve.

PEAD

Produtos

Embalagens para detergentes e óleos automotivos, sacolas de supermercados, garrafeiras, tampas, tambores para tintas, potes, utilidades domésticas, etc.

Características

Inquebrantável, resistente a baixas temperaturas, leve, impermeável, rígido e com resistência química.

PVC

Produtos

Embalagens para água mineral, óleos comestíveis, maioneses, sucos. Perfis para janelas, tubulações de água e esgotos, mangueiras, embalagens para remédios, brinquedos, bolsas de sangue, material hospitalar, etc.

Características

Rígido, transparente, impermeável, resistente à temperatura e inquebrantável

PEBD

Produtos

Sacolas para supermercados e butiques, filmes para embalar leite e outros alimentos,

²⁷⁹. Fonte: Plastivida (Instituto Sócio-ambiental dos Plásticos) - www.plastivida.org.br. A Plastivida congrega toda a cadeia petroquímica do país - empresas comprometidas com a utilização responsável dos plásticos.

sacaria industrial, filmes para fraldas descartáveis, bolsa para soro medicinal, sacos de lixo, etc.

Características

Flexível, leve transparente e impermeável

PP

Produtos

Filmes para embalagens e alimentos, embalagens industriais, cordas, tubos para água quente, fios e cabos, frascos, caixas de bebidas, autopeças, fibras para tapetes utilidades domésticas, potes de margarina, fraldas e seringas descartáveis, etc.

Características

Conserva o aroma, inquebrantável, transparente, brilhante, rígido e resistente a mudanças de temperatura.

PS

Produtos

Potes para iogurtes, sorvetes, doces, frascos, bandejas de supermercados, geladeiras (parte interna da porta), pratos, tampas, aparelhos de barbear descartáveis, brinquedos, etc.

Características

Impermeável, inquebrantável, rígido, transparente, leve e brilhante.

Outros

Neste grupo encontram-se, entre outros, os seguintes plásticos: ABS/SAN, EVA, PA e PC.

Produtos

Solados, autopeças, chinelos, pneus, acessórios esportivos e náuticos, plásticos especiais e de engenharia, CDs, eletrodomésticos, corpos de computadores, etc

Características

Flexibilidade, leveza, resistência à abrasão, possibilidade de design diferenciado.

Plásticos: Identificação pela diferença de densidade

Poli (tereftalato de etileno): Alta densidade (afunda na água)

Poliétilenos de baixa e alta densidade: Baixa densidade (flutua na água)

Polipropileno: Baixa densidade (flutua na água)

Poli (cloreto de vinila): Alta densidade (afunda na água)

Poliestireno: Alta densidade (afunda na água)

Plásticos: Identificação pela liberação de odores na queima

Poli (tereftalato de etileno): Amolece à baixa temperatura (80°C)

Poliétileno de baixa e alta densidade: Amolecem à baixa temperatura (PEBD = 85°C; PEAD = 120°C); queimam como vela liberando cheiro de parafina; superfície lisa e "cerosa"

Polipropileno: Amolece à baixa temperatura (150°C); queima como vela liberando cheiro de parafina

Poli (cloreto de vinila): Amolece a baixa temperatura (80°C); queima com grande dificuldade liberando um cheiro acre; é soldável através de solventes (cetonas)

Poliestireno: Amolece a baixas temperaturas (80 a 100°C); queima relativamente fácil liberando cheiro de "estireno"

Painel para identificação dos diferentes tipos de plásticos

- Baldes, garrafas de álcool, bombona: PEAD
- Condutores para fios e cabos elétricos: PVC, PEBD e PP
- Copos de água mineral: PP e PS
- Copos descartáveis (café, água, cerveja etc.): PS
- Embalagens de massas e biscoitos: PP e PEBD
- Frascos de detergentes e produtos de limpeza: PP, PEAD, PEBD e PVC
- Frascos de xampus e artigos de higiene: PEBD, PEAD e PP
- Gabinetes de aparelhos de som e TV: PS
- Garrafas de água mineral: A maioria é fabricada em PVC, porém, também se encontram em PEAD, PP e PET
- Garrafas de refrigerantes: Fabricadas em PET, com base em PEAD e a tampa em PP com retentor em EVA
- Isopor: PS
- Lonas agrícolas: PEBD e PVC
- Potes de margarinas: PP
- Sacos de adubo: PEBD
- Sacos de leite: PEBD
- Sacos de lixo: PEBD e PVC
- Sacos de rafia: PP
- Tubos de água e esgoto: A maior parte é fabricada em PVC, porém também se encontram em PEAD e PP.

Outros tipos de materiais

Papel: Papelão, papel branco, papel misto, tetra pak

Vidro: Embalagem alimentícia, caco de vidro, garrafas de bebidas

Metal: Alumínio, cobre, ferro e outros

ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DE RECICLADORES CIDADÃOS AMIGOS DA NATUREZA - ARCAN

CAPÍTULO I: DA DENOMINAÇÃO, FINALIDADE E DURAÇÃO

Art. 1º - A Associação de Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza (ARCAN), fundada em seis (06) de fevereiro de dois mil e um (2001), é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, que objetiva promover a unidade dos seus associados/as em torno da defesa dos seus direitos sociais e econômicos, sem distinção de raça, credo, cor e partido político. Tem sua sede na Rua São Benedito, s/n, Bairro Progresso, cidade de Erechim e constitui-se por prazo indeterminado.

Art. 2º - Na busca de seus fins, a Associação trabalhará pela defesa dos interesses e da valorização profissional dos seus associados/as, tanto no que tange a assessoria que lhes prestará para o seu aprimoramento técnico, quanto na celebração de contratos, prestação de serviços, realização de cursos e desenvolvimento do espírito comunitário. Também estabelecerá parcerias com entidades afins, inclusive públicas, com as quais celebrará convênios. Com o objetivo de fortalecer a categoria de trabalho e lutar pela conquista dos mais diferentes direitos sociais, manterá vinculação com o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis.

CAPÍTULO II: DOS ASSOCIADOS

Art. 3º - São sócios *fundadores* os signatários da ata de fundação e participantes da respectiva assembléia, reunida no dia 06 de fevereiro de 2001.

Art. 4º - Dentre os sócios efetivos, distinguem-se os *diretos* e os *indiretos*. São sócios *diretos* os que trabalham no processamento de material reciclável dentro do pavilhão da Associação ou em outros setores – seja com o caminhão ou junto a empresas da cidade – mas efetiva e diretamente ligados à ARCAN, comprometendo-se em observar seus estatutos e regimento interno. São sócios *indiretos* os carrinheiros/as do município de Erechim e catadores/as de outros municípios da região cadastrados na ARCAN, os quais entregam regular ou esporadicamente material na referida Associação.

Art. 5º - Poderão associar-se à ARCAN catadores/as de materiais recicláveis residentes no município de Erechim ou em municípios da região, ante a aprovação da Assembléia, os quais deverão se comprometer em cumprir com o presente Estatuto e outras normas constantes no Regimento Interno.

Art. 6º - A exclusão de sócios ocorrerá:

- a) Por pedido do próprio associado/a
- b) Em caso de descumprimento das disposições estatutárias
- c) Por motivos graves

Parágrafo 1º: A Diretoria apreciará as propostas de exclusão de sócios, devendo garantir o direito à ampla defesa, bem como emitir decisão fundamentada.

Parágrafo 2º: Da decisão da Diretoria que decretar a exclusão de algum sócio, exceto quando por pedido do próprio associado, caberá recurso junto à Assembléia Geral.

Parágrafo 3º: A exclusão de sócios por motivo grave deverá ocorrer em deliberação fundamentada pela maioria absoluta dos presentes à Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim.

Art. 7º - Estão aptos a participar das assembléias da Associação todos os sócios *diretos* e *indiretos*, observando-se, para as assembléias eletivas e deliberativas, o teor do seguinte artigo.

Art. 8º - Em assembléias eletivas e deliberativas têm direito a votar os associados *diretos*, independente do tempo de vinculação com a Associação. Além de votar, também tem o direito a ser votado para o cargo de Presidente, vice-Presidente, primeiro Tesoureiro e segundo Tesoureiro todo o associado *direto* com participação efetiva e consecutiva que estiver vinculado à ARCAN no mínimo há um (01) ano. Os demais cargos da Diretoria, Conselho Fiscal e outras funções podem ser assumidos por sócios *diretos* escolhidos independente de seu tempo de vínculo com a Associação. A escolha para qualquer cargo será feita entre os associados/as que estiverem quites com os deveres inscritos no Estatuto e no Regimento Interno da ARCAN.

Art. 9º - Os associados não respondem nem pessoal nem subsidiariamente pelas obrigações da associação.

Art. 10º - Os serviços prestados à Associação pelos associados, inclusive em cargos de Diretoria, são inteiramente gratuitos, vedada a percepção de ordenados, gratificações ou recompensas a qualquer título ou pretexto.

Art. 11º - Em caso de acidente ou doença, os associados *diretos* terão direito a três (03) dias de atestado remunerado. Os associados *indiretos* não terão esse direito e nem qualquer outra indenização garantida pela Associação.

CAPÍTULO III: DA ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO

Art. 12º - São instâncias de poder decisório, administrativo e de representação da Associação:

- a) A ASSEMBLÉIA GERAL DOS SÓCIOS
- b) A DIRETORIA
- c) O CONSELHO FISCAL

ASSEMBLÉIA GERAL DOS SÓCIOS

Art. 13º: A Assembléia Geral é o órgão supremo da Associação. Podem participar das assembléias gerais da ARCAN todos os sócios *diretos* e *indiretos* em pleno gozo de seus direitos sociais e quites com as eventuais contribuições.

Parágrafo único: Os sócios *indiretos* não têm direito ao voto na escolha de membros a cargos eletivos bem como nas votações para deliberação de outras questões pertinentes à Associação.

Art. 14º: Convocada pela Diretoria e coordenada pelo Presidente ou alguém por ele indicado, a Assembléia Geral dos sócios reunir-se-á sempre que necessário ou, no mínimo:

- a) Mensalmente para deliberar sobre as atividades desenvolvidas pela Associação.

- b) Anualmente, 30 (trinta) dias após o encerramento do exercício, para deliberar sobre prestação de contas do exercício anterior, quando se fará apresentação de relatório de gestão, do balancete anual e do parecer do Conselho Fiscal. Nestas ocasiões também serão definidas as prioridades da Associação para o período seguinte.
- c) A cada dois anos para eleição dos membros da Diretoria, do Conselho Fiscal e de coordenadores das diversas equipes de trabalho.

Art. 15º: A Assembléia Geral dos sócios reunir-se-á extraordinariamente sempre que necessário e tem poderes para deliberar sobre quaisquer assuntos de interesse da Associação, tais como: Reforma do Estatuto; fusão ou incorporação da entidade; mudança de seus objetivos; dissolução voluntária da Associação e nomeação dos liquidantes.

Art. 16º: A Assembléia Geral dos sócios poderá ser convocada:

- a) Pela Diretoria
- b) Pelo Conselho Fiscal
- c) Por solicitação de 2/3 (dois terços) dos associados no gozo de seus direitos sociais, que estejam cumprindo com seus deveres estatutários.

Parágrafo 1º: A assembléia geral anual e para escolha da Diretoria, do Conselho Fiscal e de coordenadores das diversas equipes de trabalho será convocada com no mínimo 15 dias de antecedência. A assembléia geral será realizada em primeira convocação com metade mais um dos sócios ou, em segunda convocação, trinta minutos após, com qualquer número de sócios presentes.

Parágrafo 2º: As decisões da Assembléia Geral que implicarem votação serão aprovadas pela maioria simples (metade mais um) dos associados/as presentes, devendo ser acatadas por todos os sócios.

DIRETORIA

Art. 17º - Eleita pela Assembléia Geral dos sócios, a Diretoria é o órgão que dirige e administra a Associação. Constitui-se por:

- a) Presidente e vice-presidente
- b) Primeiro Tesoureiro e segundo Tesoureiro
- c) Primeiro Secretário e segundo Secretário

Parágrafo 1º: Não podem ser eleitos parentes de primeiro grau em linha direta ou colateral (pai, mãe, irmão) ou afim (cônjuge) para cargos da Diretoria.

Parágrafo 2º: Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal são eleitos em assembléia especialmente convocada para esse fim com um mandato de dois (2) anos, não podendo ser reeleitos para o mesmo cargo em mandatos seguidos.

Art. 18º - São atribuições da Diretoria:

- a) Coordenar ou delegar a coordenação das Assembléias Gerais da Associação.
- b) Cumprir e fazer cumprir o que for aprovado pela Assembléia Geral dos sócios.
- c) Reunir-se semanalmente de forma ordinária e extraordinariamente quando o Presidente ou a maioria simples da Diretoria convocar.
- d) Explicar de forma ampla as normas (Estatuto e Regimento Interno) para os novos sócios antes de seu cadastramento para o ingresso na Associação.
- e) Ouvir e valorizar as sugestões de todos os sócios.

- f) Fazer regularmente prestação de contas da movimentação financeira e, no fim do mandato, apresentar para a Assembléia Geral relatório do que foi realizado.

Parágrafo 1º – Ao Presidente cabe:

- a) Cumprir e fazer cumprir os Estatutos e Regimento Interno.
- b) Representar a Associação em juízo e fora dele, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente.
- c) Convocar e coordenar as reuniões da Diretoria e a Assembléia Geral dos sócios.
- d) Abrir contas bancárias, assinar cheques, substabelecer procurações, alienar bens móveis e imóveis juntamente com o Tesoureiro.
- e) Assinar em conjunto com o Tesoureiro, convênios, contratos, termos e compromissos.
- f) Assinar, com o Secretário, todas as atas das reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral dos sócios.

Parágrafo 2º - Ao vice-presidente cabe:

- a) Substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos.
- b) Exercer as funções que lhe forem atribuídas.

Parágrafo 3º - Ao primeiro Tesoureiro cabe:

- a) Colocar em execução a forma de contribuição determinada pela Assembléia Geral dos sócios.
- b) Responder pela arrecadação e controle de dinheiro da Associação.
- c) Abrir contas bancárias, assinar cheques, substabelecer procurações, alienar bens móveis e imóveis juntamente com o Presidente.
- d) Apresentar, mensalmente, o balancete da receita e despesas ao Conselho Fiscal e, ao terminar o mandato, elaborar relatório final para a Assembléia Geral dos sócios, acompanhado do parecer do Conselho Fiscal.
- e) Assinar em conjunto com o Presidente convênios, contratos, termos e compromissos.

Parágrafo 4º - Ao segundo Tesoureiro cabe:

- a) Substituir o primeiro Tesoureiro em seus impedimentos e ausências.
- b) Exercer as funções que lhe forem atribuídas.

Parágrafo 5.º - Ao primeiro Secretário cabe:

- a) Arquivar toda a documentação da associação.
- b) Redigir, ler e assinar, com o Presidente, as atas de reuniões da Diretoria e Assembléia Geral dos sócios.

Parágrafo 6.º - Ao segundo Secretário cabe:

- a) Substituir o primeiro Secretário em seus impedimentos e ausências.
- b) Exercer as funções que lhe forem atribuídas.

Art. 19º - Além do cumprimento fiel das deliberações da Assembléia Geral dos sócios, à Diretoria compete resolver os casos omissos do presente Estatuto.

CONSELHO FISCAL

Art. 20º - O Conselho Fiscal é órgão autônomo, composto de três (03) membros efetivos e três (03) suplentes, eleitos pela Assembléia Geral dos sócios, juntamente com a Diretoria, com mandato de dois (02) anos.

Art. 21º - Atribuições do Conselho Fiscal:

- a) Examinar, apreciar e dar parecer, mensalmente, sobre as contas da Diretoria, apresentando relatório à Assembléia Geral dos sócios.
- b) Denunciar à Assembléia Geral dos sócios qualquer irregularidade verificada na Diretoria ou com qualquer outro sócio, sugerindo medidas cabíveis.
- c) Convocar, extraordinariamente a Assembléia Geral dos sócios, quando ocorrer motivo grave ou urgente.
- d) Fazer constar em ata as ocorrências verificadas em cada reunião, bem como as deliberações tomadas.

EQUIPES DE TRABALHO:

Art. 22º: Com o objetivo de dinamizar a Associação e descentralizar as responsabilidades, além da Diretoria e do Conselho Fiscal, funcionará na ARCAN os seguintes grupos de trabalho: 1) Esporte e Lazer; 2) Coordenação de produção; 3) Meio ambiente; 4) Cultura e espiritualidade; 5) Comunicação, imprensa e propaganda; 6) Representação no Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis; 7) Formação e qualificação; 8) Saúde.

Parágrafo único: A escolha de no mínimo dois sócios para cada equipe de trabalho será feita por ocasião da eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal. As atribuições de cada grupo de trabalho serão discutidas em reuniões dos associados. Caberá aos escolhidos para esses cargos coordenar as atividades, as quais serão sempre realizadas em sintonia e com a participação de toda a Associação.

CAPÍTULO IV: DO PATRIMÔNIO E FUNDO SOCIAL

Art. 23º - A Associação poderá acrescer o seu patrimônio com bens móveis e imóveis adquiridos por compra, doação, legados ou outros meios jurídicos, bem como por auxílio dos Poderes Públicos e receitas inerentes à prestação de serviços.

Art. 24º: A Associação terá como principal fonte de recursos para a constituição de seu Fundo Social a contribuição dos seus associados.

CAPÍTULO V: DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

Art. 25º: DOS DEVERES - a) aceitar cargos de diretoria quando for eleitos ou nomeados, salvo motivo de força maior plenamente justificável; b) Contribuir para o engrandecimento da Associação, comparecer as assembléias e propor medidas que visem o crescimento; c) Cumprir o presente Estatuto e respeitar as deliberações tomadas na Assembléia geral da associação.

Art. 26º: DOS DIREITOS - a) Gozar de todas as vantagens e benefícios que a associação venha a conceder; b) votar e ser votado para membro da diretoria, conselho fiscal, ou dirigente de qualquer atividade; c) Participar das reuniões e Assembléias Gerais, discutindo e votando os assuntos que nelas sejam abordados; d) Consultar todos os livros da associação em qualquer época; e) Solicitar esclarecimentos e informações sobre

atividades da associação; f) Propor medidas que ajudem o aperfeiçoamento e desenvolvimento da associação; g) Convocar reuniões e assembléias nas condições previstas no Estatuto.

CAPÍTULO VI: REFORMA DOS ESTATUTOS E EXTINÇÃO

Art. 27º: O presente Estatuto somente poderá ser reformulado em Assembléia Geral dos sócios, convocada especialmente para essa finalidade tendo o consentimento de dois terços dos associados quites com as suas obrigações sociais.

Art. 28º: A Associação somente poderá ser extinta se dois terços dos sócios *diretos* quites com suas obrigações sociais manifestarem esta decisão em assembléia geral. Neste caso o patrimônio da Associação será destinado a uma entidade congênere escolhida em Assembléia Geral dos sócios.

Erechim, 11 de fevereiro de 2005

Entrevista com Sabetai Calderoni²⁸⁰

1. Quem é que mais se beneficia com a reciclagem?

Em primeiro lugar, sob o ponto de vista estritamente econômico, a indústria porque ela consegue auferir cerca de dois terços (2/3) dos benefícios da economia total que a reciclagem vem proporcionando no Brasil. A indústria fixa o preço da sucata e, a partir dessa decisão, já está calculando o lucro que vai ter, ou seja, qual a remuneração que será para os sucateiros, para os carrinheiros e catadores. Evidente que esse cálculo econômico maximiza o seu lucro porque estabelece a máxima diferença possível entre o valor pago pela sucata e o valor de venda do produto que ela fabrica a partir dessa sucata.

Portanto, as condições de vida dos sucateiros e, particularmente, dos carrinheiros e catadores são muito adversas porque eles vivem numa situação de super-exploração de sua mão de obra. Eles não têm acesso às garantias básicas e fundamentais de todos os trabalhadores; não têm carteira assinada, previdência social, seguro desemprego e segurança médica. São despojados de direitos aos quais os cidadãos devem ter acesso, necessariamente. E são excluídos disso por esta condição de “informalidade”, mas que, na verdade, é uma situação de clandestinidade, de ilegalidade forçada por esse preço injusto. Isso é ocasionado pela falta de uma norma governamental que estabeleça uma percentagem adequada de valor entre o preço pago pela sucata e o valor efetivo do produto por ela produzido.

2. Qual a viabilidade econômica da reciclagem para prefeituras, catadores e sociedade?

Para as prefeituras, a viabilidade econômica é imensa porque evita dois custos imediatos: 1º) Com *implantação e operação cotidiana de aterros sanitários*. Cada tonelada reciclada é uma tonelada a menos para operar. Isso, em São Paulo, é coisa da ordem de R\$ 30 (trinta reais) por tonelada. 2º) *Custo de transporte* – com a reciclagem, as prefeituras têm uma economia muito grande. Em São Paulo, e na maior parte dos municípios do Brasil, não existe a coleta seletiva, ou seja, a atuação das prefeituras nessa área é praticamente nula. O que existe é uma atuação dos catadores ligados diretamente aos sucateiros e à indústria. Eles fazem a coleta nos domicílios. A segregação do material é feita na calçada, manualmente, pelos catadores, com o risco de se ferirem e contaminarem.

Para os catadores e carrinheiros é uma oportunidade, por pior que seja, de garantir a subsistência. Na verdade, os recursos que conseguem obter não são tão baixos, normalmente mais do que o salário mínimo; às vezes até dois salários. Houve situações em localidades que chegou a três salários. É razoável a remuneração que eles percebem também com o conforto de não ter o patrão, não ter horário fixo, ter uma elasticidade na sua jornada, não estar sob o jugo de um controle e fiscalização funcional rigorosa, infamante ou opressiva. Essa liberdade representa para eles certo fator de compensação diante da super-exploração em que se encontram. Situação que buscam superar a partir de iniciativas próprias ou de instituições sociais e religiosas que contribuem neste esforço de organização. Organizados, os catadores tem dois ganhos importantes. Essa remuneração que eles auferem acaba sendo aumentada porque os sucateiros também conseguem um lucro. Mas, se os catadores passam a atuar em

²⁸⁰. Entrevista concedida ao autor em 11 de maio de 2005 na residência do entrevistado, Bairro Morumbi, em São Paulo/SP. Calderoni é diretor presidente do Instituto Brasil Ambiente, professor e pesquisador. Autor do livro *O\$ Bilhão\$ perdido\$ no lixo*.

cooperativa, eles substituem o trabalho do sucateiro. Portanto, ganham como catadores e como sucateiros. Assim também podem fazer algum seguro, ter acesso a alguns benefícios sociais e às informações básicas como cidadãos.

A sociedade como um todo lucra muito com a reciclagem, em termos ambientais, em termos econômicos e também pode desfrutar de serviços públicos em maior abundância. Como a prefeitura está economizando nos custos mencionados, sobram mais recursos para o erário público, que ficam disponíveis para gastos sociais e obras públicas. Também a sociedade ganha em termos de saúde e de maior segurança – porque há mais pessoas com remuneração. Para a sociedade há um ganho líquido que ainda pode provir da produção de fertilizantes, de gás natural veicular ou de energia elétrica a partir do lixo.

3. Qual a viabilidade de captar energia de um aterro sanitário como Erechim?

É viável, mas há um equívoco na idéia de se usar o aterro para isso. Pode-se usar o aterro para essa finalidade, mas tem que ver se ele foi preparado com tubulação para captação desses gases. Mais interessante é fazer com que o lixo não vá para o aterro. Fazer uma *central de reciclagem integral de resíduos* a fim de evitar o aterro. Os custos de operação do aterro poderiam estar sendo destinados para a central de reciclagem de uma forma sustentável. A central pode ter sua área utilizada infinitamente. O aterro termina logo e precisa sempre outros aterros.

Vamos imaginar uma cidade de 300 mil habitantes – digamos que Erechim entrasse em consórcio com outros municípios. Numa área de 150m x 150m poderíamos ter um galpão para que fosse feita a triagem dos resíduos. A partir da coleta seletiva, os materiais chegam pelo menos divididos em dois grupos: os orgânicos e a fração seca. Esses materiais secos têm que ir para um galpão onde se faz a triagem, o processamento e o enfardamento. Do outro lado nós teríamos um biodigestor anaeróbio. Esse biodigestor receberia o material orgânico e, com energia biológica, as bactérias ingeririam esses materiais, produzindo fertilizantes e, ao mesmo tempo, gás metano. O gás metano pode ser utilizado para energia elétrica ou gás natural veicular (GNV). Atualmente os preços são tais que o GNV é uma alternativa melhor. Para isso é preciso ter um compressor a fim de comprimir o gás. Pode até ter um posto de GNV ou uma turbina que receberia o gás metano e, a partir dela, seria feita a geração de energia termoelétrica.

Numa central de reciclagem temos a possibilidade de conseguir várias receitas com venda de fertilizantes, de energia elétrica ou térmica, de GNV e dos recicláveis para as indústrias. Também pode-se vender os créditos de carbono, como garante o Protocolo de Kyoto. Se for usado o GNV esse ganho é duplo: com a venda dos créditos de carbono e com a economia de custo de combustível em relação a gasolina, álcool ou diesel, que são poluentes. Outra receita relevante é decorrente do custo evitado que a prefeitura tem com a operação do aterro. A central ainda pode cobrar para receber lodo de esgoto que, em certa porcentagem, pode ser adicionada ao material orgânico do lixo domiciliar. Também pode receber alguns tipos de lixo industrial, da produção de alimentos, de bebidas, papel e celulose, de matadouros, etc.

No caso da utilização de aterros sanitários ou normais para se conseguir energia, temos algumas limitações. Em primeiro lugar existe um período da geração do metano. Até o 12º ano pode-se conseguir um resultado melhor. Depois declina muito a curva de produção.

4. Imaginando uma cidade de 90 mil habitantes, como Erechim, qual a quantidade de gás metano possível de ser gerado a partir dos resíduos orgânicos?

O que Erechim deve estar produzindo de material orgânico é alguma coisa em torno de 54 a 60 toneladas/dia. Metade disso (50%) é água. Depois temos 30% que é matéria para apta a produzir fertilizantes e 20% é gás metano. Sobre 60 toneladas de material orgânico teríamos cerca de 12 toneladas de metano/dia ao preço de 126 dólares/tonelada pagos como crédito de carbono. Esse é o preço de 2005 estabelecido pelo Protocolo de Kyoto. Para 2006 vai passar para 315 dólares/tonelada. Além disso, teríamos também a receita decorrente da venda do gás natural veicular.

5. O que são os “aterros de apoio”?

São os aterros que servem para receber aqueles resíduos remanescentes das centrais de reciclagem de resíduos. Normalmente, 10% de todo o material que chega tem que ser levado a um aterro de apoio. Então, o aterro que ia durar 10 anos passa a durar um século. É o aterro que serve para apoiar a central de reciclagem enquanto não se consegue uma fórmula de reciclar mais elementos.

6. Qual o paradoxo existente entre economia formal e informal na reciclagem?

A economia formal está do lado da indústria, que é muito poderosa porque é monopolista e monopsonista ou, quando muito, oligopolista e oligopsonista. Ela concentra dois poderes muito grandes: o lado da compra e o lado da venda. A indústria pode atuar dentro da plena formalidade. Os seus funcionários têm carteira assinada e gozam de todos os direitos trabalhistas. Dá a impressão que a indústria está no setor moderno e perfeitamente dentro da legalidade. No entanto, ela se alimenta, se nutre – e aí está o paradoxo – da informalidade, da clandestinidade e da ilegalidade do trabalho que ela mesma fomenta a partir do preço que estabelece. Ela organiza e estrutura, através das relações que mantém com os sucateiros e destes com os catadores, um mercado gigantesco, um verdadeiro exército de pessoas que andam pelas ruas em situações de opressão e desamparo em relação à legislação trabalhista e remuneração adequada. Quem olha para a fábrica vê uma coisa moderna e não está vendo que ela mesma está organizando a ilegalidade que a sustenta.

7. Que relação se pode fazer entre reciclagem e desenvolvimento sustentável?

A perspectiva de desenvolvimento sustentável a partir da reciclagem é plena. Nós temos condições, por exemplo, no Brasil, de manter todos os anos 10 bilhões de dólares de economia. Isso é uma quantia que permitiria imensos e gigantescos avanços no aspecto social, ambiental, tecnológico, com ramificações político-administrativas importantes. A reciclagem é um processo sustentável na medida em que temos resíduos sempre sendo gerados no processo produtivo e de consumo. É claro que seria melhor que tivéssemos uma minimização de resíduos. E há muita coisa que pode ser feita para minimizar, além do reuso destes materiais. Mas, os resíduos que ainda sobram, é muito importante evitar o seu aterramento. O aterro sanitário é insustentável porque tem uma vida útil limitada e não existem áreas disponíveis, principalmente nas regiões metropolitanas. Por outro lado, temos materiais preciosos que, com o aterramento, não estão sendo aproveitados.

II Congresso Latino-Americano de Catadores/as

DOCUMENTO FINAL

A organização, a solidariedade e a consciência da importância dos Catadores/as de Materiais Recicláveis estão crescendo. Isto ficou evidenciado no II Congresso Latino-Americano de Catadores/as, realizado nos dias 23 a 25 de janeiro de 2005, em São Leopoldo/RS, com participação de 1050 pessoas vindas de todas as regiões do Brasil e delegações da Argentina, Uruguai, Chile e Colômbia.

Os objetivos do I Congresso, presentes na Carta de Caxias do Sul de 2003, foram alcançados, em parte. No entanto, continuam como desafios para o Movimento. Agora, é preciso seguir adiante com as orientações assumidas neste II Congresso:

1. Reforçar e multiplicar as Associações e as Cooperativas como bases orgânicas do Movimento, aumentando a participação com a prática da democracia direta.

2. Avançar na soma de Comitês regionais, lutando para controlar a cadeia produtiva da reciclagem por meio de Redes e/ou Centrais de produção e comercialização.

3. Avançar no processo permanente de formação e capacitação, garantindo maior autonomia nas lutas e maior capacidade para conquistar políticas públicas e novas leis que realizem nossos direitos; e de modo especial, os direitos à Previdência Social pública e os da remuneração pelo trabalho sócio-ambiental realizado pelos Catadores/as e suas organizações.

4. Conquistar políticas públicas elaboradas e executadas com participação democrática dos Catadores/as, partindo do levantamento das necessidades locais e organizando ações de mobilização nacional em favor das propostas assumidas por toda a categoria.

5. Avançar na conquista de educação de qualidade para os filhos dos Catadores/as, de modo especial para que possam ficar em creches e escolas de tempo integral, para que não tenham que andar com os pais no trabalho de coleta e da reciclagem.

6. Lutar por uma educação sócio-ambiental nas escolas que valorize a reciclagem e fazendo a coleta seletiva com a participação dos Catadores/as.

7. Avançar na prática do princípio da ação direta, protagonizada pelos Catadores/as, de modo especial por meio de mobilizações para denunciar os que exploram, tratam com preconceitos e violência os Catadores/as, e para exigir que os governos reconheçam a assumam as propostas e reivindicações de suas organizações.

8. Combater a exploração dos atravessadores e as ações das indústrias geradoras de resíduos.

9. Exigir o repasse direto de recursos públicos, sem burocracia, para montar ou melhorar a infra-estrutura dos trabalhos da coleta e da reciclagem.

10. Exigir que a verba das taxas ambientais seja repassada às Associações e Cooperativas dos Catadores/as e que também as empresas façam doação do material reciclável produzido por elas.

11. Exigir em lei que os bancos, assim como instituições públicas, destinem os materiais recicláveis para as organizações dos Catadores/as.

12. Lutar para que a erradicação dos lixões aconteça só depois de garantir infra-estrutura de trabalho para os Catadores/as e implantação de programas de coleta seletiva com sua participação.

13. Garantir a participação dos Catadores/as na elaboração de uma política pública de habitação que leve em conta suas demandas e condições.

14. Fortalecer a solidariedade e a articulação do Movimento dos Catadores/as nos países da América Latina, enfrentando situações concretas e apoiando o crescimento da organização dos Catadores/as em cada país e no continente.

15. Fortalecidos com a realização do II Congresso, queremos aprofundar a solidariedade com as lutas e organizações de outros movimentos sociais de nossos países. Desejamos a união de todas as forças que lutam por uma sociedade em que todas as pessoas vivam com dignidade, em que o trabalho coletivo construa uma economia solidária, superando a economia capitalista, baseada na exploração dos trabalhadores e do meio ambiente. E convocamos, por fim, a todos os Catadores/as a se juntarem a nós, reforçando nosso Movimento e tornando-se mais fortes para enfrentar seus problemas, e para exigirmos, juntos, como unidade do Movimento Nacional, todos os nossos direitos.

São Leopoldo, 25 de janeiro de 2005.

Fonte: www.abes-sp.org.br/

ILUSTRAÇÕES FOTOGRÁFICAS



Lixão público municipal – Erechim, janeiro de 2001



Lixão público municipal – Erechim, janeiro de 2001



Lixão público municipal – Erechim, janeiro de 2001



Lixão público municipal – Erechim, janeiro de 2001



Carrinheiras na cidade de Erechim - 2001



Reunião catadores/as, 1º semestre de 2001 – na sede da Obra Santa Marta



Missão ecológica em uma das escolas da cidade de Erechim – 2º semestre/2001



Missão ecológica em uma das escolas da cidade de Erechim – 2º semestre/2001



Membros da ARCAN (mais este pesquisador) no 1º Congresso de Catadores em Brasília, junho de 2001



Atividades do Programa Coletivos de Trabalho, 1º semestre de 2002



Atividades do Programa Coletivos de Trabalho, 1º semestre de 2002



Atividades do Programa Coletivos de Trabalho, 1º semestre de 2002



Início construção pavilhão da ARCAN, março de 2002



Visita grupo de catadores/as de Passo Fundo à ARCAN, 10 de abril de 2002



Visita supervisora da Fundação Interamericana (IAF)



Mutirão de construção da sede da ARCAN, pelos associados/as



Mutirão de construção da sede da ARCAN, pelos associados/as



Fase final de construção da sede da ARCAN



Atos de inauguração da sede da ARCAN, 11 de outubro de 2002



Atos de inauguração da sede da ARCAN, 11 de outubro de 2002



Atos de inauguração da sede da ARCAN, 11 de outubro de 2002



Entrega de caminhão financiado pela Missions Zentrale Der Franziskaner, abril/2003

Fotos entrega equipamentos (18/08/2004): Volmir Farina



Atos entrega de equipamentos, 18/08/2004 – participação crianças Obra Santa Marta



Atos de entrega de equipamentos – pronunciamento de Sirlei F. Carvalho (presidente)



Atos de entrega de equipamentos, 18/08/2004





Caminhão financiado pelo Ministério do Trabalho, entregue dia 18/08/2004



Grupo de associados da ARCAN



Sérgio Görgen (Dep. Estadual), Jorge Nascimento (da Sec. Nac. Econ. Solidária) Nelci Dagostini (coord. Pedagógica da O. S. Marta) e crianças da Obra Santa Marta.



Aterro sanitário de Erechim - 29 de dezembro de 2004



Aterro sanitário de Erechim - 29 de dezembro de 2004



Aterro sanitário de Erechim - 29 de dezembro de 2004

Fotos: Gabriele Dantas (D.M.)



Operação da esteira – abril de 2005



Triagem de materiais na ARCAN, abril de 2005